



Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial

Volume 8

Paisagens nas fronteiras:
natureza e sociedade nos confins
da América portuguesa

ISBN 978-85-61586-58-4

Realização

PPHIST/UFPA
FAHIS/UFPA

Apoio



Reitoria
Propesp
Proex
IFCH
CMA



Fapesp
Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa



Ficha Catalográfica

Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa / Rafael Chambouleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açai, volume 8, 2014.

192 p.

ISBN 978-85-61586-58-4

1. História – paisagens – fronteiras coloniais. 2. História – Espaço. 3. História – Fronteira colonial. 4. Paisagens – fronteiras - colonização.

CDD. 23. Ed. 338.9959

Apresentamos os *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, realizado em Belém do Pará, de 3 a 6 de Setembro de 2012. O evento contou com a participação de aproximadamente 750 pessoas, entre apresentadores de trabalhos em mesas redondas e simpósios temáticos, ouvintes e participantes de minicursos. O total de pessoas inscritas para apresentação de trabalho em alguma das modalidades chegou quase às 390 pessoas, entre professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação. Ao todo estiveram presentes 75 instituições nacionais (8 da região Centro-Oeste, 5 da região Norte, 26 da região Nordeste, 29 da região Sudeste e 7 da região Sul) e 26 instituições internacionais (9 de Portugal, 8 da Espanha, 3 da Itália, 2 da França, 2 da Holanda, 1 da Argentina e 1 da Colômbia). O evento só foi possível graças ao apoio da Universidade Federal do Pará, da FADESP, do CNPq e da CAPES, instituições às quais aproveitamos para agradecer. Os volumes destes *Anais* correspondem basicamente aos Simpósios Temáticos mais um volume com alguns dos textos apresentados nas Mesas Redondas.

Boa leitura.

A Comissão Organizadora

Sumário

Rumo aos ventos do Oeste: o rio da Madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639-1723)

Alik Nascimento de Araújo..... 1

***Os braços de Diké*: fronteiras da justiça oficial em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**

Álvaro de Araújo Antunes..... 14

Natureza, fronteiras e tensões: elementos para a compreensão da formação do Sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes.....27

Os Araújo Caldeira e Maciel da Costa. Famílias em freguesias rurais do Rio De Janeiro (Século XVII)

Ana Paula Souza Rodrigues..... 39

Desenho cartográfico da paisagem de uma fronteira: exercício de leitura de um mapa setecentista

Benone da Silva Lopes Moraes..... 53

Migrações na fronteira Brasil/Bolívia: o caso do povo Chiquitano (1767-1850)

Cleia Rodrigues de Oliveira.....63

As viagens de José da Costa Diogo pelo Brasil central setecentista

Deusdedith Alves Rocha Junior..... 75

Fronteiras e sertão: aspectos da formação da vila de Campanha da Princesa

Edna Mara Ferreira da Silva.....89

O oficialato mecânico e o espaço urbano de Mariana no período colonial em perspectiva

Fabrcício Luiz Pereira.....101

Um porto sempre por achar: caracterização dos principais portos das Capitanias de Pernambuco e Itamaracá <i>Josué Lopes dos Santos</i> <i>Pollyana Calado de Freitas</i>	113
A aclimatação da mangueira na Amazônia luso-brasileira durante o século XVIII <i>Luis Otávio Viana Airoza</i>	124
“Nesta longínqua conquista”: linguagem, fronteira e contestação <i>Marco Antonio Silveira</i>	137
Representações da paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na escrita do governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares (século XVIII) <i>Otávio Ribeiro Chaves</i>	148
Historia ambiental e fabricação de madeiras na Capitania do Pará setecentista: Alguns apontamentos <i>Regina Célia Corrêa Batista</i>	162
Território e Conflito: A Ilha de Itamaracá e a organização socioeconômica de uma Capitania do norte do Brasil <i>Rodrigo Ibson da Silva Oliveira</i> <i>Ana Lúcia do Nascimento Oliveira</i>	172
Imagens da Amazônia colonial: os comissários demarcadores e seus limites <i>Wesley Oliveira Kettle</i>	182

Rumo aos ventos do Oeste: o rio da Madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639-1723)

Alik Nascimento de Araújo¹

Descrições e pretensões: as políticas reinóis e o *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*

Pedro Teixeira iniciou sua exploração sobre o curso do rio Amazonas em 1637 alcançando Quito, no Vice-Reinado do Peru e de lá adentrou as águas do rio Napo-Aguarico, baixando em direção a Belém onde chegou no ano de 1639.² Motivada por um projeto de reconhecimento e incorporação das terras do norte ao Brasil, a viagem protagonizada por Pedro Teixeira foi uma das primeiras grandes navegações da qual apresentou uma descrição mais detalhada da região da Amazônia Central.

O Rio Amazonas, que corta a planície aproximadamente ao meio, é navegável em toda a sua extensão, da mesma forma que longos trechos dos seus principais afluentes: a extensão navegável, interligada dessa gigantesca malha hidrográfica, ultrapassa os 25 mil quilômetros. Considerando que quase todo o território era coberto de florestas contínuas, compreende-se que sua ocupação tenha-se dado, até meados do século XX, exclusivamente ao longo dos rios.³

Ainda vigorando a política de União das Coroas Ibéricas (1580-1640), a empresa de Pedro Teixeira vivenciou os tempos do reinado de Felipe III (1621- 1640). O governo do monarca espanhol em Portugal foi marcado por conflitos oriundos do ministério de D.Gaspar Guzmán – conde de Olivares –, responsável pela insatisfação de diversos setores sociais em Portugal; sobretudo pela existencia de uma rede de clientelismo do conde Olivares que ia de encontro aos interesses dos negócios da elite lusitana.⁴

Na perspectiva de Pedro Cardim sobre a última administração de um rei espanhol acorda que

¹ Mestranda em História Social da Amazônia- UFPA- bolsista CAPES.

² REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O deslocamento da fronteira”. In: **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Belém: SECULT, 2 ed., 1993, 2v, p.12.

³ PORRO, Antonio. “Os povos da Amazônia e a chegada dos europeus”. In: **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 12.

⁴ CARDIM, Pedro. “O processo Político (1621-1807): D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal**. O Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998, p. 403.

Com a subida de D.Filipe, tinha início mais um capítulo da história de Portugal enquanto parte integrante da Monarquia Hispânica, um heterogêneo aglomerado de estados e de territórios governados pela dinastia dos Habsburgo. Portugal ainda preservava um estatuto político independente desde 1580, continuando a manter a sua autonomia político-jurisdicional, mas apresentando, no entanto, laços cada vez mais fortes com a Espanha.⁵

O atrelamento político entre lusos e castelhanos facilitou a entrada das navegações portuguesas e reconhecimento de rotas fluviais como as do rio da Madeira. O domínio espanhol não eximiu os portugueses a dar início as incursões sobre tropas francesas em São Luís do Maranhão e aos holandeses no baixo Amazonas, resultado da dedicação em conservar essa “autonomia portuguesa” principalmente, no que tange aos domínios na América.⁶

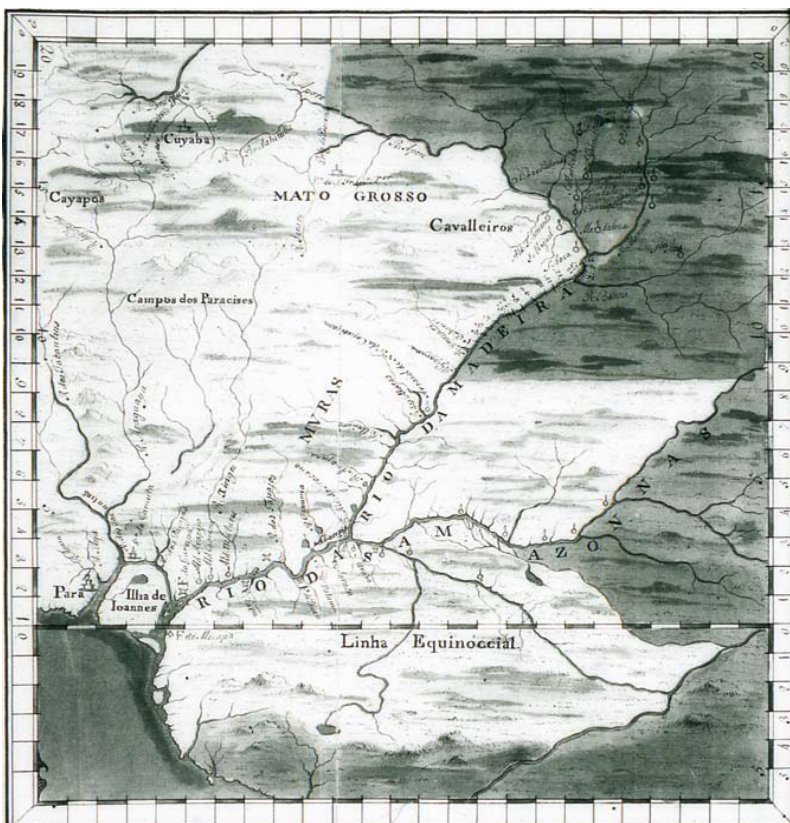
O rio madeira localiza-se na região da Amazônia centro-meridional, com sua nascente em terras bolivianas; mais propriamente no rio Beni na cordilheira dos Andes. À medida que o Beni encontra com a margem esquerda do rio Mamoré é iniciada a formação do rio da Madeira que ocupa uma extensão de aproximadamente de 3.315 km até a sua foz na região central do rio Amazonas.⁷

As relações ibéricas são, por excelência, elementos fundamentais ao entendimento das políticas de ocupação implementadas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Nossa abordagem toma como objeto as noções de fronteira, ou melhor a preocupação dos colonizadores em reconhece-las, delimitá-las e protegê-las, entendendo que, a época, a extensão do rio da Madeira dividia-se entre os domínios lusos e a rota de acesso aos rios Madre de Deus, Beni e Mamoré que levavam a importantes áreas de controle espanhol, potencializando os interesses sobre o domínio de suas vias; ou seja, o poder de circulação, povoamento e exploração de seus recursos; assim como o controle sobre uma diversidade de populações indígenas que nele habitavam.

⁵ *Ibidem*, p. 401.

⁶ Sobre portugueses e fronteiras na Amazônia colonial, ver: REZENDE, Tadeu V. F. **A conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: a definição das fronteiras. São Paulo: Tese de doutoramento em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

⁷ TEIXERA, Sheila Gatinho & MAIA, Maria Adelaide Mancini. “Análise da Dinâmica das Margens do Rio da Madeira (AM) no período 1987 à 2007, a partir de Imagens de Sensores Remotas Ópticos”. In: **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal: INPE, 25-30 de abril 2009, p.1559-1566.



Mapa da rota dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé ligando Belém do Pará ao Mato Grosso. [ca. 1752]. ALMEIDA, André Ferrand de. *In. Anais do Museu Paulista*. v. 17. n.2. jul.-dez. 2009, p. 222.

Na tentativa de identificar as ameaças espanholas frente aos projetos de domínio e ocupação lusa do oeste amazônico, nos coube deixar clara a relevância que o contato e controle sobre as populações indígenas exerciam sob todo esse processo. Os anseios pela submissão política desses povos alcançavam amplos significados, que iam desde a representação de uma fonte inesgotável de trabalhadores até um importante garantia da conquista de seus colonizadores.⁸

A descrição da fauna, da flora e da demografia que habita o Madeira são elementos produtivos de um sentido de natureza, que podem ser dados e\ou reinventados a partir do tempo e das formações sociais. Com isso, é possível “falar

⁸ Como representante dessa perspectiva temos o trabalho sobre a história dos índios do rio Branco de FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões** – os povos indígenas do rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

de uma tradição ambiental – formada por experiências históricas de aproximação e valorização da natureza, mas também de temor de afã de dominação”.⁹

Mesmo tendo informações da presença jesuíta no Estado do Maranhão e Pará desde 1635, sua efetiva instalação foi dada a partir da chegada de Antônio Vieira em 1650.¹⁰ Os relatos dos cronistas religiosos aqui selecionados nos auxiliam no fornecimento de noções geográfico-espaciais básicas do rio da Madeira e seus afluentes; no entanto, representam momentos históricos distintos e refletem necessidades inerentes as relações metrópole-colônia que influenciaram na construção dessas narratividades.

O objetivo da primeira viagem de Pedro Teixeira estava em colher dados geoconômicos do rio Amazonas que fossem do interesse da Espanha. Por segurança dessas informações a viagem de volta de Teixeira foi acompanhada pelo jesuíta Cristóbal de Acuña- reitor do colégio de Arenca- juntamente a seu companheiro de ordem Andrés Artieda. A navegação de Teixeira saiu de Quito a 16 de fevereiro de 1639 e chegou ao Pará em 12 de dezembro do mesmo ano.¹¹

A partir dessa descrição dos caminhos que levam ao Amazonas, obteve-se o primeiro grande relato sobre o rio da Madeira e suas povoações. Seguindo a instrução dada por Suarez de Pago- fiscal da Chancelaria de Quito-, o religioso de Santo Inácio se preocupou em fazer anotações minuciosas de tudo o que via, prática que também atenderia as vontades do presidente de Quito, D.Alonso Perez de Salazar.¹²

O livro de Acuña dando notícias de um *Novo Mundo* foi dedicado ao excelentíssimo e polêmico Conde de Olivares afirmando que não poderia haver outro

(...) que se ostente de los acrecentamientos de su Rey; no se retirara, rezelando [revelando] nuevas dificultades; si no el que quanto [cuando] mayores, mas las apetece, para que mas larga su amor, mas su fidelidad? Y quien, para dizir [decir] lo de una vez, si no el Excelentissimo señor Conde Duque, podrá [sic] tan onerosa empresa, de q depende la conversión de infinitas almas,

⁹ CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. In: **CONFLUENZE**. Dipartimento di Lingue e Letterature Straniere Moderne, Università di Bologna. Vol. 1, n° 1, p. 138, 2009.

¹⁰ “Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores”: A Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas: Número especial, p. 61-82, out 2011. Disponível no site: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/art04_43e.pdf

¹¹ GODIM, Neide. “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”. In: **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 93-94.

¹² *Ibidem*.

el acrecentamiento de la Real Corona, y la defensa, y guarda de todos los tesoros del Perú?¹³

A dedicatória e exaltação à Olivares, assim como vários trechos da obra, justificam o trabalho tido pelo jesuíta com a descrição e as informações das rotas fluviais de Quito ao Pará, servido de apóio a soberania espanhola dentro das campanhas de ocupação territorial em detrimento aos interesses lusitanos.

Durante o ministério do duque de Olivares, as primeiras décadas do XVII, partes das rendas de várias partes da monarquia das Coroas ibéricas foram encaminhados a projetos militares que priorizavam os interesses espanhóis; utilizando-se ao máximo dos recursos financeiros portugueses. Foram os casos da *União das Armas* e o início de uma empresa militar que visava expulsar os Nearlandeses de terras brasileiras sobre as diretrizes de oficiais espanhóis, momento que ficou conhecido como *Restauração da Bahia*.¹⁴

Os novos *investimentos* de Olivares vieram acompanhados a uma rígida política de tributos fiscais dando abertura a formação de grupos de oposição, compostos não apenas por comerciantes insatisfeitos, como também provocou a revolta de importantes famílias da oligarquia portuguesa tanto em Madri quanto em Portugal.¹⁵

O caminho retratado pelo *Nuevo descubrimiento* ganha o sentido de que a exploração do Amazonas e seus afluentes reponderiam as necessidades pelas quais o reino enfrentava, principalmente no que concerne as questões econômicas e religiosas. A descrição do *Gran rio de la Madera* acompanha esse propósito. Começa com explicação do nome dado pela referência que os portugueses fizeram a grande quantidade de madeira grossa trazido por suas correntes; no entanto, para os nativos receberia o nome de *Cayarú* e que

Desciende de la banda del Sur, y según lo que averiguamos, se forma de dos caudalosos os que algunas leguas adentro se le juntam [juntan]; por lo cuales[cuales], según buenas demarcaciones, y según las señas de los Tupinambàs, que por el bajaron es por donde mas en breve que por parte alguna se ha de descubrir salida a los mas cercanos ríos de la comarca de Potosí.¹⁶

¹³ ACUÑA, Christobal de. “Ao excelentissimo señor Conde Duque de Olivares”. In: **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madrid: Imprensa del Reyno, 1641.

¹⁴ CARDIM. “O processo Político (1621-1807): D. Filipe III (1621-1640). Do consenso à rebelião”... p. 401.

¹⁵ *Ibidem*, p. 402.

¹⁶ ACUÑA, Christobal de. “Numero LXVIII: Prosigue el viaje del rio de la Madera”. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**...

Essa navegação se deteve a exploração da parte do rio que o liga ao Amazonas chegando apenas até a ilha de Tupinambarana no início da embocadura, no entanto, o autor deixa clara a possibilidade de caminhos que os leve a rios da comarca de Potosí a partir da exploração da parte sul desse afluente.

Apesar das tentativas em definir as fronteiras como linha assinalada- tal qual regia o tratado de Tordesilhas (1494)- a implantação dessas noções européias encontraram obstáculos na realidade amazônica, visto que, o tráfego fluvial era o principal mecanismo que viabilizava o reconhecimento do território e a imprecisão de seus destinos e todo a situação de *desconhecimento* vivida pelos desbravadores do XVII, acabaram por despertar a necessidade de se pensar uma lógica própria de demarcação dessas fronteiras, ou melhor *zonas de fronteiras*, pois, os rios funcionariam como “degraus divisórios, muitas vezes; mas nem sempre. Entre elas, há traços-de-união. ‘Longas pontes’, como dizemos nós, calçadas firmes e estáveis”.¹⁷

Essas questões deram surgimento a uma problemática que orientou expedições e tratados dos séculos seguintes, pois, “as discussões em torno da ocupação econômica do espaço e do povoamento (...) foram dominadas por esta preocupação – compreensível diante da extensão do território, da imprecisão de suas fronteiras, e das ‘ameaças’ que constantemente o assediavam”.¹⁸

Para além das madeiras encontradas nessas margens e da possibilidade de um posicionamento estratégico, o cronista chama a atenção para outro atrativo às expedições espanholas: os índios.

De las naciones deste rio, que son muchas, las primeras se nombran Zurinas, y Cayanas, y luego se van siguiendo los Ururilhaus, Anamatis, Guarinumas, Curanaris [sic], y Abacatis. Y desde la boca deste rio, corriendo por el de las Amazonas abaxo [abajo] le pueblan los Zapurayas, Uruburingas, que son muy curiosos en labrar cosas de madera tras estos se siguen los Guaranaguaras, Maraguas, Quimaus [sic.], Punouys, Oregatus, Aperas, y otros cuyos nombres no pude con certeza averiguar.¹⁹

Vários outros grupamentos gentílicos, seus costumes e habilidades são relatados na obra.

¹⁷ Sobre os rios como “Fronteiras naturais” ver FEBREV, Lucien. “Os temas do Reno”. In: **O Reno**; história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 85.

¹⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Introdução”. In: **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p. 27.

¹⁹ ACUÑA, Cristóbal de. “Numero LXVIII: Prosigue el viaje del rio de la Madera”. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas...**

A importância desse dado vigora pela necessidade de trabalhadores pela qual passava as minas de Potosí. Essas informações lançariam a possibilidade de sanar tal problemática fazendo uso das densas populações que habitavam os afluentes amazônicos, tendo em vista que atividades mineiras na América espanhola levaram a um quadro social onde “El capital humano fue destruido, malgasto, reducido em una proporción que investigaciones recientes estimam em uma cifra cercana o mayor al noventa por cento em certas regiones”.²⁰

A ilha de Tupinambarana ocupa um local espacial na obra do religioso. Localizada a vinte e oito léguas da boca do Madeira seria habitada pela bravia e temida nação dos Tupinambás. Seria uma bela localidade com mais de sessenta de largura e supõe ter mais de cem de circuito. As promessas de fartura e fertilidade são aumentadas pelo suposto relato desses índios bravios afirmando que seguindo ao sul do Madeira a terras ricas em bens como sal e cacau, assim como outras nações gentílicas.

Os relatos fantásticos de Acuña atrelados a uma conturbada política de união artificial dos reinos ataçavam a cobiça pela conquista das terras do *Novo Mundo* e a desconfiança entre súditos de Castilla e lusitanos.

No início do século XVII os conhecimentos hidrográficos dessa região ainda estavam restritas às áreas mais próximas ao Amazonas, no entanto, as expectativas de novas rotas ao Perú descendo o Madeira transformam os planos de implantação de *Limites*, no sentido de divisão de territórios pelo oeste Amazônico, principalmente nos anos finais do seiscentos até a primeira metade do XVIII, tornando mais forte a necessidade da delimitação de *Fronteiras* no sentido militar, de proteção e manutenção dos territórios o que se tornava latente ao sentir tamanha proximidade do inimigo.

Aos olhos de Lisboa: João Felipe Bettendoff e as missões jesuíticas no rio da Madeira

Os anos do reinado de Felipe III contaram com uma efeméride de eventos que levaram a deposição do rei e ao fim da União Ibérica. Apenas em fins da governança de D. Afonso IV (1656-1668) e da coroação de D. Pedro II (1668-1706) que os ares políticos de Portugal puderam viver tempos mais brandos.

Ficou igualmente demonstrado que a luta política deste período não é redutível a um antagonismo bipolar entre a coroa, por um lado, e os diversos grupos sociais, por um outro. Pelo contrário a situação mais comum era a interdependência e a colaboração

²⁰ JARA, Álvaro. “Ocupación de la tierra, poblamiento y frontera (elementos de interpretación)”. In: **Tierras Nuevas: expansión territorial y ocupación del suelo en América** (siglos XVI-XIX). México: El Colegio de México, 1973, p. 6.

entre as diversas sensibilidades que integravam a coroa, e as várias forças sociais portadoras de capacidade política.²¹

A Fazenda real havia sofrido consideráveis aumentos das rendas com a Alfândegas e a Casa de Lisboa; entretanto, ainda estava sob o pesar do compromisso da receita com juros, tenças e despesas de guerra até 1681.²² A necessidade de consolidar a política bragantina e as pressões econômicas derivadas desse processo, voltaram as atenções para o outro lado do Atlântico. Nesse contexto de inserção portuguesa dentro de seus domínios, o oeste amazônico também contará com a presença de navegações de reconhecimento e povoação, principalmente através da iniciativa missionária na região.

A dominação portuguesa da Amazônia durante o século XVII significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica. Esta última foi identificada pela historiografia com os esforços dos portugueses na busca pelas drogas do sertão e pelos escravos indígenas e com a atividade das ordens missionárias, principalmente os jesuítas.²³

Considerando a importância das narrativas missionárias a *“Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”*, do jesuíta luxemburguês João Felipe Betendorff (1625-1698), nos possibilita uma compreensão de elementos mais cotidianos das transformações e construções de um vale amazônico em fins do XVII. O inaciano desembarca a 20 de janeiro de 1661 no porto de São Luiz do Maranhão chegando a Belém do Pará em fevereiro do mesmo ano.²⁴

Sua atuação na Amazônia Meridional, incluindo os rios Tocantins, Xingú, Tapajós e Madeira colaborou com a edificação de um verdadeira “geografia amazônica” no baixo e médio Amazonas e pelo litoral do Maranhão, fruto de estratégia desenvolvida entre 1653 e 1758. Tudo isso com a finalidade de estruturar as missões jesuíticas junto aos nativos do litoral Atlântico nos trechos de São Luis e Belém; “Ainsi les religieux de Saint Ignace ont montré leur clairvoyance en pénétrant

²¹ CARDIM, Pedro. “D. Afonso VI (1656-1668). A ‘privação’ do conde de Castelo Menor”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal...**, p. 410.

²² Análise da tabela: “Evolução dos juros, tenças e ordenados (1607-1681)” e do gráfico “1681- Despesas”. HESPANHA, António Manuel. “A Fazenda. O cálculo financeiro do Antigo Regime”. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal...**, p. 208-209.

²³ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Capitania, sesmarias e vilas”. In: **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)...**, p. 81.

²⁴ ARENZ, Karl Heinz. Les frontières naturelles et politiques en amazonie au XVIIIe siècle. In: **De l’Alzette à l’Amazone: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)**. Sarrebruck: EUE, Tese de doutoramento, 2010, p. 13.

et en gérant cet espace encore peu connu à partir de ses grands axes naturels : l'Amazone en direction est-ouest et ses affluents en direction nord-sud".²⁵

João Felipe Bettendorf assumiu o cargo de superior da Missão em 1668 a 1674 e depois de 1690 a 1693. Sua representabilidade na província o levou ao cargo de reitor dos colégios do Maranhão em 1674 e em 1690 e os seus últimos dias passou cuidando do colégio do Pará o qual havia assumido desde 1694.

Sua experiência pelo rio da Madeira, principalmente na ilha de Tupinambarana não compartilhava da visão edênica que Acuña tão bem defendeu em seus escritos. Em viagem junto ao Padre Pedro Luís visando construir uma nova igreja dedicada a São Miguel Bettendorff fala da dificuldade em instruir os índios que lá habitavam, situação agravada por não haver lá um lugar para propício para repousarem.²⁶

Procurando uma descrição mais afastada dos elementos fantasiosos trazidos pelas crônicas anteriores, Bettendorff não se preocupa em apresentar os embaraços vividos junto ao meio biótico e os povos indígenas. Como exemplo dos vários incômodos narrados, podemos citar o incômodo que sofreu com a presença de moscas e mosquitos em Tupinambarana; fazendo com que os próprios indígenas chegassem a dormir fora de suas casas em volta de enormes fogueiras, na tentativa de combater os ataques dos insetos.

Toda a aldeia parecia um só incêndio infernal – e mesmo assim, eles, na verdade, não ficaram livres das moscas. Ao pôr do sol nós mandamos que nossa canoa fosse conduzida até ao meio do rio; e ao cair da noite nós nos retiramos– embarcados numa outra canoa menor – até aquela para poder dormir ao menos um pouco. Mas, apraga insuportável embarcou conosco e não nos deixou descansar nem que seja um momento.²⁷

O convívio com os Iruri apresentou outro conflito próprio dessa interrelação de missionários e indígenas: a permanência das tradições.

Esses índios do baixo Madeira eram conhecidos por sua estruturada forma de governo nas quais a hierarquia se baseava em relações parentais e meritocráticas, dividindo a sua população em principais e vassalos.²⁸

²⁵ *Ibidem*, p. 29.

²⁶ Carta ânua do Padre João Felipe Bettendorff, [Superior] de toda a Missão do Estado do Maranhão, escrita no ano de 1671, no mês de agosto, ao Nosso Muito Reverendo Pai, o Padre João Paulo Oliva, Prepósito Geral da Companhia de Jesus. ARSI, p. 15.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ BETTENDOFF, João Phelippe. In: PORRO, Antonio. **As crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as populações indígenas da Amazônia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992, p. 17.

Apesar de já ter estabelecido um trabalho de catequização entre os silvícolas, ainda eram costumes antigos mantidos que configuravam empecilhos ao trabalho missionário sendo assim, uma problemática maior para a conquista da região.²⁹

A política portuguesa de conquista da amazônia teve a iniciativa de implementar outras formas de ocupação desse território tão vasto, assim aumentavam as chances de legitimar o seu domínio, visto que somente o trabalho junto as populações indígenas não estavam suprindo suas expectativas imediatas. Essa situação motivou o envio de degredados do reino que além de contribuírem aos plano de povoamento, em sua maior parte engrossavam as tropas que eram tão precárias no Pará e no Maranhão.³⁰

Para além do reconhecimento a Conquista: Francisco Melo Palheta e a navegação de 1723

Arthur Cezar Ferreira Reis ao tratar das “glórias” alcançadas pelas armas luso-brasileiras sobre o rio Madeira -e também nos vales do Rio Negro, Branco dos Solimões- seriam reflexos do sucesso sobre os grupos indígenas dos *Manao*, *Maitapera*, *Torá* e *Caiuvicena* possibilitando a abertura dos caminhos a eficaz ocupação dessas vias.

Nos discursos inflamados do autor “o domínio sobre a população gentia não sofrera mais contestação possível. A severidade da ação militar, a maneirosidade dos Religiosos tinham encerrado dúvidas”.³¹

A expedição feita por capitão Francisco Melo Palheta, ocorrida em 1722, seria um exemplar de uma “gigantesca irradiação para o oeste”,³² com a finalidade de conhecer e conquistar os últimos limites do rio da Madeira. Entretanto, a motivação capital estava em identificar o nível da presença espanhola na região através do mapeamento e análise da povoação de Santa Cruz de Cajuava.³³

²⁹ Tendo por exemplo dessa relação com os Iruri a permanência do culto aos mortos que tinham por prática enterra-los dentro de suas casas em caixões ou árvores ocas e sofriam represálias dos missionários. BETTENDOFF, João Filipe. “Dá-se conta do estado da Missão do rio da Madeira e dos Tupinambaranas”. In: **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 562.

³⁰ Sobre o assunto é indicado o artigo de AMADO, Janaína. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial”. In: **História, Ciência e Saúde-Manguinhos**. vol. VI páginas 813-832, setembro 2000.

³¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O deslocamento da fronteira”..., p. 15.

³² Essa percepção é explicada por REIS. *Ibidem*, p. 12 – 13.

³³ CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 283.

A cidade dos S.tos Reis dos Catilhanos (Athê donde dizem que chegua) tão bem se não sabe pelo inacessível paço com que fazem innavegavel as muitas Cachoeiras. O capp.m da Goarda Fran.co de Mello Palheta indo desta Cidade no descobrimento dos últimos Lemitos destte Ryo chegou a catorze grãos e meyo norte e sul de donde se apartou por aquelle embaraso das Cachoeiras entrou por outro chamado Manurê athê a Aldea dos Castelhanos de Santa Cruz de Cajuáva e a distancia em que esta fica do Para serâ de trezentas e sessenta Legoas, e da boca do mesmo Ryo da Madeira que dezemboca como já diçe no das Amazonas duzentas e trinta: nesta pode V. Mag.de tão bem fazer se for servido muitos descimentos, acrescentar e estabelecer várias Aldeas.³⁴

O governador do Maranhão Alexandre de Sousa Freire apresenta uma estratégia de inserção portuguesa a esse aldeamento espanhol de Santa Cruz de Cajuará através do rio da Madeira tendo por local ponto de abastecimento das tropas de expedição as aldeias estabelecidas nesse rio como Matuará e a aldeia dos Abacaxis, fundada desde o tempo de Bettendorff esendo habitada com uma considerável quantidade de índios.³⁵ Entretanto, o governador alertava da resistência que possivelmente esses viajantes encontrariam por conta da extrema autoridade que o missionário padre João Sampaio exerce nessa localidade.

Nesta Aldea nova das Cachoeiras assiste Pe. João de Sampaio da Comp.^a mudado p^a ella da Aldea dos Abacaxiz, adonde com absoluto imperio erigio Pelourinho, estabeleceu Cadeya, profundou masmorras em que castigava cruelmente se excessão de pessoa a todos os que na dita Aldea aportavão fazendose Juis Arbitro das acõins puniveis e pela dureza da sua Condição se tem quazi despovoada como me informarão a nova Aldea das Cachoeiras do Ryo da Madeira p.^a donde daquella foi mudado havia outra Aldêa no mesmo Ryo da Madeira entre a que agora se acha de novo e a boca da barra delle chamada Matuará populozissima e abundantissima não só de gentes mas de mantimentos, de donde se provião todas as Canôas de V.Mag.de, e dos seus vaçalos quando passavão a qualquer expedição.³⁶

³⁴ Carta do governador do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao rei D. João V, em resposta à provisão sobre as aldeias das missões nos rios Madeira e Tapajós. 10/09/1728, Belém do Pará. AHU, Pará, cx. 16, doc. 1670.

³⁵ BETTENDOFF, João Felipe. “Dá-se conta do estado da Missão do rio da Madeira e dos Tupinambaranas”. In: **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 562.

³⁶ *Ibidem*.

E aproveita para criticar e denunciar abusos que teriam sido cometidos pelos missionários junto às populações indígenas recomendando ao rei que

O meu parecer Hê que nenhum dos Missionarios tenha administração temporal dos Indios, atenta a conveniencia da Real fazenda de V.Mag.de, e do bem comum de todos os seus vaçallos de que ella e alimenta e que p^a atal administração, haja em cada Aldea Seu cabo sугейto ao General deste Estado sobre quem este tenha jurisdição Coactiva e se lhe tire todos os annos residencia e que estes mesmos sejam os que fação os descimentos Levando com sigo os Padres que sô administrarão espiritualmente As Aldeas tendo seu Missionario em cada Huma e não Seu P^a Missionar tantas como v.Mag.de tem ouvido.³⁷

A passagem do século XVII para o XVIII configurou uma corrida expansionista através da fundação de missões e fortalezas no sentido de garantir e povoar territórios e rotas fluviais como elementos legitimadores dos poderes das nações ibéricas dentro do espaço sulamericano.

O domínio sobre o rio da Madeira se tornava cada vez mais fundamental as pretensões portuguesas. O reinado de D. João V (1706-1750) ainda sofria as pressões políticas e econômicas dos gastos tidos desde os tempos da União das Coroas. A manutenção dessas relações de animosidade diplomática com o seus a França, restando lhe o auxílio britânico.³⁸

O estado de crise e a necessidade de restabelecer um equilíbrio econômico a casa bragantina passou deu uma centralidade a definição e defesa das fronteiras na América portuguesa.

Embora os feitos portugueses no Oriente fossem celebrados com inultrapassáveis encômios e para lá se encaminhassem como vice-reis alguns dos mais destacados fidalgos do Reino já na década de quarenta (...) a verdade é que desde 1736 (...) que a presença portuguesa na Índia entrara numa fase de irreversível declínio. Pelo contrário, o Brasil registrava um momento de grande prosperidade econômica e de apreciável crescimento demográfico, nele se ancorando, em larga medida o equilíbrio financeiro da monarquia.³⁹

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ SUBTIL, José. “D. João V (1706-1750). O ouro, a corte e a diplomacia”. In: HESPAÑA, António Manuel (org.). **História de Portugal...**, p. 413.

³⁹ *Ibidem*, p. 414.

As décadas que se passaram os espanhóis se dedicaram a responder à ocupação lusitana pelo rio da Madeira, Guaporé, Mato Grosso, Solimões e vale do rio Negro os com a fundaram as missões de Chiquitos, Moxos, Mainas, Putumayo e Orenoco.⁴⁰

O reconhecimento e domínio sobre os rios de forma alguma eram coadjuvantes nessa corrida pela garantia e manutenção de territórios e das populações indígenas nas terras do *Novo Mundo*. Para a realidade amazônica, os estudos sobre os rios nos permitem identificar diferentes olhares sobre uma mesma natureza se tornando ativa e integrante na construção das dinâmicas sociais, pois “embora o poder imperial sempre fluísse com os rios, os cursos d’água não são os únicos elementos da paisagem que transportam a carga da História.”⁴¹

O estudo sobre a relação do rio da Madeira com os conflitos ibéricos merecem um abordagem mais aprofundada, visto que esses primeiro “olhares” e contatos deram abertura a complexas discussões das décadas seguintes. Dentre as tantas possibilidades que podem ser consideradas temos a forte resistência dos índios Mura e outras nações de *corço* ao planos coloniais; a navegação de José Gonçalves e as definições territoriais do Tratado de Madri de 1750 entre outros caminhos que nos fazem repensar sobre a complexidade dos planos de ocupação portuguesa na Amazônia.

⁴⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. “O deslocamento da fronteira”..., p. 16.

⁴¹ SCHAMA, Simon. Introdução. In: **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 15.

Os braços de Diké: fronteiras da justiça oficial em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX

Álvaro de Araujo Antunes¹

Esta comunicação apresentará alguns apontamentos acerca da prática, dos agentes e das fronteiras, sociais e geográficas, da justiça em Minas Gerais, mais especificamente na Comarca de Vila Rica, entre os anos de 1711 e 1888. A abordagem deste amplo período foi possível graças à coleta de informações variadas sobre o funcionamento e a estrutura da justiça em Minas Gerais, tomando como fonte as notificações.² As notificações são um instrumento jurídico que busca informar e solicitar providências acerca de uma determinada questão judicial. A partir das notificações foi contabilizada uma série de dados referentes à justiça oficial na comarca, tais como o nome, a função e a formação dos agentes da administração jurídica, o perfil dos réus e autores, a natureza das demandas etc. No que diz respeito à prática da justiça propriamente dita, esta comunicação apresenta algumas informações qualitativas retiradas de uma gama variada de processos judiciais referentes à segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Logo de início, vale afirmar que a justiça, oficial ou não, é entendida, essencialmente, como uma prática, uma ação. Como ação, a justiça invoca e envolve mais que a lei. Como ação, a justiça depende dos agentes que a instala, executa e conforma. Consequentemente, na prática da justiça converge um universo amplo de relações que abrangem normatizações nem sempre evidentes e forças nem sempre expressas que não podem ser ignoradas. Neste sentido, no âmbito da justiça oficial, há de se ponderar, por exemplo, sobre os interesses, as formações e as relações sociais dos homens da lei. Considerar a justiça como uma prática é trazer ao rés-do-chão algo que permaneceria intangível ou distante, se consideradas apenas as leis, as estruturas ou a alçada régia em executar a justiça.

Esta comunicação discutirá, brevemente, os alcances e limites da justiça oficial. Trata-se de uma escolha operacional que, em razão dos limites do presente texto, não analisa outras formas de ordenamentos, normatizações e justiças sociais, muito embora as leve em consideração. Assim, em um primeiro momento, analisaremos as “fronteiras” ou propriedades da justiça, enquanto conceito.³ Em seguida, serão

¹ Prof. Adjunto DEHIS/UFOP.

² O Projeto Notificações recebeu financiamento da FAPEMIG e encontra-se em vias de ser concluído. Atualmente, o professor Marco Antonio Silveira desenvolve, com o apoio do CNPQ, uma análise das notificações de Mariana e Vila Rica em uma perspectiva comparativa.

³ O direito costumeiro e a justiça dos rústicos são algumas expressões das amplas formas legais que poderiam ter uma existência à margem da estrutura jurídica oficial. Em certas ocasiões, essa forma de “justiça paralela” foi entendida como antagônica àquela produzida e

apresentados alguns dados quantitativos que permitem pensar o alcance social e geográfico da justiça em Mariana para o século XVIII e XIX. Por fim, serão considerados alguns empecilhos ou limites internos à própria justiça oficial na segunda metade dos Setecentos e no início dos Oitocentos.

Justiça: uma definição, uma ação

Ao se retomar a definição de justiça, não há a pretensão de se fazer, propriamente, uma história do conceito, mas, sim, de se estabelecer alguns parâmetros de análise e princípios de investigação. No âmbito do direito, havia uma tradição literária – circulante em Portugal e na América portuguesa - que considerava a justiça como uma espécie de “ação potencial”. Por definição, a justiça seria uma virtude ou vontade que conferiria a cada qual aquilo que lhe era próprio por direito.

Como afirma uma larga tradição historiográfica, a formação e o fortalecimento gradual do Estado português dependeram, em grande parte, da assimilação do exercício da justiça pelo rei.⁴ Em verdade, a justiça foi considerada, por diversos pensadores da época moderna, não apenas para o caso de Portugal, como uma das principais protagonistas no enredo de “sociogênese” do Estado.

A justiça e os direitos oficiais teriam surgido com a instituição do Estado e, ao mesmo tempo, assegurar-lhe-iam a existência na medida em que serviriam de mecanismos de ordenação social: “onde não há Estado, nada pode ser injusto”, escreveu Hobbes. Para potencializar seus efeitos ordenadores e assegurar sua legitimidade, esse poder deveria ser reconhecido pela sociedade. Contribuiria para isso o receio de ameaças, internas e externas, que colocavam em risco a paz, a vida, a honra e a propriedade.⁵ O Estado deveria assegurar a integridade desses bens sociais

normatizada pelo Estado. Em outros momentos, o direito das gentes e o direito comum são apontados como fontes de inspiração da legislação positiva, isto é, aquela produzida pelo rei. A existência de uma forma de ordenamento não oficial foi considerada por diversos autores como, por exemplo, HESPANHA, António M. Sábios e Rústicos: A violência doce da razão jurídica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 25/26, p. 31-60, Dez., 1988.

⁴ Há de se considerar, contudo, o anacronismo de se projetar, sobre a organização da nascente Coroa portuguesa, uma lógica teleológica e infalível de constituição do Estado moderno. Cf. HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político Portugal (séc. XVII). Coimbra: Livraria Almedina, 1994, p. 27 *et seqs.*

⁵ “Os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém [...] A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros, garantido-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade.” HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de**

e, para isso, fazia uso da Justiça que, para Hobbes, era caracterizada como “a vontade constante de dar a cada um o que é seu”.⁶

Um século depois, o autor português de *Prática Criminal Expandida na Forma da Praxe*, Manoel Lopes Ferreira, considerava que “sem rei e sem Justiça tudo são roubos e latrocínios”.⁷ Há na perspectiva de Ferreira uma clara valorização da figura do rei, a quem atribui o dever de fazer justiça. Em meados dos Setecentos essa posição foi ratificada ao considerar-se a justiça como um dever régio indispensável à sustentação do Estado e ao ordenamento da sociedade. Francisco Coelho de Souza Sampaio, jurista português de fins do século XVIII, destaca que o primeiro “ofício do imperante é regular as ações dos súditos em benefícios da Sociedade e dos seus membros, cujo regulamento se chama Lei”.⁸ A regulamentação seria expressa na lei positiva, aquela produzida pelo rei. Nota-se, então, uma nítida valorização dos códigos legais, em detrimento das praxes, do direito comum e dos seus comentaristas, como determina a chamada lei da Boa razão, de 18 de agosto de 1769.⁹

A lei deveria incorporar a Justiça, tendo que ser justa e racional, mas também útil ao Estado e ao povo. O rei contribuiria com a conservação da ordem, zelando pela paz por meio do exercício legislador e da justiça. Como observou Antônio de Souza Macedo: “o fim ou objetivo da jurisprudência, não é só a decisão das demandas [...], mas igualmente o político decoro do governo na paz, as legítimas conveniências da república na guerra [...] a decente soberania com os vassallos”.¹⁰ Macedo confere uma função policial à jurisprudência e evidencia uma preocupação com o controle social que poderia se aproximar da perspectiva dos autores que

um Estado eclesiástico e civil. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 2 ed., 1979, (os pensadores), p. 102 e 104.

⁶ A mesma definição é também encontrada no dicionário setecentista de BLUTEAU, Dom Raphael. **Vocabulário Português e Latino, áulico, anatômico...** Coimbra: Coleção de Artes da Companhia de Jesus, 1714, CD-ROM, v. 4, p. 232. e HOBBS. **O Leviatã ou a Materialidade...**, p. 86.

⁷ FERREIRA, Manoel Lopes. **Prática Criminal expandida na forma da Praxe...** Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Real Mesa Censória, Caixa 507.

⁸ SAMPAIO, Francisco Coelho de Souza. “Prelações do Direito pátrio, público e particular...”. In: HESPANHA, Antônio Manuel. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime:** coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 408.

⁹ ANTUNES, Álvaro de Araujo. Pelo rei, com razão: comentários sobre as reformas pombalinas no campo jurídico. **RIHGB.** Rio de Janeiro: a. 172, n. 452, p. 15-50, jul./set., 2011.

¹⁰ HESPANHA, Antônio Manuel. **Justiça e Litigiosidade:** história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 387.

pensam a Razão de Estado.¹¹ Para se assegurar o controle, concomitante ao direito de legislar, o rei tinha a obrigação de vigiar e inspecionar, exercendo sua autoridade, seu poder político, em especial sobre os agentes de governo.

Entrementes, ainda que vinculada ao Estado ou à figura do rei, a Justiça continuaria a ser descrita como uma vontade ou uma virtude de atribuir a cada qual aquilo que lhe era de direito.¹² As mudanças promovidas pelo fortalecimento do poder régio - enquanto legislador, executor da justiça, conformador de jurisprudência - teria que lidar com uma tradição, com as resistências e com o ritmo lento das mudanças de paradigma. A definição de justiça reporta a uma tradição assentada em Graciano, Peraldo, Justiniano! Uma tradição que entendia a justiça como sendo uma virtude ou uma vontade.

Enquanto vontade, a justiça é ação sempre em potencial. Como virtude, a justiça passa a ser uma qualidade moral, potência que se exterioriza na conduta do indivíduo em meio à sociedade.¹³ A justiça segundo S. Tomás, como salientou T. A. Gonzaga, tem por pressuposto fugir do mal e fazer o bem.¹⁴ Portanto, a ação justa não se reduziria ao rei ou ao Estado, mas poderia originar-se de qualquer indivíduo, desde que agisse em conformidade com princípios benévolos ou de acordo com um conjunto de leis, que, diga-se de passagem, seria mais amplo que o compendiado pelo direito positivo.

Seguramente, tal perspectiva amplia os parâmetros da lei e do direito e permite pensar em outras formas de justiça que não a oficial, que não a promovida pelo rei ou pelo Estado. Com isso, a justiça perde áurea dourada que a vincula à figura do monarca ou ao Estado moderno. Ainda que se pressuponha ou se afirme que o rei fosse o mais virtuoso dentre os homens, isso não lhe asseguraria o monopólio da ação justa, muito embora, virtualmente, o colocasse em uma condição privilegiada de julgamento. Contudo, entendida como uma qualidade guardada em potência, exteriorizada por meio da ação visando o bem e enquadrada nos amplos parâmetros legais, a justiça poderia nortear a ação não apenas do rei, mas de qualquer indivíduo.

Nesta linha de argumentação não se nega a existência de “pólos cosmopolitas”, representados pelo rei, pela Igreja, pelo latim, pelo *ius commune* etc.¹⁵ Mas não há como desconsiderar o multacentrismo, os direitos dos rústicos, das gentes, bem como as culturas políticas locais capazes de suscitar o novo, o completo diferente. É

¹¹ SENELLART, Michel. **As artes de Governar**: do *regimem* medieval ao conceito de governo. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 43, 2006.

¹² GONZAGA, Tomás Antônio Gonzaga. **Tratado de direito natural**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957, p. 125.

¹³ KELSEN, Hans. **A Justiça e o Direito Natural**. Trad. João Baptista Machado. Coimbra: Armênio Amado editor, 2 ed., 1979, p. 3.

¹⁴ GONZAGA. **Tratado de Direito natural**... p. 127.

¹⁵ HESPANHA, Antonio Manuel. Depois do Leviathan. **Revista do Almanaque Brasiliense**. São Paulo: n. 5, maio 2007.

possível que a distância, ou mais precisamente, as dificuldades de comunicação e vigilância entre os extremos dos domínios portugueses, influíssem no afrouxamento das amarras do controle, abrindo espaço para a divergência ou diferenciação. Porém, as alterações da justiça, enquanto prática diluída pela sociedade, devem ser buscadas também na multiplicidade das ações de dar “a cada qual a aquilo que lhe é de direito”.

Dos oficiais que representariam o poder régio nas distantes Minas Gerais era esperado um comportamento virtuoso e justo. De um lado, ansiava-se que agissem em conformidade com as determinações das *Ordenações*, das leis extravagantes, enfim, das leis positivas. Tal expectativa seria ainda mais evidente no consulado pombalino, que promoveria mudanças no âmbito da justiça, com destaque para a já referida lei de 18 de agosto de 1769. De outro lado, produzia-se um espectro imenso de interesses, leis e normas (direito costumeiro, direitos comum, direito natural, as leis da igreja etc) que ampliavam os parâmetros da virtude e da ação justa.

Enquanto ação em potência respaldada pela virtude, a justiça demanda uma abordagem mais ampla, que considere as diversas formas que ela assumia na sociedade. Mas, se é possível considerar essa diversidade de formas de expressão da justiça na sociedade, é também plausível considerar que, no âmbito do governo, a justiça fosse também plural e, por vezes, divergente. Este parece ser um limite próprio da concepção de justiça que vigoraria na virada do Setecentos para o Oitocentos - uma concepção, como se viu, que considera a justiça como ação potencial e virtuosa capaz de atribuir a cada qual aquilo que lhe era de direito.

Justiça oficial: espaços e limites de ação

A Justiça oficial tomava corpo nas ações judiciais, onde os crimes eram avaliados, julgados e, em certo sentido, produzidos.¹⁶ A partir de circunstâncias concretas e de parâmetros prefixados, as instituições e o discurso do especialista, proferido de um lugar de autoridade, visavam “produzir” o crime.¹⁷ Em termos mais práticos, o aparato de administração da Justiça, por meio de procedimentos mais ou menos técnicos (a *práxis*, o *habitus*, o uso do latim) e regrados (os regimentos, os assentos, as leis, os costumes), classificavam o delito, nomeando-o, delimitando-o e

¹⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. Da *institia* a disciplina textos, poder e política pena no Antigo Regime. In: HESPANHA, Antônio Manuel. **Justiça e Litigiosidade: história e prospectiva...**, p. 335.

¹⁷ O discurso daí resultante, por sua vez, é originado de uma violência sobre as coisas. Revelador desses procedimentos é o livro de FOUCAULT, Michel. **Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Michel Foucault. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 3 edição, 1996, p. 53.

estabelecendo a pena, conforme uma grade de entendimento e uma ordem de procedimentos mais ou menos rígidos encabeçados por juízes, ouvidores, procuradores, escrivães, tabeliães, etc.¹⁸

Como foi demonstrado em outra ocasião, para boa parte do século XVIII, as câmaras de Mariana e Vila Rica contaram com bacharéis formados em Leis e Cânones na Universidade de Coimbra.¹⁹ A atuação desses bacharéis seria um fator que aproximaria, ao menos em tese, a Justiça de primeira instância ao direito oficial e escrito. Certo é que eles, para além da função de advogado nos auditórios de Mariana e Vila Rica, atuaram em diversos níveis e exerceram variadas atribuições, tais como as de vereador, juiz ordinário, assessor e juiz comissionado.

Para a Vila do Ribeirão do Carmo, futura Cidade de Mariana, já em 1730, têm-se referências da existência de um oficial letrado nomeado pelo rei para o cargo de juiz de fora.²⁰ Também para esta localidade, estudos recentes trazem números extremamente reveladores. Por meio da análise das notificações, foi possível contabilizar, para os anos de 1711 e 1808, pelo menos 86 advogados letrados atuando em Mariana. Algo em torno de quarenta destes letrados julgou casos nos auditórios de Mariana, como Juízes de Fora, Juízes Ordinários ou como Juízes Comissionados, estes compondo a maior parcela. Tratar-se-ia, portanto, de um conjunto significativo de letrados, especialmente quando consideradas outras parte da América portuguesa.²¹ Um número capaz de relativizar a idéia corrente de uma carência de agentes aptos a exercer uma Justiça letrada.

Para Vila Rica, é sabido que, nos primeiros anos da Capitania de Minas Gerais, houve a nomeação de um ouvidor, isto é, de um oficial letrado ao qual cabia a apelação das sentenças proferidas em primeira instância. Acredita-se que a ação dos ouvidores contribuiu para a lisura da justiça oficial, uma vez que eles atendiam aos agravos e podiam promover correções. Há de se considerar, contudo, que os

¹⁸ Nesse sentido, cabe observar o papel do juiz que, a partir da legislação, tem uma certa liberdade no estabelecimento da pena. HESPANHA. **Justiça e Litigiosidade**: história e prospectiva..., p. 319. BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 21-27.

¹⁹ ANTUNES, Álvaro de Araújo Antunes. “Administração da Justiça nas Minas Setecentistas”. In: Resende, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 16, Doc.: 74. Sobre os Juízes de Fora de Mariana, ver: SOUZA, Débora Cazalato. **Administração e Poder Local**: A Câmara de Mariana e seus Juízes de Fora (1730-1777). Mariana: Dissertação de Mestrado em História - Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

²¹ HESPANHA, Antonio Manuel. Porque foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou Revisionismo nos trópicos. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

ouvidores, para além de constituírem uma força política significativa, capaz de rivalizar com os governadores, poderiam se associar aos interesses locais, favorecendo determinados grupos em detrimento dos interesses régios.²²

Mas o ouvidor não seria o único letrado em Vila Rica, como dá a ver a análise de um conjunto variado de documentos que identificam quase meia centena de letrados, apenas para o período de 1750-1808. Não há um levantamento para a primeira metade do século XVIII, porém é bem possível que a situação não fosse tão distinta daquela encontrada em Mariana. Fato é que esses agentes não apenas patrocinariam os processos judiciais, como também contribuiriam para o andamento da justiça auxiliando juizes ordinários que não possuíam formação em leis. Neste sentido, Carmem Sílvia Lemos apurou que, para Vila Rica, num total de 122 devassas, 82 (67,20%) foram procedidas por juizes ordinários não letrados, mas somente dez deles, ou seja, 8,19%, não fizeram uso explícito de um assessor letrado.²³

Diante desse quadro, pode-se considerar que os auditórios e câmaras de Mariana e de Vila Rica não estavam totalmente apartados da Justiça oficial e letrada. Nessas localidades, os bacharéis formados nos bancos das universidades, em especial a de Coimbra, auxiliavam o andamento dos processos e o governo local como vereadores, juizes, assessores, advogados etc. Entretanto, se considerados os 78618 homens e mulheres que teriam habitado a comarca de Vila Rica no ano de 1776, e mesmo se descontados os escravos, o número estimado, para o período da segunda metade do século XVIII, de uma centena de advogados não seria o suficiente para ajustar a justiça oficial às demandas da população.²⁴ Os dados levantados não permitem números exatos, restando apenas aproximações. Considerando todos os advogados localizados para o período 1750-1808, para se manter parâmetro mais contíguo ao registro da população feito em 1776, a proporção seria, aproximadamente, de um advogado para cada 780 habitantes. A justiça oficial estaria, portanto, ligada a uma estrutura capacitada, mas que poderia ser deficitária, se considerada a totalidade da população da comarca de Vila Rica.

²² Sobre ouvidores de Minas Gerais, ver: SOUZA, Maria Eliza de Campos. **Relações de poder, Justiça e administração em Minas Gerais no setecentos**. A comarca de Vila Rica de Ouro Preto (1711-1752). Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense, 2000. ANTUNES, Álvaro de Araujo. **Fiat Justitia**: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Campinas: Tese de doutorado em História - Pós-graduação do Departamento de História, Universidade de Campinas, 2005.

²³ LEMOS, Carmem Silva. **A justiça local**: os juizes ordinários e as devassas da comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Univerdidade Federal de Minas Gerais, 2003.

²⁴ ROCHA, José Joaquim. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais; Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

Há de se considerar, contudo, alguns atenuantes quando se pensa o contingente de letrados disponível para encaminhar e julgar uma demanda judicial na segunda metade do século XVIII. Em primeiro lugar, é obvio que nem todos os membros desta sociedade teriam condições ou motivos para iniciar uma demanda jurídica. Somente os pretos, em sua maioria escravos, comporiam cerca de 62,5% dessa população, um segmento desfavorecido com meios mais restritos para arcar com as exigências e custas de um processo judicial.²⁵ Excluído esse contingente, os números se aproximariam muito de parâmetros atuais, que estabelecem, para Minas Gerais, a relação aproximada de um advogado para cada 249 habitantes.²⁶ Em segundo lugar, foram considerados nesta pesquisa somente os bacharéis formados, não se computaram os rábulas que atuariam em Mariana e Vila Rica. Por fim, é possível que algumas referências aos advogados não tenham sido recuperadas em decorrência de uma lastimável perda documental. Diante desses atenuantes, é possível aventar a hipótese de que os agentes da justiça fossem, na verdade, capazes de satisfazer a demanda da sociedade. É claro que qualquer afirmação nesse sentido, deve considerar a efetiva demanda pela justiça oficial, o que é também muito difícil de averiguar, dada as limitações documentais.

A questão que se coloca é qual o alcance da justiça produzida nesses auditórios? A justiça oficial seria um recurso reconhecido e procurado pela população? Dificilmente seria possível responder a essas questões com precisão. Mas, se não é possível respondê-las, pode-se, ao menos, ensaiar uma resposta. Para tanto, serão utilizados alguns os números recolhidos a partir da análise das notificações de Mariana referentes ao período de 1711 e 1888.

No total foram analisadas 783 notificações para Mariana, as quais permitem estabelecer algumas estimativas quanto ao perfil daqueles que procuravam a justiça ou por ela eram procurados. Na grande maioria, os envolvidos com as notificações,

²⁵ Sobre o acesso dos escravos a justiça ou outras formas de resolução de conflitos, ver, entre outros: LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 57 -94. GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990, p. 12-43. Novos elementos são apresentados em: SILVEIRA, Marco Antonio. Acumulando forças: luta pela alforria e demandas políticas na Capitania de Minas Gerais (1750-1808). **Revista de Historia**, n. 158, jan., 2008.

²⁶ Desconsiderada a parcela referente aos escravos que tinham limitações para apresentar demandas judiciais, dependendo de indivíduos livres para representá-los, o número poderia cair pela metade. A título de comparação, atualmente, o Brasil conta com um advogado para cada 266 habitantes, aproximadamente. Conforme o site do instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e das informações no site: <http://www.oab.org.br/InstitucionalConselhoFederal/QuadroAdvogados>, consulta realizada em 18 de maio de 2012. Em Mariana e Ouro Preto, atualmente são 369 advogados registrados para uma população de 124.402 habitantes, o que daria a proporção de um advogado para cada 337 habitantes, aproximadamente.

como réus ou autores, era composta por homens brancos de alguma posse. Esta proeminência reforça a segmentação apontada anteriormente: a grande parcela dos homens pretos não acessaria a justiça oficial, por razões diversas, dentre as quais se destacam as condições sociais dos mesmos. Nesse sentido, a relação de advogados com a população poderia ser redimensionada, indicando que o contingente de advogados seria capaz de responder à demanda local pela justiça oficial.

Quadro I - Distribuição dos autos por períodos e médias anuais

Período	Nº de autos	%	Média anual
1711-1750	147	18.8	3,68
1751-1808	250	31.9	4,24
1809-1830	304	38.9	13,22
1831-1850	42	5.3	2,00
1851-1888	40	5.0	1,02
1711-1888	783	100.0	4,39

Fonte: Notificações (1711-1888), Arquivo Histórico da Casa Setecentista (AHCS)

Não é possível estabelecer uma relação entre o número de notificações e o número de habitantes do termo de Mariana, o que seria proveitoso para a análise dos alcances da justiça. Em parte, a dificuldade é devida à inexistência de estimativas populacionais precisas para todo o período de 1711 a 1888. Sabe-se, entretanto, que, para o termo de Mariana, existem alguns índices populacionais, como os dos anos de 1808 e 1835 que indicam um aumento populacional de 50 mil para 73 mil pessoas, aproximadamente.²⁷ Assim, comparando-se, por exemplo, esses dados demográficos com a quantidade de notificações dos períodos 1809-1830 e 1831-1850, respectivamente 304 e 42, chegar-se-ia a uma relação aproximada de pelo menos um auto para cada 250 habitantes. Trata-se, à primeira vista, de um número pouco expressivo, que poderia indicar tanto perdas documentais quanto um pequeno contato direto da população com a Justiça.

Porém, mesmo que esta última alternativa seja a verdadeira, isso não implica que a justiça não tivesse um efeito multiplicador indireto, de educação e ordenamento, aspecto quase impossível de se mesurar. Ademais, as notificações constituem apenas um instrumento jurídico dentre os diversos tipos de ação judicial que, se consideradas, dariam uma dimensão bem distinta do contato da população com a justiça oficial. Isto não afastaria a existência de níveis de relações entre a população e a justiça oficial em função das qualidades e condições sociais ou mesmo em função da proximidade geográfica dos órgãos ou agentes judiciários. Nesse sentido, o

²⁷ BERGARD, Laird. **Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brasil, 1720-1888**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 230.

conjunto das notificações também tem a revelar alguns aspectos importantes para se pensar as fronteiras geográficas da justiça oficial.

Quadro II - Distribuição espacial das notificações (1711-1888) em %

P/L	Mariana	Termo	N/C	Relação
1711-1750	50.7	26.7	22.6	1.9
1751-1808	41.7	38.2	20.1	1.1
1809-1830	30.3	35.8	33.9	0.8
1831-1850	35.7	30.9	33.4	1.1
1851-1888	30.0	27.5	42.5	1.1
1711-1888	32.0	40.1	27.9	1.1

Fonte: Notificações (1711-1888), AHCS

P: Período; L: Localização

Os números demonstram uma preponderância de citações na Vila do Carmo e Mariana. Entretanto, povoados como Catas Altas, Guarapiranga, Inficionado, São Caetano e Barra Longa, juntos, somaram 84 citações. Quando acrescidos a essa cifra os números de Antônio Pereira, Furquim, Passagem, São Sebastião e Sumidouro, o total alcança 112. O valor encontra-se bem abaixo das 300 referências a Vila do Carmo e Mariana, mas aponta para o peso dos principais arraiais.²⁸ Tais cifras revelam-se ainda mais significativas quando são excluídos os 214 casos de ausência de informação.

Os limites de dentro

Se havia mecanismos para se estabelecer a ordem oficial, ainda que circunscrita geograficamente, havia também forças desviantes, “tecnologias mudas” que “por trás dos bastidores [...] determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais”.²⁹ Eram problemas de funcionamento internos à Justiça oficial que limitavam sua atuação. Os processos judiciais, por exemplo, deixavam margens para o aliciamento de testemunhas, além de serem lentos e custosos e de alguns funcionários da Justiça se mostrarem mais sensíveis ao apelo das relações pessoais, bem como às práticas abusivas do poder.

²⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’el Rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 329.

²⁹ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky. São Paulo: Papyrus, 1993, p. 41.

Em algumas devassas tem-se conhecimento de atitudes desviantes dos serventuários da Justiça. Para Vila Rica, um oficial de Justiça era acusado de “fazer diligências sem ordem dos juizes e ministros”.³⁰ Em Mariana, Francisco Ferreira Pinto, oficial de Justiça e escrivão de vintena da freguesia de Furquim, era apontado por receber “meia oitava de diligência por uma citação, não lhe sendo permitido senão quatrocentos réis”. José Pereira Malta, oficial de Justiça de Mariana, foi denunciado por espancar e prender um negro que logo foi solto por força da autoridade do capitão Francisco Machado, mas não sem antes assinar uma série de papéis dos quais desconhecia o conteúdo por não saber ler. Em uma “devassa janeirinha”, datada de 1794, um oficial de Justiça de Mariana foi acusado de desleixo e facilitação na fuga de um preso que conduzia para Vila Rica, uma vez que, “metendo-o em umas algemas as não fechara por estarem entupidas, porém que assim mesmo o deu por seguro”. Tais testemunhos davam conta da prática de autoridades que abusavam de seus poderes e vexavam alguns membros da população que buscavam os mecanismos de controle interno do sistema jurídico para formalizar suas queixas.

As provas testemunhais demonstravam ser outro elo fraco nas cadeias da Justiça oficial. A formação das testemunhas dava margem às provas inconsistentes, aos subornos e às influências do poder e das amizades. Não por menos as testemunhas eram constantemente desacreditadas nos processos judiciais. Tal procedimento era uma estratégia dos advogados que sabiam forçar as fissuras do sistema processual. Um saber eminentemente prático e argumentativo, mas que também dependia de um conhecimento do espaço social, da reputação das testemunhas que seriam desvalorizadas. Mais forte seria seu argumento se a caracterização desdenhosa lançada sobre a testemunha correspondesse a sua “pública fama”.

A estratégia de desacreditar as testemunhas foi utilizada em larga escala pelos advogados em uma ação para apurar a injúria provocada por Rafael, escravo do tenente Bernardo Gonçalves Chaves. Com relação às testemunhas apresentadas, João de Sousa Barradas, advogado do réu, considerava que: Bento da Silva Sampaio era “pessoa de má consciência e reputação, sendo consentidor (sic) que as suas próprias escravas usem mal de si”; Manoel Antônio do Nascimento era “de língua tão perversa que para com ele não há homem nem mulher que honrados sejam”; a pessoa de Francisco da Silva Coimbra “é indigna de crédito, por ser costumada a embriagar-se e capaz de jurar tudo que quisesse [o autor]”. Uma a uma, todas as dez

³⁰ Marco Antônio Silveira observa que nenhuma das devassas janeirinhas por ele analisadas trouxe problemas para funcionários e camaristas, talvez pela amizade cultivada entre eles. Estes e outros aspectos, como as correições anuais promovidas pelos corregedores, levariam a questionar a efetiva capacidade de controle desse instrumento. SILVEIRA. **O universo do Indistinto**. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa do Pilar (AHMI – CSP) - 1 Ofício, Códice 445, Auto 9344, p. 157.

testemunhas apresentadas pelo autor da causa são sistematicamente desacreditadas. Antes disso, seu advogado, o dr. Antônio da Silva e Sousa, havia desacreditando seis das testemunhas apresentadas pelos réus. Para Silva e Sousa, Manoel do Vale “é homem pobre [...] e conhecidamente de pouca verdade e casado com uma parda”; Paulo Soares “é homem tão pobre que vive de esmolas [...]” etc.³¹ Os questionamentos apresentados pelos advogados explicitavam as relações de amizade e compadrio dos grupos que estendiam seu embate para o campo da Justiça oficial, bem como explicitavam uma série de juízos de valores, envolvendo uniões conjugais, condição financeira, honra, reputação etc.

Os custos dos processos agravados pelas demoras processuais seria outro motivo que levaria a população a procurar formas alternativas à Justiça oficial. Os processos judiciais poderiam durar meses ou mesmo dezenas de anos.³² Embora não tenha sido feito um levantamento sistemático do tempo de duração dos processos judiciais, foi possível encontrar, para Mariana, ações que se arrastaram por mais de 15 anos.³³ Vários obstáculos intervinham no andamento dos processos e alongavam seus prazos. Os estorvos poderiam ser resultantes do acúmulo de funções dos camaristas ou ainda dos próprios procedimentos legais. Os embargos, apelações, demandas excessivas e uma série de mecanismos processuais poderiam servir de estratagema aos advogados interessados em embarçar a Justiça e/ou em auferir maiores lucros pelos serviços prestados. A prática conhecida por todos era denunciada pelos próprios advogados que, no embate dos pleitos, alegavam “embargos frívolos”, a falta de “cumprimento dos prazos” etc. Certa vez, o dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos ironizou o dr. Antônio da Costa Azevedo e Melo pelo ato falho que cometeu ao pedir fiança no prazo de vinte e quatro anos ao invés de vinte e quatro horas, como mandava a lei. Aproveitando-se do equívoco, Vasconcelos concluía que a finalidade do pedido de fiança era demorar “como pouco bastante manifesta a p.13v os vinte e quatro anos”.³⁴

As ações desviantes, senão abusivas, dos agentes da Justiça, bem como os altos preços dos processos acarretados pelas delongas, não eram vistos com bons olhos pela população. Por vezes, o povo buscava meios de denunciá-las, fazendo uso dos próprios mecanismos judiciais, como as devassas, ou mesmo de contestá-las, por

³¹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM) -2 Ofício Códice 207 Auto 5169.

³² O **Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra** apresenta outra causa para as delongas dos processos: “as demasiadas sutilezas e escrupulosidades (sic) e formulas do Direito romano”. O Direito romano sofreu um verdadeiro ataque com as mudanças legislativas e doutrinárias do reino de D. José I. **Compendio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra** (1771). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972, p. 276.

³³ ACSM – 1 Ofício – Códice 374, Auto 8193.

³⁴ MHIM - CSP – 1 Ofício, Códice 249, Auto 4286.

meio de levantes, como o ocorrido em 1720 em Vila Rica, dando mostras de outras formas de expressão da justiça com base no preceito de bem comum.

A título de conclusão, vale a pena mencionar, com base na documentação indicada, três aspectos decisivos referentes à análise da dinâmica da justiça no universo colonial. O primeiro deles consiste, na verdade, em um obstáculo: a dificuldade de se estabelecer parâmetros consistentes que possam servir de base de comparação no estudo da justiça na América portuguesa. Quantitativamente, por exemplo, o que deveria ser tomado como relação positiva entre número de processos e número de habitantes, ou entre este último e o número de agentes judiciais? As relações desse tipo relativas aos dias de hoje seriam válidas como ponto de partida? Como criar mecanismos através dos quais seria possível avaliar, mesmo que em linhas bastantes gerais, o impacto da perda de fontes sobre o total delas presente nos arquivos cartorários? Esse primeiro aspecto implica um obstáculo metodológico que precisa ser encarado pelos historiadores sob pena de que suas conclusões sejam sempre inconsistentes.

Os dois outros aspectos remetem a um paradoxo. De um lado, os dados documentais sugerem a existência em Minas de agentes capacitados o suficiente para elevar o nível de qualidade da justiça e da administração exercidas não somente nas sedes dos termos, mas também em suas áreas mais distantes. De outro, porém, os mesmos dados apontam a repetição de insuficiências derivadas das dificuldades sofridas por alguns grupos sociais para acessar os tribunais, da interferência de relações pessoais e de compadrio no julgamento dos pleitos, e da possível carência de agentes aptos a atender à complexidade das demandas. Como consequência, as conclusões sobre o significado do exercício da justiça no mundo colonial só podem ser parciais. Elas apontam, no entanto, no sentido da ação potencial que só se realizava sob determinadas condições.

Natureza, fronteiras e tensões: elementos para a compreensão da formação do Sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes¹

Nos tempos setecentistas, com a expansão da colonização impulsionada pela máquina mercantilista do Império Português, os confins da Capitania da Paraíba do Norte, mais especificamente, os sertões dos Rios Piranhas e Piancó, se tornaram palco de tensões envolvendo indígenas e colonizadores, de modo que questões sociais, étnicas e territoriais passaram a compor um contexto de conflitos entre ambos.

Naquele lugar de encontro e desencontros entre diferentes, íncolas e forasteiros buscaram manter e/ou reconstruir teias de poder e solidariedades que os permitissem dominar terras e outros sujeitos. Nesse sentido, terra e natureza, no semiárido nordestino, a típica da caatinga e, passam a ser elementos importantes para a permanência dos homens no que era também conhecido como o “Sertão das Piranhas”.

Irenêo Joffily (1927 [1892]), no final do século XIX, assim descreveu o “Valle do Piranhas”, afirmando que se localizava no lado ocidental do Planalto da Borborema e que possuía numerosos afluentes:

O Piranhas nasce no municipio de S. José, na serra que divide a Parahyba do Ceará, e depois cêrca de 40 leguas de curso no territorio parahybano, penetra no Rio-Grande do Norte, onde banha as cidades de Assú e Macáo, situada quasi em sua foz. Os seus principais afluentes são: pela *margem esquerda* o [Rio do] Peixe que, correndo por extensas varzeas, cobertas de carnaúbaes, banha a villa de S. João e cidade de Souza, reunindo-se depois ao Piranhas, entre esta cidade e a de Pombal, com umas 20 leguas de curso; e o de Porcos, na comarca de Catolé do Rocha, ribeira bem conhecida pela excellencia de suas pastagens. Pela *margem direita* recebe o Piancó, que nasce além da villa da Conceição, passa pelas de Misericórdia, e Piancó e cidade de Pombal, em cujas proximidades tem lugar a sua junção com o Piranhas, ao qual é superior em curso; o Espinharas ou Pinháras, que na Parahyba banha a villa de Patos e no Rio-Grande do Norte a [vila] de Serra Negra; e o Seridó, que nasce na lagôa do Quixeré, tambem

¹ Professora do IFPB – Campus Cajazeiras; Doutoranda em História Social – UFC.

commum aos dous Estados com os seus tributarios Quinturaré, Acauã, Cupauá e Sabugy.²

Esta descrição da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, localizado no extremo oeste paraibano, deixa entrever como essas terras eram valiosas pela quantidade de rios e ribeiras que a compunha e, conseqüentemente, era possuidora de uma instigante diversidade de fauna, relevo, e especialmente, de flora que a cobria, pois a caatinga tem diferentes formas, desde a arbórea à arbustiva, configurando como terras propícias ao cultivo, em especial, à pecuária, em fronteira a ser ocupada e em espaço de disputas.

Figura 1 - Estado da Paraíba. Atlas do Brazil. Homem de Mello, 1909



Em um primeiro pensamento, acredita-se que a vegetação de caatinga que recobre os sertões da Paraíba são apenas arbustivas, todavia a descrição caracterizadora das reservas florestais do Alto Sertão Paraibano feita por Leon Clerot desenha com destreza como era a vegetação mais alta que recobria os interiores do sertão objeto deste estudo.

Ao descer a encosta ocidental da Borborema para o Alto Sertão, em função da altitude menor, da natureza do terreno, e das condições climáticas, as matas modificavam-se outra vez com novas espécies adaptadas às condições mesológicas da região. Desenvolviam-se ali matas de angicos (*Piptadenia colubrina*) e de aroeiras (*Schinus therebintifolia*); a favela (*Cnidioscolus phytacanthus*), o

² JOFFLY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1927 [1892], p. 99, grifo nosso).

cumaru (*Dipterix adorata*); a quixaba, a umburana e o juazeiro continuavam no Alto Sertão, nos terrenos baixos e nas barrancas dos rios a oiticica (*Licania rígida*) formava matas ciliares; nos alagadiços a carnaúba (*Copernicia cerifera*) e o catolé nas serras formavam palmeirais.³

De todo modo, mesmo sendo este sertão parte de uma ambiência onde se dá uma grande irregularidade nas precipitações chuvosas, seguidos de momentos periódicos de estiagem, as ribeiras dos rios guardavam alternativas de acesso a água que possibilitavam a permanência de seus habitantes nos períodos não chuvosos. Já que

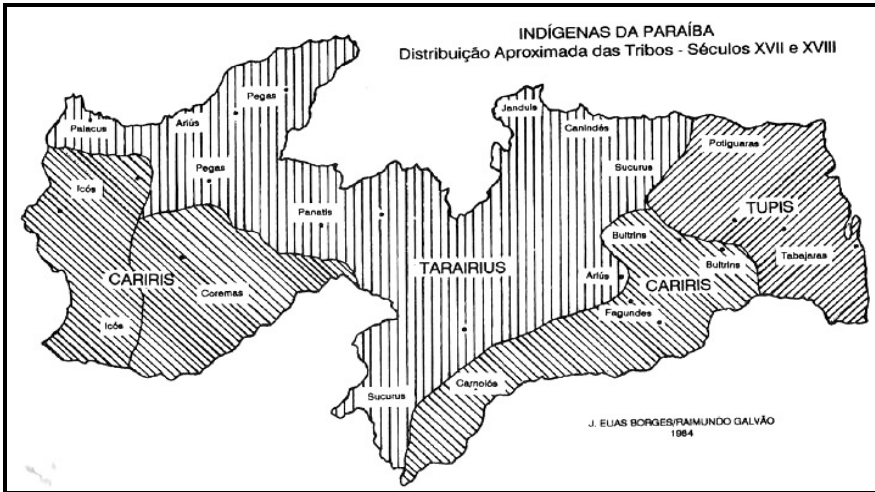
para o cotidiano sertanejo e sobrevivência de sua família o fator interferente mais grave reside nas irregularidades climáticas periódicas que assolam o espaço social dos sertões. Na verdade, os sertões nordestinos não escapam a um fato peculiar a todas as regiões semi-áridas do mundo: a variabilidade climática.⁴

Assim as terras próximas a riachos, lagos e rios eram estratégicas na prática econômica criatória que se instalou no início do século XVIII nas Ribeiras do “Rio das Piranhas”, junto com a entrada de uma leva de colonizadores que através de um movimento de “frentes pioneiras”, por sua vez, irão se confrontar, como já foi dito, com os nativos da terra, os índios Cariris e Tarairius, que já estavam estabelecidos no lugar.

³ CLEROT, Leon F. Rodrigues. **30 anos na Paraíba: Memórias corográficas e outras memórias**. Brasília: Senado Federal, 2008 [1969]. (Edições do Senado Federal, 87), p. 89-90, grifos do autor.

⁴ AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editoria, 2003, p. 91.

Figura 2 – Distribuição aproximada das tribos indígenas da Paraíba, século XVII e XVIII



Fonte: BORGES, 1993, p. 38.

A relação com as terras e a administração da Coroa, trouxe muitas marcas para a América Portuguesa, dentre elas a forma de os colonizadores lidarem legalmente com a questão da posse sobre os lugares conquistados. As vastidões de territórios nos interiores que aos olhos dos colonizadores e da Coroa Portuguesa se encontravam devolutas, atraíram uma gama de sujeitos em busca de adquiri-las de modo que conseguissem passar ao status de proprietários de um “canto de chão” para trazer seu gado e, conseqüentemente, passar para os seus herdeiros em forma de herança.

Assim, o uso da concessão de sesmarias que já era uma demanda antiga dentro de Portugal, desde tempos medievais, baseado no princípio da instituição comunal das deliberações sobre a terra, passa a ser adaptado e utilizado dentro do processo de controle e concessão de terras na América, nesse tempo do século XVIII, ligado a uma institucionalização do poder régio sobre a terra.⁵

Segundo as Ordenações Filipinas, “sesmarias são propriamente as dadas de terras, *casas*, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são”.⁶ Para elas, existiam prazos para a sua ocupação que não cumpridos, o sesmeiro iria sofrer a penalidade de perda das

⁵ LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 16.

⁶ PORTUGUAL. **Ordenações Filipinas, Livro IV**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1603], p. 822.

terras recebidas.⁷ De todo modo, a permissão do uso de foros acabava por estabelecer “o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo os preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio”.⁸

Entre os registros de concessão de sesmarias na região em estudo, pertencentes ao início do século XVIII, captados por João de Lyra Tavares (1982 [1909]) encontramos o Capitão José Fernandes da Silva, Pedro de Faria, o Tenente Francisco Fernandes da Silva de Faria e Manoel Fernandes da Silva solicitando terras em grupo, o que denota a presença das alianças inter-familiares na composição de forças dentro do sertão do Rio Piranhas. Estes homens alegavam ter gados e terem participado ativamente da luta na guerra contra os “gentios bravos” e que, assim, haviam colocado em risco suas famílias, seus bens, suas vidas.

Capitão José Fernandes da Silva, Pedro de Faria, Tenente Francisco Fernandes da Silva de Faria e Manoel Fernandes da Silva, dizem que com todos os seus gados em o sertão desta capitania, donde alguns delles são moradores: *depois da guerra dos gentios bravos os prisioneiros povoadores*, servindo em dita guerra como foi o capitão José Fernandes da Silva, capitão de cavallos sem mercê alguma, e nem possui terras para situar seus gados; como risco de sua vida, de seus escravos e familiares tem descoberto em riacho que pela lingua do gentio se chama *Quixó-Ponto*.⁹

A tensão entre indígenas e não indígenas, bem como entre os homens e a própria natureza, faz parte dos lugares de fronteiras que no seu significado interno está inscrito uma polissemia de sentidos e entendimentos, dado que o lugar de fronteira pode ser pensado dentro de uma abordagem geográfica e também a partir de um sentido imaterial, o fazendo entender como um lugar de convergências étnicas e culturais e por sua vez, ligações, adaptações e hibridações de costumes, hábitos e práticas concernentes a um determinado grupo de sujeitos.

Os colonizadores ao adentrarem as fronteiras sertanejas com mais força, acabam pelo ferro, pelo fogo e também pela consistência do couro, colocando em risco vidas de terceiros, e mesmo as suas, em nome de mudanças que lhes eram almeçadas. No documento, os enfrentantes alegavam não terem tido até aquele momento nenhuma mercê do Estado, ou seja, a eles não tinha sido concedido nenhuma indulgência ou

⁷ *Ibidem*, p. 823-824.

⁸ LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil...**, p. 42.

⁹ Doc. N.º. 52. 1705. Cf. TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Brasília: Senado Federal, 1982 [1909], p. 57, grifo do autor.

benesse em nome do reconhecimento de seus empenhos na luta por “pacificar” e conquistar terras para súditos da Coroa. Isto se torna claro em outros documentos de solicitação de sesmarias, já que esses entrantes do sertão se movimentavam por necessidades diversas, especialmente, envolvidas pela falta oportunidades econômicas e sociais dentro de terras até então já conhecidas que suprissem suas necessidades, como era o caso das terras do litoral, de modo que esses homens se colocam no estado de constante movimento em busca de espaços que venham atender aos seus interesses econômicos, nesse caso, especialmente no âmbito do suporte à criação do gado.

As fronteiras presentes nos sertões vastos, nesse caso de estudo, do Sertão do Rio Piranhas, durante muito tempo, foram descritos como vazias e intermináveis. Na temporalidade estudada, esse sertão se apresentava como já habitado e reconhecido, ou seja, qualificado em seus detalhes de rios, serras, embocaduras, por parte dos povos nativos que o habitavam. Isto é tão forte que nos documentos oficiais a nomeação dos seus topônimos, a linguagem indígena passa a ser grande referência.

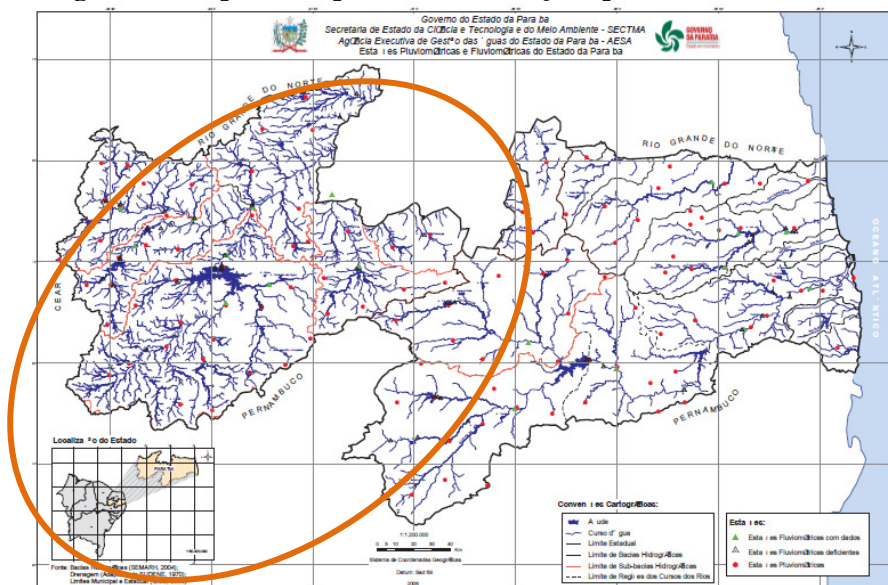
como risco de sua vida, de seus escravos e familiares tem descoberto em riacho que pela lingua do gentio se chama *Quixó-Ponto*, que nasce de umas vertentes de agua do pé de uma serra, chamada a dita verdade em a sobredita lingua Cuitá, no qual riacho entra outra vertente chamada na mesma lingua Queixerobebe, o qual riacho corre do norte para o sul e vae fazer barra no rio das Piranhas, fronteiro á barra do *Pinháo*, pouco mais ou menos, uma terra que está devoluta, sem nunca ser povoada; lhes é necessario dose legoas de terras de comprido e uma de largo, tocando á cada um tres de comprido e uma de largo, pelo dito riacho acima da *Parahyba*, povoação de uma e outra banda do dito riacho tanto para uma e para outra parte, começando de sua primeira povoação, não incluindo terra inutil e falta d'agua, fazendo, sendo necessário, o comprimento na largura e esta no comprimento. [...] Foi feita a concessão no governo de Fernando de Barros e Vasconcellos. (Registro de concessão de sesmarias.¹⁰

As terras solicitadas se encontravam ligadas ao Rio Piranhas e também sob o domínio de comunidades indígenas. Como neste sertão, outros lugares de fronteira abarcaram o encontro de diferentes matrizes étnicas e conseqüentemente culturais. A própria nomeação dos rios, riachos, lugares específicos daquele rincão, estava diretamente ligada à forma indígena de designar as coisas e esta foi sendo absorvida, como já foi dito, inclusive dentro dos documentos de registro oficiais.

¹⁰ *Ibidem*.

A paisagem natural do lugar era marcada, como ainda é, pela caatinga típica dos lugares de pouco chuva, destarte, as localização de propriedades solicitadas, geralmente, ficavam às margens dos rios e riachos, dado que estes, mesmo em tempo de pouco ou nenhuma água, ofereciam alternativas para o acesso a ela através de cacimbas cavadas nos seus leitos secos, além de condições de uma agricultura de vazantes. A hidrografia do Sertão do Rio Piranhas era entremeadada de caminhos de água e suas terras ainda hoje são boas para a pastagem e a agricultura mesmo em situações de pouca água e chuva.

Figura 3 – Mapa correspondente as estações pluviométricas da Paraíba



Fonte: Relatório Final Consolidado do Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba – AESA – PB, [2007?]. Em destaque, espaço aproximado que corresponde ao Sertão do Rio Piranhas. Grifo nosso.

O mapa acima apresenta com riqueza de detalhes os caminhos das águas no Sertão do Rio Piranhas¹¹ em tempos atuais. De todo modo, essa configuração não diverge muito de como era o desenho dessa bacia hidrográfica no citado sertão durante a passagem do século XVII para o século XVIII. Fica, então, evidenciado como essas paragens eram estratégicas no rito cotidiano de sobrevivência dos

¹¹ Segundo o Relatório Final Consolidado do Plano Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba – AESA – PB a Bacia do Rio Piranhas dentro do sertão paraibano pode ser subdividido em quatro sub-bacias chamadas Rio do Peixe, Rio Piancó, Rio Espinharas e Rio Seridó e duas regiões hidrográficas reconhecidas como Alto Piranhas e Médio Piranhas.

sujeitos e dos animais naquele sertão colonial, mesmo que, morfoclimaticamente, esses espaços fossem caracterizados por pouca densidade de chuvas e altas temperaturas. Foi nessa espacialidade de terras tidas como boas para pastagem que se deu um longo e sofrido processo de territorialização e desterritorialização de indígenas e não indígenas.

No âmbito cultural, o deslocamento dos sujeitos indígenas dentro da espacialidade implicava um meio concreto de destituir suas bases culturais, ou seja, uma forma de descaracterização de suas identidades de modo que “os povos indígenas do sertão nordestino no período colonial sofreram, ao longo dos séculos, um processo de extermínio físico e de descaracterização cultural, que teve como resultado um encobrimento de sua diversidade étnica e de sua real importância na história do país”.¹² Sendo que “a descaracterização cultural foi o primeiro passo para a escravização, seja dos africanos, seja dos índios, no período em questão”.¹³ Importante lembrar que

as análises sobre a escravidão indígena existentes na historiografia, ao se concentrar, principalmente, na legislação sobre o assunto ou na transição da escravidão indígena para a africana nas atividades voltadas para o mercado externo, tendem a minimizar a importância que a escravidão indígena teve no processo de construção da sociedade brasileira.¹⁴

Como já foi afirmado, no início deste artigo, no dezoito, os sertões ganhavam a conotação de lugar de fronteiras, ou seja, o lugar de dualidade, assim, a civilização e a barbárie, a norma e o conflito se instalavam naquela espacialidade e faziam parte da tessitura do lugar. Portanto, para os de fora, “conquistar o interior [era] conquistar a natureza e dominar a barbárie, ganhar e vencer espaços para o conhecimento e a civilização, desbravar fronteiras”.¹⁵ Nessa perspectiva, os sertões passam a ser o lugar distante e ao mesmo tempo a ser conectado ao corpo do aparato administrativo e cultural estatal.

Nesse sentido, naquelas fronteiras, a construção do espaço por parte de seus viventes implicava a tessitura de uma malha de relações que objetivavam a configuração de um poder sobre o lugar, e portanto, o engendramento de um

¹² MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **O descobrimento do outro: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. Recife: Tese de Doutorado em História, 2000, 256 f., p. 17.

¹³ *Ibidem*, p. 18.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ NAXARA, Márcia. R. C. "Encantos" e "Conquistas" do Oeste: desvendar fronteiras e construir um lugar político. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia. R. C.; LOPES, Maria Aparecida de (Org.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: Unesp; São Paulo: Olho D'água, 2003, p. 227.

território enquanto “espaço de relações” multilaterais imergido em um conjunto de códigos com seus significados e ao mesmo tempo como um “instrumento de poder”. Sendo assim, cada grupo formado por indígenas e não-indígenas irá tentar transformar o sertão em seu território, ou seja, um espaço submetido ao seu poder.¹⁶

Não é a toa que o “mover-se” em direção aos interiores tinham um sentido bastante claro de construir um território dominado e envolvido por normas que cercavam indígenas, mas também os habitantes não indígenas. Assim se davam as viagens de correição como uma prática de levar até os mais longínquos lugares as marcas do poder “territorializante” dos poderes de centro.

No ano de 1741, foi registrada a transcrição de uma carta do “Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar”, Dom João. Nela, o rei recomendava o pagamento solicitado pelo Ouvidor Geral da Capitania da Paraíba, Jorge de Mendonça, como ajuda de custo pelas correições que foi fazer nos sertões “Piranhas e Piancó”.

[...]faço saber aos Jorge S[?]
[?] de Mendonça ouvidor Geral da Capitania da
Par.a (Paraíba) q havendo dito a vossa carta de onze de julho
do anno passado sobre a provisão que vos mandey
passar para cobrades o vosso ordenado como em
cargo como os mais ouvidores de fazerdes no vosso
[?] huma correição nas Piranhas, e Piancó repre
sentandome a grande distância em q ficavam a
quella [citiasseones] **sendo certoens indomitos com
deficultosos caminhos e habituado a mayor parte
de gentios** em que se experimenta emcomodo de
[?] muitas noites no campo sugeito ao perigo
das feras e bichos deverssos qualidades, alem
da deficultosa passagem de rios caudallosos
e grandes dispendios q se devem fazer em viagem
tão dillatada ao q eu devia atender mandan-
dovos dar ajuda de custo e sallarios q tinham com
cedido aos ouvidores que apontais.¹⁷

Ainda em meado do século XVIII, vê-se preocupações estatais em controlar aqueles “certoens indomitos” e, em torno dele, construir uma população “sossegada”, súdita e normatizada dentro dos moldes ditos civilizados europeus. Logo, aquela “viagem tão dillatada” engendrada pelo ouvidor implicava em descortinar aquelas fronteiras com o propósito de representar a presença real de

¹⁶ RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília Franca. São Paulo: Ática, 2011, p. 128-134.

¹⁷ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, documentos da Capitania da Paraíba, n. 937.

modo a ampliar e consolidar o poder estatal delineando os novos limites de fronteiras. Vê-se o aparato estatal contribuindo para a lida da “conquista do oeste” da Capitania da Paraíba do Norte.

As paisagens que se configuravam nos sertões do “Rio das Piranhas” eram tecidas por sujeitos envolvidos a partir de táticas de envolvimento que buscavam manter ou remodelar relações de poder. Nesse sentido, Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão Mor do Sertão de Piranhas e Piancó, nos finais do século XVII, esteve com o Governador da Capitania da Paraíba do Norte para relatar suas ações no Sertão de Piancó e Piranhas a fim de sensibilizá-lo a dar apoio ao seu movimento de conquista do sertão. Logo, o governador escreveu ao Conselho Ultramarino português para apresentar relatório.

No princípio do ano de 97 veio a esta cidade o Capitão Mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, e me informou *o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoado das invasões e destrago que os anos passados fizeram neles o gentio bárbaro Tapuia e que era mui conveniente, que estes se tornassem a povoar com gados e currais*, assim pela utilidade que resultava a real fazendo de V. Magest. Pelo crescimento dos dízimos, como pela conveniência de toda esta Capitania, pela muita quantidade de gados, que naqueles sertões se apassetam e abundancia de pastos que neles há, para o que lhe era necessário que eu o ajudasse dando-lhe algum gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial e dar calor para se irem povoando; *trouxe consigo Senhor uma nação de Tapuias chamados Ariús, que estão aldeados junto aos careris, aonde chamam Campina Grande, e querem viver como vassalos de V. Magestade e reduzirem-se a nossa Santa Fé, dos quais é principal um tapuia de muito boa traça e muito fiel*.¹⁸

No discurso dos documentos oficiais ou burocráticos, os confins dos sertões de Piranhas se encontravam em estado de desolação e dominado pela “barbárie”. Sendo os indígenas responsáveis por esta instabilidade que impedia o processo de povoamento. Assim, através do “couro”, ou seja, da expansão da economia criatória, o sertão seria povoado, dominado, inclusive civilizado através da conversão à fé cristã do reino. Como foi dito, nesse intrincado de conflitos, nota-se a saída dos indígenas de seus territórios naturais e passarem a ser aldeados em espaços determinados pelos administradores e diversos dos seus lugares naturais. A partir desse procedimento, os sujeitos pré-habitantes, de alguma forma, sofreram perdas na

¹⁸ AHU. 1699. Cf. SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 21, p. 55-56, 1975, grifo nosso.

sua empreitada de resistência. Todavia, através de ações muito camufladas, os Índios Ariús conseguem transformar a situação em seu favor, aliando-se estrategicamente aos colonizadores e passaram a participar de outras formas, nesse caso, em outra congregação, através da aliança com a empresa colonizadora.

Logo, da mesma maneira que os forasteiros aprendiam com a cultura indígena, estes também aprendiam a lidar com o aparato legal e ao mesmo tempo violento do braço colonizador que tinha como perspectiva, povoar, despovoando. A morte do “tapuia brabo” era forma de limpar, de civilizar, de povoar. O processo de colonização português e, conseqüentemente, sua postura povoadora estavam pautadas na “morte” do outro considerado um empecilho. Assim, a povoação portuguesa mais despovoou ceifando vidas.¹⁹ É aí que reside a idéia de que nos confins dos sertões, não importa se paraibanos ou não, o aspecto das trocas interculturais era pulsante, pois, possibilitava aos diferentes sujeitos e grupos envolvidos na construção dos novos sertões, encontrarem ferramentas de resistências a partir de práticas e costumes do outro.

As entrelinhas do documento deixam escapar a visão dos Ariús que, naquele contexto, percebiam como uma saída para a sua sobrevivência no meio do conflito era reconstruir elementos de suas práticas, idéias e formas, aproximando-as dos costumes europeus mesmo que de forma teatral, pois era claro o posicionamento do Estado Português diante dos grupos indígenas: era necessário exterminar aqueles que “impediam” a povoação do sertão e colocava em “risco” aqueles que já habitavam com suas famílias e gados.

Não é novidade reconhecer que na construção da paisagem cultural dos interiores vastos ligados ao Rio Piranhas e Piancó, no sertão da Capitania da Paraíba do Norte envolveu o uso da violência como postura do estado e dos seus representantes “da terra” no tocante a lida com os povos indígenas, mas é instigante desperta para o emaranhado de teias que foram tecidas dentro do jogo de poderes engendrado por índios e não-índios na busca de consolidações e/ou ampliação de seus territórios dentro de um lugar tão instável como as fronteiras dos “certoens indômitos” de forma que se deram articulações e rearticulações de alianças entre os diferentes grupos étnicos e culturais. Inclusive os holandeses, após o fim de seu controle administrativo sobre o nordeste, passam a adentra os sertões em busca de promover e fortalecer alianças com grupos indígenas como os índios Janduis,²⁰ localizados na área do Rio Açu²¹ no Rio Grande do Norte.

¹⁹ Cf. LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 1996.

²⁰ Sobre a experiência do contato entre Holandeses e Janduis, cf. BARO, Roulox. Relação da viagem ao país dos tapuias, 1647. In: MOREAU, Pierre.; BARO, Roulox. **Histórias das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao**

O que se pode perceber é que o sertão dos Rios Piranhas e Piancó foi um lugar cobiçado por diferentes membros de distintas categorias étnicas e sociais compositoras do social colonial setecentista, pois se encontrava dentro de uma localização estratégica ambientalmente, devido a suas possibilidades de usufruto de sua natureza e ribeiras, bem como de posicionamento privilegiado de encontro de diferentes rotas de colonização dos sertões nordestinos, o que justificava a presença de sujeitos advindos de territórios da Bahia, do Pernambuco e também paulistas, bem como tantos outros de diferentes nacionalidades. Assim o sertão do Rio Piranhas continha dentro de si, no século XVIII, uma demonstração (amostra) da complexa construção da sociedade vivente dos sertões da América Portuguesa.

País dos Tapuias. Belo Horizonte: Itatiaia, [1647]1979, p. 91-128. (Reconquista do Brasil, 54).

²¹ O Rio Piranhas quando adentra o território da Capitania do Rio Grande [do Norte] passa a se chamar Rio Açu.

Os Araújo Caldeira e Maciel da Costa. Famílias em freguesias rurais do Rio de Janeiro (Século XVII)

Ana Paula Souza Rodrigues¹

Contexto

O Recôncavo da Guanabara² começou a ser povoado durante o século XVI por meio da doação de sesmarias, logo após a fundação da cidade de São Sebastião, em 1565, pelo Capitão-Mor Estácio de Sá. Pesquisas referentes às freguesias pertencentes ao entorno do Recôncavo corroboram tal afirmação. Antonio Carlos Jucá, ao pesquisar Magé, criada em 1696, também constata que teve o início de sua ocupação *“com a concessão de sesmarias que visavam, aparentemente, impedir a entrada de novos invasores após a expulsão dos franceses e garantir o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro”*.³

Todavia, atentemos para um fato, tal concessão de terras foi realizada de forma desigual, pois foram feitas principalmente aos que prestaram algum tipo de serviço a El-Rei. Desde o século XVI há registros de indivíduos que obtiveram sesmarias na área do fundo do Recôncavo fluminense, com base no seguinte argumento: o uso de seus próprios bens, parentes e escravos no processo de conquista da terra. Assim, reforçou-se a nascente hierarquia social na colônia.

Durante esse processo de ocupação e domínio da terra no século XVI, o Rio de Janeiro apenas delineava uma inserção no quadro econômico colonial e do atlântico, por meio da produção de gêneros alimentícios para o abastecimento e da iniciante importação de cativos africanos. Contando com três engenhocas, exportava farinha de mandioca para Angola, Pernambuco e Bahia.⁴ Destarte, tal como ressalta Alencastro, ocorre a passagem da economia de coleta e corte de pau-brasil, baseada

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Em 1793, Monsenhor Pizarro utilizou o termo Recôncavo da Guanabara para denominar toda a região do entorno da Baía da Guanabara. Cf. PEDROZA, Manoela da Silva. **Engenhocas da moral**. Uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX). Campinas: Tese (Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. 9. Ver mapa no anexo 1.

³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo**. Sistema Agrário e evolução econômica na produção de alimentos. (1850-1888). Niterói: Dissertação de Mestrado em História Social- Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 10-11.

⁴ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 63.

na mão-de-obra indígena para uma economia fundada nos engenhos de açúcar e no cativo africano.⁵

Em meados do século XVI, os problemas militares e financeiros enfrentados pelo Império ultramarino português nas suas fronteiras do Oriente, acarretaram em maior interesse pela Coroa no Atlântico. Foi justamente nesse período que se deu a acumulação primitiva da economia de *plantation* no Rio de Janeiro e o estabelecimento dos primeiros engenhos. Esses primeiros senhores, nobres da terra, dominaram a produção açucareira nos quinhentos e seiscentos, e deram origem às ‘melhores famílias’ do Rio de Janeiro. Estes indivíduos recém-chegados à colônia construíram seus engenhos de açúcar e aguardente pelo seu envolvimento no apresamento de índios, no comércio, inclusive no trato negreiro, na produção de alimentos e na exportação de açúcar, além da participação na vida pública (ocupação de cargos e postos na administração). Ainda de acordo com o autor, essa elite fluminense arrogava-se nobre, devido a sua participação na conquista, na administração real e na câmara municipal, práticas e instituições peculiares ao Antigo Regime.⁶

No século XVII, a capitania do Rio de Janeiro teve um aumento na sua produção açucareira e na importação de mão-de-obra cativa africana. Maurício de Abreu afirma que até a década de 1630 a agromanufatura açucareira beneficiou-se da alta do preço do açúcar, a partir deste decênio a conjuntura internacional não favoreceu a produção. Principalmente a partir de 1650, o preço do açúcar caiu demasiadamente, atrelado a outros acontecimentos políticos e econômicos (tais como a invasão de Pernambuco pelos holandeses, a maior cobrança de tributos para a Colônia, restauração portuguesa de 1640, a tomada de Luanda pelos batavos, em 1641). Este quadro se alterou apenas em 1690, quando da retomada dos preços e da lavoura canavieira.⁷

Recentes pesquisas ponderam sobre o impacto e a duração da conjuntura desfavorável de 1630-1690, sobre a agricultura da Colônia lusa. Abreu destaca o trabalho de Jucá Sampaio, que alega que esta crise teria se restringido à lavoura

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 20.

⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII).” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 37-43.

⁷ ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro - Séculos XVI e XVII**, p. 2. Consultado em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mauricio_abreu.pdf.

canavieira e por menos tempo do comumente afirmado.⁸ Sampaio, ao analisar as escrituras públicas do Rio de Janeiro, afirma que o investimento em bens agrários foi majoritário na sociedade fluminense. Além disto, dentre as propriedades rurais, os engenhos eram o de maior valor.⁹

Assim, o número de engenhos aumentaria na capitania fluminense de 14, em 1612, para 130 engenhos em 1680. As mais ricas famílias dos seiscentos montaram suas fortunas (incluídos os engenhos) por meio de uma *acumulação excludente*: a conquista, o apresamento indígena e a participação nos postos régios, os quais permitiam a apropriação de recursos governamentais.¹⁰

Araújo Caldeira

Dentro desse crescimento do número de engenhos na capitania do Rio de Janeiro, no século XVII, está o de Francisco de Araújo Caldeira. Nascido na ilha da Madeira, por volta de 1610, casou-se com Francisca de Araújo em 1641, na mesma Ilha. Seu primeiro filho, João de Araújo Caldeira, nasceu no Rio de Janeiro, em 1641.¹¹ Portanto, este casal desembarcou em terras fluminenses entre 1640 e 1641.¹² De acordo com Maurício de Abreu, em 1652, Francisco era proprietário de um engenho chamado São Miguel, no lugar denominado Taitimana, na freguesia de Santo Antonio de Jacutinga. Não há informações sobre títulos ou qualquer atuação de Francisco Caldeira de Araújo na política, porém, no ano de 1678, recebeu sesmaria de sobejos, junto ao seu engenho, além de possuir partido de cana em terras

⁸ *Ibidem*, p. 2-3. Ainda para Jucá, “a exportação de açúcar nos conta somente uma parte da história. O sistema agrário do Rio de Janeiro caracterizou-se desde o seu início por uma produção abundante de alimentos. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império**: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 64.

⁹ *Ibidem*, 73-74.

¹⁰ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo **O arcaísmo como projeto...**, p. 63-66.

¹¹ RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, 1 v, p. 130.

¹² Schwartz afirma que em finais do século XV a Ilha da Madeira tornou-se o maior monocultor de açúcar do Ocidente, contudo o declínio da produção açucareira na ilha foi tão rápido quanto a sua ascensão, assim, na década de 1530 a produção retornou a níveis baixos. As prováveis causas desse baixo rendimento, ainda segundo o autor, foram: exaustão do solo, colheitas deficientes, problemas com mão-de-obra, aspectos comerciais da produção do açúcar e a entrada no mercado europeu de concorrentes (Brasil e São Tomé). SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 24-25. Os engenhos estabelecidos na Ilha da Madeira continuaram a funcionar no início do XVII, provavelmente, Francisco de Araújo Caldeira tinha o mínimo de conhecimento do processo manufatureiro do açúcar.

do engenho de Jerônimo de Azevedo, em Sarapuí.¹³ Tal como afirmamos, a concessão de sesmaria não foi igualitária, era para poucos, sobretudo para aqueles que teriam participado da conquista da terra. (ver diagrama 1).

Caldeira faleceu em 1681 deixando o engenho à sua viúva, Francisca de Araújo, e a seus sete filhos. Em seu testamento não há qualquer menção sobre a forma de financiamento de seu engenho, o que podemos supor é a importância do açúcar enquanto moeda de troca para o período.¹⁴ Assim, ordenou que dessem: *de esmola pella dita [sua] cova vinte sinco arroba de assucar branco (...)*. Também afirmou: *que devia a Santo Antonio des arroba de açúcar branco pelo valor de hum mulatinho que estando muito mal para morrer lhe prometera; ordenou que se dessem as des arrobas de assucara Santo Antonio.*¹⁵

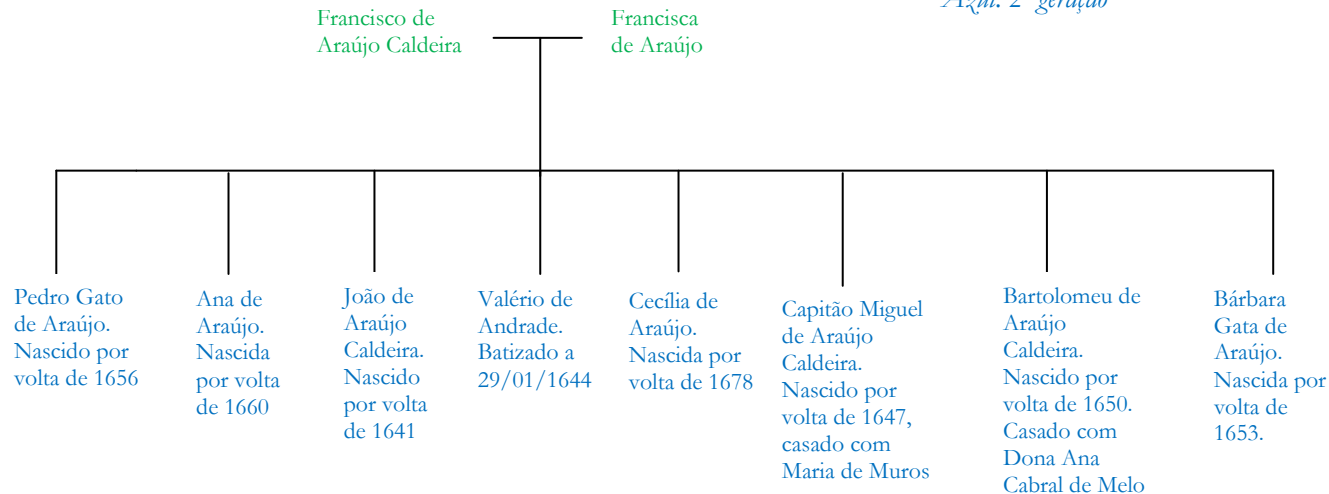
¹³ ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido...**, p. 7.

¹⁴ Ou seja, determinado artigos, neste caso o açúcar (no século XVII e XVIII) e a mandioca (especificamente no XVIII) eram usados como moeda de troca. Lembrando que em uma sociedade pré-capitalista, a circulação de moedas é bastante reduzida. Em qualquer momento do período colonial, poucos foram os que tiveram acesso à moeda. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Crédito e circulação monetária na Colônia: o caso fluminense, 1650-1750. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. ABPHE, 2003, p. 15.

¹⁵ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1673-1686). Folha 105v e 106.

Diagrama 1 – Francisco de Araújo Caldeira

Verde: 1ª geração
Azul: 2ª geração



Não obstante o engenho, apenas na próxima geração que a família expressou distinção e poder na sociedade fluminense. A morte do *pater familias* e o matrimônio dos filhos eram momentos em que a reprodução social e econômica da família via-se ameaçadas. Contudo, a unidade familiar é um princípio basilar nesta sociedade, deste modo, frente a estes reveses, cada membro que compõem a *casa* assumirá um papel que garanta a perpetuação do patrimônio familiar no tempo.¹ Por isso, torna-se fulcral analisarmos o sistema de transmissão² nestas sociedades arcaicas para entendermos a continuidade da história desta família. Ao analisar o caso da sucessão e transmissão do patrimônio dentro da nobreza portuguesa, durante 1650 a 1820, Nuno Gonçalo Monteiro observa a estreita ligação entre transmissão de patrimônio e o destino dos filhos. Manter a reprodução das *casas* consiste no fato de cada filho seguir um destino: os filhos primogênitos eram os imediatos sucessores da casa e teriam amplos direitos; os filhos bastardos, na maioria das vezes, seguiram para a Índia ou ingressaram em carreira religiosa; os filhos secundogênitos realizaram casamentos dentro do próprio grupo, seguiram carreira militar no ultramar ou carreira religiosa; o destino eclesiástico era o que aguardava grande parte das filhas secundogênicas, ou por causa da falta de condições de dotar todas as filhas, ou para manter a endogamia nas relações maritais, evitando, assim, os matrimônios fora do grupo social.³ Foram os pais ou curadores, ainda de acordo com Monteiro, que tomaram todas as decisões sobre o destino dos filhos. O próprio direito, a autoridade paternal e a existência de um conjunto de instituições indispensáveis aos modelos universalmente praticados de reprodução das casas nobiliárquicas, como o próprio clero, permitiram que tal estratégia pudesse ser efetuada ao longo do tempo. Monteiro não desconsidera a ação dos atores sociais, a esfera da decisão individual ou as emoções,⁴ mas nos lembra de que a casa como valor a preservar estava naturalizada no comportamento destes atores.⁵

Nas localidades com fronteira aberta, em que ocorre a abundância de terras e a possibilidade de instalação dos descendentes de uma família em outros terrenos, o

¹ Patrimônio não só no sentido material (econômico) como imaterial (social). Ver: Giovanni LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **O crepúsculo dos grandes**. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003, p. 143.

² Manoela Pedroza define o sistema de transmissão como: “*meios utilizados por uma família para transportar de uma geração à outra um capital que permita o estabelecimento dos descendentes, isto é, sua inserção nas hierarquias sociais*”. PEDROZA, Manoela. “Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856).” **Revista de História**, Nº 160, p. 331, 2009. Disponível em: <http://www.ppehis.ifcs.ufrj.br/media/Transmissao.pdf>.

³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **O crepúsculo dos grandes...**, p. 143- 147.

⁴ Para mais detalhes ver: *Ibidem*, p. 55-57.

⁵ *Ibidem*, p. 144.

sistema de transmissão não era tão rígido e complexo como o europeu.⁶ Parece ter sido o caso do primogênito de Francisco de Araújo Caldeira, o capitão João de Araújo Caldeira, que, em 1669, possuía, igualmente, um engenho em Jacutinga.⁷ A morte de Francisco de Araújo Caldeira não implicou necessariamente na dispersão do patrimônio. A viúva Francisca de Araújo foi reconhecida nos documentos como proprietária ao hipotecar dois partidos de cana, um em 1685, e outro em 1690.⁸ Além disto, de acordo com Denise Demetrio, até a década de 1690, é assinalada como senhora de 29 escravos nos registros de batismos e casamentos da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga.⁹ Até que, em 1694, vende metade do engenho a João Gonçalves Viana, havido por folha de partilha, por falecimento de seu dito marido.¹⁰ Assim, a metade do patrimônio familiar se dispersa.

Contudo, em 1697, a outra metade do dito engenho passa a pertencer a um dos filhos do casal, Bartolomeu de Araújo Caldeira. Em seu testamento datado de 1705, afirmou que comprou as legítimas de sua mãe e irmãos, tornando-se proprietário, impedindo a descentralização do patrimônio familiar. Seu testamento ainda nos dá pistas sobre o financiamento da montagem de seu engenho. Declara possuir 13 cativos, sendo 12 mulatos; e também uma companhia para as minas em sociedade com João Gonçalves Viana (provavelmente, o mesmo que compra a metade o engenho da família). Bartolomeu não especifica as atividades desta Companhia, mas no decorrer das declarações torna-se claro o envolvimento com o tráfico de cativos para as Minas; apesar dos riscos de morte de alguns negros, o comércio parece rentável, já que recebia ouro em troca de cativos. Mas não abandonara seu engenho, pois declarou dever ao Domingos Ferreira uma caixa de açúcar; além de ainda produzir aguardente.¹¹

O engenho ficara para sua mulher, Dona Ana de Cabral, que em 1707, declara os seguintes bens em seu testamento:

trezentas braças de terras em Jacutinga de Lavouras de mandiocas umas casas [ilegível] em q vive na [ilegível] indo para o campo, livres de foro, e de qualquer pensão desaseis escravos de serviço, fora a suas crias, dúzia e meã de colheres de prata a mea de uso e seis garfos, húa dúzia de tamboretos cobertos com

⁶ PEDROZA, Manoela. “Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856).”..., p. 333.

⁷ ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido...**, p. 7.

⁸ *Ibidem*, p. 7.

⁹ DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. Niterói: Dissertação de Mestrado em História Social - Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 69-70.

¹⁰ ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido...**, p. 7.

¹¹ Livro de óbitos da Freguesia da Sé (1701-1710) (Folha sem numeração).

suas capas, hum bofete de Jacarandá coberto com sua Casa de couro, hum catre com po cortinado de serafino e [ilegível] húa colela do mesmo.¹²

O engenho foi vendido por seu cunhado, o capitão Miguel de Araújo, que desta venda ficou devendo dois mil cruzados. Mauricio de Abreu assevera que em 1718:

Capitão Miguel de Araújo Caldeira e sua mulher Brízida da Guarda vendem terras e um engenho velho e desfabricado ao Alcaide-mor Tomé Correia Vasques, informando que se localizavam em Taitimana, comprado em praça pública por execução que fes José de Souza Barros a Ana Cabral de Melo, viúva de Bartolomeu de Araújo Caldeira, seu irmão.¹³

Bartolomeu e sua mulher Dona Ana Cabral de Melo não tiveram filhos. Observamos que a falta de descendentes muito deve ter contribuído para a venda do engenho e foi a causa da interrupção da história familiar. Nuno Monteiro afirma que para o caso da nobreza de Portugal, casar e dar descendência foram mecanismos fundamentais para a continuidade da *casa*.¹⁴ Deste modo, a casa se desmantelou, contudo o engenho permanecerá em mãos de outra família, os *Correia Vasques*.

Maciel da Costa

João Maciel da Costa nasceu na Freguesia de Nossa Senhora Mont Serrat, de Viana do Castelo, arcebispado de Braga, por volta de 1668. Não sabemos o ano de sua chegada ao Rio de Janeiro, apenas a data do seu matrimônio, realizado em uma freguesia rural (Santo Antonio de Jacutinga), pelos anos de 1698.¹⁵ Este casamento fora fundamental para que João Maciel não só adquirisse engenho e escravos (por meio do dote), como também reputação social, já que sua esposa, Brígida da Guarda, era filha do Capitão Manoel da Guarda Muniz, proprietário do engenho Nossa Senhora do Rosário e Santo Antonio, desde o ano de 1685. (Ver diagrama 2)

Tratar de mobilidade numa sociedade com traços estamentais não envolve os mesmos fatores que de uma sociedade burguesa. Guedes afirma que a mobilidade social em sociedades com traços de Antigo Regime não se resume à economia, sendo

¹² *Ibidem*. (Folha sem numeração).

¹³ ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido...**, p. 8.

¹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. **O crepúsculo dos grandes...**, p. 144 – 145.

¹⁵ RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 495-497.

considerada, pois o enriquecimento deve estar atrelado a outras fontes de legitimidade, para que uma família esteja no topo da hierarquia sociais.¹⁶

O casal tivera seis filhos, todos nascidos em Jacutinga. Em 1709, João Maciel da Costa hipoteca metade do engenho do seu sogro e é citado 68 vezes como proprietário de escravos no Livro de matrimônios e batismos (1686-1721).¹⁷ Não temos informações sobre a forma de financiamento para a compra deste engenho, mas é provável que o uso do dote e prováveis partidos de cana em terras de seu sogro tenham lhe dado alguns rendimentos. Faleceu em 1723, apesar de todos os seus filhos nascerem na freguesia. Porém, apenas Páscoa Maciel da Costa permanece em Jacutinga.

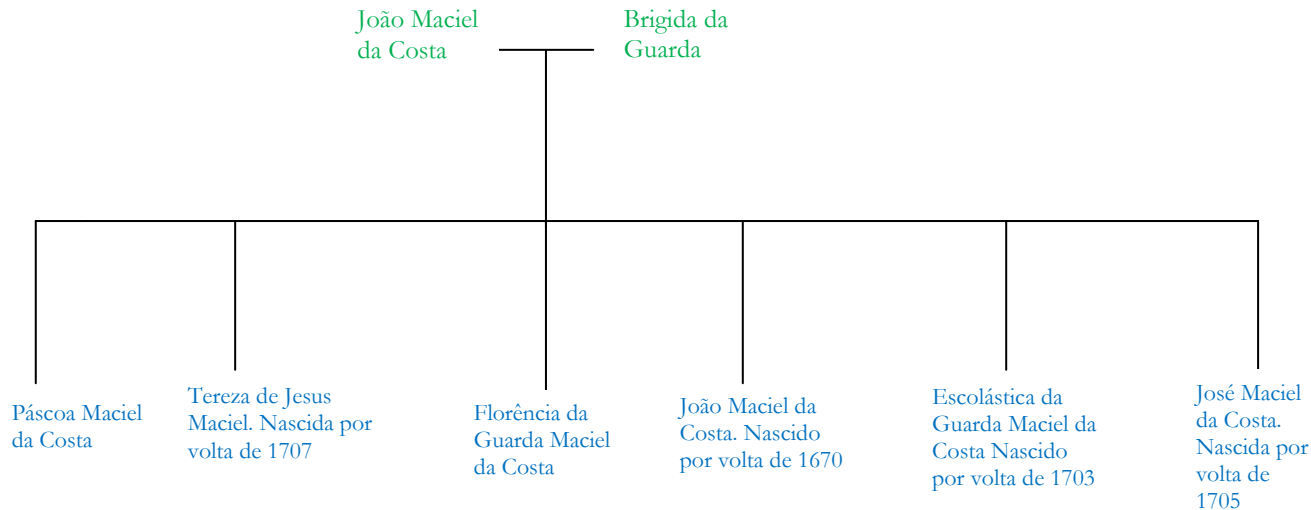
¹⁶ GUEDES, Roberto. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)”. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). **Conquistadores e negociantes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.341.

¹⁷ DEMETRIO, Denise Vieira, 2008, op. cit., p. 69.

Diagrama 2 – João Maciel da Costa

Verde: 1ª geração

Azul: 2ª geração

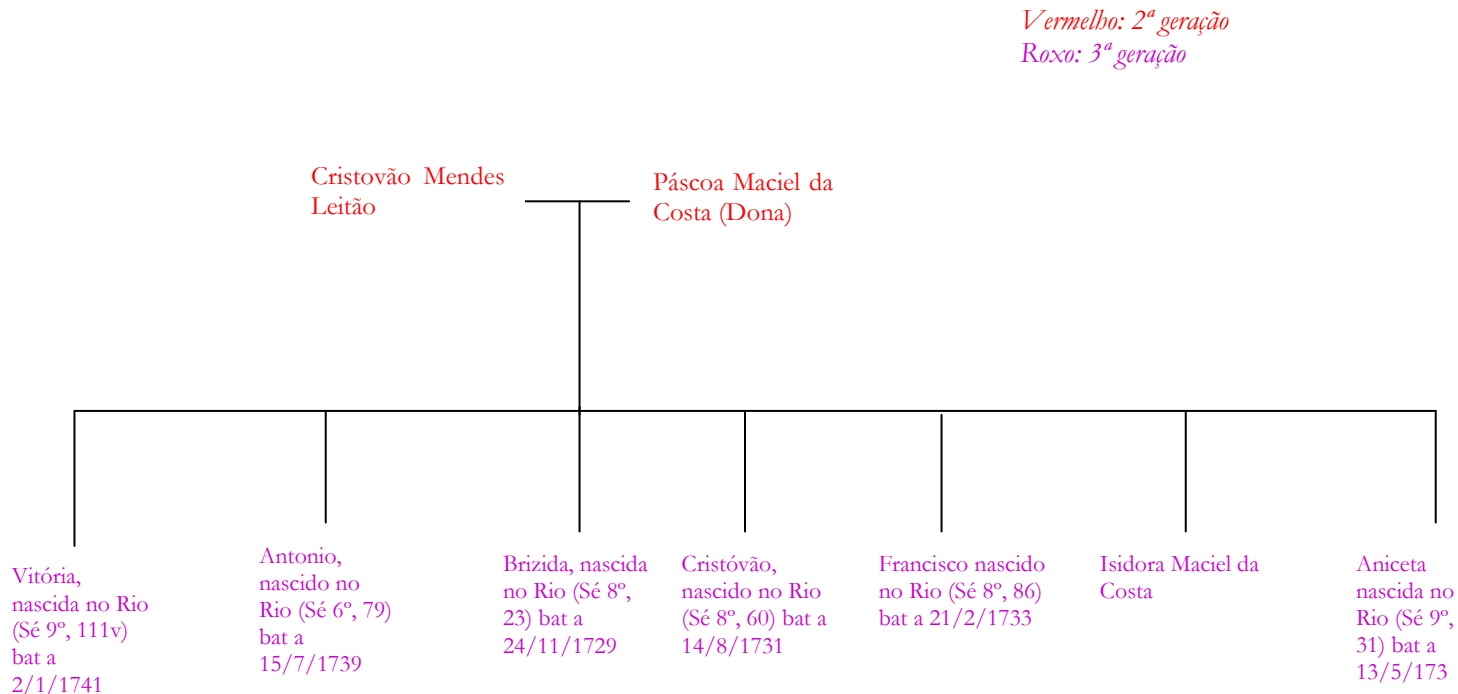


Dona Páscoa Maciel casa-se com Cristóvão Mendes Leitão em 1728.¹ No Breve apostólico de 1756, Cristóvão declara viver nobremente do seu engenho chamado Brejo.² O breve apostólico é um documento específico para autorização de celebração de missas em capelas, altares e oratórios particulares, o que confere o privilégio de realizar missas em suas próprias propriedades, ou seja, um dos elementos que constituíam o prestígio dos senhores de engenho, sobretudo a partir do segundo decênio do século XVIII.

¹ Ver Diagrama 3.

² Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Notação: 146. Ano: 1756. Impetrantes: Cristóvão Mendes Leitão e sua mulher Dona Páscoa Maciel. Folha sem numeração.

Diagrama 3 – Páscoa Maciel da Costa



Por exemplo, Manoel Moreira de Souza e Ana Maria de Jesus, ao realizarem o pedido de Breve em 1785, declaram que tem:

... hua Quinta fora da Cidade de grande extensão onde continuamente morão muitos escravos, e outros mtos. lavradores, os quais por causa da grande distancia para a sua Freguesia com muita dificuldade podem ouvir o Sacrosanto Sacrificio da Missa, e principalme. para que os ditos escravos, que trabalham na dita Quinta, sahindo da mesma não jugão, cometão maldades. Por isso os ditos oradores humildeme. Suplicão a Vossa Santidade pela ampliação do dito Privilegio de Oratorio privado, para que nelle possa fazer celebrar nos dias festivos ainda nos mais solennes o Stº Sacrificio da Missa, que há de valer para os ditos escravos, e quais que outros, que servirem na dita Quinta.¹

Fazer o pedido de breve não era tão simples. Pela estrutura do documento verifica-se que, primeiramente, o impetrante deveria fazer petição na Cúria do Rio, a qual encaminhava esse mesmo pedido para Roma, com o intuito de constar aprovação papal. Depois deveriam comparecer no mínimo três testemunhas na Câmara Eclesiástica, a fim de verificar: a) a nobreza dos impetrantes e o não exercício de ofício mecânico; b) se os altares, oratórios ou capelas estavam decentemente ornados, livres dos usos domésticos; c) se não haveria acumulação de mais de um breve para o mesmo indivíduo e/ou casal. Além disso, ainda se realiza uma visita das autoridades eclesiásticas aos oratórios e capelas para confirmar as declarações efetuadas. Só a partir desta aprovação era concedido o breve.

No final do XVIII, quando das visitas de Pizarro, o engenho era administrado por Antonio Maciel da Costa (filho de Páscoa e Cristóvão), reverendo da freguesia de Jacutinga. Declarou ao visitador que vivia do seu engenho de açúcar, no lugar chamado Brejo, juntamente com seu sócio (nome não mencionado).² Mais uma vez o fator da falta de descendência interfere na continuidade da história familiar, pois em 1828 consta como senhor do engenho do Brejo, Joaquim da Silva Marques, provável comprador. De qualquer modo, esta família de elite permaneceu mais de cem anos, com seu engenho, escravos e muitos lavradores.

¹ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Notação: 238. Ano: 1785. Impetrantes: Doutor Manoel Moreira de Souza e sua mulher Anna de Jesus Maria. Folha sem numeração.

² ARAÚJO, José de Souza A. Pizarro. (1753-1830). **Visitas pastorais na Baixada Fluminense feitas pelo Monsenhor Pizarro no ano de 1794**. Mandada imprimir pela prefeitura da Cidade de Nilópolis através da secretaria municipal de cultura. Nilópolis: Shaovan, 2000, p. 40-41.

Conclusão

Por meio da análise dessas famílias observamos como a iniciativa particular fora imprescindível para o projeto colonial. De acordo com Freyre “foi a iniciativa particular que, concorrendo às sesmarias, dispôs-se a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real, as muitas léguas de terra em bruto que o trabalho negro fecundaria”.³ O conhecimento de famílias senhoriais (tanto de engenhos como de escravos) no século XVII e os mecanismos que viabilizaram a permanência de seu *status quo* ao longo do tempo em distintas posições sociais nos permite analisar como estes grupos conseguiram se reproduzir socialmente através de alianças e redes de parentesco. A participação na atividade açucareira, o assenhorear mão-de-obra cativa africana e crioula, possuir oratórios ou capelas e a legitimidade social frente a outros grupos sociais são elementos caracterizadores destas *distintas famílias*.

Por todo o exposto, podemos afirmar que esta pesquisa se insere no campo da História social, fazendo uso de seus instrumentos metodológicos principalmente o acompanhamento destas famílias em sua *ação*.

³ FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio, 20^aed., 1980, p. 18-19.

Desenho cartográfico da paisagem de uma fronteira: exercício de leitura de um mapa setecentista

Benone da Silva Lopes Moraes¹

O mapa denominado *Carta Geographica dos Extenções Territorios, e principaes Rios do governo, e Capitania Geral do Mato grosso, que mais Centralmente confinam a os Dominios Espanboes d' America Meridional* (1781) representa a região onde se formou a fronteira entre as ocupações ibéricas na América do Sul, mais especificamente a porção oeste da capitania de Mato Grosso com parte das ocupações espanholas denominadas de Missões de Moxos e Chiquitos. O documento aqui apresentado se encontra no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) no Rio de Janeiro. Existe uma cópia deste mapa, da mesma época, nos arquivos da Casa da Ínsua, em Portugal. Esta última está publicada na obra *A mais dilatada vista do mundo*, organizada por João Carlos Garcia.

O objetivo desta comunicação é apresentar uma leitura analítica desta carta para decodificar seus símbolos dentro do contexto que envolve os acordos fronteiriços de portugueses e espanhóis, no século XVIII, e o desenvolvimento científico da cartografia na capitania de Mato Grosso. Este artigo é fruto de uma pesquisa maior desenvolvida com o objetivo de elaborar uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, concluído em 2001, sob o título de *Dilatar limites: A "Ideia Geral" de Luís de Albuquerque (1772-1781)*. Este trabalho foi orientado pela Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Costa.

Voltando a carta geográfica (figura 01), esta leitura inicia abordando os aspectos físicos deste documento. O suporte utilizado é papel, o desenho apresenta a tinta preta ferro-gálica e aquarela nas cores: vermelho, amarelo, azul e marrom.² O mapa, executado em duas folhas coladas,³ tem um total de 128,8 x 93,2 cm; a superfície do desenho é de 125,8 x 89,2 cm. Os defeitos ocasionados pelo tempo não impedem a leitura.

A carta foi orientada a norte, tendo como referência a marcação dos paralelos e meridianos, que, respectivamente, foram traçados em intervalos de um grau. Assim, a carta está localizada geograficamente entre os 12° até 22° de latitude sul, e entre os 315° e 322° de longitude tendo como referência a Ilha do Ferro. O desenho não apresenta rosa

¹ UNEMAT – Bolsista FAPEMAT.

² Descrevendo a cartografia do setecentos, Márcia dos Santos nos diz sobre as tintas usadas na cartografia: “A cartografia portuguesa, referente aos seus territórios coloniais, permanece manuscrita no período – realizada a bico de pena, utilizando tinta ferro-gálica e outras para aguadas nos manuscritos coloridos.” SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Técnica e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império*. In: COSTA, Antônio Glberto (org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 55.

³ As folhas são da mesma largura, tendo apenas uma pequena diferença na altura: folha superior: 63,5 x 93,2 cm; folha inferior: 65,3 x 93,2 cm.

dos ventos. A escala se encontra referenciada abaixo do texto da cartela em *Leguas Brazílicas* indicando 25, mas que na publicação de Garcia está demonstrado que na verdade se tratam de 20 léguas.⁴

No desenho, fazendo uma breve leitura, chama a atenção o traçado de uma linha vermelha e amarela que atravessa a folha em diagonal. O formato desta linha, apesar de sinuoso, não pode ser confundido com um rio, pois, em alguns trechos, ela encobre outros elementos, e, também, em alguns pontos está traçada em paralelo a outras figuras. Apesar de sua grande extensão, esta linha, não ocupa grande superfície da folha. Já o que pode ser identificado, à primeira vista, como a representação da malha fluvial ocupa a maior parte do desenho.

Figura 4: **Carta Geográfica dos Extensos Territórios e Principais Rios do Governo da Capitania Geral do Mato Grosso (...)** (1781)



FONTE: Arquivo Histórico do Exército / Rio de Janeiro

⁴ FERNANDES, Daniela Teixeira. Descrição bibliográfica de material cartográfico. In: GARCIA, João Carlos (org.). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da casa da Ínsua**. Lisboa: Editora Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2002, p. 394-395.

Os riscos que formam esses cursos d'água produzem uma figura de grande sinuosidade, semelhante às raízes de uma planta, e foram traçados com tinta preta, alguns preenchidos com azul e marrom; vinte deles recebem nomenclatura, em três os nomes aparecem duas vezes. Outro elemento, riscado em forma de elevações encadeadas, aparece diversas vezes ao redor da linha vermelha e amarela, e parece representar o relevo. Podemos, também, encontra-lo próximo aos cursos d'água, apenas dois estão nomeados. Na região leste do desenho, também próximo a linha, ligam-se vários pontos com duas linhas pontilhadas uma em preto e outra em vermelho, apenas a primeira recebe uma denominação, *Cam.ª de terra p.ª o Cuyabá*. Na parte superior da folha está gravado com letras grandes: N^o 2.; no lado oeste do desenho está escrito: *Parte da Província de Moxos e Província Castelhana e Missões de Chiquitos*; além destas inscrições o mapa apresenta quatro notas escritas e uma cartela sem ornamentos. Esta se encontra na parte inferior do desenho, e está dividida em três colunas de texto; das quatro notas, três acompanham a malha fluvial e uma está a oeste da linha na parte superior do mapa. Por todo o desenho estão localizados com símbolos e nomeados diversos pontos, estes não se encaixam em nenhuma das descrições já feitas, ao todo são 63, dos quais 60 apresentam um símbolo.

Para a leitura os elementos estão divididos em quatro grupos: o primeiro grupo vai se dedicar as informações textuais presentes no mapa; em seguida, apresenta-se como o autor representou os aspectos da natureza no desenho; já, o terceiro grupo será composto por apenas um elemento, a linha vermelho e amarela; e, por fim, no quarto estão os pontos localizados com a sua nomenclatura e simbologia. Para esta comunicação, a atenção está centrada no último grupo, assim os outros serão abordados de forma breve.

Os elementos textuais

A leitura dos elementos escritos deste mapa permite questões contextuais da época em que o mesmo foi construído, mas, também, estes textos foram vistos de acordo com a utilização de referências escritas nos mapas neste mesmo período. Neste sentido podemos perceber o desenvolvimento da cartografia mato-grossense. As toponímias dos locais localizados com símbolos serão abordadas em outro grupo.

Nos mapas do século XVIII é comum encontrar a maior quantidade de informação escrita nas cartelas, e o este não foge a regra, aqui existe apenas um cartucho ou cartela, sem ornamentos, onde encontramos o título e as notas, denominadas pelo autor de *Advertências*. Convém explicar, que a denominação de título, nesta leitura, segue as indicações presentes nos manuais, daquele período, que instruíam sobre a produção de um mapa como *O Engenheiro Português*, compilado por Manoel de Azevedo Fortes no

fim da segunda década dos setecentos.⁵ Por estas obras recomendava-se que o autor se utilizasse de elementos textuais, inseridos em cartelas decoradas ou simples, para descrever e explicar o desenho cartográfico. Ainda, caso o mapa apresente mais de um cartucho, o autor deveria destacar aquele que leve o título da representação.⁶ No nosso caso, o autor dividiu a cartela em duas partes, sendo a maior e mais destacada para o título, e a segunda dividida em duas pequenas colunas para notas explicativas.

A primeira parte do texto apresenta o tipo de mapa e descreve o terreno representado, ou seja, este mapa é uma carta geográfica dos rios e territórios da capitania de Mato Grosso que se encontram próximos das terras espanholas. O autor chama esta área de fronteiras ou Limites, entre os impérios ibéricos na América Meridional. Na sequência, apresenta a linha divisória que, segundo ele, não acarretará maiores prejuízos a nenhum daquelas coroas. Estes limites visam o Tratado Preliminar de Limites de 1º de outubro de 1777, mas, a linde demarcatória vista no desenho não segue os seus artigos, pois foram traçados segundo o *Projeto ou Ideia Geral e Política* concernente ao dito Tratado de autoria de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o então governador da Capitania de Mato Grosso.

Os outros elementos escritos apontam que, este governante, Luís de Albuquerque fez construir esta carta geográfica, o mesmo, foi o quarto capitão general da capitania de Mato Grosso, sua posse se deu em dezembro de 1772, ficando à frente deste cargo até 1789. Durante seu governo as coroas ibéricas assinaram em Santo Ildefonso o Tratado Preliminar de Limites (1777), referido na cartela, definindo um limite territorial entre as possessões portuguesas e espanholas em solo americano. O título de Preliminar se deve ao fato de que as terras de fronteira na América do Sul não eram conhecidas, na Europa, em detalhes. Por este motivo, um acordo definitivo seria assinado após o envio de comissões demarcadoras de limites para executar esta tarefa de reconhecimento in loco da área em litígio. Mas que a época da construção deste mapa, não haviam iniciado. Neste título os destinatários da peça cartográfica são referenciados, são eles a Rainha - Maria I de Portugal - e Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado. Por último, o texto título traz a data da e local onde se executou este desenho: Vila Bela, 20 de outubro de 1781.

Outro ponto do texto, a *Ideia Geral e Política*, deve ser esmiuçada. Perseguindo a data apresentada no cartucho, de 20 de agosto de 1780, chegamos a um ofício que se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, feito pelo mesmo autor deste mapa. Sobre o seu conteúdo, de forma breve, traz uma visão da fronteira na ótica dos Governadores da Capitania de Mato Grosso, compiladas através da visão de Luís de

⁵ BUENO, Beatriz P. Siqueira. Desenhando o Brasil: o Saber cartográfico dos cósmógrafos e engenheiros militares no Brasil colônia e no Império. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Roteiro prático de cartografia**, p. 36-37.

⁶ SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Técnica e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império..., p. 54.

Albuquerque, tratando dos diversos assuntos que preocuparam a administração lusitana nesta capitania ao longo dos seus 32 anos de existência (fundada em 1748). A *Ideia Geral* foi confeccionada em 1780-81, e se trata de um conjunto documental que se constituiu por mapas e textos que propõem uma nova linha divisória para as fronteiras entre os impérios ibéricos no ultramar sul-americano, notadamente entre os terrenos da capitania de Mato Grosso e as terras da Espanha. Em resumo, esses documentos apresentam uma proposta de alteração aos termos definidos pelo Tratado de Santo Ildefonso.

O primeiro item do desenho descrito textualmente nestas *Advertencias* é a linha vermelha e amarela na qual ele indica: *está traçada na forma das ditas Comtas*, ou seja, esta divisão está desenhada de acordo com outros documentos já remetidos a administração lusitana – que faz referência ao ofício da *Ideia Geral*. Já o segundo ponto da descrição refere-se às linhas tracejadas que partindo de Vila Bela se ramifica para diversas localidades. Assim, o autor apresenta os caminhos abertos e percorridos por três *Bandeiras*. Há de destacar que estas eram expedições eram formadas normalmente por militares, nomeados por Luís de Albuquerque, com a função de reconhecer os territórios que seriam demarcados por comissões previstas no Tratado Preliminar. A utilização desse tipo de foi muito comum neste governo, e que em alguns momentos contavam com a presença do governador. Ao fim do texto o autor mostra-se cauteloso, diz que para construir este mapa usou como referência as observações astronômicas executadas pelos comissários da Terceira Partida de Limites, que em 1754 percorreram e demarcaram o rio Paraguai até a foz do rio Jauru, por conta do Tratado de Madrid, de 1750, anulado posteriormente.

Existem, ainda, sete informações textuais distribuídas no corpo do desenho, mas não apresentam nenhuma cartela ou ornamento. Cinco destas notas tem a função explicativa e duas estão relacionadas à nomenclatura da região. Estas últimas estão a oeste da linha demarcatória, onde a norte está gravado: *Parte da Província de Moxos, e, ao sul, Província Castellhana e Missões de Chiquitos*; O autor localiza o que seria a região espanhola da carta geográfica, é importante notar que a parte oeste da linha demarcatória não conta com muitos detalhes como o outro lado e que por isso, as letras usadas nestas inscrições ocupam um espaço bastante significativo. Abaixo de onde está localizada as missões de Moxos, próximo ao rio nomeado de Bauris, se encontra escrito: *Missoens Esphnollas que d'antes havia do R.o Bauris e não existem*, próximo a este rio e nesta região existem marcadas diversas missões saber se elas estão citadas em outros mapas ou outros lugares. Gravado na parte superior do mapa, N^o 2., está entre os meridianos de 317° e 318°. Trata-se de uma inscrição que diferencia este exemplar do mapa com o que está no acervo que Luís de Albuquerque levou para a Europa, pois comparando os dois mapas nota-se que o mapa publicado por João Carlos Garcia, anexo 02, não contém essa inscrição. É necessário acrescentar que ambas as cópias não divergem em nenhuma das outras informações.

Dos textos restantes, três trazem informações referentes à navegação do lado leste da linha, sendo que estas notas estão posicionadas em paralelo ao curso dos rios ao qual está explicando como ao lado do rio Jauru onde se lê: *Naveg.am do Matto grosso p.a o Cuyabá, e S. Paulo*. As rotas apresentadas nestas notas estão ligadas aos caminhos das monções, usados por portugueses para abastecer as zonas de mineração de Cuiabá e Mato Grosso desde o início do século XVIII. Outra nota está ligada a um rio, mas não indica a sua navegação, sim a sua possível localização: *Rio que se presume ser o que chamao Correntes apontado no Art.o IX do Tratado Preliminar de 1777*, está localizado na parte inferior do mapa oposta a cartela. No Tratado de Santo Ildefonso é por este rio Correntes que a linha demarcatória encontra o rio Paraguai. Porém, o autor apresenta cautela, pois na demarcação de 1754 este rio não foi localizado, por este motivo, naquela demarcação buscou-se outro rio para satisfazer as necessidades do Tratado de Madrid, mas este trecho não foi atualizado no texto do Tratado de Santo Ildefonso.

A visão da natureza




Neste mapa, a natureza da região, está representada somente pela hidrografia e pelo relevo, em sua maioria figurados no lado leste da linha demarcatória. Portanto, não existe nenhuma representação da fauna ou da flora nesta carta geográfica. Os rios ocupam a maior parte da representação, sendo que a maioria destes cursos d'água pertence à bacia do rio Paraguai ou do rio Guaporé. Além destes, na hidrografia apresentada, outros rios podem ser vistos na parte norte e, ainda, existem lagos riscados no entorno do rio Paraguai e dois lagos na região das missões de Chiquitos. Da malha fluvial vinte rios estão nomeados, já o relevo apenas *Morro da Vila*, próximo a Vila Bela e *Serra e Minas dos Guarajus*, localizadas próximo ao rio Guaporé, estão nomeadas. Portanto, vê-se que a paisagem natural vista neste mapa é utilitária. O Tratado Preliminar usa balizas naturais, como rios e acidentes geográficos, para a demarcação de fronteira, por isso o autor não se preocupou em apresentar a fauna ou a flora, como é comum em outros mapas do mesmo período.

Símbolos e toponímias

Sobre a simbologia usada para indicar essas localidades. Identificam-se dez símbolos diferentes todos eles estão com sua respectiva toponímia, mas nesta carta, não existe uma legenda que os classifiquem de acordo com a relação do tipo de local que corresponde ao tipo de símbolo. O desenho destes foi executado em vermelho e preto, sua maior ocorrência se dá entre os paralelos de 14° e 15° e os meridianos de 318° e 319°, que se trata da região no entorno de Vila Bela; nas toponímias podemos coletar a informação de que as representações indicam um presídio, povoações, vilas, pontes, arraiais, portos, destacamentos, um registro (militar), um forte e um monumento. Mas, apesar disso, um mesmo símbolo está referido para diferentes

modalidades de povoamento, também se vê a relação de tipos iguais para diferentes símbolos. Abaixo, apresentamos uma tabela (Figura 2) com todos estes desenhos desta carta geográfica para visualizarmos essa relação:

Figura 5: Tabela com os símbolos e as suas várias toponímias

	Quantidade	Exemplo de Toponímias⁷
	1	Marco de Mármore do Jauru
	2	Registro do Jaurú e Destacamento das Pedras
	28	Luís Lopes, Bastos, Thereza Alina, etc.
	1	Salinas ⁸
	3	S. Simão, S. Nicolau e S. Martinho
	7	Ponte das Lavrinhas, Arraial de S. Vicente, Serra e Minas dos Guarajuz, etc.
	15	Povoação de Albuquerque, Santa Coração, Vila Maria, etc.
	1	Vila Bela
	1	Presídio de Coimbra
	1	Forte do Príncipe da Beira

⁷ As abreviações foram desmembradas e a linguagem foi atualizada.

⁸ A figura referente as Salinas está visivelmente danificada.

Como se vê, o símbolo de Vila Maria é o mesmo usado na indicação da Povoação de Albuquerque e não é o mesmo aplicado a outra vila, a Vila Bela. Ainda, esta última recebeu o maior destaque em seu desenho, quando comparamos o tamanho destas representações. Sobre isso, o tamanho dos símbolos não é muito diferente, mas se percebe claramente uma hierarquia taxionômica na simbologia dos locais. Essa relação entre a localidade e a convenção simbólica a ser usada, em meados do século XVIII, não se estava padronizada. A escolha destes símbolos se dava de acordo com o gosto do autor e, também, de acordo com a sua escola de formação. É preciso lembrar que desde o fim dos seiscentos já se buscava uma uniformidade nas convenções cartográficas, principalmente pela escola francesa.⁹

A linha vermelha e amarela

Uma breve comparação entre texto da *Ideia Geral* e o mapa será o primeiro passo para descrever a linha vermelha e amarela. Assim, no texto, Luís de Cáceres, pensa uma divisão iniciada no Presídio de Nova Coimbra, ao sul, e terminando na confluência do rio da Madeira, a norte. Deste dado, é possível notar que este enquadramento do texto é diferente do escolhido na *Carta Geographica dos Extensões Territorios (...)* onde, nesta divisão tem início em sentido sul-norte, acrescentando uma área de mais ou menos 2° de latitude a sul do Presídio e ao norte finaliza a divisão próximo ao forte do Príncipe da Beira, também, com uma diferença de aproximadamente 2°, sem apresentar, portanto, a confluência do Madeira. Mas, neste último caso, mesmo não atingindo o ponto traçado no texto, a linha termina em concordância com a argumentação textual. Portanto, o único trecho da fronteira que não está contemplado no texto da “Ideia Geral” é este rio na parte inferior da folha, denominado com cautela pelo autor de *Rio que se presume ser o que chamao de Correntes apontado no Art.o IX do Tratado Preliminar de 1777*.

Esta linha divisória já havia sido utilizada por este governador antes mesmo da negociação do Tratado de Santo Ildefonso. Isso é facilmente visualizado em um mapa levantado com apenas três meses de governo na *CARTA Topografica em q. se observam os lemites, e extenscao da Cap.ta de Matto Groço(...)*¹⁰ *mandou levantar Luiz d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Gov.or e Cap.am Gen.al dam.a Cap.ta em 25 de Março de 1773*. A cópia que utilizo está publicada no *Roteiro Prático de Cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*, livro organizado por Antônio Gilberto Costa. A

⁹ SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Técnica e Elementos da Cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império...*, p. 60.

¹⁰ *CARTA Topografica em q. se observam os lemites, e extenscao da Cap.ta de Matto Groço a mais Ocidental d’America Portugueza q. com o destino de ser enviada apre.za do ILL.mo e Ex.mo Snr. Conde de Valadares, mandou levantar Luiz d’Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, Gov.or e Cap.am Gen.al dam.a Cap.ta em 25 de Março de 1773*

carta original se encontra no Instituto de Estudos Brasileiros, na Universidade de São Paulo. Vê-se que a capitania de Mato Grosso está posta no centro do enquadramento da representação e que o autor dá destaque as suas fronteiras. Quanto aos limites com Espanha, nota-se que foi proposto neste mapa é pouco divergente da outra linha divisória aqui apresentada; As diferenças encontram-se basicamente na região do rio Paraguai, onde este rio se torna a baliza natural usada na demarcação, mas a linha encontrada próxima a Vila Bela e ao rio Guaporé seguem o mesmo traçado.¹¹

No Tratado Preliminar, a região de fronteira que é vista no mapa está contida nos artigos IX e X, e chega até o rio, que, talvez, se chama Corrientes e que deságua no rio Paraguai:

e então baixará a raia pelas aguas d'este rio (Corrientes), até a sua entrada no Paraguay, desde cuja a bôca subirá pelo canal principal, que deixa este rio em tempo secco, e seguirá pelas suas aguas até encontrar os pantanos que fôrma o rio, chamados a Lagoa dos Xarayes, e atravessará esta lagoa até a bôca do Rio Jaurú.¹²

No artigo X a linha continua:

Desde a bôca do Jaurú pela parte occidental seguirá a fronteira em linha recta até a margem austral do Rio Guaporé ou Itenés defronte da bôca do Rio Sararé, que entra no dito Guaporé pela sua margem septentrional; (...) baixará a fronteira por toda a corrente do Rio Guaporé, até mais a baixo da sua união com o Rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz da Serra e atravessa a Missão dos Moxos, formando juntos o rio que se chamam da Madeira, o qual entram no Maranhão ou Amazonas pela sua margem austral.¹³

Desta forma, a linha divisória proposta em Santo Ildefonso não inclui territórios portugueses que estão ocupados como Vizeu, Presidio de Nova Coimbra, as fazendas em torno do rio Barbados, as Minas dos Guarajus e principalmente, Vila

¹¹ Essas divergências na linha de limites destes mapas necessitam de uma longa explanação, por isso as semelhanças se tornam mais proveitosas para este artigo. Basta dizer que as divergências entre a linha que este governador usava no início de seu governo foi dilatada por conta de ocupações feitas ao longo de sua administração e incluídas na *Ideia Geral*, principalmente na área do rio Paraguai.

¹² TRATADOS de Limites Internacionais que interessam a Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002, p. 41.

¹³ *Ibidem*, p. 42.

Bela.¹⁴ Ainda, outro problema apontado no texto da *Ideia Geral*, é a proximidade de locais como a Povoação de Albuquerque e os rios usados nas rotas que abastecem Cuiabá e Mato Grosso, como o rio Taquari.

Quanto à linha demarcatória da *Ideia Geral*, vista na *Carta Geográfica dos Extensos Territórios e Principais Rios do Governo da Capitania Geral do Mato Grosso* (...), já se encontrava formulada em outros mapas do início do governo de Luís de Albuquerque, pois fazem parte de uma estratégia para ocupação desta área de fronteira, pertencente à Espanha; essa estratégia foi sistematicamente aplicada e desenvolvida desde Rolim de Moura, o primeiro capitão general da capitania de Mato Grosso. A necessidade de formular a *Ideia Geral* se deu, pois, como já dito, o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso copiou os artigos referentes a esta fronteira do Tratado de Madri, assinado em 1750. O que não considerou a expansão portuguesa feito ao longo destes 27 anos.

Esta iniciativa de sistematizar um desenho cartográfico sobre a fronteira, por parte do capitão-general de Mato Grosso, tem o objetivo de dar instrumentos ao governo metropolitano para efetuar uma nova negociação que incluísse todas as ocupações lusas situadas no entorno fronteiriço. Dessa forma, a linha divisória que vemos na *Carta Geográfica dos Extensos Territórios e Principais Rios do Governo da Capitania Geral do Mato Grosso* traduz a ideia de divisão pretendida pelos portugueses para assegurar a sua expansão nas terras da Fronteira Oeste feita ao longo dos governos que presidiram a capitania de Mato Grosso. Além disso, os elementos do desenho permitem perceber que o autor produziu uma cartografia atualizada da região, em consonância com os processos mais modernos de produção de mapas daquele período. A *Idéia Geral* de Luís de Albuquerque, a qual este mapa é integrante, é em última instância a representação desse esforço.

¹⁴ Posteriormente, Luís de Albuquerque continuou a ocupar regiões na fronteira como Casal Vasco em 1786.

Migrações na fronteira Brasil/Bolívia: o caso do povo Chiquitano (1767-1850)

Cleia Rodrigues de Oliveira¹

Introdução

A fronteira Oeste do Brasil no período estudado pertencia ao Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e parte de Rondônia e vai ser somente na segunda metade do século XVIII, que seus limites começam a serem traçados e definidos. Por outro lado, o Departamento de Santa Cruz de La Sierra era administrado pelo Vice Reino do Peru, que foi o centro do poder Espanhol na América do Sul com sede em Lima-Peru, e posteriormente a região citada foi anexada ao Vice Reino da Plata com sede em Buenos Aires e a partir de 1825, após a guerra pela independência passa-se a chamar República da Bolívia. Segundo Costa,

A região abordada, no início da colonização pertencia à Espanha, e durante séculos foi considerado um lugar “escondido” e litigioso. E só foi no século XVIII, que os tratados de limites entre Portugal e Espanha (1450-1801) lhe retiraram estes aspectos, dando-lhe contornos precisos e possibilitando que a região passasse a ser geograficamente conhecida. Não há como fazer a leitura da história da região sem entrar no contexto das Américas hispânicas e lusitanas.²

Da mesma forma, não se pode entender o contexto de processamento desse espaço fronteiriço sem considerar a participação da população chiquitana e das Missões Jesuítas. Fazer uma leitura da fronteira oeste não é tarefa fácil, por requerer reflexões que abrangem a história do Mato Grosso intimamente ligada a história do oriente boliviano. Não obstante, marcada por disputas e litígios territoriais, trata-se de uma fronteira construída através de diferentes arranjos, interesses e necessidades, que envolviam distintos atores sociais, dentre estes, a população nativa chiquitana.

Contribuições chiquitanas na fronteira oeste do Brasil

A etnia é uma das forças maiores da cultura humana. Resiste às guerras se há sobreviventes; resiste à transformação ecológica de seu habitat. Resiste até o assédio missionário que, mesmo

¹ Mestranda em Estudos Fronteiriços/UFMS.

² COSTA, Maria de Fátima. **História de um País Inexistente: O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade, Komos, 1999, p. 31-32.

exercido secularmente, não converte ninguém, por maior que seja a pressão exercida.³

O processo de formação do povo que hoje é conhecido como chiquitano remonta ao século XVI e a presença dos jesuítas que promoveram aldeamentos na planície boliviana entre 1691 e 1760, instalando missões compostas por grupos étnicos com línguas e culturas distintas. Dessa forma, uma nova realidade histórica colonial foi criada diante dos intensos contatos interétnicos entre os indígenas e a sociedade europeia. Os chiquitanos resultam de uma enorme heterogeneidade, que envolve o contato de mais de vinte povos sob a égide do regime jesuíta. Assim,

Os chiquitanos são resultantes de uma amalgama de povos que ocupavam desde as margens do rio Guaporé no Brasil, até as planícies bolivianas, e que a partir, sobretudo do século do século XVIII, foi tomado e fatiado por portugueses e espanhóis, e mais tarde por bolivianos e brasileiros.⁴

Os chiquitanos por sua vez, permaneciam ativos em ambos os lados da fronteira, esta margeada por rios, onde havia uma busca pela sobrevivência, onde praticas diversa iam sendo construídas. A fronteira longe de se constituir numa separação apenas, nos introduz a outras sociedades, assim acrescenta Volpato,⁵

a formação de núcleos do povoamento português no vale do Guaporé e depois no vale do Paraguai aproximou seus habitantes dos núcleos de povoamento espanhol, facilitou o intercambio como elemento de apoio na luta pela sobrevivência. Estabeleceu - se, dessa forma, uma teia de relacionamento entre os habitantes de uma e outra área de colonização. Essas relações variaram de intensidade e forma e perduraram por todo o período colonial.⁶

Consideramos neste trabalho que a fronteira se constitua em um campo de investigação interdisciplinar e tenha conceitos bastante diferenciados, abordaremos de uma maneira cultural, pensando o período como zona fronteiriça, onde se: “descortinam processos de hibridismo e circularidades culturais entre etnias e grupos

³ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

⁴ SILVA, Joana A. Fernandes (org). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia**: História, Língua, Cultura e Territorialidade. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 31.

⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da Terra no Universo da Pobreza**: formação da Fronteira oeste do Brasil 1719-1819. São Paulo: HUCITEC, 1987.

⁶ *Ibidem*, p. 53.

diversos”⁷ onde “o limite imposto parece combinar com regiões nas quais uma coisa gradualmente se transforma em outra, havendo indistinção, ambigüidade, incerteza”.⁸ Reconhecendo que indivíduos comuns são afetados em sua vida cotidiana por essa linha imaginária que define até onde um território vai e outro termina.

A fronteira, neste contexto, é interpretada como o encontro entre culturas diferentes que, em momentos oportunos em seu passado, mudaram o curso das suas histórias em função desse encontro. Atrai indivíduos que estão em busca de asilo político, bem como foragidos que se encontram em situação irregular em seu país de origem, mas acima de tudo, a fronteira alimenta a esperança de uma vida melhor. Um lugar de moradia, uma área de convivência complexa entre povos, em que ocorrem as interações entre diferentes sujeitos sociais.

Nesse sentido, a fronteira é interpretada não apenas: “como elemento que demanda para separar, mas como espaço de convívio de identidades diversas a fronteira então, ao mesmo tempo em que é barreira, é também ponto de partida para novas frentes”.⁹ Desperta o sentimento de liberdade e conquistas, da mesma forma em que a: “história não pode ser interpretada sem a fronteira, pois as sociedades sempre foram definidas por elas e o que elas traçaram, elas acompanham as grandes viradas nas transformações das civilizações”.¹⁰

Ao que se presume, a fronteira era bem permeável, indivíduos transitavam entre as duas esferas do poder, o que nos leva a perceber a participação dos chiquitanos na formação do citado espaço. Pois para os nativos essa concepção de fronteira não existia. Até a ocupação européia não se conhecia fronteira num sentido moderno ou político. E só foi:

Nos séculos XVIII e XIX que o conceito de soberania moderno foi formalmente traduzido na concepção do território do Estado como espaço limitado e policiado pela administração soberana. As coletividades ou “povos” deveriam ser diferenciados em espaços territoriais fixos e culturalmente excludentes de denominação legítima.¹¹

⁷ VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 255.

⁸ HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras chave para uma antropologia transnacional**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997, p. 14.

⁹ SILVA, Renata Bortoletto Silva. **Os Chiquitano de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia**. São Paulo: Tese de doutorado - Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁰ RAFFESTIN, Claude. **A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira**. Trad. Cleonice Alexandre de Bourlegar; Renato Luiz Sproesser. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005, p. 90.

¹¹ MACHADO, Lia Osório. **Sistemas, Fronteiras, e Territórios**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia - UFRJ, 2002, p. 01.

Os chiquitanos possuíam sem dúvida um território tradicional limitado espalhado em aldeias divididas e, grupos, com certas autonomias sociais. Somente na segunda metade do século XVIII, que as linhas divisórias entre as duas coroas ibéricas foram concebidas:

O interesse das Coroas Ibéricas pela definição da posse e o traçado de limites e, mais especificamente, o da Coroa Portuguesa em investir na ocupação das fronteiras tinha motivos concretos e imediatos. A fronteira oeste situada próxima às missões castelhanas preocupavam os portugueses, dessa forma, as fortificações constituíram assim verdadeiros marcos de fronteira, tendo ainda a função adicional de potencializar focos de povoamento.¹²

Sendo assim, não é possível pensar a fronteira como algo sobre o qual se atua, e sim como algo com o qual se interage. "Fronteiras são lugares de povoamento".¹³ Para Machado,¹⁴ cada fronteira possui características e peculiaridades "[...] únicas. Requerem estudos localizados que dêem conta da enorme variedade de seus usos e significados simbólicos e da diversidade de características e relações geográficas". Isso porque são definidas e redefinidas de acordo com olhares e fazeres próprios que inclui, exclui e define quem pertence e quem não pertence à determinada coletividade fronteiriça. Com suas trocas e intercâmbios, serve como expansão para determinadas populações que buscam novas oportunidades de trabalho e até mesmo de proteção. Há na fronteira uma luta pela sobrevivência, principalmente para aqueles migrantes que saem de suas origens em busca de melhores condições, mas também uma zona cultural mais ou menos flexível, onde circulam pessoas de várias partes do mundo, circulam culturas. Como observa Costa.¹⁵

ao se olhar mais profundamente para dentro de um desses territórios fronteiriços, se observará a presença de migrantes de diversas partes (portanto de culturas distintas) em contato com os locais e com os habitantes da outra parte da fronteira, assinalando a possibilidade de uma efervescência cultural. Daí o

¹² MACHADO, Lia Osório. **Limites e Fronteiras**: da alta diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia - UFRJ, 2000, p. 56.

¹³ *Ibidem*, p. 6.

¹⁴ *Ibidem*, p. 59.

¹⁵ COSTA, Edgar Aparecido. "Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural Multitemporal e multidimensional na fronteira". **Cadernos de estudos culturais**, v. 4, n. 7, p. 23, 2012.

entendimento da fronteira se apresentar como um espaço com grandes possibilidades para hibridação cultural.

Para o autor, todo indivíduo que se relaciona com outras sociedades, vai se tornar ao menos minimamente, híbrido, possibilidade dada sempre através dos relacionamentos sociais, influenciado em todas as “dimensões: econômica, política, religiosa, ambiental etc.”.¹⁶ Assim, esses diferentes personagens passaram de uma fase de descobertas, onde elementos foram assimilados, interpretados recebendo novos significados, partindo do contato entre culturas diferentes, para a fase de apropriação e de trocas culturais, de modo à re-significar e construir para si o pertencimento nesta zona de fronteira, através de uma convivência condicionada, nesse novo ambiente, de persistências expansionistas. Nesse contexto, uma nova realidade histórica foi criada diante dos contatos entre os chiquitanos e europeus.

Conforme Silva,¹⁷ as zonas de fronteiras traduzem uma pluralidade social, revelam inúmeros tipos de situações, permeadas por interesses de diversas ordens (políticos, econômicos, etc.). Dessa forma, surgem diferentes formas de um indivíduo se identificar. Nas palavras de Canclini,¹⁸ as zonas “fronteiriças e limítrofes por excelência, são locais de surgimento/ressurgimento/ocultação de etnicidades e onde saberes e pensamento seriam possivelmente menos homogêneos, podendo ser categorizados como híbridos”.

Por isso, Baines e Oliveira,¹⁹ explicam que:

em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa.

¹⁶ *Ibidem*, p. 3.

¹⁷ SILVA, Giovane José da. **A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987):** Identidades, Migrações e Práticas Culturais. Goiás: Tese de doutorado - Universidade Federal de Goiás, 2009, p. 16.

¹⁸ CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Ed. Edusp, 4 ed., 2006, p. 416.

¹⁹ OLIVEIRA, N. R. Cardoso de; Baines, S. G. (Orgs.). **Nacionalidade e etnicidades em fronteiras.** Brasília: UnB, 2005, p. 14.

Procurando diferenciar a fronteira vista enquanto zona e enquanto limite, ou seja, área geográfica e linha, Machado²⁰ propõe que:

aos processos de expansão de fronteiras territoriais não dão conta de outros processos territoriais – de povoamento, colonização e interação. Aos quais a noção de fronteira também está vinculada. É nesse sentido que é apropriado sua associação com termos ‘zona’ ou ‘região’; de um lado, porque distingue linha (limite) da área ou território; de outro, porque do ponto de vista geográfico expressa a territorialidade dos grupos humanos numa situação particular.

Verifica-se na zona de fronteira um movimento constante de pessoas e mercadorias que transbordam os limites estabelecidos politicamente como a demarcação de uma linha divisória. Existem culturas híbridas dos dois lados, ativas nas suas escolhas do que deve passar para o lado de cá e do que deve ficar do lado de lá, ativas nas suas reelaborações de elementos culturais adventícios e, sobretudo, na manipulação de suas identidades culturais diante dessas interações.

Na situação de fronteira, as identidades reafirmam-se, transformam-se, metamorfoseiam-se e reproduz-se, permitindo, através de olhares renovados, que os processos históricos sejam novamente estudados e reinterpretados. De acordo com Muller:²¹

Povos de culturas distintas convivem com o fenômeno fronteira, realizando um exercício de interação, aproximação, onde o respeito pelo outro dá sustentação a relação amigável. Surge assim uma nova identidade, a identidade fronteiriça. O fenômeno fronteira passa a ser o elemento comum que liga os diferentes integrantes da sociedade local, diferenciando-os dos demais, considerados os visitantes ou estrangeiros.

Sobre o mesmo assunto Oliveira²² vai dizer que:

²⁰ MACHADO, Lia Osório. 2002. **Sistemas, Fronteiras, e Territórios...**, p. 8.

²¹ MULLER, Karla Maria. Guerras e Imigrações. In: Oliveira, M. A. M. **A presença árabe-palestina na mídia impressa fronteiriça**. Campo Grande: Editora UFMS, 2004, p. 146.

²² OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. NETO, Antonio Firmino de Oliveira. A Fronteira, A Imigração e o Fetiche do Trabalho: Significações Internacionais. In: COSTA,

A lógica fronteira está na sua própria existência, incluindo-se aí as suas relações com os países que a compõem. Germe de sua sobrevivência. Ou seja, diversos elementos constitutivos de sociedades nacionais, como: parâmetros de nacionalidades, códigos jurídicos, estruturas políticas e administrativas, quando se tratando de fronteira, tornando-se apenas alguns dos elementos que a constitui.²³

Nessa perspectiva, essas noções e conceitos de fronteira deixam de ser a linha de limitação e passam a ser zona de contato, de possibilidades de sobrevivência, de integração, ultrapassando o limite do permitido, proporcionando, dessa forma, um intercâmbio que permite olhares renovados para os processos históricos, esclarecendo e reinterpretando momentos, que antes pareciam já suficientemente estudados. Os chiquitanos por sua vez, estiveram presentes em vários momentos da constituição da dita fronteira, informações sobre mobilidade na fronteira luso-espanhola de acordo com Anzai²⁴ possibilitam diversas interpretações:

Espaço transcultural, a fronteira setecentista apresentava-se como locus privilegiado de dinâmicas singulares, nas quais não apenas os conflitos existiam; inventavam-se também práticas que implicavam em alianças, cumplicidades e troca de saberes necessários a sobrevivência comum.²⁵

No final dos setecentos, as colônias ibéricas na América passaram por transformações, inclusive a fronteira oeste, que buscava demarcar seu espaço, um palco de mudanças políticas que atingia principalmente a população chiquitana, assentada nas reduções jesuítas, a qual ficara sem a “proteção” dos missionários após a sua expulsão do Oriente Boliviano pelos espanhóis, tornando a situação mais tranqüila para os interesses portugueses, uma vez que:

tinham muito interesse em chiquitos pelo que representavam em termos políticos e econômicos, e freqüentemente assaltavam seus povos, interesse que ia além da preação de índios e por

Edgar Aparecido. COSTA, Gustavo Villela Lima (org). **Séries Fronteiras - Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, vol. 2, 2010.

²³ *Ibidem*, p. 324.

²⁴ ANZAI, Leny Caselli. Missões Religiosas de Chiquitanos e a Capitania de Mato Grosso. In: SILVA, Joana A. Fernandes (org). **Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia: História, Língua, Cultura e Territorialidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2008, p. 135-165.

²⁵ *Ibidem*, p. 148.

estarem em locais estratégicos, às missões barrava as entradas de portugueses nas áreas mineradoras.²⁶

Aos lusos portugueses interessava muito os nativos das missões, por estes possuírem praticas na lida com a terra e acostumados ao “modo branco”, considerados índios “mansos”.

Os imigrantes, por sua vez, interagem com a fronteira e dela se aproveitam para concretizar desejos, reagir a dificuldades e estabelecer contatos. O ato de partir, não ocorre de maneira espontânea ou isolada, se constitui de respostas dadas as situações vivenciadas a partir do contexto em que vivem e do grupo social a que pertencem. Para que se entenda a configuração desses indivíduos é necessário considerar as palavras de Abdelmalec Sayad²⁷ de que: “O imigrante antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante”.²⁸ Ou seja, a imigração implica sempre mudanças, tanto na origem como no destino. Não se estuda a imigração sem refletir sobre a emigração.

Nessa perspectiva, percebemos alguns pontos importantes, que motivaram as migrações dos chiquitanos. Mas antes de se entrar nesse contexto é necessário que se faça um apanhado do histórico das missões jesuíticas implantadas na planície boliviana. Essas missões não foram criadas a revelia do Estado Espanhol, já que as autoridades coloniais indicavam jesuítas através de ordens reais, e a administração espanhola prestava toda ajuda necessária para a criação das reduções. Situação que se manteve até meados do século XVIII, pois interessava a administração espanhola o estabelecimento dessas missões em zonas estrategicamente importantes para a Espanha.

A primeira missão de chiquitanos foi criada em 1691, pelo Padre Jose de Arce chamado de San Javier, e se localizava em uma posição estratégica, por ser um meio de ligação através do rio Paraguai com as missões guaranis (a ultima fundada em 1751). “A população de Chiquitos em 1785 chegou a quase vinte mil habitantes”.²⁹ Em seu principio, as missões jesuítas chiquitanas, segundo Meireles,³⁰ eram mantidas:

com muita dificuldade. Somente a partir de 1723 as missões começaram a prosperar. Foram abertos grandes plantações de milho e algodão, e os índios treinados em ofícios diversos. As festas religiosas foram multiplicadas e as cerimônias

²⁶ *Ibidem*, p. 148 a 159.

²⁷ SAYAD, Abdelmalec. **A Imigração, ou, os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

²⁸ *Ibidem*, p. 11.

²⁹ MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira Rio Guaporé, século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 89.

³⁰ *Ibidem*, p. 94.

mobilizavam os índios. Em cada aldeia foram fundadas escolas onde o espanhol era ensinado e havia escolas de música. Todos os instrumentos musicais conhecidos na Europa foram fabricados pelos índios que aprenderam música sacra dos grandes mestres italianos. A missa cantada em italiano seria mantida por muitos anos após a saída dos jesuítas.³¹

Os missionários difundiam a fé e adicionalmente, designadamente, exploravam as fronteiras, promoveram sua ocupação e a defenderam, estabeleceram um novo sistema econômico baseado na agricultura e na pecuária, ambas formas de produção até então desconhecidas pelos indígenas. Os indígenas eram responsáveis pela mão de obra, tendo que produzir para sua subsistência e gerar excedentes de produtos agrícolas.³²

Os produtos excedentes eram comercializados, dessa maneira, os jesuítas vão ter o controle militar de defesa de fronteiras e da exploração econômica, como também da influência política e religiosa sobre as possessões.

A organização territorial, o monopólio do comércio, a circulação de bens e de pessoas era gerenciada, exclusivamente pela Companhia de Jesus, uma empresa dinâmica e expansionista, centrada em seus próprios interesses econômicos, políticos e religiosos.³³

Dessa forma, os interesses do Estado e da Igreja passam a ser mais discrepantes, reportava-se aos jesuítas dentre outras coisas, a usurpação da soberania da Coroa nas reduções. O crescimento da influência política e econômica da Companhia de Jesus desencadeou, por assim dizer, a expulsão dos jesuítas. Sendo a expulsão dos jesuítas o primeiro ponto que motivaram as mobilidades migratórias dos chiquitanos. Para Jose da Silva,³⁴ “as missões então foram transferidas, sobretudo a sacerdotes franciscanos e seculares e, posteriormente, a funcionários públicos. Muito dos

³¹ *Ibidem*, p. 94.

³² SILVA, Giovane José da. **A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987)**..., p. 122-128.

³³ MOREIRA DA COSTA, Jose Eduardo Fernandes. **A Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2006, p. 66.

³⁴ SILVA, Giovane José da. **A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987)**...

chiquitanos não aceitaram as novas imposições, acreditando, inclusive, no retorno dos jesuítas”.³⁵

A partir daí, “a movimentação migratória na fronteira desenvolveu-se da forma intensa”.³⁶ Esse fluxo migratório envolvia os chiquitanos que buscavam asilo no campo oposto. Por outro lado, os luso-portugueses praticavam a política de povoamento, tinham como meta promover o aumento da população e por consequência, a defesa da região. Para Boaventura “após a assinatura do Tratado de Madri, as demarcações exigiram um estado de prudência e alerta na fronteira”.³⁷ Segundo Meireles, “em 1778 ocorreu à maior emigração de índios da Província de Chiquitos para Mato Grosso. Fato que levou o capitão-general Luiz de Albuquerque a fundar a cidade de Vila Maria, hoje Cáceres”.³⁸ Acrescenta ainda que: “a despeito da simpatia com que os capitães-generais viam essas migrações, a chegada de índios trazia problemas de diversas ordens”.³⁹ O principal deles era a alimentação, os índios segundo Meireles,

Chegavam à canoas, fugidos dos novos donos que chegaram a chiquitania que vieram de Santa Cruz de La Sierra, onde fundaram estâncias com gados das reduções. Uma parte dos nativos se retiraram buscando diferentes destinos, alguns permaneceram e trataram de manter a ordem e os costumes que haviam adotado nas reduções. O lado português via nesses foragidos uma boa chance para aumentar a povoação.⁴⁰

Meireles aponta “que, não há dúvida de que os portugueses preferiam acolher os índios das missões, familiarizados com o trabalho, do que os índios que vinham das aldeias”.⁴¹

Os chiquitanos foram por vários séculos explorados, discriminados, expulsos de suas terras e utilizados pelos colonizadores em diferentes conflitos, entre eles a possível participação desses na configuração do processo de independência da Bolívia, cuja trajetória se deu através de dezesseis anos de guerra. Sendo esse, o segundo momento em que se aponta uma intensa mobilidade chiquitana para o lado luso-português.

³⁵ *Ibidem*, p. 133.

³⁶ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da Terra no Universo da Pobreza...**, p. 68.

³⁷ *Apud* MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira Rio Guaporé, século XVIII...**, p. 166.

³⁸ *Ibidem*, p. 162.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 173.

⁴¹ *Ibidem*, p. 177.

No decorrer do período em que perdurou a guerra da Independência Boliviana, intensificou a fuga do índio chiquitano para Mato Grosso, onde muitos se fixaram em Casalvasco. Constatou-se uma redução considerável das populações indígenas nas missões de São João, Santa Coração, Santa Anna e São Rafael.⁴²

Meireles aponta que “os conflitos intensos desses movimentos contribuíram para que a margem direita do Guaporé se tornasse um território de asilados”,⁴³ dessa, a mesma acrescenta, “tem início um movimento de imigração para Vila Bela, Casalvasco e o Forte Príncipe. Em 1819 houve a maior emigração de índios chiquitanos para Casalvasco: 479 pessoas. Pouco depois, mais da metade dessa população foi dizimada por uma epidemia”.⁴⁴ O movimento migratório nesse sentido, segundo Volpato, 1987,

tornou-se mais intenso durante o primeiro quartel do século XIX, quando da deflagração das guerras de independência nas províncias espanholas. Nessa ocasião, grandes grupos de hispano-americanos fixaram-se em Mato Grosso. A imigração de índios castelhanos interessava a Coroa Portuguesa. Planos foram elaborados para incentivar esse fluxo migratório, e atrair os silvícolas para Mato Grosso, com o intuito de atenuar a carência de mão de obra que a região enfrentava constantemente.⁴⁵

No período que se seguiu a guerra da independência, segundo José da Silva, “Não apenas perdas materiais, mas, sobretudo perdas humanas que marcaram o envolvimento dos chiquitanos em tais conflitos bélicos e litígios diplomáticos. Crê-se que a participação nesses conflitos tenha sido intensa”.⁴⁶

Em 1825, foi declarada a independência da Bolívia, após esse ato, o governo da nova República repartiu as terras da chiquitania a não índios e mestiços de Santa Cruz. O requerimento de mão de obra foi coberto mediante o empadronamento forçoso dos chiquitanos impostos pelo governo. Este sistema significou

⁴² PAREJAS MORENO, Alcides; SALAS, Virgilio Suárez. **Chiquitos: história de uma utopia.** Bolívia: Sirena, 1992, p. 135-144.

⁴³ MEIRELES, Denise Maldí. **Guardiães da fronteira Rio Guaporé, século XVIII...**, p. 192-193.

⁴⁴ Barão de Melgaço, 1952, *Apud Ibidem*, p. 193.

⁴⁵ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da Terra no Universo da Pobreza...**, p. 70-71.

⁴⁶ SILVA, Giovane José da. **A Presença Camba-Chiquitano na Fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987)...**, p. 110.

praticamente a escravidão dos indígenas, que passaram a ser propriedade dos novos donos que podiam vendê-los junto com as terras, sendo este o terceiro ponto dos fluxos migratórios desses indivíduos. Os conflitos entre os donos, e a intensiva exploração dos indígenas e a resistência desses contra o novo sistema resultou, no fim do sistema reducional, abolido na década de 1850.

Logo, com que apresentamos, pensamos ter demonstrado que a fronteira serve as populações mais como zona de contato dos que por ela transitam e não a percebem como estanque e limitada, mas como alternativa para atender as suas necessidades, alcançar objetivos, concretizar seus sonhos e esperanças. Os interesses de grupos sociais que se constituem na zona fronteira sempre falaram mais alto, buscando através da fronteira, defender seus bens e interesses. Os chiquitanos por sua vez, a utilizaram como instrumento de resistência a dominação que lhes era imposto. Sendo assim, ao viverem as circunstâncias de uma zona fronteira, seja em tempos de paz ou de guerra, os homens e mulheres tornaram-se personagens da história, transformando a fronteira em elemento concreto e muitas vezes definidor de suas vidas. Dessa forma, o desafio sem dúvida é fazer uma análise do povo chiquitano envolvido na história de uma zona fronteira em um momento em que as disputas territoriais entre Espanha e Portugal eram constantes.

As viagens de José da Costa Diogo pelo Brasil central setecentista

Deusdedith Alves Rocha Junior¹

Lesma, cobra, bicho danado que ia deslizando, escorregando, viscoso e frio, lambendo o barranco, mordendo as areias, pastando o capim das estrelas; ora azul como o céu, ora faiscante ao sol e fogo, já imitando o azougue nas noites em que o luar é o próprio silêncio escorrendo; fumaça que se levanta da queimada de mato virgem e se perde na lonjura do horizonte, confundindo-se com o céu embaciado de agosto; – para onde iria o Tocantins? (Ontem, como hoje, como amanhã, como depois. Bernardo Élis, 1976).

A epígrafe acima, da obra de Bernardo Élis, principia uma história, fictícia, que se desenrola nas margens do rio Tocantins. Para acontecimentos que ocorrerão ali em suas margens, o autor começa querendo saber para onde vai o rio. E percebendo-o através de metáforas que indicam uma multiplicidade de possibilidades de entendimentos sobre o que é o rio, o expõe entre a confusão e a diversidade. É possível explorar essa questão, do ponto de vista da história, a partir da ideia de que um rio – este rio, o rio Tocantins – pode representar para os seres humanos, e para um ser humano em particular, José da Costa Diogo. Assim, a questão da temporalidade, um dos fundamentos da história, pode ser posta a partir de uma possível história do rio.

Voltando-nos à questão sobre como o rio foi visto pela história, começamos por sugerir um primeiro encontro, de povos em movimento, nômades, que deixaram marcas (inscrições) que são, antes, um sinal de admiração, de parar para ver ao seu redor e recortar simbolicamente as presenças materiais e imateriais que lhe afetavam. Não sabemos dizer hoje se o rio foi representado simbolicamente, por duas razões: a) nem todas as marcas do passado sobreviveram; b) não sabemos ler corretamente os símbolos desse passado.

O segundo encontro é compreendido pela presença indígena, marcada por uma reelaboração dos usos do espaço, o que deve representar uma ressignificação simbólica do rio. Morar, caçar, pescar, plantar, transportar, percorrer, mitificar o rio, modifica o ser humano e suas atitudes diante da natureza, organizando o seu convívio com um domínio, como submissão e como outras formas de interação. Neste momento é conveniente mostrar que o recorte que fazemos sobre o rio não o desconecta de uma realidade mais ampla e complexa, a natureza. As diversas formações geológicas, climáticas e vegetacionais que interagem com o rio Tocantins,

¹ Professor de História do UniCEUB. Doutorando UnB.

fazem dele um ponto de intercomunicação de fitofisionomias distintas, com o cerrado em suas mais variadas formas, a Amazônia, também ela em sua diversidade, e pontos de ligação com a mata de cocais. Para os primeiros ocupantes dessa região e também para os grupos indígenas, os cerca de 2.400 Km de extensão do rio Tocantins devem ter deixado ver a diversidade e o mosaico que se lhe compunha.

Desde o século XVI, antes mesmo das primeiras incursões portuguesas, e também depois delas, o rio Tocantins foi levado aos mapas, produzindo um longo discurso sobre o rio, repleto de significados. Quando a terceira jornada humana se lança sobre o rio Tocantins, a segunda ainda se desenrolava, e os objetivos de índios e portugueses se opuseram de tal maneira que a convivência de tornava ameaçadora. Desse encontro podemos destacar algumas características.

Primeiro, como o rio Tocantins é percorrido pelos portugueses ainda no século XVI, é lícito dizer que este primeiro momento não configura uma ameaça aos indígenas – é necessário ponderar sobre esse sentido de ameaça, pois o espírito guerreiro de algumas tribos indígenas que margeavam o Tocantins, por muito tempo, configurou também uma ameaça no sentido contrário. Segundo, as incursões bandeirantes transitam, em um primeiro momento, de expedições exploratórias para expedições de apresamento de índios, sendo que as expedições exploratórias partem tanto do norte-nordeste (Pará, Maranhão, Ceara e Pernambuco), quanto do sudeste (São Paulo).

Terceiro, os primeiros registros portugueses sobre o rio Tocantins são marcados por descobertas pontuais que deixam dúvidas quanto à representação integral do rio (Parauapava, Lago Eldorado etc.); mas ao final do século XVII é possível perceber o acúmulo de informações sobre o rio, anunciando um percurso aberto à ocupação portuguesa (é discutível, para esse momento, o domínio sobre o rio Tocantins, se espanhol ou português). Quarto, também é singular o registro deixado pelo padre Antônio Vieira, percorrendo o rio, da sua desembocadura até as cachoeiras do Itaboca, hoje, onde se localiza a barragem de Tucuruí.

Quinto, as expedições bandeirantes apresadoras de índios parecem ter evitado o trajeto do rio Tocantins, sobre o que podemos aventar a ideia de que a belicosidade dos índios que ocupavam suas margens influenciava nas escolhas. Sexto, das bandeiras mineradoras, a primeira que se lança decisivamente sobre o território goiano, oficialmente montada para a busca de achados auríferos, a bandeira de Bartolomeu Bueno, ela procura as cabeceiras do rio Tocantins, aparentemente ao acaso, como se estivessem perdidos, para depois retornar em direção ao rio Araguaia, no rio Vermelho, onde foram localizados os primeiros descobertos do minério. Este último trajeto da bandeira de Bartolomeu Bueno foi reconhecido posteriormente como um percurso em que se espalhou a riqueza da mineração, de Vila Boa (cidade de Goiás) a Meia Ponte (Pirinópolis), o que pode sugerir certa intencionalidade na primeira parte da viagem do bandeirante. E é justamente quando parecia perdida, que a bandeira de Bartolomeu Bueno tem em um dissidente, José Peixoto da Silva Braga,

aquele que primeiro percorre o rio Tocantins, das proximidades de suas nascentes até Belém do Pará. O relato de Silva Braga é tomado pela desconfiança do historiador Paulo Bertran (2009), que o vê como um “emboaba” a mando do governo de São Paulo. E, em sétimo, segue-se ao relato de Silva Braga, de 1722, um segundo relato, este destituído nas suas aparências de uma perspectiva de oficialidade, o relato de José da Costa Diogo. O quanto Diogo interage e dialoga, em seu percurso, com os saberes construídos no rio, e através dele, é o que nos conduz nesta pesquisa.

Entre os anos 1734 e 1735, José da Costa Diogo e seus camaradas dentre os quais sabemos do nome de Joaquim Barbosa, partiram de um ponto indeterminado do rio São Francisco, ainda na região da capitania de Minas Gerais, para as minas dos Goyazes, que à época pertencia à capitania de São Paulo, em busca de melhor negócio do que aqueles que encontraram em Serro Frio (atual Serro-MG), na região da serra do Espinhaço, onde desde 1701 exploravam-se minas de ouro, próximo da região de Diamantina.

Animados pela notícia da liberação do tráfego da estrada que levava para as minas dos Goyazes, partiram em uma jornada que durou entre junho e agosto daquele ano e resultou no fracasso do intento. Sem desistir, contudo, de melhor sorte, e agora treinados na arte da mineração, resolveram empreender uma nova tentativa à procura de ouro, pelo rio Tocantins abaixo. Entre novembro de 1734 e janeiro de 1735, a comitiva de José da Costa Diogo encontrou ouro, interagiu com índios e roceiros, fugiu de índios, e por fim, foi detida em Belém, na capitania do Grão Pará e Maranhão, sendo depois encaminhada prisioneira para o reino português.

Poucas coisas são tão contingentes, no âmbito dos acontecimentos, do que ir tentar melhor sorte nos negócios, como o fez José da Costa Diogo. Porém, do mesmo modo, porque os fundamentos da mudança na história não podem prescindir dos atos mais contingentes – mesmo quando eles não são responsabilizados (sempre *a posteriori*) pelas grandes transformações nas formas como se organizam as sociedades –, os acontecimentos banais participam da história. Os historiadores do cotidiano nos lembram de que ali se processa uma “revolução social”² que concede a possibilidade de narrar e interpretar aquilo que parece ter sido sempre o mesmo.³ Ou, como propõe Michel de Certeau, citando Paul Leuilliot, define o cotidiano como “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”.⁴ Mas pouco mais de

² HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

³ ROCHA Jr. Deusdedith. O território do cotidiano. **Revista Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, Vol. 1, Nº 1 (2006b). <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/pade/article/viewFile/130/119> (acessado em 30/02/2007).

⁴ CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 31.

trinta anos se passaram depois dos acontecimentos que marcaram as guerras entre paulistas e reinóis na região de Minas Gerais, em 1707-1710, justo sob a acusação inicial que portugueses liderados por Manuel Nunes Vianna conduziam mercadorias por caminhos proibidos e não recolhiam impostos à Coroa.

Podemos também argumentar que o papel dos sujeitos na história não pode ser simplificado sob os grandes gestos transformadores, os grandes personagens e os grandes acontecimentos, todas essas grandezas construídas em um segundo ato pelos narradores do passado. Todo acontecimento em tese participa, como lembra Certeau de uma eleição diária, um gesto de escolha, que confirma ou questiona a ordem estabelecida, alimentando o processo histórico.

Assim, são os sujeitos históricos causa e causadores da sociedade, dos sentidos de ordem e das possibilidades de sua negação, no mundo em que vivem. São determinados pelos, e determinam o funcionamento das regras, dos valores e dos saberes que podemos reconhecer em uma dada sociedade. Agentes e efeitos das relações sociais, não podem ficar os sujeitos afastados do conhecimento da sociedade.

Quando trazemos o sujeito e os acontecimentos para o foco central da história sabemos que estamos operando com procedimentos específicos. Não pretendemos encontrar e justificar um sentido e ordem da sociedade colonial brasileira do século XVIII; não intencionamos evidenciar e generalizar sobre as condições em que viviam todos aqueles que não gozavam dos benefícios do amparo do Estado, observando o comportamento e os acontecimentos de um sujeito; não buscamos confirmar ou estabelecer as incoerências de uma lógica da história do Brasil, da mineração ou das relações de classes do período colonial. Por outro lado, não temos dúvidas sobre os efeitos que produz o recorte microscópico da história, privilegiando a vida de um indivíduo, um acontecimento ou uma situação dada – não como estudo de caso, que nas ciências sociais, em geral pretendem confirmar a regra. Mesmo tratados em conjunto, os documentos que narram acontecimentos que explicam as relações entre diversos sujeitos sociais vivendo nos sertões mineiros, há ali opiniões pessoais, vínculos mais ou menos arraigados a valores morais, religiosos, políticos etc. que dizem mais que a estruturação de uma história sem sujeitos.

Pretende-se, assim, antes compreender o quanto os acontecimentos e os sujeitos participam da “complexidade” da história, tomando o termo ao modo como Edgar Morin o resgata: uma trama, aquilo que é tecido em conjunto, e que se compreende através do jogo “ordem/desordem/interações” e as combinações em sistemas.⁵ E ainda assim estamos considerando apenas os eventos motivadores dos relatos de José da Costa Diogo. Há que se considerar também que a sua narrativa é também ela um produto à parte, e um objeto da especulação do historiador, não para encontrar o

⁵ MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 182.

passado por ele vivido, mas compreender os modos como ele construiu os significados da sua experiência.

Uma vida em particular, um acontecimento vivido, participa do todo que representa uma sociedade e contém boa parte daquilo que produz e dá sentido a essa sociedade – é o que Edgar Morin chama de “princípio do holograma”, e que não se deve confundir com a ideia de microcosmos.⁶ É desse modo, portanto, que pretendemos ler as duas narrativas deixadas por José da Costa Diogo, sobre suas “derrotas” (roteiros) pelo rio São Francisco até as minas de Goiás, e pelo rio Tocantins até Belém do Pará.

Um homem comum, ou pelo menos destituído de cargos e títulos, que empreendeu uma empreitada possível, mas não tão comum, com objetivos considerados plausíveis para o mundo em que vivia, projetando expectativas sobre o seu futuro (e de seus amigos), ao final da jornada, descreve em um documento roteiros indicativos do percurso, entremeados de impressões sobre a paisagem e as relações que estabelece com os outros. Trazemos, quando nos deparamos com os relatos de José da Costa Diogo, dois momentos do passado para reflexão histórica: a experiência vivida quando andava pelas estradas de Minas a Goiás e daí ao Pará, pelo rio Tocantins, e a experiência de escrever em forma de relato a sua “derrota”, os caminhos percorridos.

Não se trata de prova que justifique suas ações – pelo menos não diretamente – ou de confirmação de um sentido, valor ou justiça de seus atos. José da Costa Diogo é o narrador póstumo de uma longa viagem que revela um mundo ainda desconhecido para ele e talvez, para quem ele escreveu, posto que todo discurso se dirija a um destinatário.

A história de José da Costa Diogo é uma história vivida no Brasil Central setecentista e por esta razão interage com um território ainda em processo de conquista, com um tempo marcado pela inauguração da atividade mineradora aurífera e os ajustes administrativos para o seu controle por parte da coroa portuguesa. Trata-se de um recorte de escala microscópica, não de uma região, mas de um acontecimento e da produção de determinados valores e conhecimentos que nos conduzem para a prática da micro-história. O ponto de partida é um ato político, a divulgação do caminho franco, e o desenrolar da trama marca um gesto livre de homens em busca de melhor sorte:

Se divulgou que o caminho das minas dos Goyazes estava desimpedido para que pudessem entrar tudo o que quisessem vindo do Rio de São Francisco ou de outra qualquer parte, pagando contagens como era costume nas mais minas, e parecendo-nos que nas minas dos Goyazes poderíamos fazer

⁶ MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 74.

melhor negócio do que nas do Serro do Frio, nos resolvemos a seguir para aquelas e deixar estas, e seguindo com efeito nossa derrota debaixo da boa fee da liberdade passamos o rio de São Francisco em 20 de junho do dito anno de [1]734.⁷

A noção de micro-história, conforme Levi,⁸ trata essencialmente de uma “prática historiográfica” com referências teóricas variadas e ecléticas, não se configurando em uma corrente da história propriamente dita. Sua origem, em fins dos anos 1960, está relacionada com as crises que se acumularam naquele período sobre o otimismo que se depositava nas transformações radicais do mundo e no conhecimento científico – que para alguns autores, marca a crise final da modernidade. Desse modo, desde personagens completamente desconhecidos do passado, suas concepções construídas no convívio social, até coletividades e acontecimentos que não são tomados como chaves de grandes transformações sociais, são trazidos para o olhar investigativo do historiador. Seja para comparar com o sentido geral que até então se atribuiu aos acontecimentos históricos, ou para acrescentar a diversidade nas construções sobre o passado, a micro-história incorporou abordagens e objetos novos ao fazer histórico.

O trabalho dos micro-historiadores esteve ligado a “uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos”,⁹ o que pretendeu uma nova inclusão dos sujeitos na história, que em seu projeto totalizante privilegiava as estruturas. Trata-se, portanto, de considerar que as ações dos sujeitos na história, mesmo que estejam condicionadas aos movimentos dos valores e regras que a todos conduzem, possuem aspectos das ações individuais que não são uma mera confirmação ou condicionamento às regras gerais. E desse modo, trata-se, também, para o historiador, de reduzir a escala de observação da realidade estudada, para perceber como os efeitos de interpretação que se produzem revelam aspectos que não são evidenciados nas análises macroscópicas da realidade. Na perspectiva do trabalho que realizamos, há um recorte específico do tempo, pois que se trata de um curto período da vida de um indivíduo, há um recorte espacial específico, e o Brasil Central é percebido apenas nos percursos da estrada que vem de Minas Gerais até Goiás, e o rio Tocantins, em seu curso descendente, formando uma região definida pela experiência do sujeito histórico, e há um recorte político,

⁷ Documento 008 [post. 1734, Novembro] Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuia até as Minas de Goiás. AHU-GO; AHU_ACL_CU_008, Cx.01, D.8. Transcrição realizada pelo autor, conforme as regras do Arquivo Nacional.

⁸ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992, p. 133.

⁹ *Ibidem*, p. 135.

definindo os acontecimentos vividos por José da Costa Diogo a partir das relações que estabelecia com os outros e dos relatos por ele deixado, o que nos conduz a um recorte específico do contexto histórico, marcado pelos acontecimentos contidos no relato, o próprio relato e os desdobramentos que a eles se vinculam diretamente.

No momento em que constituíam a sua proposta, os micro-historiadores lançaram-se, assim, em um procedimento experimental que dava ao *corpus* documental utilizado um valor diferenciado e à narrativa derivada da interação com suas fontes, um caráter novo – na medida que a narrativa procurava encontrar mais que o evidente na fonte, mas também os indícios de um contexto (o lugar onde o texto se realiza e os elementos que lhes dão sentido) mais amplo. A narrativa ganhava, para os micro-historiadores, um caráter mais profundo, sem que os mesmos se deixassem levar pelo relativismo de considerar a realidade como sendo o próprio texto.

É então a delimitação temática específica, tanto em termos temporais quanto espaciais, juntamente com a exploração exaustiva das fontes, envolvendo a descrição etnográfica e a preocupação com a narrativa histórica – que se distingue da literária, dentre outras coisas pelo modo como trata e apresenta suas fontes –, que caracteriza os procedimentos da micro-história, em geral, envolvendo temáticas ligadas ao cotidiano de comunidades específicas, em situações limites, biografias, personagens extremos, figuras anônimas, microtextos etc. Giovanni Levi assim resume as pretensões dos micro-historiadores:

Estas, então, são as questões e posições comuns que caracterizam a micro-história: a redução da escala, o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como um paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica do contexto e a rejeição do relativismo.¹⁰

É, portanto, como uma reação a um modo de “fazer” das pesquisas em história que a micro-história surge, propondo, com seus movimentos operatórios, com outra concepção da pesquisa e a produção de outras interpretações sobre a realidade histórica.

O método indiciário, que propõe que a pesquisa revele algo mais amplo através da observação dos detalhes, perscrutando significados não aparentes, mas que deixam ver tramas e ligações intrínsecas das ações humanas, torna-se a atitude necessária do pesquisador que pretende ultrapassar os limites dos conceitos e teorias solidificados pela análise macroscópica da realidade. Uma atitude semiótica de decifração da realidade de modo indireto, por meio dos sinais, dos indícios, produz

¹⁰ *Ibidem*, p.159.

uma interpretação sobre ela que pode tornar mais complexo o conhecimento sobre o mundo.

Pensar a trama da história de José da Costa Diogo através dos procedimentos da micro-história não requer que o encontremos na historiografia brasileira e na historiografia goiana, marcadas, estas, pelas grandes construções de modelos historiográficos que predominaram e solidificaram temas, abordagens, personagens e fontes que ainda são tratados quando se evoca o passado setecentista. Não pretendemos tratar dessas questões aqui, em detalhe, mas não podemos negligenciar o fato de que a historiografia brasileira, gestada no problema proposto pelo IHGB, “como se deve escrever a história do Brasil”, produziu sentidos que predominaram sobre autores que trouxeram uma periodização específica, bem como temáticas recorrentes, que respondiam aos anseios de uma visão de história predominantemente política, integradora e permeada de um sentido de progresso.

Os modelos de história regional que se desenvolveram a partir de fins do século XIX, em geral, esforçaram-se para produzir na escala espacial da região os mesmos valores caros da historiografia geral do Brasil. Nesse sentido, as diversas retomadas das histórias regionais, a partir dos anos 1980, incluindo novas temáticas e abordagens, denotam o esforço de superação dos temas e das abordagens consagrados. Neste estudo, porém, o sentido de região será tratado a partir dos pressupostos construídos pelos textos e seus contextos.

Os viajantes dos séculos XVIII e XIX passaram a ser vistos a partir dos estoques de valores culturais que traziam consigo quando refletiam sobre a realidade brasileira; a diversidade dos textos e relatos de viagens apontam para tipos de narrativas sobre o Brasil Central, exige que os contextos diferenciados e as filiações literárias, culturais etc. dos narradores sejam levadas em consideração; e as reformulações sobre os sentidos de fontes e documentos para a história impõem formas diferenciadas de apropriação do espaço e da compreensão do passado. Percorrendo lugares e símbolos produzidos por viajantes e suas impressões de viagens, encontramos novas possibilidades de interpretação do passado.

O recurso às fontes documentais para a pesquisa histórica vive na atualidade um processo de profunda modificação, que coloca hoje para o historiador mais os riscos de ter seu trabalho ameaçado pelos excessos que pela falta de documentos. É certo, porém, que a construção de um problema, a delimitação do *corpus* da pesquisa e a definição das fontes e documentos instituem procedimentos que orientam suficientemente a operação historiográfica nos seus empreendimentos técnicos e metodológicos. Hoje, muitos documentos de arquivo, livros antigos depositados em bibliotecas e dissertações e teses de pós-graduações podem ser consultados do gabinete do historiador por meios eletrônicos, acessando pela internet instituições de ensino e pesquisa que abrem suas portas para o mundo.

A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, de onde retiramos e transcrevemos os relatos de José da Costa Diogo está disponível para consulta nas

principais instituições de pesquisa do Brasil. Na década de 1990 o Ministério da Cultura do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores de Portugal empreenderam esforços para digitalizar e disponibilizar a documentação contida no Arquivo Histórico Ultramarino.

Criado em 1642, o Conselho Ultramar dissertava sobre questões que ultrapassavam a competência do governador-geral ou do vice-rei. Os documentos enviados a Lisboa eram analisados pelo Conselho antes de seguirem para o despacho final do rei. Temos à nossa disposição, nas quase 300 mídias que integram o conjunto das milhares de páginas digitalizadas, um rico acervo sobre o longo processo de ocupação do território brasileiro, que retrata desde os atos políticos e a imposição de regras sociais até elementos culturais e a vida cotidiana.

A história de José da Costa Diogo já foi contada em sua primeira jornada, de Minas Gerais para Goiás, na obra “Viagem pela Estrada Real dos Goyazes”.¹¹ Ali foi tratado do percurso percorrido pelo viajante em 1734, menos de dez anos depois da ocupação do território goiano por mineradores paulistas, que já se encontrava sob a vigilância da coroa portuguesa, ainda que não tenham sido criados os Registros e as Contagens que mais tarde deram ao mesmo caminho a condição de Estrada Real. Longos trechos do caminho permaneceram com a toponímia indicada por José da Costa Diogo, inclusive aquele que passa pelo atual território do Distrito Federal, como as passagens por “Sobradinho” (provavelmente uma fazenda), e os rios “Três Barras” e “Macacos”.

Apesar de descrever o percurso da viagem, o roteiro não nos permite precisar se estamos falando, no caso de “Sobradinho”, de uma fazenda, um povoado ou um ribeirão – situações caberiam na narrativa. José da Costa Diogo devia vir cortando a porção norte do Distrito Federal, passando pelo vale do rio Sobradinho, depois buscando as altitudes da antiga serra de São João, a atual Chapada da Contagem e descansando no ribeirão Três Barras, talvez na sua cabeceira, dentro do Parque Nacional de Brasília. Caminho que dois anos mais tarde (1736) seria reconhecido como a Estrada Real da Bahia. O roteiro de José da Costa Diogo é o relato mais antigo encontrado até o momento de uma viagem pelas terras do Distrito Federal.¹²

Aos 10 do dito chegamos a lagoa Fea; he este lago muito grande, e soturna e verte agoas para a estrada que vem de São Paulo; desta lagoa pequena distância as principais cabeceiras do Rio dos Tocantins, chamado lá Maranhão.

Aos 17 dias de julho chegamos ao cítio chamado dos Macacos três dias de distância do Arraial das Meyaponte, em que demoramos três dias; em os quaes passou por aly hua tropa que

¹¹ ROCHA Jr, Deusdedit; VIEIRA Jr, Wilson e CARDOSO, Rafael C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

¹² *Ibidem*, p. 62.

vinha dos Goyazes e nos dice que já o caminho estava outra vez impedido e que verdade esta tinha estada franca, mas que fora tão somente por 10 dias contados da publicação; os concidera o Regente Antônio de Souza Basto, contra o Decreto de Sua Magestade.¹³

Reconhece-se no relato de José da Costa Diogo o sentido de memória ao modo como nos apresenta Jacques Le Goff, ao considerá-la como a “propriedade de preservar certas informações (...) passadas, ou que ele [o homem] representa como passadas”.¹⁴ Também se pode acrescentar, para além da história particular de José da Costa Diogo, que a história goiana do século XVIII tem sido repensada, buscando superar os marcos iniciais da interpretação que marcaram os fins dos séculos XIX, com crônicas e corografias de pesquisadores primevos, como Alencastre e Americano do Brasil, e as pesquisas acadêmicas que deixaram nomes como os de Luiz Palacin, Francisco Itami Campos, responsáveis pelas primeiras indicações dos períodos históricos e configurações socioeconômicas que organizaram o estudo da história goiana.

E é exatamente no aprofundamento dos estudos históricos do território goiano que surgiram as novas interpretações, como a de Paulo Bertran (2000), buscando um olhar “ecohistórico” do processo de ocupação branca do Planalto Central, ou como Nasr Chaul (2002), propondo uma revisão do sentido de decadência do período minerador, haja vista não ter havido uma opulência que justificasse o propalado termo decadência. Também a história indígena e a história de populações tradicionais do território goiano têm sido profundamente repensadas por autores como Marivone Chaim (1983) e Odair Giralдин (1997), além de muitos estudos sobre a pré-história e sobre identidades, sempre presentes nas linhas de pesquisas das universidades do estado de Goiás.

De outro modo, pensando ainda nos textos escritos por José da Costa Diogo, podemos tratá-lo como um roteiro de viagem. Aqui ele pode ser considerado um gênero de escrita, mas é também uma característica das narrativas de viagens marítimas e fluviais – acrescentando-se, eventualmente, roteiros terrestres – que remonta à Antiguidade, tendo proliferado significativamente no processo de expansão europeia do século XVI, notadamente o reino português e suas descrições e opiniões particulares e oficiais que orientam ou argumentam sobre o processo de ocupação dos territórios colonizados. O narrador torna-se testemunha e agente do processo colonizador, ora distante, ora presente no texto; privilegia-se a narrativa

¹³ Documento 008 [post. 1734, Novembro] Roteiro de viagem de José da Costa Diogo e João Barbosa, sobre a derrota do rio São Francisco pelo rio Urucuia até as Minas de Goiás. AHU-GO; AHU_ACL_CU_008, Cx.01, D. 8. Transcrição realizada pelo autor, conforme as regras do Arquivo Nacional.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p. 419.

descritiva dos espaços, permeadas por acontecimentos pontuais, por percepções da passagem do tempo, sempre marcados por uma parcialidade perene no manuscrito.

Trata-se de depoimentos de memória que confere a singularidade de um texto insubstituível. São textos que descrevem a paisagem e a definição de papéis sociais dos seus personagens, como o que encontramos em roteiros anônimos como o “Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhy”, texto do século XVIII, publicado em 1900 pelo IHGB, passando pelas descrições científicas de Henri Coudreau sobre os rios Tocantins e Araguaia, e Francis Castelnau em percurso semelhante, até as mais recentes viagens exploratórias como a de Lysias Rodrigues que percorre o rio Tocantins em sobrevoo.

Também encontraremos em Victor Leonardi a longa reflexão sobre a vida nos interiores do território brasileiro, configurando uma vida peculiar e simples, porém construída através da ação transformadora do meio, que não se faz senão seguida de uma transformação de si mesmo. Viver no sertão, isto é, em região agreste, distante das vilas e cidades, como viveram os fazendeiros e sertanejos dos séculos XVIII e XIX, no período em que a cultura brasileira estava se formando, é viver a vida de uma forma singular, bem diferente da vida que viviam os portugueses em Portugal, inclusive aqueles de zona rural.¹⁵

A noção de “viajante” acabou por ser construída na historiografia brasileira para identificar os relatos de estudiosos e observadores da realidade que escreviam com a finalidade de dar a conhecer suas impressões e descobertas por um público mais amplo, especializado ou não, fazendo das suas anotações o produto final de um longo percurso investigativo. Assim, a narrativa é prevista desde a idealização da viagem como uma etapa necessária para a produção de novo saber sobre o ambiente e as condições sociais que serão encontradas. Também assim, é possível enquadrar em um sentido conceitual de “viajantes” estudiosos e observadores que perseguiram esse ideal no século XVII, a mando dos holandeses instalados em Pernambuco, e depois, principalmente no século XIX, os que se seguiram à chegada da coroa portuguesa no Brasil.

Mas, seguindo essa perspectiva, deveríamos tratar de outro modo os relatos deixados por viajantes cujos escritos visam outras finalidades que não seja a difusão de um saber sobre o ambiente ou a população visando coroar um estudo racionalizado. Teríamos de engendrar um novo conceito, ou nos restaria divisar, sob a insígnia de “viajantes” algumas diferenciações. Debruçados sobre a historiografia, encontraríamos relatos de navegantes, relatos de naufragos, cronistas, relatos de religiosos, relatos de desbravadores, relatos científicos e artísticos.

O tratamento diferenciado que pudermos dar aos diversos relatos de viajantes nos conduziria também à questão sobre os diferentes significados que produzem

¹⁵ LEONARDI, Victor. **Entre árvores e esquecimentos** – história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, p. 152.

suas narrativas: comunicações oficiais, relatos de vivências que foram consideradas aventuras, comunicações que reivindicavam do Estado algum reconhecimento, interpretações artísticas ou científicas. Como poderíamos pensar os relatos da viagem de José da Costa Diogo, considerando essas conjecturas? Deveríamos pensar o sentido, a razão para a qual ele foi elaborado (considerando uma incógnita que o texto não deixa ver a primeira mão)? O uso do termo “derrota” por José da Costa Diogo para intitular sua narrativa permite que em seu próprio texto possamos situar um sentido da sua viagem e da sua narrativa. A historiografia dedicada a essa questão é extensa e sólida, e sobre isto devemos nos debruçar para encontrar uma definição ideal.

É importante notar o modo como as fontes cartográficas setecentistas percebiam o rio Tocantins, mas devemos, antes, partir da linguagem cartográfica como um todo. Tendo se desenvolvido com os olhos voltados para o litoral – sua proteção e ocupação – nos séculos XVI e XVII, a interiorização mineradora, a política pombalina e a visão de mundo iluminista do século XVIII trazem nos mapas que retratam, de modo mais objetivo, os sertões centrais do Brasil. São nestes registros, objetos políticos e de estratégia por excelência, que o rio Tocantins surge destacado sobre a paisagem.

Um verdadeiro contraste com a narrativa de José da Costa Diogo, o nosso navegante, que o percebe pela horizontalidade de um texto que relata o passo-a-passo do percurso. Autores como Jaime Cortezão, em *História do Brasil nos velhos mapas*, e Isa Adonias, em *Mapas, Planos e Manuscritos relativos ao Brasil Colônia*, Antônio Gilberto Costa (org.), em *Roteiro de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império* (2007), bem como os arquivos militares disponíveis, podem nos orientar nesta pesquisa. Não esquecendo que fontes primárias como os mapas produzidos por prepostos da coroa portuguesa no Brasil Central do século XVIII, como Tosi Colombina, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, entre outros, são hoje acessíveis inclusive em meios eletrônicos.

Ainda na perspectiva da micro-história, é possível considerar que ao escrever dois relatos que dão conta da sua trajetória pelo sertão goiano do setecentos, José da Costa Diogo dialoga, pois que toda escrita é um processo de interação entre aquele que escreve e aqueles a quem se destina o texto. Assim, podemos conceber um processo investigativo sobre os destinos da escrita de um empreendedor que, em meados dos setecentos, aventurou-se em busca de melhor sorte pelo interior do Brasil – e seu intento, por si só, não justificaria a necessidade do texto. Deve-se partir, portanto, da indagação primeira, sobre as razões que motivam um homem a descrever dois percursos detalhados em seus aspectos topográficos, mas que não deixou evidenciado os destinos da sua narrativa.

Podemos pensar, em princípio, que o primeiro diálogo de José da Costa Diogo se faz consigo próprio, como quem fala em voz alta. Afinal, ele produz uma memória do vivido, escreve sobre algo que experimentou e trouxe para a memória; como

narrador e como personagem, olha o mundo ao seu redor, agora através da escrita, reconhecendo-o de algum modo – mesmo que ao viver a sua experiência passava por ali pela primeira vez. O seu texto é um retorno, é póstumo, e se destina à justificativa de objetivos que não se revelam nas aparências.

Em seguida, podemos argumentar que o texto de José da Costa Diogo dialoga com os outros personagens. E há muitos “outros” no interior e ao redor dos seus escritos. Os seus amigos e companheiros de viagem, e os seus escravos, são tratados anonimamente no texto, mas não permanecem ocultos. Índios, fazendeiros, funcionários do reino e outros personagens comparecem para tornar viva a sua narrativa. São personagens que ele identifica existindo e agindo ao longo dos percursos que percorre, sem compor para qualquer um deles uma história, mas que lhes confere a capacidade interativa. E é essa interatividade que inscreve o diálogo com os outros personagens do seu texto. Não se trata de dar voz aos “outros”, mas quando os convoca e trata deles como testemunhas oculares da sua viagem.

Resta-nos, por fim, pensar um terceiro diálogo, imaginando que José da Costa Diogo dialoga com Estado, pois que os seus roteiros são recolhidos e mantidos nos arquivos do Conselho Ultramarino, o que nos permite compreender que é para a esfera pública, do Estado, a quem se dirige quando dá os títulos dos dois documentos: “Derrota do rio de São Francisco pelo Urocuya a sima the as minas dos Goyazes em 1734” e “Copea da derrota que fiz pelo rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará”.

As razões que, podemos cogitar, explicam a intenção de se dirigir ao Estado nas narrativas de José da Costa Diogo podem ser elencadas em dez possibilidades. Primeiro, porque objetiva alcançar status social com a sua jornada, e pensa fazê-lo através do enriquecimento que a descoberta de ouro pode produzir; segundo, porque trafega por estradas e rios impedidos pelo Estado, e o faz tentando justificar seus atos; terceiro, porque evidencia em seu percurso (e através dele) a ausência do Estado; quarto, porque o seu lugar de fala, a condição daquele que escreve, sugere um interlocutor ou ouvinte, sugestivamente o Estado; quinto, porque identifica os lugares e as pessoas com as quais convive como pertencendo a um mundo socialmente estratificado (para o qual busca através da sua aventura um status conveniente); sexto, porque faz uso de instrumentais e recursos (a escrita, o relato) que o ascende à condição social superior; sétimo, porque ao chegar a Belém, se remete à autoridade do governador para dar conta de sua viagem e entende que o mesmo é o sujeito apropriado para o diálogo; oitavo, quando aparece como o principal, por vezes o único, personagem da jornada, sendo o Estado o único “outro” que vê; nono, porque espera do Estado algo, alguma resposta ou compensação, mesmo que isto não venha explícito na sua narrativa; e décimo, porque produz em seus escritos uma relação entre o indivíduo (e os papéis que ele desempenha) e a sociedade (representada pela coletividade e a gestão do Estado).

A compreensão dos sentidos possíveis das narrativas de José da Costa Diogo e a sua inserção no contexto do Brasil Central setecentista, depende ainda, da interação que a operação histórica exige com outras fontes documentais, o que faz do Arquivo Histórico Ultramarino uma referência fundamental para a execução desta tarefa. Ali, apesar deste arquivo ser classificado de uma documentação administrativa – mas é preciso analisar o sentido de administrativo para o período colonial brasileiro –, encontraremos dados representativos da população colonizadora em mapas demográficos e em mapas de captação de impostos; denúncias “oficiais” sobre desmandos da gestão do Estado português e considerações oficiais sobre a aplicação de pena, a restituição de bens, a distribuição de terras e títulos, além dos conflitos com índios e entre reinóis e colonos nativos. Trata-se, portanto, de uma diversidade de conteúdos e gêneros de documentos, capaz de preencher, considerando também a diversidade de autores, interesses e sentidos dos documentos, as lacunas que ora se apresentam como interrogações no texto de José da Costa Diogo.

Fronteiras e sertão: aspectos da formação da vila de Campanha da Princesa

Edna Mara Ferreira da Silva¹

Em 1814, na comarca do Rio das Mortes dona Ignácia Gonçalves de Araújo e demais herdeiros de seu falecido marido recorrem a justiça movendo uma ação de força velha para garantir a posse sobre certas terras, que teriam sido invadidas.

Dizem D. Ignácia Gonçalves de Araújo viúva do capitão Bento Ferreira de Brito e mais herdeiros deste que querem fazer citar a João Pereira da Fonseca e sua mulher, e a José Velho e sua mulher, Manoel Gomes de Oliveira e sua mulher, Manoel José Morais e sua mulher e a Domingos Borges a primeira audiência deste juízo, falarem a uma ação de força velha sobre terras de cultura, em que os suplicados enquista e ocultamente se introduziram como do melhor se há de expor na mesma ação, pena revelia, ficando logo citados para os mais termos judiciais, entre a ultima e completa execução e [sic], pena de nulidade de tais contratos.²

Segundo os procuradores de dona Ignácia, as terras em questão pertenciam a uma fazenda de cultura chamada Mata das Três Pontas, localizada nas vertentes do Rio Grande, parte da qual se achava medida e registrada desde 1798 em “sesmaria de meia légua concedida ao autor Francisco Ferreira de Brito que por serem bens do casal acede a seu pai, o Capitão Bento Ferreira de Brito pertencendo assim em comum à viúva e mais herdeiros”.³

Na justificativa dos procuradores de dona Ignácia ficava claro que os réus teriam invadido áreas não cultivadas ou habitadas da fazenda.

Por que em razão desse compor a mesma fazenda em muita parte dela de matos virgens compreendidos uns na mesma Sesmarias, e outros para fora dela e se acharem em lugares desertos tiveram ocasião os réus dê se introduzirem em diferentes partes da mesma.⁴

¹ Mestre e História pelo programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora titular do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais/Campus Campanha (UEMG)

² Acervo documental do Centro de Memória Cultural do Sul de Minas; Caixa 03, - 1814 - Ação de força velha, Ignácia Gonçalves de Araújo viúva do Capitão Bento Ferreira Brito e mais herdeiros.

³ *Ibidem.*

⁴ *Ibidem.*

A justiça da comarca de São João Del Rei se mostra favorável a autora determinando que a posse e domínio das terras fossem restituídos a D. Ignácia e aos herdeiros.

Por via da presente ação de Força Velha são demandados João Pereira da Fonseca, sua mulher e outros contemplados na Petição, afim de abrirem mão, e restituírem aos autores a sua antiga posse dos lugares, e terras, em que cada hum deles indevidamente se foram introduzir, com todas as perdas, danos, e disfruto que se liquidarem, julgando se terá cometido força, e espolio, como se conclui na mesma ação.⁵

No entanto a ação não se encerra aí, outras questões sobressaem na réplica e na tréplica que são movidas ao longo das mais de 100 páginas de processo.

Ações como a movida por dona Ignácia se repetem ao longo do século XIX, a maioria delas já no período imperial. Essas ações apontam para a fragilidade em relação à posse e demarcação de terras no sul de Minas.

O estabelecimento de limites tanto internos quanto externos e a expansão territorial em fins do século XVIII e início do século XIX na América portuguesa seguiu ritmos diferentes, e Minas Gerais como região estratégica do império se inseria nesses movimentos territoriais.

O processo de demarcação das fronteiras meridionais entre as Américas portuguesa e espanhola teve em Minas um corolário regional, expresso em uma clara política de expansão territorial e de consolidação dos limites da capitania, que foi conduzida por seus governantes na segunda metade do século XVIII. Tal política se apoiou fortemente na criação de vilas, de freguesias e de sedes de julgados nas zonas periféricas de Minas Gerais.⁶

A ocupação do sul de Minas, assim como em outras regiões da capitania onde o ouro não foi encontrado, ou rapidamente se escasseou, se deu de forma mais lenta do que a percebida nas áreas de mineração. A fronteira sul da capitania era aberta ao trânsito dos paulistas e era habitualmente chamada de “sertões” da comarca do Rio das Mortes.

⁵ *Ibidem*.

⁶ FONSECA, Claudia Damasceno. Vila da Campanha da Princesa: A Corte, as Minas, a cidade e a memória. In: LIBBY, Douglas Cole, (org.). **Cortes, Cidades, Memórias: Trânsitos e Transformações na Modernidade**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010, p. 197.

Área de litígio entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, o sul de Minas não era, no entanto, a única região denominada como sertão, como observou Auguste de Saint-Hilaire :

O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco.⁷

Segundo Saint-Hilaire, o nome Sertão ou Deserto (entendido por muitos de seus contemporâneos, como sinônimo de sertão) não indica uma categoria político-territorial, mas sim uma divisão imprecisa assentada na natureza do território e principalmente pelo povoamento escasso ou rarefeito.

Esse “sertão” se opõe aos espaços onde se localizaram ouro e se fixaram as primeiras vilas. As paragens mais distantes, de difícil acesso, que recebiam essa denominação. Em Minas Gerais, o sertão estava relacionado as áreas dominadas por índios, áreas por onde se corria um determinado rio, lugares de perigo e de adversidades naturais de toda ordem.

A referência ao sertão como lugar distante ou longe do litoral, ou no interior, não está relacionada a realidades geográficas, mas a uma centralidade política, a maior ou menor presença, controle ou proximidade do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico. A força da categoria localiza-se não em si mesma, mas no significado que a experiência histórica das sociedades que utilizam lhe conferiu. A idéia do sertão está ligada a “experiências sociais dos sujeitos que o nomeiam, seus sentidos são o amálgama de experiências históricas variadas, muitas vezes quase sempre ambíguas, contraditórias e antagônicas”.⁸

O sertão é, portanto a fronteira incerta, imprecisa, mas à medida que a colonização avança, ele se torna território, transformando-se em possibilidade, ou nas palavras Haruf Espindola “o sertão é uma paisagem construída para desaparecer”.⁹

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000, p. 307.

⁸ ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 76.

⁹ *Ibidem*, p. 73 e 74

Situando-se dessa forma a margem do mundo conhecido e regulado, o sertão como sugere Adriana Romeiro é um espaço mais simbólico do que geográfico. A rigor as fronteiras vão se definindo a partir da imposição, pela permanência e posse de terras num movimento das populações que investem sobre o território de forma abrupta ou mais lentamente. “Daí a mobilidade de uma fronteira, que oscilava à medida que as terras incógnitas e desconhecidas iam sendo devassadas pelo elemento humano”.¹⁰

O Sertão do Rio Verde, como era denominado o território antes de se tornar parte constituinte da Comarca do Rio das Mortes, começou a ser percorrido em 1692¹¹ quando os bandeirantes paulistas deixaram suas terras em busca das riquezas do interior, os índios, posteriormente de ouro, e atravessam a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú e atingiram as cabeceiras do Rio Verde.

Os primeiros sertanistas oriundos de Taubaté: Antônio Delgado da Veiga, João da Veiga e Miguel Garcia, o Velho, que lideravam uma bandeira que tinha como finalidade apresar índios. Nomeiam Pouso Alto e chegam a um afluente do rio Verde, que denominam de Baependi. A notícia de ouro nas terras banhadas pelos rios Verde e Sapucaí chegou a São Paulo e rapidamente houve o deslocamento de homens para essa direção.

O sertão do Rio Verde era área de fronteira e de disputa entre as autoridades de São Paulo e Minas Gerais. No governo de D. Brás Baltazar da Silveira foram criadas três comarcas para a região das Minas e ficou decretado como limites para a do Rio das Mortes a Serra da Mantiqueira, ao sul, e o sertão desconhecido, a oeste. Como consequência, o termo da vila de São João del Rei foi ampliado, estendendo-se até a Mantiqueira, fazendo com que sua Câmara se tornasse responsável pela administração de toda a região sul do território.

Em 1721, D. Lourenço de Almeida, primeiro governador da Capitania de Minas Gerais, informava ao rei que havia uma grande extensão de terras ainda despovoadas, na qual chegavam correições tanto do ouvidor de São Paulo quanto do Rio das Mortes. Este governador expressava ainda dúvidas com relação ao fato de que, se povoada a região, a quem caberia a correição, sendo reiterada a São João del Rei, por ordem régia de 22 de abril de 1722.

A região de Campanha do Rio Verde foi descoberta pelos paulistas por volta de 1720,¹² tendo pouca divulgação até 1737, quando em 02 de outubro, uma expedição

¹⁰ ROMEIRO, Adriana. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 271.

¹¹ CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio. **Aspectos Históricos da Cidade da Campanha**. Petrópolis: Editora Gráfica Jornal da Cidade, 1989.

¹² Cópia manuscrita extraída de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Códice Torre do Tombo,

militar sob o comando do ouvidor da Vila de São João Del Rei, Cipriano José da Rocha, com a incumbência dada pelo governador da Capitania, D. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, deveria reconhecer a região, desbravar os sítios desconhecidos ao longo da bacia dos Rios Verde, Sapucaí e Palmela e tomar posse do território em nome do rei.

No entanto, como aponta Carla Anastasia,¹³ a ocupação das áreas de fronteira na capitania de Minas Gerais nunca foi consensual entre as autoridades tanto metropolitanas e quanto coloniais. A primeira ação do Estado foi a de tornar as regiões limítrofes da capitania, áreas proibidas, a partir de um bando de 1736 que impedia “lançar posse de terras situadas nas extremidades não povoadas da Capitania sem expressa licença do governador”.¹⁴

Dessa forma com base no bando do ano anterior, a expedição chefiada pelo ouvidor Cipriano José da Rocha não deveria fundar uma povoação sem autorização do governador. No entanto o ouvidor não só funda um arraial como abre uma estrada, como percebemos no que ele mesmo relatou em carta endereçada ao governador em 04 de outubro de 1737.

Cheguei a este descobrimento a dois do corrente, fiz dez dias de jornada, e destes descansei dois, que me foi preciso pela razão de mantimentos; (...) As terras destas minas, é uma dilatada Campanha do Rio Lambari para dentro, exceto uma serra que tem seu princípio no mesmo rio e se dilata por espaço de uma légua, toda coberta de matos, por onde vem a estrada que mandei abrir e achei muito capaz; são os ares muito alegres de maravilhosa vista, e com melhor assento que as terras de São João Del Rei.¹⁵

Ao que tudo indica, o real significado da expedição do ouvidor era regular uma povoação, ou mineração clandestina, mais do que desbravar e reconhecer a região. O ouvidor autoridade máxima da comarca não se deslocaria para uma expedição de simples reconhecimento se não houvesse notícia do mau uso de terras incultas e selvagens do sertão.

Em outra correspondência ao governador reafirma que havia fundado um

vol. 1, 1736-1737, Capitania de Minas. Apud VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A. 1937, vol. 1 (1737-1821), 1942, p. 248.

¹³ ANASTASIA, Carla Maria Junho, **A geografia do crime: violência nas Minas setecentista**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

¹⁴ *Ibidem*, p. 36.

¹⁵ Apud VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa**..., p. 249-251.

Arraial em forma de vila, a que deu o nome de São Cipriano, que está povoado com praça e ruas em boa ordem e muito boas casas, e ficava-se entendendo em fazer igreja e **determinava também** terra para casa de Intendência.¹⁶

A carta trazia ainda a informação de que o arraial encontrava-se próximo a quatro rios “abundantíssimos de peixe grosso e miúdo”, isto é, o Palmela, o Lambari, o Sapucaí (descoberto por ele) e o Verde “que leva ouro em conta pela experiência que se tem dito”.¹⁷

Seu empenho em formar o arraial novamente é registrado na última carta enviada ao governador, na qual também reafirma sua fidelidade ao Governador e ao rei de Portugal.

As Minas hão de ser perduráveis tanto pela comodidade do país como pelo ouro, porque meias patacas são seguras e os negros faiscaidores davam uns, meia oitava, outros 3 quartos. O Rio Verde leva ouro em conta; o Sapucaí leva também ouro, mas não se sabe a conta que terá, porém suas margens e serrarias têm ouro e se entende que se dilatarão as terras minerais por mais de 40 léguas; deve-me o povo a sua comodidade, porque fiz abrir estradas, romper matos, que tarde seriam abertos, como ele mesmo confessa; fiz despesa em abrir caminho e descobri o Rio Sapucaí, que tão longe o consideravam e por entrarem as chuvas e não haver canoas, não descorri o Rio, mas mandei para suas cabeceiras; acharam-se lavras (entendo de alguns criminosos) e o Itajubá ficaram 3 dias acima donde eu parti; o Arraial, a que dei o nome de São Cipriano fiz regular em forma de Vila, não como as destas minas, mas como qualquer de Portugal e é preciso que se lhe constitua justiça; longe desta Vila, sem embargo que tenho mandado abrir nova picada por donde a jornada de 3 dias a esta Vila, mas sempre é longe o Arraial se não despovoa.¹⁸

A denominação de arraial de São Cipriano duraria pouco, voltando logo à designação anterior de “Campanha do Rio de Verde”. Com o crescimento e a prosperidade do arraial foi criada por volta de 1739 a freguesia pelo bispado de São

¹⁶ *Ibidem* (grifo meu).

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Cópia manuscrita extraída de documentos do Arquivo da Torre do Tombo, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Códice Torre do Tombo, vol. 1, 1736-1737, Capitania de Minas. Apud CASADEI, Antonio. **Notícias Históricas da Cidade da Campanha**. Tradição e Cultura. Niterói: Serviços Gráficos-Impar, 1987, p. 33-36.

Paulo com o nome de freguesia de “Santo Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde”.

Para Claudia Damasceno Fonseca¹⁹ o arraial de Campanha do Rio Verde logo despertou o interesse de autoridades paulistas

A igreja foi construída em bem pouco tempo, pois já em 1739 o arraial era elevado à condição de sede de freguesia. Nesta época, as fronteiras meridionais da capitania ainda não se encontravam fisicamente delimitadas, e a região de Campanha se tornou objeto da cobiça das autoridades de São Paulo. Como o bispado mineiro ainda não havia sido criado, a nova paróquia foi inicialmente submetida à diocese paulista. As autoridades civis de São Paulo também logo procuraram se apoderar da jurisdição sobre o arraial da Campanha e sobre as terras adjacentes ao Rio Grande.²⁰

Não obstante, o empreendimento levado a cabo pelo Ouvidor da vila de São João Del Rei, a ocupação do arraial e a tentativa de institucionalização da região, os conflitos entre paulistas e representantes legais da Comarca do Rio das Mortes pelo controle e posse da região das Minas do Rio Verde permaneceriam, a despeito do empenho e das medidas tomadas pelo ouvidor. A divisão das alçadas civil e eclesiástica uma a cargo das autoridades mineiras e outra sob as determinações do bispado de São Paulo, favorecia os conflitos, uma vez que conforme a necessidade dos moradores do arraial deveriam se dirigir ora para as autoridades civis em São João Del Rei, ora para as autoridade eclesiástica em São Paulo.

O governo da Capitania de São Paulo disputava com a Câmara da Vila de São João Del Rei o controle desta parte do território. Os conflitos não cessaram rapidamente, fazendo com que o senado da câmara da Vila de São João Del Rei necessitasse em 1743 reafirmar o auto de ocupação de posse da região, devido à presença de um representante do governo paulista no local, reivindicando o direito de posse sobre o arraial.²¹

De acordo com os registros do relatório da Câmara foi necessário o gasto de 264 oitavas de ouro e a presença de gente armada para se garantir a ocupação da área, pois o Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, havia nomeado Bartolomeu Correa Bueno como superintendente da região.

Para ratificar a posse do arraial foram enviados oficiais da Câmara de São João Del Rei. No auto de posse registrou-se que

¹⁹ FONSECA, Claudia Damasceno. Vila da Campanha da Princesa...

²⁰ *Ibidem*, p. 202.

²¹ Auto de posse do Arraial de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde, 1743. Memórias Municipais – V. Campanha. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Vol. 1, p. 457-458, 1896.

porquanto estamos de posse deste arraial, e seus distritos, desde o tempo do primeiro descobridor dela, que a muitos anos não só deste arraial e seus distritos, mas ainda de todos os sertões até o Rio Sapucaí, e há muitos anos sem contradição alguma e pela estrada geral que vai deste distrito para a cidade de São Paulo até o alto da Serra chamada a Mantiqueira, e por assim estarmos conservados na nossa antiga posse, como fica dito, fazendo sempre todos os atos possessórios, regendo os povos dos ditos distritos, e administrando-lhes justiça, e por tais dos mesmos povos reconhecidos, e obedecendo-nos, não só pelo que respeita a este Senado, senão as mais justiças desta comarca, e para que d'aquí em diante nos fiquem reconhecendo, como até o presente o tem feito, e para que entendam e fiquem certos que estes ditos distritos nos pertencem, e não a outra comarca alguma, nos retificamos por assim nos ser lícito e permitido por direito, e de novamente nos retificamos na nossa antiga posse que tínhamos, como consta no livro de nota aonde se acham os autos que já se tomaram pelos camaristas nossos antepassados, para o que o dito juiz e mais oficiais da Câmara andaram por todo este arraial e seus distritos fazendo todos os atos necessários em direito ao presente ato de ratificação de nossa antiga posse, a qual ratificação, sem impedimento nem contradição de pessoa alguma, a fizemos em presença e com assistência do dito Ouvidor Geral e Superintendente Geral da Comarca, e do se Escrivão de Correição Manoel Corrêa Pereira.²²

Assim, além das medidas tomadas pela câmara de São João Del Rei com relação à ratificação de posse da região, como meio de defender e assegurar a posse da área, pois, tratava-se de região estratégica, de acesso fácil tanto ao Rio de Janeiro como a São Paulo, e também para impedir o extravio do ouro, o governador das Minas Gomes Freire criou um Julgado na Campanha do Rio Verde.

Porém, em 1744, o governador Gomes Freire, que já se mostrava reticente quanto à conveniência de se criar novas câmaras em Minas, preferiu instituir um simples julgado (ou seja, somente um posto de juiz ordinário) na Campanha do Rio Verde, a fim de oficializar o pertencimento dessas terras à comarca do Rio das Mortes e à capitania de Minas Gerais. A partir de então, os moradores do julgado da Campanha não

²² *Ibidem* (grifo meu)

cessaram de solicitar à Coroa a emancipação desta circunscrição do termo da Vila de São João del-Rei.²³

No final do século XVIII, os mais influentes moradores do arraial passam a reivindicar a criação da Vila da Campanha, pois, consideravam como relevantes para este fato o crescimento de sua população, que ultrapassava o número de oito mil habitantes, bem como o desenvolvimento econômico da região.

Dessa forma, pelo alvará de 20 de outubro de 1798, D. Maria I concede o título de vila ao arraial, apesar dos protestos da Câmara de São João Del Rei, nomeando-a de “Vila da Campanha da Princesa”²⁴ e auto de declaração da criação da vila ocorreria um ano mais tarde, a 26 de dezembro de 1799.²⁵

No alvará de elevação à vila, a rainha expõe que, em consulta ao Conselho Ultramarino, foi informada do crescimento do número de habitantes do arraial da Campanha do Rio Verde, comarca do Rio das Mortes, e também de ser esta uma das mais importantes povoações da capitania de Minas Gerais. Além disso, o alvará menciona também a distância entre a Vila de São João Del Rei, cabeça da comarca, e o arraial, de modo que os seus moradores viam-se prejudicados em seus negócios.

Mas a batalha com São João del-Rei não chegara ao fim. Graças à habilidade do seu juiz de fora, a nova vila de Campanha da Princesa havia conseguido se outorgar um território municipal imenso, que incluía quase todos os arraiais, freguesias e julgados que até então haviam pertencido à cabeça de comarca. Começava então uma nova disputa entre as duas vilas, que duraria mais de uma década e suscitaria a confecção de diversas representações cartográficas da porção sul da capitania e dos limites entre Minas e São Paulo.²⁶

A elevação à vila do antigo arraial de Campanha do Rio Verde deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo que se inseria no contexto das transformações ocorridas em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, tanto em termos econômicos quanto políticos. Como já se apontou anteriormente, frente às descobertas auríferas e a ocupação do território, o estabelecimento de vilas em Minas Gerais configurou-se como um elemento poderoso de reafirmação da soberania portuguesa, da mesma forma que pode ser percebido também como recurso de organização administrativa.

²³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Vila da Campanha da Princesa...*, p. 203.

²⁴ Não é incomum o uso de título “Princesa” ou “Rainha” para a nomenclatura das vilas. Entre outros, pode-se citar o caso de Vila Bela da Princesa, atualmente Ilha Bela, no litoral de São Paulo.

²⁵ *Alvará* pode ser compreendido como uma espécie de lei geral para alterar ou acrescentar normas sobre matéria já regulada. Diferenciava-se da *Carta de Lei*, pois por este procedimento se regulamentava matéria nova e tinha caráter permanente. O alvará, a não ser por disposição contrária, vigorava por apenas um ano.

²⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Vila da Campanha da Princesa...*, p. 203.

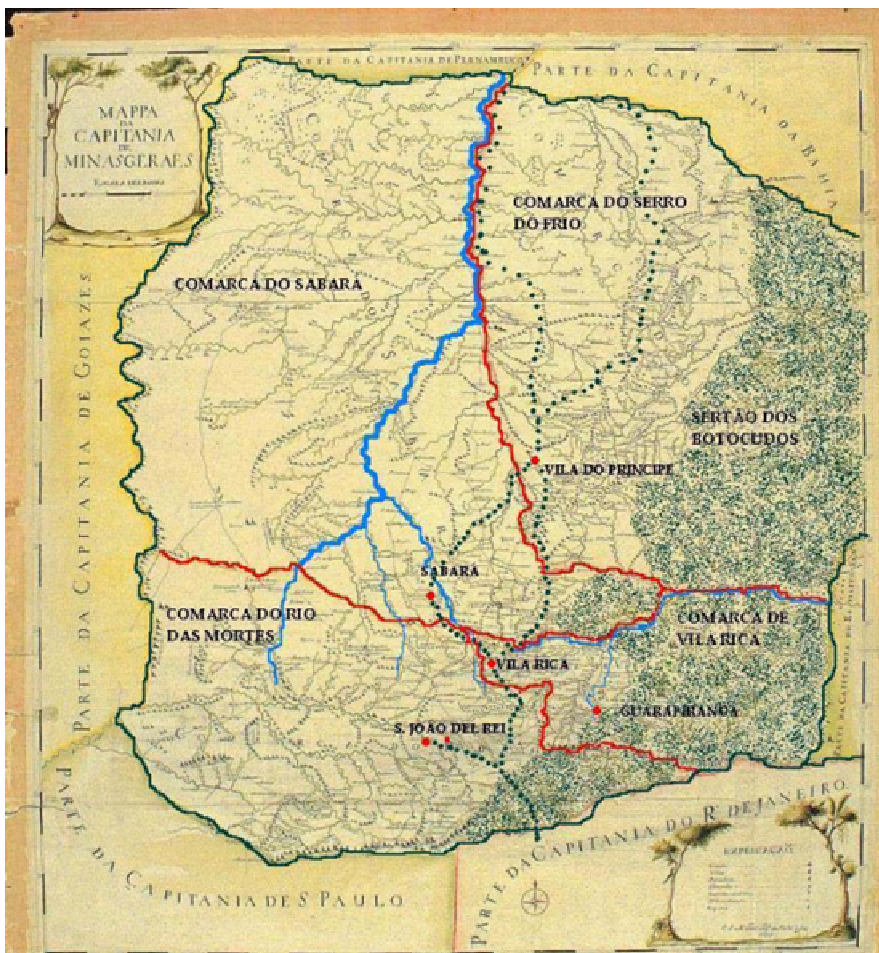
Das cinco novas vilas criadas entre 1789-1798 – São Bento do Tamanduá, Queluz, Barbacena, Campanha da Princesa e Paracatu do Príncipe – apenas esta última vila não pertencia à Comarca do Rio das Mortes e sim à Comarca do Rio das Velhas. Tal dinamismo era indicativo da reorganização da estrutura administrativa dessa região e a confirmação, na esfera política, de sua importância econômica em finais do século XVIII, com repercussões na primeira metade do século XIX.

O processo de fundação da Vila de Campanha da Princesa e de formação do seu território municipal merece ser destacado por diversos motivos. Por um lado, trata-se de um bom exemplo da preponderância dos interesses fiscais em relação a outros critérios de definição das divisões territoriais. Por outro lado, Campanha da Princesa é um caso único no que diz respeito às relações privilegiadas que se estabeleceram entre esta localidade e a família real, antes e depois da sua instalação no Rio de Janeiro.²⁷

Nesse cenário que se descortina na virada do século XVIII para o XIX, a vila de Campanha da Princesa assumiria progressivamente um lugar de destaque, tornando-se, juntamente com as vilas de São João del Rei e Barbacena, um dos mais expressivos núcleos urbanos da região da Comarca do Rio das Mortes, com vigorosa participação na política imperial.

²⁷ *Ibidem*, p. 202.

Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisão das Comarcas, 1776



Fonte: Mapa da Capitania de Minas Gerais, Joaquim José da Rocha, c. 1776.
Arquivo Histórico do Exército, RJ

Mapa da Extensão da Vila de Campanha, 1800



Uma das diversas representações cartográficas de Campanha produzidas entre 1798 e 1823: o – Mappa de toda a extensão da Campanha da Princesa, feixada pelo Rio Grande, e pelos registos, que limitão a Capitania de Minas (35 x 41 cm, manuscrito, AHU, n. 263 / 1170, originalmente incluído no códice n. 2167, intitulado: —Livro de Creação da Campanha da Princesa).²⁸ Fonte: Acervo do Museu Regional do sul de Minas, Campanha MG

²⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. Vila da Campanha da Princesa..., p. 205

O oficialato mecânico e o espaço urbano de Mariana no período colonial em perspectiva

Fabrcio Luiz Pereira¹

Apropriação do Espaço

Michel de Certeau, em suas caminhadas pela cidade, definiria, o movimento de apropriação do espaço urbano da seguinte maneira: “formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela [a cidade] permanece cotidianamente, indefinidamente, outra”.² Sendo assim, ao analisar o espaço através dos passos, numa história rés do chão, o autor demonstra como o andar torna-se uma realização espacial do lugar, o qual se configura como uma enunciação das práticas de intervenções do espaço.

Certeau apresenta a Cidade-Conceito, “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade”.³ Essa estaria, em um plano teórico, calcada em uma organização racional, excluindo seus desvios, poluição física, sonora, visual. Seria um sujeito universal anônimo. No entanto, a Cidade-conceito se altera na medida em que as pessoas escapam à disciplina. Entre o espaço planejado e o espaço vivido ocorrem apropriações sociais, que ressignificam as intervenções urbanísticas.

Respeitando os limites do tempo, na tentativa de nos afastar dos anacronismos históricos, tentaremos compreender a criação e vivência do espaço urbano das minas setecentistas através dos agentes responsáveis por sua configuração física, os oficiais mecânicos que ergueram prédios públicos, casas, igrejas, pontes e chafarizes. Homens que lidavam com diferentes formas de saberes técnicos, que intervinham na criação do espaço urbano e vivenciavam distintas formas de apropriação do mesmo. Nesse sentido, utilizaremos como pano de fundo de nossas análises o processo de urbanização da primeira cidade mineira, Mariana. As transformações do espaço e o seu planejamento urbano serão vistos sob a égide de práticas cotidianas desses artífices.

A ideia de civilização é fundamental para a compreensão da construção dos centros urbanos mineiros do século XVIII. Organizar e estruturar o espaço urbano

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação de História (PPGHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto, Linha – Espaço, poder e sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 14 ed., 2008, p. 171.

³ *Ibidem*, p. 174.

implicava em estabelecer certos parâmetros de civilidade a serem praticados pelos moradores.⁴ Conforme Jean-Louis Harouel, este processo seguia, ao menos na teoria, as seguintes características: “os imperativos de circulação; as exigências de salubridade, em especial a circulação do ar; as retitudes das ruas; o traçado urbano; e por fim a regularidade das fachadas,⁵ esta última seguindo as normas de decoro da época, como se a cidade fosse uma decoração teatral.⁶ Compreende-se também que a adequação era fator importante nesses núcleos, por vezes um muro ou parede podia não configurar parte da planta, mas a realidade local exigia sua presença.⁷

Em 1745, a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo fora alçada a categoria de Cidade para a acomodação do bispado, conforme ordem régia. Para tal, foram necessárias algumas mudanças políticas, conforme salienta Cláudia Damasceno: “as sedes eclesiásticas podiam ser criadas somente em terras livres, segundo as leis da Igreja, essa promoção pressupunha a emancipação do município”.⁸ A autora

⁴ A passagem da sociedade europeia de *civilité* para *civilisation* ainda no século XVIII, marcou uma busca por maior refinamento e aumento da coação do homem, até mesmo em seus momentos de solidão. “O homem honrado era, cada vez mais, ‘civilizado’ e polido, distante dos gestos bruscos e violentos e da excessividade licenciosa de outrora”. Cf. SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**. São Paulo: Hucitec, 1996, p-34-35.

⁵ HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990. *Apud*. SILVEIRA. **O universo do indistinto...**, p. 61-62.

⁶ Rodrigo Bastos apresenta através de conceitos como o decoro, o qual seria “doutrina capital da ética e das artes daquele tempo [século XVIII], *lei suprema da conveniência e da adequação*”, salienta uma nova maneira de compreender o fazer artístico religioso da época, mas que se encaixaria numa maneira geral de se entender o urbanismo da época, sobretudo na preocupação dos colonos para com as fachadas das casas. Cf. BASTOS, Rodrigo. **A Maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)**. São Paulo: FAUUSP, 2009. (Tese de doutorado).

⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva ao analisar a ocupação dos espaços nos territórios da América Portuguesa ressalta a funcionalidade dos engenheiros militares para tal. Sobretudo durante o ministério de Pombal houve um esforço de ocupação efetiva dos territórios de fronteira. Assim sendo, era necessário percorrer e mapear esses espaços inocupados, levantar vilas e tentar ficar as populações aborígenes em um espaço civilizado com características urbanas. O que levaria a Coroa além de assegurar a posse desses territórios, a possibilidade de explorar riquezas minerais e botânicas. Entre os trabalhos desenvolvidos por engenheiros militares na América Portuguesa, a autora ressalta: desenhos de fortificações, planos de cidades, mapas de várias capitâneas e plantas de edifícios. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizzada. **A Cultura Luso-Brasileira: Da reforma da Universidade à independência do Brasil**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In. **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 40.

acrescenta ainda, que “as cidades possuíam a prerrogativa especial de se subordinarem diretamente à Coroa”.⁹

Na reconfiguração do espaço urbano, Mariana sofreria mudanças abruptas, expandindo sua área, tomando o espaço do seu entorno. Atrás do antigo “valo”¹⁰ que separava o urbano do rural seria acomodada parte significativa do novo núcleo urbano que se formava. Aquela vila primitiva que se formara na região do Mata-Cavalos e São Gonçalo iria aos poucos se transformando em um ambiente de “malandros e elementos da escória”.¹¹ Duas necessidades eram vitais nesse momento, reinstalar os moradores longe das inundações do rio e um local para construir a nova Casa de Câmara e Cadeia.

As mudanças surtiriam efeito e pouco mais de 30 anos depois da elevação da Vila à Cidade, nos depoimentos do Desembargador Teixeira Coelho, em 1782, ficava transparente a sua admiração pelo projeto urbano e pelos bons ventos que circulavam pela cidade;

o sítio em que está fundada é quase plano e dos mais agradáveis que há nos matos; os ares são puros, e as águas, excelentes. Os edifícios são baixos e de madeira, o arruamento é regular, e os templos são decentes.¹²

Na tentativa de suprir sua ausência inicial, o governo português estenderia para a colônia brasileira seu complexo sistema administrativo e judiciário. A câmara exerceria a função de governo local e seria a instituição responsável pela regulamentação das obras públicas e dos oficiais envolvidos. Neste contexto podemos destacar a figura dos almotacés. Esses oficiais ficavam encarregados de fiscalizar as posturas municipais nas questões de comércio, salubridade pública e construções. De acordo com Thiago Enes, a atuação dos almotacés e a preocupação do ordenamento urbano traziam implícito um caráter fiscalista, empenhado em

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ O valo era, possivelmente, uma linha divisória do rossio, do território da vila, e constituía uma marca urbanística, que limitava e “afastava” o mundo rural, um contorno com a qual “a cidade defendia sobretudo as próprias convicções de sua função e feições urbanas”, desempenhando, assim, o mesmo papel dos frágeis baluartes de alguns núcleos coloniais brasileiros.” Cf. FONSECA. O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações..., p.35.

¹¹ *Ibidem*, p. 51.

¹² COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais**. Organização, transcrição documental de Caio César Boschi, preparação de textos e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 183.

demarcar para angariar mais receita pública. Igualmente servia para um melhor controle da salubridade pública nas vilas mineiras.¹³

As construções civis, a partir da segunda metade do setecentos iriam ter um aumento significativo em Mariana. Denise Tedeschi, em sua dissertação de mestrado, realizou o levantamento dos livros de receita e despesa da câmara de Mariana entre 1745-1798 e constatou que o total de despesas da Câmara seria de aproximadamente 293:123\$132 réis. Entre os gastos da câmara 25% (74:585\$97) se referia às obras públicas, o restante diziam respeito à criação de expostos, à diligências, aos emolumentos, às festividades, dentre outros.¹⁴

A cidade seria mais do que seu plano físico e estrutural. A cidade seria também as pessoas responsáveis pela sua transformação diária, inventando o cotidiano e apropriando-se do mesmo. Assim, apresentam-se os oficiais mecânicos como protagonistas da mudança, da fabricação, da *poesis*. Para além dos monumentos criados por estes, o trabalho servil de reinóis, libertos, jornaleiros e escravos, seguindo as normas de decoro e adequação do período e as exigências clientelares, criaram o espaço físico da cidade, seguindo os riscos dos engenheiros militares, adaptando-os à geografia acidentada, recriando fisicamente o que lhes era apresentado na ordem do papel

Agentes construtores do espaço urbano

No dia 08 de novembro de 1759, os Irmãos da Ordem Terceira do Carmo da já então cidade Mariana reuniram-se para assinarem a documentação para a execução da obra de sua capela. Na antiga Capela de São Gonçalo, eles pediam o consentimento para que se erigisse a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.¹⁵ Dentre os nomes que assinaram o documento para que fosse erguida a capela aparece Sebastião Martins da Costa.

Mestre carpinteiro, natural da freguesia de São Pedro do Tomar, arcebispado do Braga, Sebastião estaria ligado às principais obras de carpintaria de sua época, conforme elucidaremos posteriormente. Examinador do ofício de carpinteiro em 1747, o mestre fora responsável pela arrematação da obra de carpintaria da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Mariana. A pesquisadora Fernanda

¹³ ENES, Thiago. **De como administrar cidades e governar impérios**: almotacaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745- 1808). Niterói: Dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 82.

¹⁴ TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas**: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798). Campinas: Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

¹⁵ Arquivo da Cúria de Mariana. Prateleira Q. N° 32. Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1758-1873). Folha 02.

Pinheiro¹⁶ ao estudar a construção da Capela do Rosário constatou que o mestre arrematou a obra em 1757, garantindo que seu trabalho ficaria pronto em quatro anos. No entanto, o carpinteiro teve uma querela com o mestre pedreiro da obra e não conseguiu terminar a mesma. As obras que foram prolongadas até 1764 foram repassadas para Martinho Gonçalves Pereira e Cosme Fernandes Guimarães, este último que também fora examinador do ofício de carpinteiro nos anos de 1757 e 1778. Após a sua morte os Irmãos ordenaram o prosseguimento dos trabalhos de construção de madeira e além das madeiras lavradas de braúna entregues pela viúva, solicitaram a reposição da quantia paga ao falecido para a dita obra.¹⁷

Irmão professo da Ordem Terceira do Carmo de Mariana, o mestre carpinteiro morreu, em 1769, deixando três herdeiros e uma fortuna relativamente considerável para o período. Dentre os bens arrolados destacam-se seu arsenal de ferramentas de carpinteiro, catorze escravos, dentre eles um mulato serrador por nome Manoel de idade 28 anos avaliado em 200\$000 réis.¹⁸ Entre os seus bens de raiz salienta-se que o falecido deixou uma casa com sua fábrica próxima à Igreja do Rosário no valor de 800\$000 réis e uma roça com terras e águas minerais, com casas, de onde o carpinteiro retirava também madeira como o cedro, na freguesia de Guarapiranga avaliada em 600\$000.

Em seu inventário ressalta-se três aspectos que mostram a importância do mestre carpinteiro no espaço das construções urbanas da Cidade de Mariana. Primeiro o prestígio de ser irmão da Ordem Terceira do Carmo. Segundo a posse de um mulato com especialização, algo comum para o século XVIII, mas que em geral encontra-se na maioria dos inventários analisados para homens abastados. E, por fim, a posse de uma fábrica para o seu ofício demonstrando que tratava-se de um oficial examinado e condizente para as arrematações propostas pela Câmara, conforme lei e estilo da época.

A diversificação econômica nas Minas do Ouro já é algo consolidado em nossa historiografia. A agropecuária, no decorrer da segunda metade do século XVIII, consolidou-se como produto preponderante da economia mineira. De acordo com os estudos da historiadora Carla Maria de Carvalho Almeida, a segunda metade do setecentos seria marcada pelo declínio da produção aurífera, o que conduziria a uma mudança significativa no quadro geral da população. A Comarca do Rio das Velhas, em 1767, seria a maior em número de posse de escravos, ultrapassando Vila Rica, contando com 34% do total de cativos arrolados para o período. Os lugares que

¹⁶ PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. **Confrades do Rosário**: sociabilidade e identidade étnica em Mariana. Niterói: Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

¹⁷ Ver ação cível contra Josefa Dias de Jesus, esposa de Sebastião Martins da Costa: AHCSM Cód. 573 Auto 21341 II ofício, 1770.

¹⁸ AHCSM. Cód. 89 Auto 1923 II ofício, 1769

sustentavam sua economia com maior ênfase na agropecuária adaptaram-se melhor a queda do ouro, que tanto preocupava a Coroa Portuguesa. Em termos gerais, a Comarca do Rio das Mortes apresentaria entre os anos de 1749 e 1767 um crescimento de 96% do seu plantel de escravos.¹⁹ Muito bem colocado pela historiadora, foi o fato do crescimento contínuo da população livre, se por um lado o número de cativos aumentava, por outro era acompanhado de um crescimento de 305,71% de mão de obra livre.

Nesse contexto de economia diversificada, os grandes arrematantes de obras públicas de Mariana poderiam exercer outras atividades de caráter financeiro em concomitância com as construções. Assim, quando analisado o inventário de Sebastião Martins da Costa percebemos entre o seus bens a posse de terras minerais e um número significativo de escravos (14) empregados nessas atividades.

O plantel de escravos favorecia também o número de arrematações das obras administradas pelo Senado da Câmara, conforme constatou os já ressaltados trabalhos de Fabiano Gomes da Silva e Denise Tedeschi. Assim, Sebastião Martins da Costa arrematou seis obras pela Câmara, sendo elas: o conserto da obra da Cadeia (1746),²⁰ o conserto da Ponte da Cachoeira na estrada que vai para São Sebastião (1747),²¹ arrematação da Ponte Grande no ribeirão (1749),²² arrematação do “massame”[sic] de umas casas velhas que serviam de quartéis (1750),²³ a ponte de São Sebastião junto a Capela de Santa Tereza (1751)²⁴ e por fim, o conserto da Pinguela do Mata-Cavalos (1753).²⁵

Entretanto, Sebastião Martins da Costa não executou seus contratos somente em Mariana. A possibilidade de circulação entre diferentes espaços fez o mestre carpinteiro aparecer nas atas da Câmara de Vila Rica, como arrematante de obras da Câmara e como eleito escrivão do ofício de carpintaria ao lado de Manuel Peixoto da Fonseca e Antônio dos Santos Portugal como juízes.²⁶

A análise da composição dos elementos que permeavam a cultura setecentista, através dos inventários *post-mortem* na Capitania de Minas Gerais possibilitou a

¹⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750 – 1822. Niterói: Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2001, p. 50.

²⁰ AHCMM. Códice 122. Folhas: 65v-67, 1746.

²¹ AHCMM. Códice 122. Folhas 93-94, 1747.

²² AHCMM. Códice 135. Folhas 43v-48, 1749.

²³ AHCMM. Códice 135. Folhas 97v-99, 1750.

²⁴ AHCMM. Códice 135. Folhas 113-115, 1751.

²⁵ AHCMM. Códice 135. Folhas 180v-181, 1753.

²⁶ CMOP - Livro 41 – 1737-1745. Salomão de Vasconcelos não resalta quais foram as obras arrematadas pelos oficiais arrolados. Cf. VASCONCELOS, Salomão. Oficiais mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII. **Revista do SPHAN**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 346 – 349, 1940.

pesquisadora Carla Almeida criar um perfil socioeconômico, no qual continuaremos a examinar. Almeida demonstrou que a maior parcela da populacional da Capitania, de pessoas que possuíam até 200 libras no monte total de sua fortuna, dedicavam 48,86% de seus bens à escravaria e 23,91% a imóveis. Enquanto, a pequena parcela de homens abastados dividiram sua fortuna entre dívidas ativas (31,99), imóveis (30,14%) e escravos (17,75%).²⁷

Controlar o crédito numa sociedade com baixa circulação de moeda (ouro em pó) garantia uma diversificação econômica que permitia a esses homens conceder empréstimos, comercializar produtos (secos e molhados), vender escravos, fazer transações de imóveis, dentre outras.²⁸ Conforme elucidou Danielle Eugenio, dos arrematantes arrolados em sua pesquisa, pelo menos quatro deles: Sebastião Pereira Leite (calceteiro), João de Caldas Bacelar (pedreiro), Francisco Álvares Quinta (pedreiro) e Bento Marinho de Araújo (pedreiro) possuíam parte significativa de seus bens em dívidas ativas. O exemplo maior foi João de Caldas Bacelar que aproximadamente 21% de sua fortuna estava interligada a essa rede de crédito.²⁹

Em uma análise de âmbito mais geral Almeida constatou ainda, que de uma amostragem de 219 inventários somente 20 pessoas eram proprietárias de um plantel de superior a 30 escravos. Assim, a grande maioria da população mineira, 49,4% dos inventariados possuía de 1 a 2 escravos,³⁰ o que reforça a tese de Laura de Mello e Souza, na qual nas minas do ouro haveria a democracia da pobreza, ou seja, a grande população seria de desclassificados do ouro.³¹

²⁷ CF. ALMEIDA. **Homens ricos, homens bons...**, p. 214.

²⁸ *Ibidem*, p. 215.

²⁹ CF. EUGÊNIO, Danielle de Fátima. **Arrematantes de Obras Públicas**: oficialato mecânico na Cidade de Mariana. (1745-1800). Mariana: Monografia de conclusão de curso - Instituto de Ciências Humanas e Sociais – UFOP, 2010, p. 39.

³⁰ CF. ALMEIDA. **Homens ricos, homens bons...**, p. 221.

³¹ Ao criticar os trabalhos históricos sobre a marginalidade que a precederam, Souza legitima seu discurso ao utilizar a categoria de desclassificados. Por trás dessa escolha há a intenção de sustentar toda a tese proposta. Para a autora, a sociedade focada em seu trabalho não seria reconhecida como marginalizada uma vez que esta era a configuração predominante naquele espaço. As teses anteriores, sobretudo os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, apresentavam uma Minas rica e opulenta em que todos tinham iguais oportunidades em fazer fortunas. Assim, a utilização do termo marginalizado caracterizava uma pequena parcela que estaria fora do padrão social estabelecido. Souza ao desconstruir esta visão, até então cristalizada, reconfigura a sociedade mineira ao indicar que esta era nivelada pela pobreza e não pela riqueza, desta forma os desclassificados não estão à margem da sociedade em questão, mas sim são o seio desta. CF. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

Nesse sentido, a pequena parcela à qual Sebastião Martins da Costa fazia parte, ao que parece, possibilitou ao arrematante um certo distanciamento social de outros artífices, o que colaborou com uma certa ascensão socioeconômica para o Mestre Carpinteiro, seja pela arrematação de obras públicas e eclesiásticas, ou pelo número considerado de escravos. Em um contexto econômico pautado numa sociedade na qual poucos seriam os homens ricos e muitos compartilhariam a pobreza. Sebastião e esse grupo de grande arrematantes conseguiam um certo distanciamento do estigma do trabalho mecânico ao participarem de Ordens Terceiras como a de Nossa Senhora do Carmo, a qual se junta a Sebastião os também mestres Bento Marinho de Araújo e Francisco Alves Quinta.

Nos limites fronteiriços: a busca pela matéria-prima

Conforme salientado, Sebastião Martins da Costa possuía dentre seus bens, uma terra de águas minerais e nesse espaço, provavelmente conseguia a madeira para suas obras. Além disso, a filiação às irmandades leigas possibilitava a arrematação de obras públicas e eclesiásticas, garantia uma rede de sociabilidade entre os artífices que possibilitava a posse de escravos especializados, terras com matas virgens para a extração de madeira, carros de boi para o transporte do material; e para alguns escravos poderia configurar na sua coartação por intermédio das artes mecânicas.³² No intuito de compreender melhor como era fomentada a extração da matéria-prima para o trabalho mecânico, passamos a uma análise sobre a extração da madeira durante o século XVIII, por questão de recorte não entraremos em outros tipos de extração de matéria-prima local, como a rocha por exemplo.

A extração da madeira para fins de construção é algo que se encontra na civilização humana desde tempos remotos. A madeira foi crucial para o início da colonização na América Portuguesa, visto que o pau-brasil, além de nomear o que viria a se tornar uma nação séculos mais tarde, foi produto de exportação durante boa parte do período colonial.

Thiago Enes, ao trabalhar com o controle camarário nas Minas, sobretudo através da figura dos almotacés, destacou que a Coroa Portuguesa, no início do processo de institucionalização do território doava à “Câmara recém criada terrenos para a construção de seu patrimônio e logradouros públicos”.³³ Entre essas terras doadas uma parte seria destinada à construção de prédios e da administração civil e eclesiásticos, “outra parte [seria] reservadas para usos comunitários, tais como pastos de roças, reserva de lenha e madeira de lei”.³⁴

³² CF. PRECIOSO, Daniel. **“Legítimos vassalos”**: pardos livres e forros na Vila Rica colonial (1750-1803). Franca: Unesp, 2010, p. 207.

³³ ENES, Thiago. **De como administrar cidades e governar impérios...**, p. 78.

³⁴ *Ibidem*, p. 78.

No Códice Costa Matoso consta que as despesas da Câmara eram reguladas da seguinte maneira

Obras públicas de calçadas, fontes e pontes, sendo estas as que mais despendem, por serem muitas no termo, e todas de madeira, que consomem importante cabedal, e em diante serão muito mais custosas, em razão de já estarem muito distantes as braúnas, somente próprias para semelhantes obras.³⁵

A preocupação com a braúna é evidenciada por não se fazer encontrar tão perto dos centros urbanos, no códice há ainda uma preocupação em relatar os tipos de madeira que se encontrava na Comarca de Minas Gerais. Além da já citada braúna, havia o jequitibá que servia para caixões de rodas de minerar; o cedro para fazer batéis e carumbés; o jacarandá que era o melhor para obra de torno, como móveis sacros; o Argelim para portas e engenhos; e a Cabiúna, que era exportada para Portugal.³⁶

Algumas espécies de árvores são específicas de determinadas regiões, como o Cedro. A professora Andréia Lisly Gonçalves nos apresenta em seu artigo “*as técnicas da mineração nas Minas Gerais do século XVIII*”, uma querela entre mineradores de Vila Rica e agricultores por causa da madeira. Em 1754, aqueles enviaram um requerimento ao Rei de Portugal solicitando que fosse vedada aos proprietários de roças a retirada de madeiras de suas terras para serem utilizadas nas minas.³⁷

A querela apresentada por Lisly mostra que além da Câmara, os roceiros também possuíam controle sobre algumas áreas florestais, sobretudo aquelas que virariam pastos ou áreas de plantio. A reclamação acerca da concessão de sesmarias aos lavradores também era observada no período, conforme elucida o historiador Angelo Carrara

Os lavradores haviam queimado os melhores matos e os mais próximos às povoações, as quais já sentiam a falta das madeiras,

³⁵ Códice Costa Matoso. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das Minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.** Org. ALMEIDA, Luciano Raposo de. & CAMPOS, Maria Verônica. Belo Horizonte: Coleção Mineriana, s/d., p. 791

³⁶ *Ibidem*, p. 791-794.

³⁷ GONÇALVES, Andréia Lisly. As técnicas de mineração nas Minas Gerais do século XVIII. In: VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia (organizadores). **As Minas Setecentistas.** Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, Volume 2, 2007.

das lenhas e dos capins, de forma que os próprios logradouros das mesmas povoações se tem concedido por sesmarias.³⁸

A Comarca de Vila Rica ficava ao lado oriental da grande cadeia da Mantiqueira/Espinhaço, no meio-ambiente mais florestal das comarcas das gerais. Segundo Francisco Eduardo Andrade, esta abrigava numerosa população e alguns dos mais antigos centros mineradores, “cujos habitantes sempre souberam aproveitar as matas, fundamentais para a tecnologia agrária do sistema de roças, das encostas e vales.” A extração do ouro e pedras preciosas empurrava as fronteiras, a exploração das florestas e o estabelecimento da agricultura garantiam a ocupação efetiva e a necessária estabilidade populacional capaz de perfazer a “civilização” pretendida ao território mineiro.³⁹ No entanto, conforme o documento citado por Angelo Carrara, a falta de determinadas árvores já se fazia sentir em alguns lugares.

O Desembargador da Relação do Porto, Jozé João Teixeira Coelho, ressaltou a grande quantidade de águas por todo o país, mas reclamou da falta delas nas campinas do sertão “onde terras são planas e vistosas, porém menos férteis.”⁴⁰ Sendo assim, alguns conflitos surgiam por conta da matéria-prima. Como podemos observar na ação movida por Francisco Ferreira contra José Luiz dos Reis em 11 de junho de 1759, o autor acusa o réu de andar tirando madeiras para a obra da Igreja de Guarapiranga de suas terras.

Diz [Francisco Ferreira] de Carvalho que andando- // tirando madeyras p^a as obras da Igreja da freg^a// de Guarapiranga e p^a outras, de huas Mattos baldios, per// ten.te Jeronimo Carvalho por seu Ba.te pro//curados Joze Luiz dos Reis, empedillo dizendo que// são suas, Sam dellas ter [abreviação?] legitimo, tem o sup.le// [ilegível] que se [cansara?] hum despacho p^a ser//

³⁸ A respeito da posse e à propriedade de terra CF: CARRARA, Angelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais (1674 – 1807)**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

³⁹ Através de relatos de viajantes e utilizando uma metodologia que mescla História e Geografia. Francisco Eduardo de Andrade relata toda a dimensão geográfica da Comarca de Vila Rica, constatando suas mudanças devido a exploração do ouro e metais preciosos. O autor destaca, ainda, que os tipos de árvores variavam conforme as diferenças regionais existentes na própria Comarca. ANDRADE, Francisco Eduardo. **A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: Dissertação de mestrado - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais – UFMG, 1994.

⁴⁰ COELHO, José João Teixeira. **Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais**. Organização, transcrição documental de Caio César Boschi, preparação de textos e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, Arquivo Público Mineiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2007, p. 174.

preso, e todos os seus officiaes que tiraram madeyras dos [mesmos] Mattos parece que não deve ter lugar se//milhante por [ilegível] mas sim uzara o sup.do // dos meios que per direyto he competirem, termos// em que quer q. vm.ce se sirva mandar lhes// ser vista de qualquer despacho ou ordem que// o sup.do tenhao feito do mesmo, e pré//sente fique o [ilegível] official [ilegível] po//der [ilegível]a d.a ordem p.a que esta receba a primeyra// [ilegível] de que o não fazendo [ilegível] de nenhum efeito p.a ouque;⁴¹

A notificação recebida por José Luiz dos Reis não era tão incomum naquele período e a retirada de madeira de suas terras representava um prejuízo para suas economias. Podemos notar semelhante problemática na ação movida por Joze de Souza Costa movida em 3 de outubro de 1763 contra Fernando de Oliveira, por conta do roubo em suas propriedades:

Dis Joze de Souza Costa morador na frg.a da / Barra, q' elle he senhor e pessuidor de hua sexma/ria em q' vive athe aqui mança e pacificam.e, e de / prezente inquietta Fernando de Olivr.a de/rubandolhe mattos; e porq não tem accção para / asim o fazer, o quer fazer citar, para q' mais não / inquiete a elle Sup.e em suas terras, pena de pagar / cem mil reis, p.a cativos accusados, e pena crime / [ilegível] por cada vez q' perturvar ao Sup.e.⁴²

Além do problema econômico que poderia ser causado pela retirada indesejada da madeira, e da própria questão do furto, a qual não entraremos no âmbito de nossas discussões, constata-se também a preocupação com a transformação do espaço em pastos, conforme a reclamação de João Lopes em 17 de setembro de 1744:

Diz João Lopes Pr.a m.or no Brumado do Sul que elle Supp.e he portetor / da Capela de N.S.ra da Conceição cita no d.o arayal, a qual dotou elle / Supp.te com uma rossa de q' era S.r, e possuidor, e esta se acha cita de fron/te da d.a Capella mas da outra banda do rio, a qual rossa tem o Sup/p.te por m.tas vezes [sercado], porem logo lhe desmancham o sercado, to/dos os vezinhos q' tem gados, para com mais facilid.e entrarem es/tes a pastar, e destruir toda a planta, e cultura da d.a rossa, querendo fa/zer desta pasto cummum, havendo da banda do arayal pasto onde / todos os gados delles podem sem prejuízo de [ilegível] pastar, e porque ao Sup/p.te cauzão a referida perda, não só das

⁴¹ AHCSM. Códice: 238 Auto: 5955 II Ofício, 1759.

⁴² AHMI. Códice 167 Auto: 4008 IIº ofício, 1763 (*Grifo nosso*)

plantas pelo modo expreçado / mas também nas madeiras da mesma rossa cortandolhas, e mãn/dandolhas cortar, An.to Miz' de Moraes, João Fran.co, M.el Mendes, Bal/tazar q' por sobrenome não perca, que tem venda, e Jozé Carv.o ferrador / a todos quer o Supp.te fazer noteficar p.a q se abstenhão de cauzarlhe os refe/ridos prejuízos, e tragão os seus gados pastorados no d.o pasto cummum da / p.te de cá do Rio.⁴³

E por fim, embora não houvessem corporações de ofícios nas minas setecentistas, quando era preciso os trabalhadores se união para o bem comum de seus serviços, conforme elucida Geraldo Silva Filho. Em determinado momento, os oficiais de Vila Rica se reuniram para pedir à câmara que não os impedissem de retirar madeiras circundantes à Vila, pois o transtorno por certo afetaria à prática cotidiana do ofício:

Sobre os matos que estão junto desta vila dizem os oficiais de carpinteiro e mais moradores de Vila Rica que eles estão de posse deste o princípio da ditta vila de todos os matos em légua ao redor da ditta Villa como melhor consta da carta de sesmaria que o Exmo Sr. Dom Baltazar da Silva concedeu a câmara aos que de presente impedem os dittos Mattos.⁴⁴

Todos esses casos apresentados ressaltam que a transformação da paisagem mineira não fora algo desordenado, ao contrário, essas ações demonstram uma preocupação com o uso da madeira e até mesmo de uma possível falta da matéria-prima. Nesse sentido, é importante detectar que seja a madeira dos matos locais, seja a pedra de cantaria retirada da Serra do Itacolomi, o uso da matéria-prima embora não tivesse um regulamento tão rigoroso como na metrópole eram normatizadas na prática cotidiana através de pequenos casos que iam surgindo por toda a Capitania.

Considerações Finais

O artigo apresentado, conforme já dito anteriormente reflete de forma incipiente os problemas relacionados à apropriação do espaço urbano de Mariana durante o período colonial em diferentes esferas (aspectos urbanos e extração da matéria-prima). De forma alguma se pretendeu um panorama amplo sobre esse debate. O mais significativo aqui foi demonstrar como os artífices se relacionavam dentro desse espaço em constante modificação e contribuíam para a manutenção do mesmo.

⁴³ AHMI Códice 175 Auto 4306 IIº ofício, 1744 (*grifo nosso*)

⁴⁴ APM. CMOP N° 27. Folha 26. *Apud*. SILVA FILHO, Geraldo. **Oficialato mecânico e escravidão urbana em Minas Gerais no século XVII**. São Paulo: Scortecci, 2008, p. 91.

Um porto sempre por achar: caracterização dos principais portos das Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá

Josué Lopes dos Santos¹
Pollyana Calado de Freitas²

Convencionalmente a palavra **porto** está relacionada a atividade de carga e descarga de mercadorias ou passageiros entre mar e terra, como tal deve ter condições estruturais básicas para dinamizar a economia local e as relações sociais da cidade, poderia ser organizado pelo aproveitamento das estruturas geográficas locais ou através da ação antrópica, neste espaço deve existir um fluxo de tráfico marítimo ordenado de maneira tradicional.³ O local, pois, que recebe o porto, adquire a posição de **cidade portuária**; para se enquadrar a esta categoria a historiadora Augustin Ravina elenca ainda outras exigências que são: abrigar aglomerados urbanos como catalizadora, exercício de funções econômicas e capacidade de se comunicar com outros centros através de uma rede. Estas redes de comunicação entre os portos e as cidades que os abrigam formam o **sistema portuário**, este que *desborda frecuentemente los limites regionales y nacionales*.⁴ Estas redes de conexão e interação comercial formam, no caso estudado neste trabalho, o que frequentemente chama-se de sistema atlântico.

Muitas cidades se desenvolveram em função de seu porto, o Recife, na Capitania de Pernambuco, é um bom exemplo deste fator, sua boa estrutura portuária concorreu para que por muito tempo este fosse um dos mais movimentados portos da América portuguesa. Boa parte do atual espaço do nordeste brasileiro estava inserido como ponto de parada quase indispensável para embarcações oriundas do velho mundo, sua localização geográfica, características físicas de seu litoral, e o regime de ventos e correntes marítimas propiciaram a estruturação de dezenas de portos e ancoradouros ao longo da costa, muitos destes fervilhavam com fluxo intenso, alguns atuavam como portos clandestinos.⁵

¹ Aluno do mestrado em História social da cultura pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob orientação da Dr^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira.

² Graduanda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

³ Aqui nos referimos a atuação em ambiente portuário, como manobras específicas e locais bem definidos para tal atividade.

⁴ RAVINA, Agustín Guimerá. Puertos y Ciudades Portuarias (Ss. XVI-XVIII). In: AMORIM, Inês; POLÔNIA, Amélia; OSSWALD, Helena. **O Litoral em perspectiva história (Séc. XVI a XVIII)**. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 292.

⁵ Os ventos alísios e as correntes marítimas do Brasil e de Bengela também deram subsídios ao desenvolvimento da rota do Brasil. Pois se aproveitava as questões geográficas como aliados na navegação, correntes e ventos contrários poderiam proporcionar resultados catastróficos as viagens. Sobre o assunto ver: MACHADO, Théa; MACHADO; Maria;

Concorriam para o desenvolvimento de uma cidade colonial a boa estrutura física da barra de seus portos, pois estes garantiam um bom desembarque e geralmente estavam localizados em regiões com condições favoráveis a ocupação humana, o litoral norte brasileiro preenchia, pois, todos os requisitos para a boa navegação nos séculos XVI e XVII, barras fundas, e topografia favorável a fixação nos padrões urbanísticos portugueses.

Com breves apontamentos, usaremos como exemplo destes fatores a organização portuária do Recife nos primeiros séculos da colonização. Desde um pequeno istmo ligando a Vila de Olinda ao seu principal porto até a configuração urbana que hoje conhecemos no Recife Antigo foram vários os aterros que modificaram sobremaneira a paisagem visando expandir a área ocupável; desta maneira, à medida que a atividade portuária se intensificava, o Recife ia se desenvolvendo acompanhando este movimento.⁶ Sobre o assunto, a historiadora Suely Almeida ressalta que *A cidade será o resultado do porto. As vicissitudes deste condicionamento à evolução daquele.*⁷ Sendo que esta relação pode ser aplicada a diversas vilas e cidades coloniais que desenvolveram ou declinaram acompanhando a evolução de seus portos.

O pesquisador Nestor Goulart Reis Filho, ao analisar o porto do Recife do século XVI aponta que o fluxo de navios neste local já era intenso na segunda metade deste século, quando a região era ainda um porto da Vila de Olinda com pouco desenvolvimento urbano, chamado nesta época de “O povo” e com a utilidade principal de escoar a produção local. Sendo eminentemente a instalação do porto um fator decisivo no desenvolvimento do Recife.⁸ Segundo Reis Filho,

O açúcar fabricado nos engenhos era concentrado em Olinda e transportado pelas águas do Beberibe, ou por terra, até Recife, de onde era transportado para os mercados de Além –mar. Em 1584, o movimento anual do porto já era de 100 navios.⁹

HAMAKAWA, Paulo. As rotas marítimas do Brasil colonial: Suprimentos e mercadorias a bordo. Paraty: **Iº Simpósio brasileiro de Cartografia história**, 2011.

⁶ CAVALCANTE, Lenivaldo. **Pernambuco e o medo dos Clubes de França**: O caso do Le Diligent (1792 – 1793). Recife: Dissertação de Mestrado em História - UFRPE/DEHIST, 2009.

⁷ ALMEIDA, Suely. **A companhia Pernambucana de Navegação**. Recife: Dissertação de Mestrado em História - UFPE/CFCH. 1989, p. 98.

⁸ Um outro importante argumento ao desenvolvimento urbano que experimentou o Recife foi o fato de o local ter abrigado a sede do governo holandês, e Olinda ter sido incendiada nesta época.

⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1968, p. 38.

Adrian Verdonck oferece, em 1630, por escrito as suas memórias ao conselho político de Pernambuco nos primeiros momentos de ocupação holandesa. Este relato remonta diversos aspectos sobre as capitânicas conquistadas, em relação ao Porto do Recife Verdonck aponta que *na entrada do Recife, onde está o Poço, há ordinariamente 19 pés d'água e num banco que existe dentro, e por cima do qual têm de passar navios há 14 pés.*¹⁰ Estas condições apresentavam situações mais cômodas para a ação naval com uma barra funda, águas calmas na linha costeira e possibilidade de abrigar muitas naus de diversos tamanhos.

Efetivada a dominação holandesa no Recife e o porto do local se tornando o principal argumento comercial do novo governo, o Porto do Recife passa por reformas visando atender a nova demanda que se impôs. Suely Almeida lembra que *tendo em vista o aumento do movimento no porto, o paçadisso, onde encostavam as barcas, tornou-se pequeno pois nele só podiam atracar duas barcas simultaneamente.*¹¹ Estas barcas seriam as pequenas embarcações que iriam carregar os navios com os produtos, principalmente açúcar; diante desta nova demanda, foi providenciada a construção de um novo paçadisso ainda na década de 1630, como lembra a historiadora.

Pela sua estrutura geográfica, o porto do Recife também apresentava diversos atrativos. A formação de corais que protegia a entrada da barra, além de dar nome ao local, se constituía em uma barreira natural que protegia o porto das inquietudes do mar oceânico e ofereciam defesa natural para a região portuária, limitando a entrada dos navios a uma única possibilidade. Para adentrar a barra em um navio era necessária grande perícia por parte dos comandantes; estando, porém, dentro da mesma, o porto apresentava águas fundas e calmas, ideais para o fluxo comercial de carga e descarga de mercadorias em navios.

Pode-se observar a aplicabilidade dos conceitos desenvolvidos pela historiadora Augustin Ravina se analisarmos o caso da vila do Recife colonial, a mesma possuía um porto, que culminou no desenvolvimento de uma cidade portuária, que centralizava, em certa medida, a economia local, e integrava um sistema portuário complexo, que extrapolava os limites da capitania de Pernambuco e do próprio espaço colonial, dentro de um sistema atlântico. Outros portos e cidades coloniais também se enquadram dentro destes conceitos, alguns de forma mais intensa que outros.

O litoral norte brasileiro como um todo compreendia um importante sistema portuário no sentido de que se articulou e se desenvolveu através de uma fervente atividade marítima. A grande quantidade de barras e enseadas que compunham a região favoreceram a locação de portos e ancoradouros desde o início do século XVI, além da malha hidrográfica que poderia propiciar também uma boa navegação fluvial.

¹⁰ MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Fontes para a História do Brasil holandês – A economia açucareira.** Recife: SPHAN, 1981, p. 43.

¹¹ ALMEIDA, Suely. **A companhia Pernambucana de Navegação...**, p. 98.

A própria composição geográfica do litoral norte brasileiro favorecia a atividade naval, os recifes de corais muitas vezes se organizavam de forma paralela a costa, proporcionando zonas de calmaria em enseadas, sobre o assunto Guilherme Medeiros esclarece que:

Este trecho é ainda caracterizado por paredões de arrecifes que acompanha quase que paralelamente a linha da costa, apresentando em algumas partes um desenho homogêneo, formando muralhas naturais de proteção contra a atividade marítima sobre o cordão costeiro.¹²

Este é o caso do Porto do Recife colonial. Como podemos observar na imagem abaixo:



Mapa 1: João Teixeira Alberraz I. Olinda e Recife - Porto do Recife no início do século XVII, mais precisamente 1626. É possível observar nitidamente a formação de corais que limitava e protegia a entrada da barra, a vila do Recife na extremidade do istmo e a Vila de Olinda no outro extremo. Percebe-se ainda formas quadrangulares às margens dos rios que seguem para o interior do território, estes seriam locais de cultivo de Cana de açúcar.¹³

¹² MEDEIROS, Guilherme de Souza. **Arte da Navegação e Conquista Européia do Nordeste do Brasil** (capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos Séculos XVI e XVII). Recife: Dissertação de Mestrado em História-CFCH/UFPE, 2001, p. 76.

¹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM. PE: 03.

A malha fluvial progressivamente se tornou importante no processo de interiorização da ocupação do espaço. Num primeiro momento a produção de engenhos de açúcar ia sendo escoada através de rios até os portos onde seriam encaminhados aos próximos destinos. Por isso, também, vários engenhos se fixaram as margens dos mesmos. Nas capitânicas de Pernambuco e Itamaracá muitos rios se constituíam em rotas para embarcações, apesar de não apresentarem grande porte atendiam a demanda de escoar a produção e adentrar no território; e com frequência, a foz destes rios era utilizada como ancoradouro. Como exemplo deste contexto pode-se citar os rios Capibaribe, Paraíba e Goiana, importantes no contexto local. Até mesmo para viabilizar a comunicação entre as localidades era muitas vezes indispensável a utilização da malha fluvial, como ressalta Suely Almeida, ao apontar que *A canoa desde o século XVI, assegurava as comunicações entre o Recife e Olinda e entre o Recife e os engenhos da várzea do Capibaribe. Era comum vê-las vagando pelos inúmeros cursos d'água existentes.*¹⁴

Ao analisar o processo de ocupação do espaço durante o período holandês, o pesquisador Sidcley Pereira argumenta também a favor da importância dos rios como pontos nodais nos processos de escoamento da produção, notadamente de engenhos, e deslocamentos para o interior do território, segundo ele:

A utilização da rede fluvial de Pernambuco foi importante para a penetração no continente e o escoamento da produção. As entradas eram feitas pelos rios, vias naturais que permitiu o deslocamento com rapidez e facilidade no transporte de artigos pesados e escoamento da produção para os portos.

Pero de Magalhães Gandavo, em 1576 já reconhece a importância dos rios para o desenvolvimento do Brasil, em sua *História da Província de Santa Cruz*, realça a quantidade de rios que cortam o território vindos do “sertão” para desembocar no Oceano Atlântico, Para Gandavo

As fontes que há na terra, são infinitas, cujas águas fazem crescer a muitos e mui grandes rios que por esta costa, assim da banda do Norte, como do Oriente entram no mar Oceano. Alguns deles nascem no interior do sertão, os quais vem por longas e tortuosas vias a buscar o mesmo Oceano.

O historiador Guilherme Medeiros realizou um detalhado levantamento dos principais rios utilizados como rotas navais durante o período colonial. Segundo a sua pesquisa temos:

¹⁴ ALMEIDA, Suely. **A companhia Pernambucana de Navegação...**, p. 69.

• *Na Capitania de Pernambuco:*

Rio Igarassu, Rio Beberibe, Rio Capibaribe, Rio Jaboatão, Rio Pirapama, Rio Ipojuca, Rio Serinhaém, Rio Formoso, Rio Uma.

• *Na Capitania de Itamaracá:*

Rio Mamanguape, Rio Paraíba (Rio São Domingos), Rio Gramame, Rio Goiana, Rio Tracunhaém, Rio Capibaribe-Mirim, Canal de Santa Cruz, Riacho de Tejucupapo, Riacho de Itapessoca, Riacho do Siri, Rio do Congo.

Sobre os principais portos, barras e ancoradouros das Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá coloniais, Guilherme Medeiros realiza novo levantamento, embasado nas descrições de cronistas do período. Segundo este historiador foram os seguintes portos catalogados:

• *Na Capitania de Pernambuco:*

Porto de Igarassu, Barra de Maria Farinha, Barra de São José, Enseada de Pau Amarelo, Barra do Rio Doce, Barra do Rio Tapado, Varadouro da Vila de Olinda, Porto do Recife, Passo da Barreta, Passo do Fidalgo, Barra de Jangadas, Enseada de Gaibú, Enseada de Calhetas, Enseada de Suape, Porto de Galinhas, Barra do Rio Ipojuca, Barra de Serinhaém, Ilha de Santo Aleixo, Barra do Rio Maracaípe, Barra do Rio Formoso, Enseada de Tamandaré, Barreta do Bobó, Barra do Rio Una, Barra do Jacuípe, Barra do Camaragibe, Baía da Barra Grande, Porto Calvo, Barra do Rio de Santo Antônio Grande, Porto Velho dos Franceses, Barra do Rio de São Miguel, Barra da ponta do Jaraguá, Porto de Pajuçara, Porto dos Franceses, Barra do Rio Cururipe, Rio São Francisco. – Totalizando 35 portos identificados entre o Canal de Santa Cruz e o Rio São Francisco.

• *Na Capitania de Itamaracá:*

Baía da Traição, Ponta de Lucena, Barra do rio Mamanguape, Barra do rio Paraíba, Barra do Rio Jaguaribe, Barra de Aramama, Porto dos Franceses, Barra do rio Abionabijá, Porto do rio Abiaí, Barra do rio Goiana, Porto de Goiana, Porto da Conceição, Engenho Novo, Porto Japomim, Rio Ubu, Barra do rio Capibaribe-Mirim, Porto do Jacaré, Barreta do Gerimunha, Porto do Buraco, Barra de Catuama, Povoação do Pilar do Porto, Barra de Itamaracá. – totalizando 22 portos entre a Baía da Traição e o Canal de Santa Cruz.

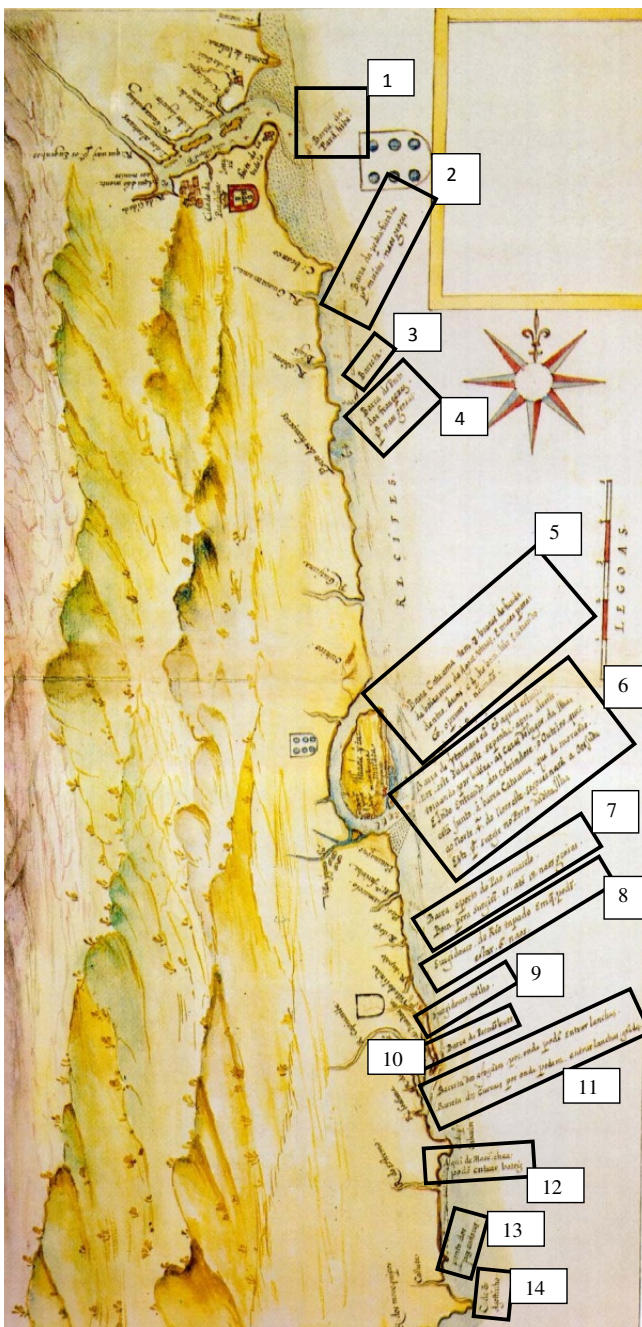
Este levantamento reforça a ideia da importância do porto no contexto colonial, uma vez que cada rio, riacho, ou canal que desembocasse no oceano era geralmente utilizado como local para atracagem. De fato existiam aqueles portos onde a circulação de embarcações era mais intensa e a presença portuguesa mais visível, porém a grande quantidade de pontos de ancoradouros atesta ainda a favor do

tráfico, contrabando e ação de corsários e inimigos nas terras do Brasil, o próprio nome com que alguns destes pontos ficaram conhecidos reforça esta hipótese (dois destes portos tem o nome de “Porto dos Franceses”). Muitos destes locais acima citados eram apenas utilizados como zonas de calmaria para que os navios pudessem abrigar-se e eventualmente realizar pequenos reparos, limpeza ou reabastecer de víveres e objetos necessários à bordo.

Cada um destes pontos propícios à atividade portuária estava bem descrito em mapas e guias náuticos, além dos cronistas que os detalhavam em pormenores. Estas informações passavam pela calagem do rio, sedimentação do mesmo, e porte do navio que poderia ancorar, para evitar acidentes era importante que o comandante adquirisse previamente informações sobre o local onde esperava aportar. Além disto, nos principais portos existiam os “práticos” que seriam aquelas pessoas com grande conhecimento das águas locais e orientariam, assim, os comandantes na entrada ou saída correta da barra desviando as embarcações de arrecifes e bancos de areia. Tollenare, em suas *Notas Dominicais*, registra a importância do prático quando precisa se locomover pelo porto em 1816, segundo ele a embarcação em que estará presente *será protegida pelos fortes e guiada através dos bancos de Olinda por um pratico de confiança*.¹⁵

Dando continuidade a análise dos principais portos e ancoradouros das Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá, lançamos mão da cartografia para subsidiar nossos argumentos. A imagem que será apresentada foi produzida por João Teixeira Albernaz I e é datado de 1631. Retrata um vasto panorama da situação portuária entre o Rio Paraíba e o Cabo de Santo Agostinho.

¹⁵ TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Coleção Pernambucana. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Vol. XVI, 1978, p. 54.



Mapa 2: João Teixeira Albernaz I, 1631

O mapa detalha pormenores da costa do Brasil, dando ênfase principal aos portos e áreas para atracagem, estes descritos ao longo do litoral. O autor da imagem registra os principais rios e os portos que a foz dos mesmos abrigava, além das principais enseadas que eram utilizadas como ancoradouros. Na sequência da imagem foram identificados, entre a foz do Rio Paraíba e o Cabo de Santo Agostinho, quinze pontos utilizados para alguma função relacionada a atividade naval. São eles: 1) Barra da Paraíba; 2) Barra de Pedra furada; 3) Barreta; 4) Porto dos Franceses; 5) Barra de Catuama; 6) Barra de Itamaracá; 7) Barra e porto de Pau-Amarelo; 8) Surgidouro do Rio Tapado; 9) Surgidouro Velho; 10) Barra de Pernambuco; 11) Barreta dos Afogados e Barreta dos Currais; 12) Na maré cheia pode entrar batéis (Sem nome identificado); 13) Ponta dos Pescadores; 14) Cabo de Santo Agostinho.

Em alguns dos pontos levantados o autor se dedica a realizar descrições mais apuradas do porto e/ou da barra. No porto dos franceses, por exemplo, realça que o mesmo serve para navios grandes. Já para o de Pedra Furada lembra que lá podem entrar naus grossas, como na Barra e porto de Pau Amarelo, que pode receber, segundo João Teixeira Albernaz, até 18 naus grossas. Na foz do Rio Tapado podiam entrar até 6 naus, enquanto na barra de Afogados e dos Currais, poderiam entrar apenas lanchas, embarcações menores.

Os dados arroladas por João Teixeira Albernaz em sua vasta produção cartográfica se constituem em informações de extrema importância no contexto em que foi produzido. Cosmógrafo-Mor de Portugal, Albernaz realiza seus desenhos para deixar a Coroa integrada ao espaço físico do Brasil, vale lembrar que na época de produção do documento estava em vigor a União Ibérica, assim, o cosmógrafo deveria prestar contas ao rei de Espanha.¹⁶

Dados como a calagem das embarcações que poderiam adentrar em determinada barra, ou ancorar em um porto específico eram, nesta época, informações valiosas em tempos de constantes conflitos, se lembrarmos de que neste momento já se intensificam as investidas holandesas visando se apropriar definitivamente do espaço brasileiro. Qualquer que fosse a intenção de uma embarcação em explorar o litoral norte teria, invariavelmente, que obter estas informações, por isto a importância do documento à época.

Pouco tempo depois de João Teixeira Albernaz realizar o desenho citado anteriormente, foi publicado o *Breve discurso das quatro Capitánias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil*. O

¹⁶ João Teixeira Albernaz provém de uma tradicional família de cartógrafos portugueses. Principalmente entre 1630 e 1640 realizou vasta produção sobre o espaço brasileiro. Estando inserido dentro do contexto da União Ibérica também realizou vasta produção acerca da América espanhola, sendo que quando se referia a América portuguesa usava o português para detalhar sua obra, e na espanhola, o espanhol.

documento foi produzido pelos funcionários da Companhia das Índias Ocidentais e se trata de um relatório detalhado apresentado a Maurício de Nassau em 1636, para deixá-lo ciente da situação das novas conquistas da Companhia. O documento tem caráter eminentemente descritivo, e lista informações diversas, como as principais vilas, quantidade de engenhos, igrejas, fortificações, portos e rios das quatro capitanias conquistadas, além de dedicar espaço para analisar os costumes dos colonos no Brasil.

Sobre os portos da Capitania de Pernambuco, o relatório apresenta:

Os seus portos principais, próprios para abrigar navios grandes, são: o Recife de Olinda, Cabo de Santo Agostinho, atrás da ilha de Santo Aleixo, Barra Grande, rio das Pedras, o seu lagamar, porto de Jaraguá, porto dos franceses, Coruipé. Tem, também, rios próprios para barcos e embarcações pequenas, como o das Jangadas, de Sirinhaém, Formoso, Uma, Camaragibe, Santo Antônio Grande, das Alagoas, São Miguel e rio São Francisco, o qual, apesar de ser um grande rio, não tem barras e portos capazes.

Importante perceber a semelhança entre o levantamento realizado pelo governo de Maurício de Nassau e o mapa de João Teixeira Albernaz no que diz respeito aos principais pontos que eram utilizados como ancoradouros, já que os locais levantados são basicamente os mesmos nos dois documentos, inclusive com os mesmos nomes na maioria das vezes.¹⁷ Outra particularidade do documento holandês é a objetividade com que trata os portos em relação a calagem das embarcações que cada um poderia receber, separando-os em dois blocos, aqueles que poderiam receber navios grandes, que necessitam de águas mais fundas para ancorar e realizar manobras, e aqueles que somente poderiam receber barcos e embarcações pequenas; relações importantes tanto como fonte de informação básicas para os comandantes quanto para se traçar as estratégias de exploração e ocupação do território, no sentido de viabilizar o escoamento de produção local.

Para a Capitania de Itamaracá, o documento argumenta que o único porto que teria condições de receber embarcações dentro da demanda exigida no momento seria o porto da Barra sul da Ilha de Itamaracá.

O estudo dos portos e suas relações inter-regionais e externas proporciona entender as engrenagens do sistema econômico em que estava inserida a sociedade

¹⁷ A abordagem sobre o Rio São Francisco no documento parece provir da dificuldade de adentrar em sua barra, pois a força com que as águas chegavam a sua foz poderiam dificultar a navegação no local, neste e em outras referências o Rio São Francisco aparece como sendo uma zona perigosa. Este pode ser um dos casos que relata Gandavo de rios que vinham com tanta força do interior que se tornavam perigosos a ação naval.

colonial pelo prisma da micro análise. O ambiente portuário é o palco onde ocorrem trocas culturais, comerciais, e a materialização da presença metropolitana se faz de maneira intensa, ou a ausência desta autoridade se estabelece como ilicitude através de estratégias para burlar o convencional, no caso da atuação de estrangeiros inimigos na América portuguesa. Daí a importância do estudo de tais unidades como peças fundamentais no processo de ocupação, exploração e administração colonial.

A aclimação da mangueira na Amazônia lusu-brasileira durante o século XVIII¹

Luis Otávio Viana Airoza²

Em 03 de abril de 2006, um periódico belenense registrou em artigo a operação de servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de derrubada de duas mangueiras centenárias na cidade Belém do Pará. Segundo esta secretaria, a derrubada antecipada pretendia evitar “maiores danos à população”. Pois, evitava-se que pessoas se ferissem, como havia ocorrido alguns dias antes com a queda de outra mangueira centenária. Neste mesmo artigo, tratando-se de mangueiras centenárias, especulou-se sobre a origem desta espécie arbórea. Seus leitores, apesar de subtraídos em suas sombras urbanas, sentiam-se somados em seu conhecimento sobre a história de sua “cidade das mangueiras”. Informava-lhes o periódico que a mangueira era de origem indiana e que havia sido trazida para Belém pelo arquiteto italiano Antônio Landi, em 1753.³

Este artigo versa sobre as questões históricas implícitas nas informações fornecidas aos leitores deste periódico, particularmente sobre a origem das mangueiras que arborizam a cidade de Belém do Pará, ou seja, sobre o processo histórico de aclimação desta espécie arbórea em terras belenenses.

A mangueira e sua origem territorial

As mangueiras são parte integrante da paisagem urbana belenense e estão perceptíveis aos sentidos de seus transeuntes. Estimulam lembranças de muitos belenenses. Afinal, quem nunca viu mangueiras carregadas de frutos serem alvo predileto das traquinagens da molecada? Quem nunca viu um destes moleques se faltar de chupar deliciosas mangas até o bagaço? E qual daqueles, depois disto, não ficou com as mãos, o rosto e o peito completamente lambuzados por seu suco perfumado? Ou, ainda, não teve de lutar para se livrar dos fiapos que lhe sobraram entre os dentes, denunciando sua arte? Ou, entre os mais cautelosos, aqueles exímios na arte de chupar manga sem se lambuzar? Quem nunca os viu perfurarem a ponta do fruto e, em sincronia, amassarem-no com as duas mãos e o sugarem com os

¹ Este artigo é uma adaptação de parte da dissertação **Cidade das mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911)** / Luis Otávio Viana Airoza; orientadora, Leila Mourão. Belém: UFPA, 2008.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutorando em História Social.

³ MANGUEIRAS 'inclinadas' são cortadas. *O Liberal*, Belém, 3 de Abril de 2006. Caderno Atualidades. Disponível em: <<http://www.portalorm.com.br/oliberal/interna/default.asp?codigo=149835&modulo=247>>. Acesso em: 01 Abr. 2008.

lábios o sumo como se alimentando nos seios maternos da “mangueira-mãe”? Qual leitor, belenense, nunca foi um destes moleques, em algum instante de sua vida?

A mangueira (*Mangifera indica*) é própria de ambientes com clima tropical, mas que se desenvolvem bem em condições climáticas subtropicais. Estas árvores, como podem ser observadas nos logradouros desta cidade que acolhe os participantes deste seminário, são frondosas e atingem uma altura entre 35 a 40 metros. Sua folhagem é perene, com folhas que medem de 15 a 30 centímetros de comprimento e 6 a 16 centímetros de largura e, quando jovens, possuem uma coloração rosa alaranjada. Esta planta pertence ao gênero *Mangifera* que possui 39 espécies, distinguíveis entre si pelo número de estames viáveis, dentre as quais a *Mangifera indica* e *Mangifera foetida* são as mais dispersas pelo mundo.⁴ Apesar do gênero *Mangifera* possuir várias espécies que produzem frutos comestíveis além da *Mangifera indica*, como *Mangifera sylvatica* e a *Mangifera zeylanica*, “a *Mangifera indica* tem sido a única espécie considerada domesticada provavelmente devido a mais alta qualidade de seus frutos para consumo”.⁵ Mas, de que regiões específicas são originárias as mangueiras?

Em relação à origem territorial da mangueira existem algumas reflexões botânicas e arqueobotânicas. Em “*The Mango*”, Morton afirma ser essa espécie arbórea uma planta nativa do sul da Ásia, especialmente da região oriental indiana.⁶ De acordo com registros fósseis de sementes de manga, que datam de 25 e 30 milhões de anos, sua região de origem é especificamente o nordeste indiano.⁷ Segundo a classificação de Vavilov, referente aos grandes centros de origem de plantas cultivadas, a mangueira originou-se nos sub-centros Indico-Burma-Tailandês e Filipino-Celeste-Timor.⁸ De acordo com Mukherjee estas duas regiões deram origem a duas raças de mangas: a indiana e a filipina ou indochinesa. A primeira com frutos de formato oblongo-ovalado com sementes monoembriônicas e, em geral, com casca variando de rósea a vermelha. A segunda com frutos de formato longo com sementes poliembriônicas e casca variando de verde a amarela. Estas mangas selvagens eram frutas pequenas com polpa fibrosa e escassa.⁹

A mangueira fincou raízes em outros solos pelas mãos humanas. Ocorreu sua difusão para outras regiões do mundo e conseqüente aclimação. A admiração que a

⁴ MUKHERJEE, S. K. **Systematic and ecogeographic studies of crop gene pools: 1. Mangifera**. Rome: IBPGR Secretariat, 1985.

⁵ PINTO, Alberto Carlos de Q.; FERREIRA, Francisco R. Recursos genéticos e melhoramento da mangueira no Brasil. In: QUEIRÓZ, M.A. DE; GOEDERT, C.O.; RAMOS, S.R.R. (Eds.). **Recursos genéticos e melhoramento de plantas para o nordeste brasileiro**. Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 1999. Disponível em: <<http://www.cpatsa.embrapa.br>>

⁶ MORTON, J. **The Mango**. Miami, 1987.

⁷ *PLANT Cultures History*. Disponível em: <http://www.plantcultures.org.uk/mango_history.html>. Acesso em: 20 jul. 2007.

⁸ *Apud* MUKHERJEE. **Systematic and ecogeographic studies of crop gene pools...**

⁹ MORTON. **The Mango...**

mangueira recebia, não recebeu apenas dos indianos.¹⁰ Aqueles que, vindos de outras regiões, e conheciam esta espécie vegetal logo procuravam transplantá-la a suas próprias regiões de origem, garantindo assim que ocorresse sua difusão. Suas sementes são muito grandes e seu transporte ocorreu apenas pela ação humana.

A mangueira e sua dispersão territorial

Os portugueses, durante sua expansão marítima até o sudeste asiático, foram os responsáveis pela dispersão inicial da mangueira, originárias das terras indianas, nas terras ocidentais. É provável que ainda no século XV tenham levado algumas mudas e sementes de manga de Goa, na Índia, para a África Oriental e daí para a África Ocidental.¹¹

Nas terras do Novo Mundo, a mangueira foi introduzida pelos lusitanos, ainda no século XVI, nas recém proclamadas terras portuguesas. As terras luso-brasileiras foram, assim, a primeira região da América a praticar a aclimação da manga. O pioneirismo luso-brasileiro na aclimação da mangueira no Novo Mundo parece ser consenso entre os especialistas. Todavia, sobre o período e o local em que ocorreu, o consenso desaparece. Enquanto Morton (1987) aponta o século XVI, Popenoe (1934) afirma ter ocorrido em uma data incerta, mas não antes de 1600. Enquanto este último acredita que foi plantada primeiramente na Bahia, Mukherjee (1953) sugere a região do Rio de Janeiro. Outros, sem credibilidade científica sugerem Pernambuco. Todavia, o que há de concreto é que, em 1587, Soares Souza¹² relaciona a manga entre os exóticos já cultivados no Brasil.¹³

¹⁰ Sobre a representação da mangueira na cultura indiana ver AIROZA, Luis Otávio Viana. **Cidade das Mangueiras**: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses (1616-1911). Belém: Editora Amazônia, 1ª ed., 2010.

¹¹ Cf.; MORTON. **The Mango...** e; MUKHERJEE, S. K. **The Mango – Its Botany, Cultivation, Uses and Future Improvement, Especially as Observed in India**. India: Economicbotany, 1953.

¹² *Apud* SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos Jardins de São José**: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873. Campinas: Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Geociências, 2001, p. 36.

¹³ Neste período, a difusão da manga ocorria através de suas sementes. As sementes introduzidas no Brasil pertenciam “a raça Filipinica geralmente fibrosa e poliembriônica” de “limitada variação genética”. Diferentemente das variedades da raça Indiana que “são monoembriônicas e portadoras de melhor qualidade, apresentando grande variedade quando plantadas de pé franco”. A dominância da raça Filipinica, por três séculos, limitou a expansão da mangicultura brasileira. Mas, “a introdução de cultivares da raça Indiana procedente da Flórida, EUA, na década de 60 do século XX deu um novo alento a cultura organizada da manga, pois seus frutos com pouca fibra, bem coloridos e mais resistentes à antacnose, são mais comercializáveis. Com o advento das variedades americanas a cultura tomou um grande

A aclimação da mangueira e os quintais e pomares belenenses

Em relação ao desembarque de sementes de manga em ambiente amazônico luso-brasileiro, particularmente na região onde hoje esta localizada a cidade de Belém, as informações noticiadas pelo periódico citado no início deste artigo não contam uma história verídica. Mas, neste caso, que história deve ser contada?

Contar esta história é, primeiramente, passear pela cidade de Belém do século XVIII e dialogar com personagens da época. Essas andanças e diálogos revelaram-nos olhares sobre alguns aspectos da flora da época. Entre os personagens está José Antonio Landi, Alexandre Rodrigues Ferreira e Francisco Xavier de Mendonça Furtado que, apesar de ocuparem-se de ofícios bem distintos, fitaram a flora que encontraram e deixaram suas observações registradas em, respectivamente, “Descrizione di varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, e altresimili cose che si ritrovao in questa Cappitania Del Gran Pará”, “Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro” e documentos da Capitania Geral do Grão Pará e Maranhão. Vejamos agora o que este passeio e o diálogo com os olhares destes personagens revelaram-nos.

O diálogo com Alexandre Rodrigues Ferreira trouxe-nos importantes revelações sobre o processo de aclimação da mangueira na Amazônia luso-brasileira. Em seu texto “Viagem Filosófica ao Rio Negro”, informa que em 21 de março de 1750 foram solicitadas plantas e caroços de mangas e de outras frutas de origem orientais, que deveriam ser mandadas da Bahia para o Grão-Pará e Maranhão. Informa ainda que, semelhante ao que ocorrerá na Bahia, estas espécies deveriam ser plantadas no Pará e no Maranhão e verificadas onde melhor produziriam, no primeiro ou segundo.¹⁴ Revela-nos o texto que, em meados dos setecentos, já havia interesse de introduzir a manga na Capitania do Pará e Maranhão, realizando-se esforços para tal. Mas, o mesmo, não confirma o atendimento do solicitado, não garante que estas plantas e caroços foram realmente enviados. Aqui, considerando a possibilidade de terem sido enviados à Capitania do Grão-Pará e Maranhão, o que não se pode garantir, caberia ainda a dúvida sobre as condições em que chegaram e onde teriam melhor se adaptado ao solo e clima, se no Pará ou Maranhão ou em nenhum dos casos.

O mesmo texto de Alexandre Rodrigues, mais adiante, confirma a chegada de sementes de mangas na Capitânia do Grão-Pará e Maranhão em outro momento.

impulso do ponto de vista comercial” (PINTO, Albert C. Q. **Recursos genéticos e melhoramento da mangueira no Brasil...**).

¹⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. s/l: Museu Paraense Emílio Goeldi; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. s/d., p. 384-385.

Segundo o autor, estes caroços de mangas vieram juntos com os de outras frutas, da Bahia, a mando do capitão João Manoel Rodrigues. Em Belém do Pará, este capitão e outro, o capitão Antonio Joseph Landi, plantaram estas sementes em vasos, onde nasceram, e depois as transplantaram para seus pomares e quintais. Depois de quatro anos estas plantas de mangas floresceram e frutificaram, mas não vingaram. Seus frutos “não passaram da grandeza de uma bala de espingarda” e, despendendo da árvore, caíram.¹⁵ O que o texto não informa é a data de chegada destas sementes de manga a Belém do Pará, nem se as mesmas vingaram depois da primeira frutificação mal sucedida. E, tendo vingado, se proporcionaram frutos vigorosos e, por sua vez, sementes que pudessem germinar e dar origem a outras plantas de mangas.

A partir daqui, debruçar-nos-emos sobre a tarefa de identificar a data em que estas sementes de manga foram introduzidas na Capitania do Grão-Pará e Maranhão, a mando de João Manoel Rodrigues.

Inicialmente, devemos considerar duas possibilidades sobre a origem das informações que subsidiam a escrita do texto de Alexandre Rodrigues Ferreira. Na primeira possibilidade, estas informações seriam o resultado direto de suas observações. Na segunda, estas informações teriam sido colhidas de terceiros. No primeiro caso, considerando que o naturalista chegou a Belém do Pará em setembro 1783 e que após quatro anos de sua germinação floresceram e frutificaram sem crescerem as plantas de manga, consideraríamos que os caroços de mangas teriam sido plantados pelos dois capitães em 1779. No segundo caso, quando o naturalista não presencia o que descreve, não seria possível presumir, a partir do cruzamento da data de sua chegada em 1783 e da informação sobre o tempo de quatro anos que levou para seu florescimento e frutificação, o momento em que germinaram.

Em seguida, devemos indagar sobre a razão pela qual Alexandre Rodrigues Ferreira não informa a respeito do estado da planta após seu florescimento e frutificação mal sucedida. Teriam elas sobrevivido ou morrido? Não informa por que no momento em que escreve não possui informações sobre o período posterior desta frutificação. Mas, não possui tais informações por que ninguém lhe passou ou por que ele mesmo não presenciou? Aqui, afirmamos que não possui pelas duas razões. Ou seja, apesar de o naturalista ter observado pessoalmente as plantas para escrever, e não ter utilizado informações de terceiros, o fez em tempo presente do exercício da escrita, assim, ainda seria uma incógnita o futuro destas árvores.

Assim, consideramos que as sementes mandadas virem da Bahia pelo Capitão João Manoel Rodrigues e plantadas por este e pelo Capitão Antonio José Landi, foram introduzidas na Capitania do Grão-Pará e Maranhão em 1779. Todavia, o que ainda não podemos afirmar é que estas sementes teriam sido as primeiras a serem introduzidas na Capitania do Grão-Pará e Maranhão e que as mesmas tenham sido

¹⁵ *Ibidem*, p. 385.

antecessoras diretas daquelas que primeiro foram utilizadas na arborização de alguns logradouros belenenses.

A partir daqui, na companhia de Antonio José Landi e bisbilhotando alguns documentos de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, verificaremos se foram introduzidas outras sementes de mangas na Capitania do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1750 e 1772.

Em 1772, já integrado a sociedade belenense, Antonio José Landi produziu um manuscrito que denominou “Descrizonedi varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, e altresimili cose che si ritrovao in questa Cappitania Del Gran Pará”. Produziu, em verdade, uma história natural que descreve as características de várias espécies vegetais e animais observados em ambiente amazônico luso-brasileiro, pelo arquiteto ítalo-luso-brasileiro durante suas andanças pela Capitania do Grão Pará e Maranhão e residência em Belém.

Em seu manuscrito, Landi relaciona e descreve 136 espécies vegetais encontradas em ambiente amazônico luso-brasileiro. Destas, 32 espécies não são identificadas pelo arquiteto naturalista, permanecendo no anonimato. Entre as espécies identificadas e relacionadas e aquelas cujas características são descritas, mas não identificadas, não encontramos manga ou mangueira.

Todavia, quais as razões da ausência de manga ou mangueira no manuscrito de Antonio Landi? Aqui, podemos vislumbrar duas possibilidades. Numa, a mangueira estaria presente entre os luso-brasileiros no Grão-Pará, mas, sendo critério relacionar apenas as espécies nativas da região amazônica luso-brasileira, o arquiteto naturalista deixou de mencioná-la. Noutra, a mangueira não estaria presente e, por esta simples razão, não foi incluída neste inventário.

Aqui, temos duas questões a clarear. Uma é sobre o critério de origem das espécies a serem listadas. Ou seja, pretendia relacionar apenas as espécies nativas ou, além destas, incluiria também as exóticas? Outra é sobre a presença da mangueira. Estaria presente ou não em ambiente amazônico luso-brasileiro?

Examinando a relação de espécies vegetais e, particularmente, inquirindo sobre a origem de cada uma das espécies citadas, identificamos várias que são originárias de outras regiões. Entre estas encontramos o Café originário da África e a Banana originária da Ásia. Entre as espécies exógenas ao ambiente amazônico luso-brasileiro, aquelas originárias da Europa estão aí em maior quantidade. São elas o figo, a videira, algumas flores (violeta e cravo) e várias que o arquiteto naturalista denomina de hortaliças (chicória, tomate, couve, repolho, brócolos, cardos, salsa, alecrim, cebola, alho, hortelã, mostarda, erva-de-são-caetano, feijão, ervilha, fava e trigo). Com exceção do café e da banana, todas as outras espécies são identificadas por Landi como exógenas a flora amazônica luso-brasileira. Aqui, podemos considerar que Antonio Landi, ao inventariar várias espécies vegetais que encontrou e observou durante parte de sua vivência na Amazônia Luso-brasileira, não pretendeu relacionar apenas as espécies nativas, mas também outras exógenas.

Assim, a consideração de que não pretendeu excluir de seu inventário as espécies exógenas, associada à ausência da mangueira entre as espécies listadas no mesmo rol, leva-nos a uma consideração. A manga ou mangueira ainda não havia sido aclimatada satisfatoriamente em ambiente amazônico luso-brasileiro.

Todavia, é bem verdade que Antonio Landi não percorreu a totalidade das povoações luso-portuguesas existente na Capitania do Grão Pará e Maranhão. Por isso, seria muito considerar que a manga ou mangueira ainda não havia sido aclimatada nesta Capitania. Todavia, não seria muito, e para esta escrita é a medida certa, concluir que em relação a cidade de Belém e suas redondezas, onde Landi fixou moradia de 1760 até seus últimos dias em vida em 1791, adquiriu propriedades como “a fazenda e o engenho de Murutucu” em 1766 e praticou a lavoura, a mangueira ainda não havia sido aclimatada.

Por fim, sobre a presença da mangueira em ambiente amazônico luso-europeu entre 1750 e 1772, quando Landi produziu seu manuscrito, devemos acrescentar que, se houvesse algum indivíduo da espécie *Mangifera indica* plantado em Belém ou em suas proximidades, não haveria necessidade mandar vir caroços de manga da Bahia. Neste caso, seria mais sensato utilizar a influência de ambos os capitães para adquirir suas sementes.

Agora, sem mais dúvidas, podemos considerar definitivamente para esta escrita que a não presença de manga ou mangueira em “Descrizione di varie piante, frutti, animali, passeri, pesci, biscie, e altresimili cose che si ritrovao in questa Cappitania Del Gran Pará” permite-nos, não apenas sugerir, mas afirmar que em 1772 ainda não havia a mangueira sido aclimatada em ambiente amazônico, particularmente em Belém do Pará e em suas proximidades.

Em 1779, quatro anos antes das observações de Alexandre Rodrigues, germinaram dos caroços de manga importados da Bahia por João Manoel Rodrigues as primeiras mangueiras em terras amazônicas luso-brasileiras. Brotaram no solo das propriedades particulares deste e do arquiteto Antonio José Landi localizadas na cidade de Belém e em suas redondezas. A mesma cidade que, durante o século XX, teria como uma de suas principais marcas a arborização de seus logradouros por mangueiras e, por isso, chamar-se-ia “cidade das mangueiras”.

Mas, seriam aquelas primeiras mangueiras do século XVIII antecessoras diretas destas do século XX? Ou seja, as sementes das quais nasceram as mangueiras que arborizam os logradouros belenenses novecentistas pertenceram a frutificações de outras mangueiras que, por sua vez, as sementes destas também pertenceram a frutificações de outras mangueiras e, assim por diante, até que chegaríamos aquelas mangueiras do setecentos. Resumindo, seriam as mangueiras belenenses do século XX ‘netas’, ‘bisnetas’, ‘tataranetas’, etc. daquelas de 1779?

Augusto Meira, quase dois séculos depois, afirma que sim. Em sua obra “Landi: esse desconhecido (o naturalista)”, revela o arquiteto italiano como naturalista e manifesta sua opinião sobre as atividades naturalistas desenvolvidas por este italo-

luso-brasileiro e João Manoel Rodrigues de transplantação de espécies vegetais em terras amazônicas luso-brasileiras. Segundo este historiador paraense, Antonio Landi e João Rodrigues “foram os primeiros que introduziram no Pará a nossa tão conhecida Manga”. Afirma ainda que, apesar de Alexandre Rodrigues Ferreira dizer que os frutos da mangueira plantada por Landi não terem crescido como os conhecemos, não significa que sua árvore tivesse fracassado. Acrescenta que as mangueiras por ele plantadas “foram se adaptando ao novo solo e ambiente e especialmente através de sucessivos transplantes, feitos talvez já por pessoas que sucederam após a morte de Landi”. Afirma, também, que “as mangueiras tão frondosas e frutíferas encontradas em Belém e pelo interior do Pará, descendem daquelas plantadas há mais de dois séculos pelo imortal italiano amazonizado”. Acrescenta, ainda, que “a despeito das origens longínquas da árvore adorno de Belém, caberia, ainda, ao nosso grande arquiteto-régio, a glória de ter fixado na cidade, a espécie que depois tornar-se-ia a sua paisagem predominante e representativa”.¹⁶

A escrita de Augusto Meira não é convincente. Suas afirmações sobre a ancestralidade das mangueiras plantadas por Landi em relação as da mesma espécie que arborizam os logradouros belenenses dos anos noventa, mais que corresponderem à verdade, manifestam o desejo do autor de apresentar o arquiteto italiano não só como naturalista, mas como o naturalista detentor da “glória de ter fixado na cidade, a espécie que depois tornar-se-ia a sua paisagem predominante e representativa”.¹⁷ O ilustre autor não apresenta nenhuma fonte que nos empeça de arguir sobre a suposta sobrevivência destas plantas cultivadas pelos capitães Landi e João. Menos ainda se, tendo sobrevivido a sua primeira frutificação mal sucedida, produziram bons frutos e sementes que deram origem a outras plantas e, depois, estas a outras plantas até que chegassem as atuais mangueiras. Há no texto de Augusto Meira uma clara e exagerada exaltação do arquiteto italiano radicado em Belém. Aqui, ao revelar o arquiteto como naturalista, revelá-lo-ia, melhor ainda, como o responsável pela introdução da mangueira em solo belenense. Aos olhares dos moradores desta cidade não poderia ter uma melhor apresentação o recém descoberto naturalista.

Além disso, Augusto Meira desconhece ou desconsidera as atividades de aclimação desenvolvidas pelo Jardim Botânico. Ignora ou despreza que, em 1798, foram desembarcadas em Belém algumas sementes de mangas que, devidamente plantadas nos canteiros do Horto de São José, germinaram e ali cresceram. Vejamos como isto ocorreu.

¹⁶ MEIRA FILHO, Augusto. **Landi**: esse desconhecido (o naturalista). s/l: Conselho Federal de Cultura, 1976a, p. 73-74; 87.

¹⁷ *Ibidem*, p. 87.

A aclimação da mangueira e o jardim botânico de São José

Em 30 de março de 1798, D. Francisco de Souza Coutinho escreveu, de Belém, a seu irmão D. Rodrigo de Souza Coutinho em Portugal, comunicando-o sobre o cumprimento do determinado na Carta Régia de 4 de novembro de 1796. Informava à metrópole que junto ao prédio que um dia foi o Convento de São José mandou limpar e “preparar uma extensão de terreno de cinquenta braças”¹⁸ em forma de quadrado, para o estabelecimento de viveiros que proporcionem a educação de plantas que a referida carta régia ordenou. Tratava-se, em uma linguagem mais contemporânea, de criar condições para a aclimação de espécies exóticas a flora amazônica. Informa, ainda, que, no cumprimento das ordens régias, cingiu-se “mais ao espírito que à letra dela”. Que, ao invés de apenas aclimatar as espécies exóticas, utilizou os mesmos viveiros para domesticar plantas indígenas que ainda não se cultivavam, mas que são procurados na floresta nativa.¹⁹

Em resposta, D. Rodrigo de Souza Coutinho comunica a seu irmão em Belém que “sua majestade manda louvar muito” o “estabelecimento do Jardim Botânico” próximo a antiga dependência do Convento de São José e a iniciativa de, além de aclimatar plantas exóticas em seus viveiros, igualmente desenvolver a cultura de “plantas indígenas”, em particular a “útil descoberta de se ter achado o meio de perpetuar” as “madeiras de construção por meio da sementeira, que até aqui se desejava sem se ter conseguido”. Por fim, informa que sua majestade espera que o jardim botânico de São José “sirva de modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras Capitânicas do Brasil”. Que, crescendo e desenvolvendo a tal extensão, “do mesmo possam ir para as outras Capitânicas”, plantas exóticas e indígenas, “que ai se tem cultivado”.²⁰

O diálogo entre os irmãos Souza Coutinho, verificado na correspondência acima, revela-nos que a criação do Jardim Botânico de São José deveria, além de produzir mudas de espécies arbóreas fornecedoras de madeiras, atenderem a política metropolitana de aclimação de espécies vegetais exóticas na colônia. O cultivo de plantas exóticas, particularmente das asiáticas, era “prioridade ao governo português à época” que pretendia “a diversificação da agricultura colonial, centrada em algumas poucas espécies” o que permitiria “entender a procura de plantas indígenas que pudessem ser cultivadas em larga escala”. Pois, “valorizar as exóticas não significava

¹⁸ Segundo Segawa, estas 50 braças correspondiam a 110 metros de frente por 110 metros de fundo, formando uma área de 12.100m². In: SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Estudio Nobel; FAPESP, 1996.

¹⁹ Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), cód. 676.

²⁰ Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. S. I., s.d. APEP, cód. 676.

desprezar as nativas”. Aqui, “antes de ser uma característica ditada por motivações econômicas”, os jardins botânicos lusitanos, ao reunirem plantas exóticas, estavam de acordo com a própria estrutura desse tipo de instituição. Ou seja, pretendiam “reunir, num só lugar, todas as plantas do mundo, um fim que – por mais utópico que seja – norteou governos e naturalistas pelos séculos XVIII e XIX”. No caso específico português, “os inventários de produtos naturais, os experimentos agrícolas com espécies exóticas e nativas e a instalação dos jardins coloniais, no final dos setecentos, foram medidas ligadas ao fomentismo”. Além de “a perda das colônias orientais”, ter feito com que “a Coroa tentasse, por diversas vezes, retomar o comércio das especiarias utilizando-se das terras americanas”.²¹

A criação do Jardim Botânico de São José veio “institucionalizar uma prática há muito estimulada pela Coroa”²² portuguesa e praticada por particulares como Antonio José Landi e João Manoel Rodrigues. Assim, “quando as ordens régias para a criação dos jardins botânicos nas colônias foram expedidas, entre 1796 e 1802, existia, além de um ideário que valorizava os novos cultivos, toda uma prática já estabelecida na colônia de coleta de plantas nativas e aclimação de exóticos”.²³

O organizador e primeiro diretor do Jardim Botânico de São José foi Michel de Grenouillier, um emigrado francês nativo de Caiena chegado a Belém em 1795, a quem se confiou à delimitação do referido jardim por haver notícia de que ele era um bom engenheiro agrícola.²⁴ Sua precoce morte conduziu ao cargo outro francês, o parisiense Jacques Sahut, também vindo de Caiena. Após seu falecimento em 1799, o cargo foi ocupado por Marcelino José Cordeiro, capitão de regimento da cidade, que havia trabalhado na implantação do horto. Foi quem realmente implantou o horto.²⁵

O abastecimento do Horto de São José com espécies exóticas, inicialmente aconteceu pela transferência de algumas sementes e mudas contrabandeadas do *Habitation Royales Epiceries*, localizado nas proximidades de Caiena. Também conhecido como *La Gabriele*, este era um dos maiores estabelecimentos coloniais da Guiana Francesa. Este é o local de origem das primeiras mudas de mangueiras que brotaram nos canteiros do Jardim Botânico de São José. Vejamos como isto aconteceu.

²¹ SANJAD, Nelson Rodrigues. **Nos jardins de São José: uma história do jardim botânico do Grão Pará, 1796-1873**. Campinas: Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Geociências, 2001, p. 81-82.

²² *Ibidem*, p. 48.

²³ *Ibidem*, p. 52.

²⁴ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, 432 p. - (Edições do Senado Federal; v. 30).

²⁵ REIS, A. C. F. O jardim Botânico de Belém. **Boletim do Museu Nacional**. Botânica, n. 7, 27 de Setembro de 1946.

Os irmãos Souza Coutinho, responsáveis pelas correspondências citadas, souberam tirar proveito da desordem que o processo revolucionário francês ocasionou em sua colônia sul-americana, Caiena na Guiana Francesa. Mantiveram nesta cidade alguns espiões que deveriam, além de manterem as autoridades portuguesas informadas sobre tudo o que acontecia nestes anos agitados, contrabandear para a Capitania do Pará todas as espécies vegetais destinadas ao cultivo.²⁶

As atividades desenvolvidas por estes espiões, sob o comando de Michel de Grenoulier e seu cunhado Jean-Batiste Antonie Grimard, tornaram possível a transferência de Caiena para o Horto de São José em Belém, ainda no mesmo ano de sua criação em 1798, varias sementes e mudas de algumas espécies vegetais desejadas pela coroa portuguesa.

Sobre o sucesso destas aquisições, D. Francisco de Souza Coutinho escreveu a seu irmão D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando que finalmente, como resultado de tantas e tão repetidas diligências, foi feita a aquisição de um “considerável provimento de sementes” do Girofle ou Cravo da Índia. Afirma ainda que “postas em viveiros produziram duzentas ou trezentas tenras plantas que com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos se ficam tratando e prometem vingar”. E também a aquisição de “alguns pés de Pimenta”. Todavia, alerta a D. Rodrigo, esses pés (mudas) de Pimenta e do Cravo da Índia, anteriormente adquiridos, têm morrido deixando-o desenganado com a aquisição destas espécies em forma de pés (mudas), pois a travessia do mar em pequenas embarcações tem sido fatal e que “só se aproveita o trabalho na remessa de sementes”.²⁷

Lamenta que, apesar de todo o risco que efetivamente seus “honrados emissários” (espiões) têm passado, ainda não ter adquirido a Noz Moscada. Mas não perde a esperança, apesar de toda dificuldade por estarem as duas únicas árvores existentes em Caiena “em poder de um Individuo que as guarda com todo cuidado” e por “não terem até agora produzido senão duas sementes”.²⁸

É no cenário da desorganização social vivenciada pelos colonos franceses de Caiena, estimuladas pelos movimentos revolucionários desencadeados a partir de sua metrópole européia, das atividades de espionagem promovidas pela rede portuguesa em território sul-americano colonial francês e nas atividades de contrabando português que se realizou a aclimação da mangueira nos viveiros do Jardim Botânico de São José. Na mesma correspondência informa que, além das especiarias orientais acima citadas, também foram contrabandeadas para o território colonial

²⁶ REIS, A. C. F. **Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.

²⁷ Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d. APEP, cód. 703.

²⁸ *Ibidem*

português, algumas sementes de árvores de Fruta-Pão, Abricó e a Manga.²⁹ Esta última, hoje em dia muito íntima dos belenenses.

Em 1800, dois anos após a criação do Jardim Botânico de São José e da germinação das primeiras mangueiras em seus viveiros, foi catalogado o patrimônio vegetal deste estabelecimento. Neste ano, foi confeccionado um mapa que, segundo o título dos mesmos, incluíam todas as plantas existentes nos viveiros das áreas interna e externa ao cercado, sejam elas endógenas ou exógenas da flora amazônica típica da Capitania do Grão-Pará, ou seja, nativas e aclimatadas.

O referido mapa acusa, em 30 de abril de 1800, a existência de 82 espécies na área interna ao cercado e 58 na área externa, somando um total de 140 espécies entre frutíferas, ornamentais e próprias para a produção de madeira para a construção. Entre as espécies citadas na correspondência entre os irmãos Souza Coutinho, transferidas de Caiena para Belém dois anos antes, o mapa relaciona a existência de cinco pés de Abricó, nove de Fruta-Pão, quarenta e nove de Cravo da Índia e vinte quatro de Manga. Outras espécies também são relacionadas. Na área interna ao cercado destacamos dez pés de Biriba, quinhentos e trinta e seis de Banana, oito de Cacau, vinte de Café, um de Castanha, oito de Jambo, três de Laranja, três de Mangaba, doze de Mandioca, três de Urucu, cinco de Seringa, entre outras. Na área externa, encontram-se principalmente espécies para produção de madeiras de construção que, entre tantas, destacamos aqui apenas os vinte pés de Angelim, seis de Angelim Pedra, oito de Loro Vermelho, sessenta de Pau D'arco, entre outros. No total, o Horto de São José possui sob sua responsabilidade direta, dois mil trezentos e cinquenta e quatro pés de plantas.³⁰

Apesar da correspondência entre os irmãos Souza Coutinho demonstrar que as primeiras mangueiras que brotaram nos viveiros do Horto de São José, originarem-se de sementes contrabandeadas do *Habitation Royales des Épiceries* de Caiena, não permitem afirmar que a mangueira ainda não tivesse sido aclimatada na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro. As ações de aclimação de espécies exóticas na Amazônia luso-brasileira não foram restritas aquelas desenvolvidas apenas pelas autoridades portuguesas. Tais ações também foram promovidas por colonos e padres missionários.³¹ No caso específico da manga, como demonstramos anteriormente, deve-se lembrar que em 1779 os senhores Antonio José Landi e João Manoel Rodrigues a plantaram em algumas de suas propriedades como quintais e rocinhas.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ MAPPA de todas as plantas que existem no jardim botânico de São José em 30 de abril de 1800. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Lata 285, Pasta 4. *Apud* SANJAD. **Nos jardins de São José...**, p. 126.

³¹ ALMEIDA, L. F. de. Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII. **Revista Portuguesa de História**, t. XV (1976).

Aqui afirmamos que as mangueiras plantadas por Antonio Landi e João Manoel não sobreviveram. Acreditamos ser muito provável que, diferentemente do que acredita Augusto Meira, não tenham sobrevivido. Do contrário, seria improvável que as autoridades locais não tivessem conhecimento de sua existência. Aqui, mais improvável ainda seria que, tendo supostamente conhecimento de sua existência, resolvesse ocupar e arriscar os “honrados emissários” espiões portugueses com sua traficância de Caiena para Belém, quando aqui a se encontraria.

Em 03 de abril de 2008, um jornal paraense, ao noticiar a derrubada de mangueiras centenárias, informou seus leitores sobre a história desta espécie vegetal que arboriza vários logradouros belenenses. Segundo o periódico, a mangueira é de origem indiana e havia sido introduzido em ambiente amazônico belenense pelo arquiteto italiano Antônio Landi, em 1753.

Todavia, após analisarmos os anos setecentos, verificou-se que parte do informado não possui veracidade histórica ou pode ser mais bem esclarecido.

Apesar de intenções anteriores, as primeiras mangueiras introduzidas em ambiente amazônico luso-brasileiro, especificamente na Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, brotaram nas proximidades de Belém, em propriedades dos capitães Antonio José Landi e João Manoel Rodrigues, solicitadas da Bahia por este último em 1779. Todavia, diferente do que afirma Augusto Meira, não sobreviveram. Do contrário, as autoridades locais teriam conhecimento de sua existência. Neste caso, seria improvável que ocupassem seus “honrados emissários” espiões com a traficância de sementes de Caiena para Belém. Assim, a aclimação da mangueira teve continuidade satisfatória quando alguns de seus indivíduos germinaram nos viveiros do Jardim Botânico de São José entre 1798 e 1800.

“Nesta longínqua conquista”: linguagem, fronteira e contestação

Marco Antonio Silveira¹

Linguagem e fronteira

O estudo das fronteiras na América portuguesa é de fundamental importância para a historiografia não apenas por questões estritamente atinentes ao conhecimento do universo colonial, mas também por aspectos de caráter teórico e metodológico. A noção de fronteira remete, num primeiro viés, às distintas experiências vividas em áreas pouco ou nada habitadas, tendencialmente desconhecidas, nas quais desenvolvem-se formas comuns ou específicas de organização social e de estabelecimento de vínculos com regiões já incorporadas, pelo menos em parte, pelos colonizadores. A ressalva da última frase – pelo menos em parte –, no entanto, aponta para um segundo viés que, no limite, embaralha a própria idéia de fronteira. Uma vez que mesmo as conquistas mais povoadas e estruturadas da América lusa nunca o são de maneira categórica ou absoluta, é preciso reconhecer que elas envolvem suas próprias fronteiras. Basta pensar na grande extensão dos termos de algumas vilas coloniais e na desigualdade com que suas várias partes são ocupadas ou acessadas pelas instituições jurídicas e administrativas. A tais *fronteiras limítrofes*, no primeiro caso, ou *internas*, no segundo, pode ser acrescentada, num terceiro viés, agora mais metafórico, a *porosidade institucional*, isto é, as fronteiras que atravessam os meios da administração e da justiça, tornando-os regulares ou irregulares, vigorosos ou esvaziados de acordo com as condições de cada localidade e da correlação de forças envolvida. Por fim, um último viés concerne ao *caráter ambíguo dos discursos políticos* que descrevem a realidade colonial, em especial seus elementos fronteiriços, sejam eles limítrofes, internos ou relativos à porosidade institucional. Tais discursos, ao remeterem, em boa medida, às tópicas da Segunda Escolástica, não devem ser tomados como textos fechados em si mesmos, mas, sim, como focos de aporias e contradições. Se a fronteira é, a um só tempo, povoamento e não-povoamento, institucionalização e não-institucionalização, ela é também um lugar privilegiado para a investigação do que há de *indecidível* na linguagem praticada nas sociedades coloniais.

Nesse sentido, a fronteira corresponde ao *phármakon* estudado por Jacques Derrida.² Analisando o *Fedro* de Platão, em particular a parte final, em que Sócrates

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista de Produtividade 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O documento trabalhado neste texto foi obtido através de pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

narra o mito sobre a criação da escritura, o filósofo argelino chama a atenção para o uso da palavra que a refere, *phármakon* - geralmente traduzida por remédio, o termo significaria também droga, veneno e filtro. A recuperação da ambigüidade da palavra permite que se compreenda melhor o mito narrado: embora Truth, o criador da escrita, a apresente e valorize como um remédio contra o esquecimento, o deus-rei Thamous a rejeita sob o argumento de que ela, na verdade, ao grafar sinais, desestimularia a memória viva em prol da mera rememoração. A discussão sobre a escritura, nesse sentido, evoca a crítica platônica à *mimesis*: os grafemas, como ocorreria na pintura, seriam a imitação da imitação – ou seja, a cópia gráfica dos sinais sonoros que, por sua vez, imitariam a idéia essencial. A diferença crucial entre a fala e a escritura estaria, portanto, no fato de que, enquanto a primeira resultaria de uma presença – a do orador, pai da palavra –, a última consistiria em significante vazio, quase morto, e marcado pela ausência paterna. Essa diferença teria consequências fundamentais, pois a presença do orador-pai capaz de exercitar-se na dialética conduziria os ouvintes ao saber e à verdade. No caso da escritura e de outras formas perniciosas de imitação, tais como a pintura e a poesia, apesar de poderem resultar nas diversões dos jogos e das festas, constituiriam uma ameaça à cidade por sua capacidade de enganar e iludir. Por isso, o *pharmakéus*, termo também aplicado ao feiticeiro, caracterizava-se pela ambigüidade, estando a droga que administrava apta tanto a curar quanto a envenenar. Na ausência do orador, da dialética e da memória viva, restava grande margem para uma *interpretação* sempre perigosa e distante da verdade.

O objetivo de Derrida, ao retomar o mito da criação da escritura e examinar os sentidos do termo *phármakon* em Platão, consiste em apontar a armadilha que faz o discurso metafísico parecer fechar-se em si mesmo através da subordinação de elementos contraditórios e ilusórios a verdades idealmente estabelecidas. Apontando certas contradições desenvolvidas em Platão – como, por exemplo, o fato de, ao fim e ao cabo, ele valer-se da escrita para salvaguardar a fala socrática, ou ainda de destacar a importância do registro escrito das leis –, Derrida ressalta que a ambigüidade da palavra *phármakon*, encontrada em diferentes lugares dos textos platônicos, produz inúmeras aporias, tornando-os abertos e de difícil resolução interpretativa. Seguindo por essa trilha, é possível propor que a recuperação de tais elementos indecifráveis na investigação dos discursos políticos formulados no mundo colonial torna visíveis fissuras e meios de contestação numa linguagem cuja prática é muitas vezes tida como sinônimo de mera adesão ao poder estabelecido.

Conquanto os pressupostos da Segunda Escolástica, atuantes na maioria dos discursos oficiais adotados no Império luso do Antigo Regime, não possam ser reduzidos ao platonismo – devendo-se considerar, neles, a importância da apropriação católica das noções aristotélicas –, é inegável sua vinculação ao problema

² DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 3ª ed., 2005.

da *mimesis*. No que dizia respeito, em particular, às questões concretas concernentes aos discurso político, era fundamental avaliar a relação entre fala, escrita e verdade. Ainda que a linguagem hegemônica fosse organizada por princípios escolásticos e retóricos, a dificuldade de lidar com as *mediações* permanecia. E isso ocorria pelo menos de duas maneiras bastante performativas: de um lado, através das brechas interpretativas que permitem a manipulação de todo discurso; de outro, por meio do choque de versões resultantes das inúmeras representações enviadas ao monarca sobre um mesmo assunto. Em 1712-28 e 1789, respectivamente, os dicionaristas Rafael Bluteau e Antônio de Moraes Silva expressavam os perigos da representação ao associarem-na ao teatro, à comédia, à pintura, à escultura ou ao posto exercido.³ Seu aspecto positivo aparece em duas asserções de Bluteau: “representar com palavras uma coisa tão perfeitamente que pareça que se está vendo”; “representa-se aos olhos a majestade da República” (Cícero). Nesses exemplos, a representação surge ligada à visão. Contudo, sua dimensão ilusória é claramente exposta em outra frase: “muitos deles, pouco firmes na sua resolução, e atraídos das delícias que se lhes representam, se fazem escravos dos seus apetites” (Cícero). Por outro lado, Moraes Silva, sem descurar do significado teatral ou pictórico do termo, propõe uma definição bastante próxima dos instrumentos utilizados pelos vassalos para dirigir-se ao rei: “representação que se faz de palavra ou por escrito, espécie de instrução, exposição de razões ou fatos ou direito”. Embora tal definição remeta certamente às petições das causas judiciais, ela abarca também os requerimentos através dos quais os súditos colocavam suas queixas à *presença* de Sua Majestade.

Dessa forma, partindo da linguagem do período, é fundamental que se questione o tipo de laço existente entre o caráter ilusório da representação e seu papel político e jurídico. As *representações*, agora entendidas como requerimentos remetidos aos monarcas e pautados por regras retóricas previsíveis, demandam, pois, um esforço de problematização que considere a própria ambiguidade do conceito de representar no Antigo Regime português. Se, em tais documentos, representar significa pôr na presença do rei distante os males que exigem o remédio adequado, as operações daí resultantes só podem ser complexas e paradoxais. Afinal, pôr algo na presença do monarca consiste numa ação potencialmente ilusória, ação que pinta um quadro com cores possivelmente destoantes ou acentuadas. Assim usadas, a escrita e as cores são como um *phármakon*: ainda que utilizadas como apelo à medicação, correm o risco de, agindo como droga, dissolver a verdade e envenenar ainda mais os súditos carentes. O remédio que se requer é ele mesmo perpassado pela ambiguidade, pois, a um só tempo, pode curar alguns e fazer outros adoecer. A tentativa adotada pelo Coroa para contornar os efeitos nefastos da representação implica a consulta a

³ BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728; SILVA, Antônio de Moraes. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1789.

autoridades e partes interessadas, bem como a reforma relativamente constante das leis determinadas. Essas estratégias visam buscar o equilíbrio entre os diversos poderes e interesses envolvidos, mas, exatamente porque enviam-nos às circunstâncias, indicam a dificuldade de se decidir e resolver os problemas. Nesse sentido, é possível dizer que à indecidibilidade bastante concreta relativa aos embates políticos vincula-se uma indecidibilidade típica do próprio discurso político. Em outras palavras, a dificuldade da Coroa de se posicionar diante da ambiguidade das inúmeras petições liga-se à sua dificuldade de decidir pelo justo remédio. A constatação desse aspecto coloca dúvidas acerca da hipótese de que o uso da linguagem oficial significava de imediato a adesão a seus pressupostos e a eficácia dos mecanismos de reposição da ordem. A ambiguidade e a fraqueza da decisão são elementos importantes para o entendimento da prática política no Império luso.

As observações feitas acima envolvem duas questões metodológicas cruciais. A primeira é a de que o problema do ambíguo e do indecidível pode ser proposto em função das próprias balizas doutrinárias vigentes no Antigo Regime. Tanto a noção de verdade quanto a de ilusão eram marcadamente performativas no Império luso, abrindo-se a reflexões sobre os limites do discurso e da ação política. A segunda relaciona-se à mencionada crítica atual aos modelos metafísicos, como, por exemplo, a de matriz pós-estruturalista. A investigação derridiana procura indicar como os métodos da desconstrução visam questionar as premissas de discursos supostamente ancorados na verdade com o intuito de trazer à tona as relações de poder que os constituíram. Exercícios dessa natureza, preferindo o particular ao geral, rechaçando os elementos normativos em prol das singularidades, tendem sempre, como se disse, para o indecidível, isto é, para aquilo que não pode ser resolvido por meio de reduções conceituais. É por esse caminho que o estudo da fronteira é capaz de tornar-se o encontro com o singular. A fronteira como *phármakon*, como remédio e veneno, como o indecidível que não se reduz a modelos e discursos de colonização, nem mesmo a formulações dialéticas, convida à desconstrução da linguagem hegemônica do colonizador e, através dela, dos próprios paradigmas historiográficos.

Uma recusa a tal abordagem talvez adviesse da desconfiança dos historiadores frente a métodos filosóficos céticos o suficiente para transformar a própria história numa impossibilidade. Esse problema, contudo, foi tratado por Jaques Derrida quando, no final da década de 1980, discutiu-o em referência a um campo duplamente pantanoso por abarcar tanto o tema da justiça quanto o do nazismo. Para o autor,

o que se chama correntemente de desconstrução não corresponderia de nenhum modo, segundo a confusão que alguns têm interesse em espalhar, a uma abdicação quase nihilista

diante da questão ético-político-jurídica da justiça e diante da oposição do justo ao injusto.⁴

Ela corresponderia, sim, a uma “responsabilidade sem limites, portanto necessariamente excessiva, incalculável diante da memória”, e, conseqüentemente, à

tarefa de lembrar a história, a origem e o sentido, isto é, os limites dos conceitos de justiça, de lei e de direito, dos valores, normas, prescrições que ali se impuseram e sedimentaram, permanecendo, desde então, mais ou menos legíveis ou pressupostos.⁵

Dessa maneira, a desconstrução dos discursos políticos praticados no universo colonial, assim como a recuperação dos modos pelos quais eles foram manipulados pelos agentes sociais em circunstâncias singulares, implicam uma responsabilização dos historiadores frente a uma linguagem de poder fundada em estratégias voltadas a produzir o efeito de uma adesão ilimitada e inequívoca.

Justiça e mediação

As noções de direito e justiça investigadas por Derrida num contexto de análise do nazismo não são, evidentemente, idênticas às que vigoraram no império português setecentista. Estas últimas foram descritas com clareza pela historiografia, que as vinculou às concepções da Segunda Escolástica.⁶ Não por acaso, a linguagem política que predominou nas petições encaminhadas ao monarca a partir das diversas partes do Brasil teve como fundamento tais concepções, em especial as que remetiam à idéia de justiça distributiva – dar o seu a cada um. Não foi diferente com um requerimento apresentado em 1776 por José Pires de Carvalho Albuquerque em nome dos “moradores, povoadores e cultivadores do vasto sertão da América existentes nas Capitânicas da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e de Goiás”.⁷ O documento, que expressa de modo marcante os pontos de vista de criadores de gado do sertão voltados ao comércio em Minas, vale-se de argumentos e vocábulos fíncados no paradigma corporativo, que explicava e justificava doutrinariamente as origens, a forma de organização e a estrutura de poder em Portugal e seu império. Pode-se dizer, nesse sentido, que a tese central do requerimento consiste na asserção de que as “violências” praticadas contra os

⁴ DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 36.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Cf., por exemplo, HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Papéis do Brasil. Avulsos. Maço 3, documento 13.

referidos moradores prejudicavam seus negócios, impedindo também a propagação da monarquia portuguesa e da Santa Madre Igreja na América. Assim, a petição, ao constituir-se através da linguagem política hegemônica, parece reproduzir a noção de ordem que a trespassa.

De toda maneira, há duas questões que se destacam nesse discurso. A primeira se refere ao fato de que essa mesma linguagem, fundada na oposição ordem/violências, cria condições para o desenvolvimento de argumentos contestatórios. Visto que, num requerimento enviado ao monarca, a manifestação de descontentamento tendia a expressar-se na linguagem oficial, a mera constatação de seu uso não pode significar uma identificação incondicional com a ordem nela proposta. Em outras palavras, os termos do discurso hegemônico são também manipulados em função do potencial crítico que se deseja explorar.⁸ A segunda questão diz respeito ao problema da mediação, isto é, ao contraponto entre a vontade do monarca a quem se recorre, tida como justa, e as atitudes violentas dos que deveriam cumpri-la. Não podendo o rei atuar nas várias partes do império sem mediadores, surge aí um paradoxo: a mediação corrompida demanda a intervenção da vontade pura do soberano, que, entretanto, só pode ocorrer através de outra mediação.

Em relação à primeira questão, concernente à manipulação da linguagem política hegemônica por um potencial contestatório, é importante apresentar sinteticamente os serviços e as queixas dispostos na petição em termos opostos e complementares. Os serviços podem ser resumidos nos seguintes tópicos:

- (1) descoberta, conquista e povoamento do sertão à própria custa e risco de vida dos peticionários;
- (2) domesticação e batismo dos “gentios brasílicos”, bem como o ensinamento da santa fé católica;
- (3) conseqüentemente, “extensão da monarquia portuguesa, aumento e propagação da Santa Madre Igreja”;
- (4) obediência às leis e decretos de Sua Majestade;
- (5) aumento do comércio, “que sempre foi coluna que conserva permanentes os reinos e os impérios”;
- (6) pagamento dos dízimos, direitos de entrada, passagem dos rios, subsídio voluntário, subsídio literário e meia-pataca;
- (7) e, por conseguinte, aumento do Real Erário.

Por outro lado, a queixa fundamental apresentada na petição implica a realização de violências por parte de agentes diversos que não apenas atalham o desenvolvimento dos negócios dos peticionários, como também, e em consequência, a efetivação dos serviços indicados acima. Essas “sensíveis violências alheias da razão e justiça”, “violências de bárbaros”, “violências extraordinárias”, “violências

⁸ Sobre esse aspecto, cf. J. G. A. Pocock. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003, em especial o cap. “Introdução: o estado da arte”.

irresanáveis”, “desordens indizíveis”, diminuem os ganhos dos criadores, limitando-os à simples custeação de suas fazendas. Tais violências podem também ser enumeradas em tópicos específicos:

(1) repetidos assaltos dos gentios, que, “à falta de quem lhes anuncie a verdade evangélica e o direito das gentes”, queimam e destroem casas, gados e culturas;

(2) a falta de pasto espiritual resultante da cobiça dos sacerdotes, que, além de cobrarem 300 réis de desobriga, mantêm paróquias distantes, causando a necessidade de se erigirem capelas e capelães em inúmeras localidades – “o que não sucederia se os operários cuidassem mais na salvação das almas do que no próprio interesse”;

(3) o valor excessivo dos direitos pagos: embora até 1751 pagassem, ao entrarem em Minas, 1200 réis de taxas por cabeça de gado, esse valor foi acrescido para 2475 réis (1500 para o contrato das entradas, 450 para de subsídio voluntário, 225 para o subsídio literário e 300 de meia-pataca para as câmaras);

(4) a inadequação do pagamento do subsídio voluntário, tanto por continuar a ser cobrado 21 anos depois de sua fixação, embora o prazo fosse de dez, quanto por ser quitado somente pelos “credores do sertão e os do negócio”;

(5) a impossibilidade de se aproveitarem as aulas criadas com os recursos do subsídio literário por estarem estabelecidas em povoados muito distantes;

(6) os excessos cometidos pelos soldados e cobradores - “que geralmente são os mesmos pagadores que carregam os tubarões faltos de piedade” -, pois eles

(a) escondem as condições expedidas pelo Conselho Ultramarino para a cobrança do subsídio voluntário;

(b) desrespeitam o valor de 38 libras de carne por oitava de ouro fixado quando da criação do dito subsídio, aceitando dos criadores do Rio das Mortes, inseridos nos limites da Capitania de Minas, o de 56 libras;

(c) cobram-no também de animais montados e carregados;

(d) cuidam mal, no caso da passagem dos rios, das reses, deixando muitas morrerem afogadas e cobrando o mesmo valor do pobre que passa cem cabeças e do rico que passa quatrocentas;

(7) e, por fim, a conivência de câmaras e ministros de Sua Magestade, que não representam os desmandos ao Conselho Ultramarino, nem buscam o “pronto remédio”:

Estas e outras desordens indizíveis choram os miseráveis vassallos de VMaj nesta longínqua conquista, sem haver um ministro que o represente [a]o Real Conselho, e lhe[s] acudir com pronto remédio, pois a verdade se esconde vendo que o interesse tudo suborna, repartindo-se dádivas pelos pagadores que cá carregam os famosos tubarões, que, como vêm famintos, tudo atropelam, e padecem os miseráveis navegantes a pique do total naufrágio, à falta de bom piloto.

Assim, manipulando a linguagem política hegemônica, os requerentes alcançam um efeito particular, ou seja, o de contestar, de uma parte, os vários tipos de excesso vinculados à cobrança de impostos e, de outra, os interesses e subornos atinentes às câmaras, aos ministros, aos cobradores, aos soldados e aos sacerdotes. O jogo de oposições que fundamenta a estrutura narrativa da petição – ordem/violências, ordem/desordem, tubarões/bom piloto, propagação/decadência, violências/pronto remédio, presença/distância – produz uma tensão crescente, demandando uma solução. Esta última é sugerida no final da petição:

P. a VMaj seja servido pôr os reais olhos de piedade nos seus reais vassalos desta conquista, tão distantes de seu Rei e Senhor, aos quais ouvidos apenas chegam as vozes e clamores dos desvalidos e perseguidos, e que profram nos cargos reais só os beneméritos e prudentes vassalos que sejam dignos dos tais empregos. E receberá mercê.

Este e o outro trecho citado mais acima vinculam-se à segunda questão mencionada, a do paradoxo da mediação. Ela tem como base a conhecida tópica que enuncia a distância do monarca, a cujos ouvidos não chegam as vozes e os clamores de longínquas conquistas em decorrência da falta de mediadores adequados. Daí a demanda final de que sejam nomeados nos cargos régios somente vassalos prudentes e dignos, incapazes, portanto, de acatar o suborno e deixar de representar as violências ao rei. Atinge-se, enfim, uma aporia ou o que Jacques Derrida chamou de indecível: (1) o requerimento dos moradores do sertão da América portuguesa afirma que as violências são causadas pela cumplicidade dos mediadores tornados tubarões, cabendo ao rei fornecer o remédio, o *phármakon* necessário; (2) mas esse remédio só pode ser provido pelo rei através de mediadores que não se tornem tubarões; (3) se o poder régio, portanto, depende sempre dos vícios e das virtudes de quem o representa, o *phármakon* almejado pelos peticionários consiste, na verdade, tanto em remédio quanto em veneno. Nesse sentido, o discurso político hegemônico, que parece fechar-se em si mesmo através de um jogo calculado de oposições solucionado pela apresentação da figura régia, mostra-se marcado por uma ambiguidade crucial capaz de indicar a violência fundadora da linguagem jurídica e doutrinária adotada. Esse potencial destruidor, derivado do caráter intrinsecamente ambíguo do discurso, nele permanece como possibilidade. A nomeação de “beneméritos e prudentes vassalos”, bem como a condução de um “bom piloto”, são respostas para o fato de que “a verdade se esconde vendo que o interesse tudo suborna”. Porém, se o remédio tarda, não vem ou assume a forma de veneno, a ambiguidade tende a extrapolar as fronteiras convencionais do discurso. Não à-toa, o problema da qualidade dos administradores espalhados pelo império luso foi intensamente debatido durante a segunda metade do Setecentos.

O requerimento dos criadores do sertão, apesar de suas singularidades, evoca um tipo de aporia que é certamente encontrada em inúmeros outros documentos setecentistas. Fontes dessa espécie sugerem o quanto o estudo das fronteiras contribuem para a crítica da linguagem hegemônica, seja a do colonizador, seja a historiográfica, e vice-versa. A petição de José Pires de Carvalho Albuquerque faz referência às fronteiras limítrofes, às internas e à porosidade institucional ao mencionar, por exemplo e respectivamente, a incorporação de novas conquistas, os embates com os gentios e a usurpação privada das instituições públicas. Além disso, ela, empurrando para o limite, para a fronteira, as aporias da linguagem hegemônica decorrentes do problema da mediação, aponta também para as insuficiências intrínsecas às *representações* como tentativa de tornar o monarca presente em longínquas conquistas.

Transcrição

Torre do Tombo

Papéis do Brasil – Avulsos

Maço 3 – documento 13

Cópia. Senhor. Dizem os moradores, povoadores e cultivadores do vasto sertão da América existentes nas Capitânicas da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e de Goiás que eles suplicantes têm descoberto, conquistado e povoado o mesmo sertão à sua custa, com o maior desvelo, cuidado e risco das próprias vidas, não só por utilidade própria, quanto igualmente em benefício e extensão da monarquia portuguesa, aumento e propagação da Santa Madre Igreja, nos muitos gentios brasílicos que domesticam e recebem o santo batismo e dogmas da nossa santa fé católica, dando obediência às leis e decretos de VMaj para aumento do Real Erário e glória de Jesus Cristo, sem perceberem de tanto cuidado e desvelo, com risco de vidas a que se expõem, impelindo continuamente os repetidos assaltos que lhes dá o mesmo gentio, que, à falta de quem lhes anuncie a verdade evangélica e o direito das gentes, se atrevem a lhes tirar as vidas e a seus gados e mais criações, queimando-lhes suas casas e destruindo suas culturas sem piedade; e de todo este desvelo, têm por utilidade própria a propagação dos seus gados, que nos anos férteis multiplica[m] em abundância, os quais vêm dispor a Minas para do seu rendimento comprarem escravos, ferramentas para a cultura e armas para a defesa do gentio e dos tigres, onças e outras feras que lhes matam as criações, e com o mesmo cuidado irem descobrindo, conquistando e povoando novas colônias e campos desertos e baldios, fazendo neles novas povoações para benefício próprio e igualmente da Coroa, a quem anualmente pagam sem discrepância os dízimos que se cobram pela Real Fazenda, para que esta lhes mande assistir com o pasto espiritual do qual lamentam falta pelo descuido ou cobiça dos operários, pois além dos benesses que cobram da Real Fazenda, por piedade de VMaj, também cobram dos fregueses por cada um dos cristãos que desobrigam na Quaresma, fâmulos, escravo maior ou menor, de cada um trezentos réis, e às vezes mais, conforme a distância, ficando-lhes suas igrejas paroquiais distantes de suas fazendas trinta e mais léguas; causa por que lhes é forçoso

fazerem capelas à sua custa e pagarem a capelães que lhes digam missa e administrem os sacramentos no ato da morte e ainda na Quaresma ou Páscoa, o que não sucederia se os operários cuidassem mais na salvação das almas do que no próprio interesse; porque então dariam os trezentos réis que cobram de desobriga [a]os capelães, e seria menos sensível aos povos a conservação dos mesmos capelães e capelas para bem da salvação de suas almas. Estas e outras desordens indizíveis choram os miseráveis vassallos de VMaj nesta longínqua conquista, sem haver um ministro que o represente [a]o Real Conselho, e lhe acudir com pronto remédio, pois a verdade se esconde vendo que o interesse tudo suborna, repartindo-se dádivas pelos pagadores que cá carregam os famosos tubarões, que, como vêm famintos, tudo atropelam, e padecem os miseráveis navegantes a pique do total naufrágio, à falta de bom piloto; estas e outras razões são a causa de se verem os povos e suas fazendas e moradias já eretas a pique de se perderem se lhe não acodir com pronto remédio, pois já se não repetem novos descobertos e conquistas há mais de vinte anos, principalmente no vasto sertão, onde o gentio faz maiores estragos; porque dispondo os moradores, conquistadores e povoadores seus gados em Minas, para com o produto suprir estas despesas e conservar as fazendas já povoadas, encontram à entrada de Minas o pagarem por direitos por cada uma cabeça de gado mais do que valem os mesmos gados, porque se até o ano de 1751 pagavam mil e duzentos réis, hoje acresceu mais do que o dobro, pagando de cada cabeça dois mil quatrocentos e setenta e cinco réis, a saber, mil e quinhentos réis para o rematante do contrato chamado das entradas; quatrocentos e cinquenta réis de subsídio voluntário que ofereceram as câmaras de Minas a VMaj por tempo de dez anos por causa da terrível perda que teve o Erário no formidável terremoto do primeiro de novembro de 1755, e são passados vinte e um anos que o estão pagando só os credores do sertão e os do negócio como obedientes, leais e amantes vassallos; e mais duzentos vinte e cinco réis de outro subsídio chamado literal, sem terem filhos em povoado, onde só se dá estudo, por lhe[s] ser penoso o estudar em tanta distância; e finalmente, trezentos réis às câmaras, onde entram a dispor os mesmos gados, que na verdade, Real Senhor, lhe não dão nem para os direitos pela decadência em que há vinte anos se têm posto as Minas; e por isso se vêem obrigados por extrema necessidade a deixar a custeação das mesmas fazendas, onde só aproveitam o que sustentam a vida, não só em prejuízo próprio, como igualmente da propagação da monarquia portuguesa, pois além do apontado tributo, se lhes seguem outros danos inatendíveis dos cobradores dos mesmos direitos, que geralmente são os mesmos pagadores que carregam os tubarões faltos de piedade, por se sustentarem com a abundância do patrimônio real e à custa dos suplicantes, e o mesmo fazem os soldados guardas dos registros onde se cobram os mesmos direitos, os quais uniformemente com os cobradores lhes fazem sensíveis violências alheias da razão e justiça com que VMaj é servido mandar manter seus vassallos com verdade e justiça, cobrando com violências de bárbaros, o que não mandam as condições com que foi criado e estabelecido aquele contrato e a cobrança e arrecadação daquele subsídio; pois, mandando as mesmas condições, expedidas pelo Real Conselho Ultramarinos e asinadas pela real mão, que se cobre de cada cavalo ou outra besta que entrar a primeira vez para Minas sem carga nem pelo, sem sela e não montada, se atremem os mesmos soldados e cobradores a cobrarem não só dos que vêm montados, senão também dos carregados e das próprias cargas, contra toda a razão e justiça, negando aos viandantes e comerciantes as próprias condições com que foi estabelecida aquela cobrança, a fim de não saberem alegar de sua justiça pelo próprio interesse sem lhes atenderem a justa queixa com que lamentam estas e

outras violências. Igualmente padecem outras dos rematantes das passagens dos rios caudalosos, onde forçosamente arriscam seus gados à corrente dos mesmos, amparando o lote dos gados só unicamente com uma canoa, e deixando-lhes morrer muitos afogados, que justamente lhes devem pagar, pois cobram tanto do pobre, que passa menos, como do mais abastado, que passa mais; tanto lhes paga o que passa quatrocentas cabeças, como o que passa cem, o que não parece justo, pois, na verdade, deve ser arbitrado um tanto por cabeça para que assim pague o pobre como pobre e o abastado como abastado, e aquele criador que mora nas margens dos rios e se não quer valer do seu adjutório, e ainda outro qualquer que viaja e arrisca seus gados à corrente dos rios, parece de justiça deve ser isento desta paga, visto que não é tributo real. Os suplicantes, Real Senhor, não duvidam como vassalos pagarem o que está há muitos anos determinado pelo Real Conselho, e só põem na real presença de VMaj as violências extraordinárias com que são oprimidos e o não se atender ao que se determinou em junta das câmaras ou seus procuradores na presença do governador José Antônio Freire de Andrade, hoje conde de Bobadela, e mais ministros que lhe assistiram em julho de 1776, tempo em que foi imposto o mesmo subsídio, o qual termo se fez na capital da Vila Rica, no qual determinou que os cortadores da carne a repartissem aos povos, dando por cada uma oitava de ouro trinta e oito libras de carne, para que assim se tirasse nos dez anos este voluntário subsídio com suavidade e sem vexame a nenhum dos povos, rico ou pobre. Tudo, Senhor, hoje se acha falto desta pia observância, ou por descuido dos ministros ou por culpa das câmaras que o não representam a quem governa, ou atendendo só a conveniência presente e própria, sem anteverem a ruína futura do corpo da república e da monarquia, porque, com a diminuição do preço de seus gados e cargas das entradas para Minas e violências irrisanáveis, não podem os suplicantes conservarem suas fazendas com as precisas fábricas, e muito menos conquistarem nem povoarem de novo, indo tudo em irremediável cadência. Tudo se pode ainda remediar fazendo observar a postura de trinta e oito libras de carne por cada uma oitava de ouro, porque assim pagam igualmente ins e outros, como igualmente vassalos da mesma Coroa, e não se atreverão os comerciantes da Comarca do Rio das Mortes oferecerem cinquenta e sessenta libras por oitava de ouro, cujos criadores lhe[s] barateiam os gados por estarem isentos, por moradores dos limites de Minas, do cargo de direitos, e só pagarem os dízimos e às câmaras os trezentos réis de cabeça, aumentando a ruína dos suplicantes, que devem ser atendidos como propagadores da monarquia; pois quando VMaj seja servido não os poder aliviar da carga do subsídio e diminuição dos direitos, não padecem nem o aumento do comércio, que sempre foi coluna que conserva permanentes os reinos e os impérios, e ficando pagando assim igualmente os povos de Minas, como os do sertão, sem vexame a nenhum, principalmente evitando[s] o que lhe[s] fazem os soldados e cobradores às entradas dos registros, e que se observe o mandado nas condições, e que estas sejam patentes aos viandantes para saberem o que se manda cobrar, e que a cobrança se faça com toda a moderação possível, porque assim, Real Senhor, terá VMaj todos contentes e satisfeitos de justiça, e a monarquia propagada, e o rebanho de Cristo multiplicado.

P. a VMaj seja servido pôr os reais olhos de piedade nos seus reais vassalos desta conquista, tão distantes de seu Rei e Senhor, aos quais ouvidos apenas chegam as vozes e clamores dos desvalidos e perseguidos, e que profiram nos cargos reais só os beneméritos e prudentes vassalos que sejam dignos dos tais empregos. E receberá mercê. José Pires de Carvalho Albuquerque.

Representações da paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na escrita do governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares (século XVIII)

Otávio Ribeiro Chaves¹

Introdução

Na primeira metade do século XVIII, sertanistas oriundos da capitania de São Paulo avançaram em direção ao centro da América do Sul, atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, descobrindo jazidas de ouro e aprisionando indígenas. Esse processo deve ser visto como incluído em uma série de acontecimentos que ultrapassa o âmbito da América portuguesa, pois, desde meados do século XVII, Portugal foi perdendo o controle de suas ricas possessões no Oriente, o motivo, *grosso modo*, deveu-se às constantes disputas entre as principais nações européias, como a França, Inglaterra e Holanda, interessadas em ampliar o poderio econômico e comercial naquela área. A disputa comercial foi intensificada a partir da criação de companhias de comércio holandesas, inglesas e francesas, alargando os vínculos entre essas nações com o Índico, a América do Norte e o Extremo Oriente. O avanço colonial para as Antilhas e o litoral ocidental da África também foram visíveis, fazendo com que as Coroas ibéricas, gradativamente, perdessem esses mercados.

As disputas entre Inglaterra e França, em busca da hegemonia política no velho continente europeu, arrastaram as nações de menor estatura, como Portugal e Espanha, em uma série de conflitos bélicos, como a guerra de Sucessão ao trono espanhol. Este episódio teve fim com a assinatura do Tratado de Utrecht, em 1713, permitindo que as nações ibéricas vivessem relativo período de paz. No entanto, episódios como a sucessão ao trono da Polônia (1733-1748) e da Áustria (1740-1748) colocaram, novamente, franceses e ingleses em lados opostos. Quando as relações entre a Inglaterra e a França tornavam-se mais acirradas, as suas antigas aliadas, Portugal e a Espanha, ficavam ao sabor da instável política européia, o que acabou provocando tensões nas fronteiras das suas possessões americanas, agravando ainda mais as difíceis relações entre essas duas nações. Mesmo com a assinatura do Tratado de Utrecht, colonos luso-brasileiros e espanhóis vinham se enfrentando na região platina. O interesse português nessa região se justificava pelo controle da Colônia do

¹ Departamento de História. Universidade do Estado de Mato Grosso. UNEMAT – www.unemat.br / Campus de Cáceres.

Sacramento, lugar estratégico, entreposto militar e comercial erguido, em 1680, em pleno território espanhol.²

As Coroa ibéricas, já nesse período, enfraquecidas devido a perdas dos seus principais mercados coloniais, deparavam-se cada vez mais com a iminência de possíveis invasões, por parte de outras nações europeias, de suas ricas possessões americanas. As negociações para a definição de um tratado que fixasse os limites entre os domínios portugueses e espanhóis, na América do Sul, tiveram início em 1746, culminando com a assinatura do Tratado de Madri, em janeiro de 1750. Nesse ínterim, em maio de 1748, a Coroa portuguesa criou a capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, peça estratégica da diplomacia lusa interessada em garantir a posse definitiva dos espaços conquistados pelos sertanistas paulistas nas primeiras décadas do século XVIII. Tratava-se de atribuir governos às dispersas espacializações, procurando desta forma, integrá-las ao restante do Império português, para garantir a defesa, principalmente, das capitanias Rio Grande de São Pedro e da recém-criada capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, por estarem próximas aos domínios espanhóis, o que implicava em cuidados redobrados por parte da administração reinól. Com a criação da nova capitania, pretendia a Coroa dar continuidade à reorganização político-administrativa do extenso território da América portuguesa: dividi-lo para administrá-lo com maior eficiência e garantir a posse de vastas áreas de terras ao Oeste da América portuguesa.

Com base nessas decisões, governadores e capitães-gerais foram enviados para a fronteira mais ocidental do Império Português, visando garantir a governabilidade da nova capitania. Antonio Rolim de Moura Tavares (1751-1765); João Pedro da Câmara (1765-1769); Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772); Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789) e João de Albuquerque e Mello Pereira e Cáceres (1789-1796) foram os representantes nomeados com base em critérios políticos e sociais definidos pela Monarquia portuguesa. Eram homens pertencentes à nobreza portuguesa, foram formados durante a “Era das Luzes”. Segundo Mafalda Soares da Cunha, cabia a Coroa portuguesa nomear os funcionários régios que iam atuar além-mar, visando o desempenho das funções “das mais variada índole que corria com a par com o desenvolvimento de um aparato administrativo e com a necessária estruturação das hierarquias e relações de subordinação política”.³

² BICALHO, Maria Fernanda. **A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no Século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51-80.

³ CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e Governantes no Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda. & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português Séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 71.

Neste artigo, pretendemos discutir sobre as representações da Paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, utilizando manuscritos elaborados pelo governador e capitão-general Antonio Rolim de Moura Tavares (1751-1765).⁴ Não se trata de estudos biográficos, apesar de consideramos a importância desse tipo de fonte. Durante a vinda e a permanência de Rolim de Moura no território da América portuguesa, desde a saída de Portugal até a chegada ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo, atingindo o seu destino, em 1751, no distrito do Mato Grosso, foi produzido uma vasta documentação como correspondências, diários, relatórios, legislação, mapas, etc.

Problematizar como esse governante, utilizando esta variada documentação, estabeleceu formas de percepções sobre a fauna, flora, populações, etc., pode nos proporcionar a leitura de um conjunto de imagens elaboradas da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, espacialização colonial que era fronteira com os domínios da Espanha na América do Sul, no século XVIII.

Capitania-fronteira-mineira,⁵ na qual viviam populações que habitavam diferentes ecossistemas, e possuíam vivências socioculturais múltiplas, diferenciadas. Tais leituras podem contribuir para estabelecermos comparações, avançarmos na compreensão sobre as transformações que ocorreram no território mato-grossense, nesses 294 anos, antes antiga capitania e, hoje, Estado de Mato Grosso. Como frisamos, a Coroa portuguesa instruiu as ações político-administrativas do governo de Rolim de Moura, que teve início após a assinatura do Tratado de Madri (1750):

Esperava a Coroa, a partir do Tratado de Madri, dar continuidade à reorganização político-territorial iniciada no reinado de D. João V, delimitando as fronteiras de sua possessão americana, de modo a prover esses espaços com população e tropas militares e propiciar o incremento de atividades produtivas e comerciais, visando garantir a soberania portuguesa nessas dilatadas regiões. Nesse sentido, a capitania de Mato Grosso, em especial, o distrito do Mato Grosso [...] era o espaço mais vulnerável, considerado uma fronteira aberta para investidas de jesuítas e tropas espanholas.⁶

⁴ Este artigo é uma versão inicial, resultante do projeto de pesquisa intitulado “Representações da Paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, com base na Escrita dos Governadores e Capitães-Generais Antonio Rolim de Moura Tavares e Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Século XVIII”, apresentado a Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – FAPEMAT”, em 2012.

⁵ JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. Niterói: Tese de Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁶ CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português, século XVIII**. Curitiba: Tese de Doutorado em História -

Um dos objetivos contidos nas Instruções de 1749, entregues pela Coroa português ao governador Rolim de Moura, era o estabelecimento de povoações, requisito principal para garantir o controle político-territorial e a integração entre os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão.

Representações, Natureza e Paisagem

O estudo das representações nos permite compreender “as dimensões históricas das relações entre os homens e a natureza”,⁷ contribuindo para desvelar as diferentes concepções da natureza e da sociedade. Assim, ao estabelecermos o contexto histórico da formação da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, procuraremos dimensionar quais foram os desafios deparados pela Coroa portuguesa e às soluções encontradas para o povoamento, produção, comércio, defesa, etc., desse espaço de conquista colonial. Em recente tese de doutorado intitulada “Antônio Rolim de Moura e as Representações da Paisagem no Interior da Colônia Portuguesa (1751-1764)”, a historiadora Loiva Canova,⁸ levantou questões sobre como o 1º Governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso e Cuiabá percebeu “a terra, a fauna, flora e as composições morfológicas da natureza durante o longo percurso que fez do Rio de Janeiro [...] até a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, na parte mais central da América do Sul, na Capitania de Mato Grosso”. Nesse texto, a autora estabeleceu alguns pontos para a sua análise: “como Rolim de Moura construiu a paisagem do interior da colônia americana? O que registra e observa acerca da paisagem? Qual o filtro histórico-cultural incluso em suas percepções?”. São pontos que consideramos importantes, porém, podemos ampliar, avançando para outro conjunto de questões, como por exemplo, este governante luso através dos seus registros (manuscritos, desenhos, cartografia, etc.) como construiu noções de espaço, território e fronteira?

Ampliando a percepção sobre o conceito de representações, Roger Chartier⁹ ressalta que:

Universidade Federal do Paraná, 2008, p. 62. Disponível na Internet: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/o-programa/>

⁷ CASTRO, Maria Inês Malta. **Cientistas, políticos e aventureiros: imagens e representações da natureza e ocupação do território mato-grossense (1850-1930)**. Artigo apresentado no Simpósio de História Ambiental Santiago/Chile. Disponível na Internet: <http://www.historiaecologica.cl/rdiscurso5.PDF>

⁸ CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as Representações da Paisagem no Interior da Colônia Portuguesa (1751-1764)**. Curitiba: Tese de Doutorado em História - Universidade Federal do Paraná, 2011, p. 01-12.

⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Tradução de Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S/A, 1990, p. 17.

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos coma posição de quem os utiliza”.

As formas de representações da Paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, elaboradas por Rolim de Moura, na segunda metade do século XVIII, de antemão podemos afirmar que eram eivadas de juízos de valores. Os olhares sobre a Paisagem [e tudo o que nela é representado] são “escalas”, delimitações da Natureza. Segundo Olga Maria Castrillon-Mendes:

a paisagem não existe na natureza, o que existe é a subjetividade do olhar “cósmico” [...] Assim, a natureza é concebida como forma da totalidade e a paisagem como parte desse conjunto de elementos, presididos pelo sentimento da ordem, da subjetividade e da afetividade, que vai permitir que um “pedaço da natureza” constitua uma paisagem. Não que essa forma pressuponha apenas um dado da natureza, mas estabelece a invenção/construção histórica, pela qual as obras dos pintores, dos escritores e dos fotógrafos modelam o olhar e constituem as imagens de um país, como fala Alain Roger (1997); portanto, como invenção histórica e não um dado da natureza.¹⁰

Para Tiago Bonato,¹¹ “a paisagem, quando representada, torna-se uma imagem. O todo do espaço físico é compilado em uma representação, seja ela pictórica, descrita oralmente, textual ou quaisquer outros meios. A imagem está longe de ser o espaço real. Por definição, é apenas uma representação”. Como ressalta Canova, quando se propõe estudo sobre as formas de representações da Paisagem da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, utilizando a documentação manuscrita do governador Rolim de Moura – pretendemos privilegiar “como o oficial português olhou para a paisagem, representando-a em textos, em um processo que vai da percepção à

¹⁰ CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. **Taunay viajante e a construção da imagética de Mato Grosso**. Campinas: Tese de doutorado em História - Universidade estadual de Campinas, 2007, p. 122.

¹¹ BONATO, Tiago. **Construindo a paisagem da América Portuguesa: imagens textuais nos relatos de viagem do final do período colonial**. Londrina: II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2009, p. 96-100. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Bonato_thiago.pdf>. Acesso em: 30 de jan. 2010.

representação e vice-versa, em meio à criação sócio-imaginária”.¹² Representações da Paisagem que revelam aspectos das povoações (arraiais, vilas, fortalezas, fazendas, distritos, etc.), fauna, flora, os recursos mineralógicos e sobre as populações estabelecidas nesses ambientes urbanos e rurais. Trata-se, também, de verificar se essas representações foram elaboradas como “elementos ‘reais’, objetivos e funcionais? Ou também eram-lhes atribuídos valores subjetivos, simbólicos?”¹³

Os “projetos” pensados por esses administradores coloniais visavam à solução de inúmeros problemas como, por exemplo, a necessidade de estabelecer povoações na dilatada capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá; da utilização dos recursos naturais (ouro, diamantes, etc.), de forma *racional*, procurando assim otimizar a produção voltada aos interesses da Coroa portuguesa. Portugal dependia da devastação das matas para construção de vilas, fortalezas, distritos; da busca insana do ouro e diamantes; do deslocamento das populações indígenas, de suas terras ancestrais, para novas áreas. Para que isso se concretizasse, havia, então, a necessidade do controle dos rios como o Guaporé e Paraguai. Nas suas margens, fixaram núcleos populacionais, construíram artefatos de defesa (destacamentos militares, fortalezas, povoações ameríndias, etc.), visando conter os incômodos vizinhos espanhóis do Vice-Reinado do Peru. A reorganização político-territorial da América portuguesa pode ser considerada como ponto almejado pela Coroa, naquele contexto histórico. Nesse sentido, o conhecimento de rotas fluviais, fixação de populações em lugares estratégicos da capitania era imprescindível, além de outros pontos, para a garantia da ocupação e conquista definitiva do território colonial.

O ouro, o indígena e a ideia de civilização

Na era da “ilustração”, a “descrição” da natureza era imprescindível, pois possibilitava com que Portugal estabelecesse conhecimento mais amplo sobre a sua possessão americana. A Paisagem [e tudo o que nela existia] era revelada pelos olhares treinados de seus governantes. Ideias científicas, filosóficas, noções de tempo, enfim, encontravam na recém-criada capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá um ambiente propício para inovações/experimentações, pois, espécies de animais, flora, eram conhecidas. Neste período, deu-se início a demarcação de fronteiras entre os domínios da Espanha e Portugal; florestas eram derrubadas para a construção de povoações, fortalezas e fazendas. Buscava-se a conversão de

¹² CANOVA, Loiva. As Representações de Antônio Rolim de Moura sobre a Paisagem no Interior da América Portuguesa no Século XVIII. **Revista Crítica Histórica**. Ano I, Nº 2, Dezembro/2010. Disponível na Internet: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica>

¹³ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D’El Rei: Espaço e Poder nas Minas Setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira; Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 535.

populações indígenas à civilização. Africanos e crioulos escravizados eram destinados para unidades produtivas: havia movimentos, interações, conflitos, aprendizagens entre esses diferentes grupos étnico-populacionais.

O século XVIII foi uma época de difusão de ideias, elaboração de discursos e práticas “científicas” – o século da razão, do conhecimento, da apropriação. A capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá surgia assim, como um laboratório fecundo para a difusão do conhecimento “iluminista”. Maria de Fátima Costa, enfatiza que esse período “caracterizou-se por grandes avanços nas ciências, que, impulsionadas pelos novos conhecimentos e métodos, lançavam luzes sobre as diversas áreas do saber”. Diz ainda:

Na década de 1750 e já na vigência do tratado de Madri, tentando garantir os ricos territórios conquistados, Portugal pôs em prática uma agressiva política de ocupação e, desprezando o seu maior núcleo populacional no Cuiabá, fundou Vila Bela da Santíssima Trindade, no vale do Guaporé, para ser a capital da recém-criada capitania de Mato Grosso e Cuiabá (1748). Às faldas das missões jesuítas espanholas, em território chiquitano, a capital situava-se em um lugar de total insalubridade, porém fundamentalmente estratégico. Para governar a nova capitania foram nomeados homens da mais nobre estirpe lusitana. Estes, orientados pela corte, promoveram uma vigorosa política de ocupação e defesa, plantando fortificações, presídios, povoações, vilas e arraiais por toda a aurífera raia fronteiriça, tanto na região do Guaporé como na banhada pela bacia paraguaia.¹⁴

Como se percebe, com a assinatura do Tratado de Madri, a Coroa portuguesa procurou garantir as conquistas territoriais feitas pelos sertanistas paulistas na parte central da América do Sul, ainda, na primeira metade do século XVIII. Os registros que os agentes coloniais procuraram fazer, desde o momento da sua chegada ao território americano, trataram de inventariar as rotas fluviais, caminhos, descrições das populações, apontamentos sobre as riquezas minerais, etc. Podemos notar através da leitura da missiva de 1755, enviada pelo governador da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, Antonio Rolim de Moura para Diogo de Mendonça Côrte Real, que, ocupava a função de Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, imagens elaboradas sobre vários aspectos da capitania.

¹⁴ COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**. Rio de Janeiro: vol. VIII (suplemento), p. 998, 2001.

Ninguém pode saber com certeza o que está debaixo da terra, mas segundo a experiência de homens práticos é provável que se descubra ouro neste Distrito em muitas mais partes do que se tem achado até agora [...] Não há dúvida que alguns índios, chegam a aprender a ler, e a escrever ainda dos que estão em mãos particulares, e no Cuiabá me consta haver um que até sabe contar, porém o ordinário é não terem capacidade para isso, e antes muitas vezes entro na dúvida se a maior parte deles chegam a ter o uso da razão e isso é a causa da prática que se lhe têm introduzido as aldeias e tratar tudo como menores sendo isso preciso ainda para conservarem a fé a doutrina porque de outra forma com a mesma facilidade que a recebem, se esquecem dela, o que se está vendo em alguns que depois de muitos anos de confissão, e comunhão fogem pelo mato, e lá tornam a viver como antes”.¹⁵

Através dessa missiva de Rolim de Moura, podemos perceber as imagens projetadas sobre a ideia de civilização, pensada pelo governador, que consistia na possibilidade de tê-los [indígenas] envoltos com a maneira de se viver do “homem civilizado” do continente europeu: formas de se vestir, alimentar, postura corporal, trabalho e ter habilidades com o comércio. O “viver” em civilização significava para o governador que as populações indígenas aldeadas deveriam falar a língua portuguesa, ter conhecimentos básicos sobre operações comerciais e desenvolver atividades produtivas atreladas às redes de produção e de comércio. Ser “livre”, “racional”, “cuidar de si”, eram valores que a Coroa esperava que os ameríndios aldeados adquirissem.

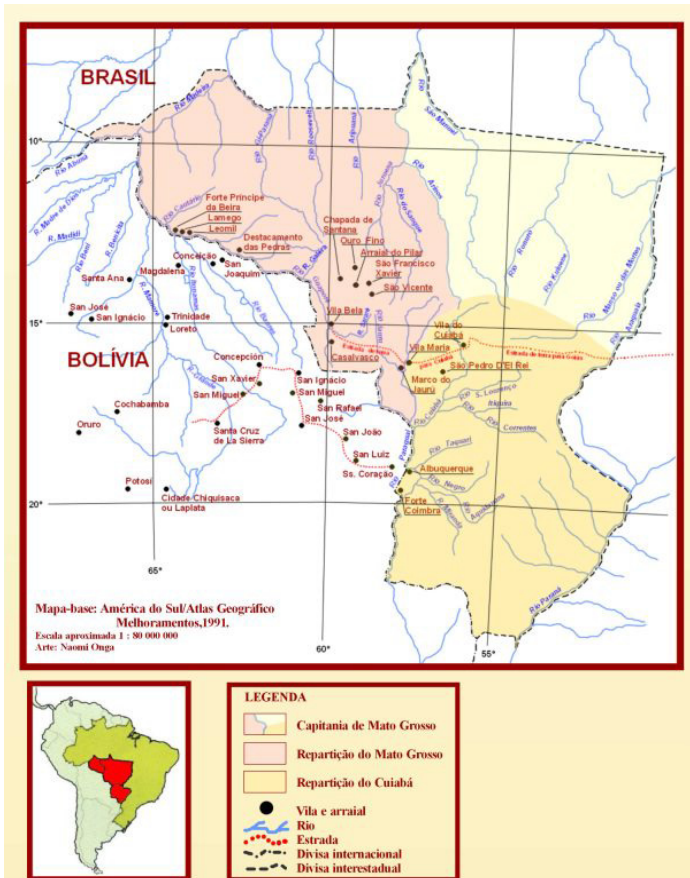
Alguns anos depois, as dificuldades enfrentadas pelo governador para o estabelecimento de povoações ameríndias na nova capitania do Império português, eram reveladas através das correspondências enviadas ao governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Declarava o governador que tinha procurado, com base no Diretório dos Índios, colocar em prática na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá, a criação de povoações ameríndias em pontos estratégicos da fronteira com os domínios da Espanha. Em carta escrita em 15 de novembro de 1758, imagens iam sendo reveladas sobre a “natureza bruta” das populações indígenas que viviam naquela capitania, a seu ver, isso impedia o avanço dos ideais civilizatórios.

¹⁵ **NDHIR/UFMT.** Carta a Diogo de Mendonça Côrte Real em 31 de janeiro de 1755, Documento 047. *D. Antônio Rolim de Moura*, Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais. Vol. 02. Compilação, Transcrição e Indexação: Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecilia Guerreiro de Souza e Nyl-Iza Valadão Freitas Geremias. Cuiabá, MT, Universidade Federal de Mato Grosso, Imprensa Universitária, 1983.

com grandíssimo gosto, e admiração pela ordem, clareza, e miúda providência que está feito. A grande brutalidade, a falta de raciocínio dos índios faz rezear, que não tirem dele todo o proveito, que, aliás, se devia esperar: mas se por este meio se não reduzirem à civilidade e racionalidade das mais nações, pode assentar-se, que o não há. O despertar-lhe as paixões de vaidade, de ambição, de desejo de adquirir, e viver com cômodo, como Vossa Excelência procura fazer por via do Diretório...¹⁶

A percepção do governador luso revelam noções de território e população que deveriam ser organizados na nova capitania do Império Português. A ideia era transformar os indígenas em vassalos, colocá-los a serviço da Coroa. Nesse sentido, a tão reclamada presença dos missionários jesuítas, feita por Rolim de Moura às autoridades em Lisboa, era fundamental, pois o trabalho de “conversão” dessa população ficaria sob os cuidados dos religiosos. Este é um dos aspectos, a percepção sobre as populações indígenas, observado nas correspondências do governador e capitão-general Rolim de Moura que denota como esse governante colonial pensava a organização espaço, da inclusão das populações indígenas nas atividades produtivas que interessavam à Coroa. Mais do que isso: a leitura da vasta documentação produzida por esse agente colonial, certamente, não se restringe somente na percepção da sociedade colonial luso-brasileira. Como mencionamos, a fauna, flora, os recursos minerais, as povoações foram alvos dos olhares e da escrita desse governante luso, na segunda metade do século XVIII.

¹⁶ **NDHIR/UFMT**. Carta de Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 15 de Novembro de 1758. Documento 111. *D. Antônio Rolim de Moura*, Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais. Vol. 02. Compilação, Transcrição e Indexação: Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecília Guerreiro de Souza e Nyl-Iza Valadão Freitas Geremias. Cuiabá, MT, Universidade Federal de Mato Grosso, Imprensa Universitária, 1983.



Fonte: FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Cuiabá, MT. 2003. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível na Internet: <http://www.ppghis.com>

Natureza infernal: moléstias que não acabam mais...

A ideia da Paisagem que se constrói da capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá está associada à noção de paisagem ausente. O conteúdo da paisagem americana é reestruturado a partir dos interesses, dos valores culturais europeu. As paisagens são imagens construídas da natureza. Significa a experiência humana determinando a relação com as coisas que existem na natureza. As paisagens são imagens instituídas de valores, sentimentos, estética, moral, etc. Durante o processo de demarcação das fronteiras entre os domínios de Portugal e da Espanha na América do Sul, na década de 1750, quando a 3ª Partida Sul desenvolveu suas operações demarcatórias desde as

vertentes do rio Paraná até a boca do rio Jauru (distrito do Cuiabá), houve esforços por parte das coroas ibero-americanas, no sentido de organizar, obter melhor definição dos seus territórios coloniais, pois:

As atividades de demarcação do Tratado de Madri na América do Sul tiveram relativo atraso, devido à morte do rei D. João V, em 31 de julho de 1750, adiando o início dos trabalhos para o ano seguinte. Duas comissões demarcatórias foram constituídas por profissionais nomeados pelas respectivas Coroas. A comissão da parte sul teve como comissários principais, do lado português, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela), e do lado espanhol, o Marquês de Val Lírios. Também foram nomeados José Custódio de Sá e Faria, representante da Coroa portuguesa, e D. Manuel Antonio de Flores, do lado espanhol, como comissários responsáveis para estabelecer os marcos fronteiros até a foz do rio Jauru, na capitania do Mato Grosso.¹⁷

Demarcar os domínios ibero-americanos significava para as Coroas de Portugal e da Espanha, garantir, efetivamente, o controle político-territorial de antigas espacializações indígenas, visando controlar a produção e o comércio, evitar o acesso de inimigos estrangeiros, ter populações ordenadas em povoações civilizadas e prósperas. Como afirma o historiador Carlos Alberto Rosa: “Conquista e colonização eram práticas de “tomar” espaço, de “produzir” espaço, de espacializar-se”.¹⁸

Neste contexto, o olhar do governador Rolim de Moura, no período que se teve início o processo de demarcações de fronteiras na América do Sul, era de temeridade. Em novas missivas enviadas para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, declarava o governador sobre as dificuldades que os comissários portugueses e espanhóis enfrentariam até chegar ao ponto designado para o trabalho de demarcação, que era a foz do rio Jauru. Para ele, o distrito do Mato Grosso era um lugar infestado de moléstias como “sezões”, “escorbuto”, etc., que atacavam “a maior parte da gente” atingindo “não só nos pretos, mas em todos os camaradas”. Preocupado, o governante esclarecia a Mendonça Furtado:

¹⁷ CHAVES. **Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português, século XVIII...**, p. 76.

¹⁸ ROSA, Carlos Alberto. O Urbano Colonial na Terra da Conquista. In: ROSA, Carlos Alberto. e JESUS, Nauk Maria de. (orgs.) **A Terra da Conquista: História de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Editora Adriana, 2003, p. 11.

Ainda que este ano entrou com maior vigor, contudo, eu com mais ou com menos força, é quase infalível adocerem os que entram nestas minas em fim das secas, ou princípios de águas; e essa é a razão de haver escrito a Vossa Excelência na minha última, que me parecia muito conveniente que os comissários fizessem a sua viagem de forma, que chegassem aqui em maio. Eu bem vejo que para este fim será preciso apanharem as águas em caminho, o que é bastante trabalhoso, o que se lhe dá de fazer árduos a eles; mas como aqui não há meio, vista a grande dilação da viagem, parece-me, que é melhor sujeitarem-se a esse descômodo do que exporem-se a virem estar nesta Vila meses doentes, e talvez anos, como a mim sucedeu, e a toda a minha comitiva, que também aqui chegamos em dezembro.¹⁹

No relato do governador, a natureza é descrita como “infernál”, causadora de doenças, desgraças intermináveis. Temia que a comitiva da Terceira Partida Sul sofresse os infortúnios que ele tinha passado quando chegou ao distrito do Mato Grosso, visando fundar a Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), sede político-administrativa da capitania. Na sua narrativa, procurou esclarecer o período em que a *natureza* era mais inimiga do homem: era no tempo das águas, que começava no mês de novembro e se estendia até o mês de março. Para ele, o período ideal para que os comissários chegassem às imediações do rio Jauru, era em fins de maio. Tempo da seca, do plantio, tempo de renovação da vida. Era o período apropriado para se conviver com a natureza.

Outro aspecto mencionado por Rolim de Moura trata da duração das viagens – entre os principais centros urbanos da América portuguesa até os distritos do Mato Grosso e Cuiabá poderia levar meses, até anos. Considerava que se as viagens fossem realizadas no tempo das águas, poderia ser mais perigoso, além da demora em se chegar ao destino predeterminado, havendo também inúmeros outros inconvenientes. Definia-se assim um calendário de viagens ditado pelo ritmo dos eventos da natureza. Na época das chuvas, aumentavam-se os perigos, as mortes por doenças, por ataques do gentio cavaleiro Guaycuru e dos Paiaguá, consideradas “Nações mui bárbaras, e ferozes”. Assim percebia, classificava o governador.

¹⁹ **NDHIR/UFMT.** Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 14 de fevereiro de 1755, documento 049. *D. Antônio Rolim de Moura*, Primeiro Conde de Azambuja (Correspondências). Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais. Vol. 02. Compilação, Transcrição e Indexação: Ana Mesquita Martins de Paiva, Maria Cecília Guerreiro de Souza e Nyl-Iza Valadão Freitas Geremias. Cuiabá, MT, Universidade Federal de Mato Grosso, Imprensa Universitária, 1983.

As imagens construídas sobre esses ambientes da natureza surgem nas narrativas do governador de forma ambígua. Ora a natureza aparece de forma prodigiosa, ora hostil. Populações nativas eram classificadas, alguns eram “ferozes”, “bárbaros”; outros apresentavam vestígios de civilidade. As imagens elaboradas pelo governador Rolim de Moura, em diferentes momentos, quando esteve na capitania geral de Mato Grosso e Cuiabá (1751-1769) constituem-se em repertório de memórias: suas concepções, valores, ideias, sentimentos, etc., no contato com as novas terras, eram sistematicamente observados, registrados e enviados para a Coroa portuguesa. Importantes são as observações feitas por Denise Maldí:²⁰

Na representação europeia do território e da fronteira indígenas no período colonial há um aspecto absolutamente básico, que deriva da ressonância da visão de mundo: o fato de que os espaços descobertos pelos colonizadores obrigaram o europeu, em primeiro lugar, a repensar todas as suas concepções geopolíticas. Conforme salientou Guillermo Céspedes de Castillo (1988), a fronteira medieval europeia foi formada no âmbito geográfico mediterrâneo, onde os rios eram rios e não coisas gigantescas e onde as montanhas e a paisagem como um todo eram relativamente familiares. Os homens mediterrâneos sentiam esta paisagem como uma medida de si mesmos. Em contraposição a esta Europa mediterrânea, a América encontrada era desmesurada, imensa: rios que pareciam oceanos, árvores de altura inacreditável. A diferença de escala no mundo físico foi um impacto, também porque abrigava uma humanidade distinta e desconhecida. Não é por outra razão que a construção da geografia da América se situaria numa relação dialética entre ficções, mitos e realidades, constituindo as imensas “geografias imaginárias”.

Estudos mais detalhados sobre esses registros pode nos também permitir a compreensão sobre as formas de manejos ambientais, decifrando como os diferentes grupos étnicos populacionais se relacionavam com a natureza, extraindo dela os recursos naturais necessários para a sua sobrevivência. As populações indígenas não tinham a mesma percepção e atitudes referentes ao trato com a natureza, comparando aos portugueses. Os africanos e descendentes (escravizados ou livres) tinham experiências socioculturais distintas desses grupos. Não havia homogeneidade cultural. As experiências foram outras. A Coroa portuguesa, na

²⁰ MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: **Revista de Antropologia**, USP, V. 40, n° 2, p. 188-189, 1997. Disponível em: www.fflch.usp.br/da/conteudo.html Acesso em: 09 mar. 2007.

tentativa de reorganização político-territorial, “projeto” empreendido durante o reinado de D. José I (1750-1777), procedeu a reterritorialização dos espaços ocupados pelas populações indígenas. Durante esse processo, registros foram feitos sobre práticas culturais desses sujeitos históricos: habitação, alimentação, organização política, etc.

Reconhecê-las através da escrita do governador Rolim de Moura, pode nos possibilitar a compreensão entre os modos de vida dessas populações do século XVIII, com remanescentes populacionais do Tempo Presente. Mais do que isso: como se prevaleceu uma noção de território, de produção, comércio e civilização na fronteira mais ocidental do Império português.

Historia ambiental e fabricação de madeiras na Capitania do Pará setecentista: Alguns apontamentos

Regina Célia Corrêa Batista*¹

A crise ambiental, com o aumento do aquecimento global e a necessidade de se traçar metas para a diminuição da poluição do planeta, trouxe à tona debates que retomam velhas questões sob novos olhares. O objetivo principal dessa nova historiografia, segundo Donald Worster, “se tornou chamar a atenção para a relação entre homem e meio ambiente, aprofundando o nosso entendimento de como através dos tempos os seres humanos afetaram e, inversamente, foram afetados pelo meio ambiente e com quais resultados”.²

Worster propõe ainda três níveis nos quais opera a história ambiental. O primeiro é entender como a natureza funcionava nos tempos passados, e para isso, o historiador depende muito do auxílio de outras ciências naturais como a geografia, a arqueologia e a ecologia, pois são elas que vão fornecer os suportes para que o historiador possa embasar seus estudos. O segundo nível se detém mais na tecnologia produtiva e a interação desta com o meio ambiente, ou seja, as várias tentativas do homem em transformar a natureza num sistema que produz recursos para o consumo. Finalmente, num terceiro nível estão presentes ideologias, leis, percepções e ética num diálogo entre um grupo de indivíduos com a natureza, ou seja, como esse grupo de indivíduos percebe e se relaciona com a natureza de acordo com suas percepções, ideologias e valores.

Para o autor em questão, o grande desafio dos historiadores ambientais não está em identificar esses três níveis e sim como e onde fazer a conexão entre eles, pois embora possamos identificá-los, eles constituem uma investigação única e dinâmica abrangendo uma grande variedade de assuntos.³

Segundo Drummond, três são as características metodológicas e analíticas principais da historia ambiental. Em primeiro lugar, quase todas as análises desenvolvidas tendem a focalizar uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural – o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas. Por outro lado, tais análises devem estar em constante diálogo com outras ciências naturais. Finalmente, para o autor, trata-se de explorar as interações entre o quadro

¹ Professora da Rede Pública Municipal em Marabá/PA. Graduada em História na Universidade Federal do Pará. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST)/UFPA.

² WORSTER, Donald. “Para fazer História Ambiental”. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 199, 1991.

³ *Ibidem*, p. 202.

de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.⁴

No que tange ao processo histórico de interação entre o homem e a floresta, este vem ganhando espaço entre a historiografia brasileira; podemos citar a contribuição de “*Caminhos e Fronteiras*”,⁵ onde o autor Sérgio Buarque de Holanda enfatiza a habilidade dos índios na floresta como forma de resistência ao projeto colonial; “*Mulheres da floresta*”,⁶ de Cristina Wolff Scheibe, onde a autora faz um intenso trabalho de história antropológica para analisar as relações de gênero nos seringais da Amazônia, enfatizando assim, as diversas estratégias de interação do homem com a floresta; “*Gestão florestal no Brasil Colônia*”,⁷ onde Carlos Castro dá ênfase ao manejo dos Paus Reais na colônia.

Este grupo de historiadores vem por vezes contestar teses consagradas na literatura nacional quando, por exemplo, rejeita a tese de “irresponsabilidade” das práticas florestais da Coroa e particulares na época colonial. Exemplo disso é o interesse pelas madeiras da América Colonial que sempre foram alvo de diversas estratégias políticas da Coroa para o seu aproveitamento.

Segundo Ângelo-Menezes & Guerra,⁸ a madeira brasileira é objeto da cobiça dos colonizadores desde o princípio da colonização, atividade que tende a intensificar-se quando descoberto o potencial dessa madeira para a construção de embarcações. A presença abundante de madeira, material nobre da construção em geral nos séculos XVII e XVIII, foi uma das descobertas mais importantes para impulsionar o interesse do colonizador na Amazônia.

Na formação histórica brasileira, a navegação, desde o começo, teria desempenhado papel de relevo singular, haja vista ser um país com imensa costa, onde pulsavam em seu interior infinitas veias hídricas representadas por furos, igarapés, lagos, lagoas, que se traduziam no principal meio por onde as pessoas se locomoviam e transportavam os seus gêneros, seja com fins comerciais ou não. Dai resulta a importância da construção de embarcações, a qual foi impulsionada em grande medida pela impressão de abundância e aparente facilidade na aquisição da

⁴ DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.” Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 81, 1991.

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição, 1994 [1956].

⁶ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁷ CASTRO, Carlos. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. Brasília: Tese de doutorado - Centro de desenvolvimento sustentável/UNB, 2002.

⁸ ÂNGELO-MENEZES, Maria de Nazaré & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as Fábricas Reais do período colonial e as atuais serrarias”. **Cadernos Ciências e Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 3, p. 123-145, set/dez 1998.

madeira, principal matéria-prima desta fabricação, que tiveram os primeiros povoadores.

No Estado do Grão-Pará e Maranhão, o interesse pelas madeiras da Capitania para fins de fabricação de embarcações, pode ser percebido quando, na chegada do Governador João da Maia da Gama, foi lhe pedido que “*tão logo chegasse a esse Estado vos informeis com toda a exaçoão e individualidade se nesse Estado se podem fabricar navios e de que porte e qualidade de madeyras se há para esta fábrica?*”⁹

Para a construção das embarcações geralmente se utilizava da técnica desenvolvida pelos naturais da região juntamente com o conhecimento dos mestres que eram enviados do Reino, as embarcações produzidas eram geralmente cópias, ampliações e aperfeiçoamento das indígenas. Como destacou Sérgio Buarque de Holanda, notadamente na navegação fluvial a influência indígena “foi decisiva”.¹⁰

Em todos os portos e feitorias que se iam organizando ao largo do litoral, estabeleciam-se pequenos estaleiros. Na América Portuguesa funcionaram três estaleiros para reparos e construção de navios. No Estado do Brasil funcionaram na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo na Bahia onde mais se fomentou a construção naval nesse período. Era prática dos navios que navegavam da Europa fazer uma parada no litoral brasileiro, antes ou depois de atravessar o Oceano Atlântico, para reabastecer; tentar recuperar a saúde dos doentes; e reparar as embarcações. “Uma das principais preocupações, afora água e alimentos era encontrar madeira para efetuar os reparos nas embarcações”.¹¹

O Pará foi, depois da Bahia, o local onde maior desenvolvimento teve a construção naval. O Arsenal foi ali localizado por ser um local estratégico de fronteira e possuir em suas cercanias muitas matas que disponibilizariam a matéria-prima necessária para o funcionamento da empresa naval.

O Padre João Daniel,¹² no século XVIII, percorreu aldeias e fazendas na Amazônia fazendo um inventário das diferentes espécies de madeiras. Em seus textos encontramos espécies como o piquiá (*Caryocar villosum*), o acapu (*Vonacopona americana*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e a maçaranduba (*Manilkara huberi*), entre outras.

Segundo Daniel, a riqueza do rio Amazonas se devia muito à grande quantidade e variedade de suas espécies lenhosas que podiam se encontrar na imensidão de suas

⁹ Projeto resgate, AHU, códice 269, f. 192v.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, p. 19.

¹¹ HUTTER, Lucy Maffei. **Navegação nos séculos XVII e XVIII**. Rumo: Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005 (Coleção Estante USP 500 anos), p. 328.

¹² Padre João Daniel, jesuíta, natural de Travassos, diocese de Viseu, Portugal, cronista da Companhia de Jesus, viveu na região amazônica entre 1741 e 1757 quando foi preso por ordem do Marquês de Pombal. Na prisão ele sistematizou tudo o que sabia sobre a Amazônia e escreveu *O tesouro descoberto no Rio Amazonas*, publicado pela primeira vez pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1976.

florestas espalhadas pelo seu vasto território. As espécies que aparecem na obra de João Daniel deixam claro a grande variedade de espécies lenhosas encontradas nas matas do Amazonas, todavia como o próprio João Daniel explica, ele dera notícia apenas de algumas espécies mais conhecidas, que até então se tinham descoberto; poderíamos assim falar de uma variedade bem mais significativa.¹³

O interesse da Coroa pelos recursos lenhosos da colônia se deu, sem dúvida, mediante a rede de informações entre viajantes, religiosos e colonos que informavam ao reino sobre a região e seus potenciais recursos. Nessas descrições os aspectos naturais ganhavam destaque. O padre português, Manoel Aires do Casal,¹⁴ escrevia na sua *Corographia Brasílica* sobre a capitania do Pará que:

A face do país é geralmente baixa, e quase por toda a parte dum aspecto agradável, coberta de extensos bosques, onde se criam árvores mui altas, e de prodigiosa grossura: o terreno em grande parte úmido, substancioso e fertilíssimo, e cria em abundância várias produções, que nas outras províncias ou absolutamente não há, ou em pouca quantidade. Também não há outra regada de tão caudalosos rios [...]

Em nenhuma outra província se criam árvores tão corpulentas: muitas são de excelente madeiras para construção; algumas para marcenarias; várias dão casca para cortumes; outras estopa para calafetar, ou linho para cardoaria; outras finalmente foram criadas pelo Autor da natureza para, com seus frutos, alimentarem os víveres: a sua superabundância, e a diminuta população fazem com que elas, pela maior parte, sejam como inúteis.¹⁵

É perceptível, na descrição do padre, a ênfase que ela dá à boa qualidade da madeira, ao aspecto agradável da capitania, ao terreno fertilíssimo, bem como ao fato de que as árvores têm características particulares – *tão corpulentas* – que não se verifica em nenhuma outra capitania, esse parece ser um fator essencial para que a Coroa voltasse suas atenções para essa região. Quando fala da “*superabundância dos frutos*” e da “*diminuta população*”, Aires do Casal reflete bem o pensamento do seu tempo acerca dos recursos naturais da colônia traduzida na necessidade de garantir as fronteiras luso-brasileiras, para isso se deveria ocupar a região e colonizá-la.

¹³ DANIEL. **Tesouro descoberto no rio Amazonas (1757-1776)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, p. 475.

¹⁴ Segundo Capistrano de Abreu, para realizar a sua **Corographia Brasílica**, o padre Aires do Casal, além das viagens a algumas das localidades que descreveu, investigou os documentos disponíveis na Biblioteca Pública da Corte e no Arquivo Militar. (Abreu, 1976).

¹⁵ CASAL, Aires do. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Limitada, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil).

Constatações como “excelentes madeiras”, “extensos bosques”, ao chegarem ao conhecimento da administração portuguesa, nos ajudam a compreender o interesse pela administração desses recursos. No que tange à política de atuação da administração lusa no que tange aos recursos florestais, neste caso mais específico, das madeiras, os aspectos naturais ganhavam destaque, tanto no projeto pensado pela administração portuguesa, quanto na sua concretude na colônia.

Várias são as cartas encontradas entre a documentação consultada que fazem referência a madeira da colônia. Em dezembro de 1722 uma carta Régia infere sobre a amostra de *paos de breu* que foram remetidas pelo Governador João da Maia da Gama para serem analisadas no Reino, segundo o Rei:

Mandandosse examinar nos armazéns as ditas amostras de breu declarou o procurador delles Fernando de Souza o que consta da sua informação que com esta se vos remete por onde se mostra não ter toda serventia conveniente porem para se ter nesta parte hua individual noticia sou servido ordenarvos declareis se as embarcações que vão deste reyno para esse Estado se remedião com o breu.¹⁶

Em agosto de 1723 o governador responde ao Rei que “*he certo que as embarcações que daqui vão se costeão com o dito breu*” e que este “*não só tem dureza como aponta o dito Provedor mais sim muita brandura*”. Como verificado aqui, a interação entre colônia e Coroa permitia o constante fluxo de informações a cerca das madeiras da colônia direcionando, em certa medida, as ações adotadas pela Coroa em relação a estas.

No Pará a atividade madeireira “oficial” esteve mais diretamente ligada às autoridades régias; pareceres, consultas e provisões fazem referências à intervenção da Coroa nesta atividade. Em 1734, uma Consulta do Conselho Ultramarino faz referência a uma Carta do Governador do Maranhão expondo “*a forma com que fizera erigir no cítio de Mojú a Ribeira para se fabricarem Naos, estado em que esta obra se acha e o de que necessita para sua subsistência*”.¹⁷

Em setembro de 1733, aparece o primeiro documento fazendo referência à Ribeira das Naus de Belém, também chamada de Ribeira de Mojú, referenciada na documentação acima; era uma carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Matias da Costa e Sousa, para o rei D. João V, em que dava o seu parecer sobre o requerimento de Estácio da Silva, no qual solicitava confirmação da sua provisão no ofício de patrão-mor da Ribeira, que se havia de estabelecer junto ao rio Moju.¹⁸

¹⁶ Projeto Resgate, *AHU*, códice 269, f. 257.

¹⁷ Projeto Resgate, *AHU*, códice 209, ff. 75-76v.

¹⁸ Projeto Resgate, *AHU*, Pará (Avulsos), cx. 15, doc. 1405.

Em janeiro de 1734, uma consulta do Conselho Ultramarino faz referência à carta do governador do Estado do Maranhão José da Serra, de 27 de setembro de 1733, no qual este expõe a forma com que fizera erigir a Ribeira para se fabricarem navios.

Segundo esta carta, quando chegou na capitania do Grão-Pará, José da Serra trouxe um maquinista e um construtor do Reino, chegando no Maranhão, encontrou donativos vindos do Piauí e resolveu utilizá-los para o pagamento dos trabalhadores na construção da Ribeira. Em seguida, pediu ajuda ao secretário do governo e ao provedor dos Armazéns, solicitando também um carpinteiro, um ferreiro e um contra-mão. Todavia, a resposta recebida foi que ele primeiro estabelecesse rendas nesse Estado já que no almoxarifado não havia rendas suficientes para tais despesas. José da Serra pede então que o Secretário do Estado que lhe mande aprovação para que continue utilizando o dinheiro dos donativos do Piauí para o estabelecimento da Ribeira.¹⁹

Mediante o impulso que tomou a atividade madeireira nos planos do colonizador, a Coroa começou a programar medidas que visavam um melhor aproveitamento desta matéria-prima. Neste sentido, “preocupada com o desperdício de madeira na América portuguesa, a legislação lusa reservava à Coroa, a partir de meados do século XVII, o Monopólio Sobre os “paus reais” e, posteriormente, toda a floresta a borda da costa marítima”,²⁰ como podemos observar neste trecho de confirmação de carta de data e sesmaria localizada nas proximidades do Rio Moju.

Hey por bem de conceder em nome de S. Magestade que Deos guarde por carta de datta de sesmaria ao ditto Luis de Moraes Bitancurt duas legoas de terra no Rio Mojú hindo por elle asima a mão direita em a aparagem em que se acha o Igarapé chamado Pacurituba para que as aja logre e possua como cousa própria tanto elle como todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes sem pensão nem tributo algum mais que o dizimo a Deos N. Snr. Dos fructos que nella tiver a qual concessão lhe faço não prejudicando a terceiros e **reservando os Paos Reais que nella houver para embarcações** com declaração que mandara confirmar esta carta.²¹

¹⁹ AHU, Pará (Avulsos), 1737, doc. 1876.

²⁰ CASTRO, Carlos. **Gestão florestal no Brasil Colônia...**, p. 01.

²¹ *Projeto Resgate*/AHU, Pará (Avulsos), cx. 8, doc. 667. Grifo meu

A reserva dos *Paos Reais* era determinação comum em todas as doações de sesmarias. Segundo Cabral & CESCO, “A política de conservação portuguesa foi na direção da conservação das espécies vegetais úteis ao aumento do poder imperial”.²²

Quadro I - Os “paos reais”

Nome Vulgar	Nome Científico	Família
Angelim	<i>Dinizia excelsa</i>	Rubiaceae
Aroeira	<i>Astronium lecointel</i>	Muiracateaceae
Bacurí	<i>Platonia insignis</i>	Gutifereae
Cedro-branco	<i>Protium altissimum</i>	Burseraceae
Cedro pardacento	<i>Cedrelinga catenaeformis</i>	Leguminoseae
Cedro-vermelho	<i>Cedrela odorata</i>	Maliaceae
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Leguminoseae
Jacarandá	<i>Jacarandá mimosaeifolia</i>	Bignoniaceae
Jutaí	<i>Hymenaea parviolia</i>	Caesalpinoideae
Paricá	<i>Piptadenia peregrina</i>	Leguminoseae
Pau-amarelo	<i>Euxylophora paraensis</i>	Rutaceae
Pau-brasil	<i>Caesalpiniaechinata</i>	Cesalpiniaceae
Pau-preto	<i>Cenostigma tocantins</i>	Rubiaceae
Pau-roxo	<i>Peltogyne catिंगae</i>	Leguminoseae
Violete	<i>Peltogyne catिंगae</i>	Leguminoseae

Fonte: DANIEL, João. **Tesouro descoberto no rio Amazonas (1757-1776)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976 e Projeto Resgate (AHU), In: BATISTA, 2008.

A preocupação da Coroa no que se refere ao manejo dos recursos florestais na Capitania do Grão-Pará, principalmente aquela voltada para a fabricação de embarcações é latente, entretanto, é notório que as determinações do Reino enfrentavam grandes dificuldades para serem implementadas na colônia.

Primeiro não era claro na legislação portuguesa quais exatamente eram as madeiras que deveriam ser “preservadas”, não porque Portugal possuía uma legislação contraditória e irresponsável, como muitas vezes se afirmou em alguns estudos, mas pelo fato de a administração no Reino depender em grande parte das informações e amostras que partiam da colônia, o que significava além da demora do processo, devido a pouca mobilidade espacial do período, bem como, uma constante adaptação da lista dos chamados *paos reais*.

Segundo, mesmo identificadas, não era garantido que os *paos reais* iriam ser preservados, pois, segundo Cabral, isto implicaria,

²² CABRAL, Diogo de Carvalho e CESCO, Suzana. Árvores do Rei Floresta do Povo: A Instituição das “madeiras-de-lei” no Rio de Janeiro e em Santa Catarina (Brasil), final do período colonial. **Luso-Brazilian Review**. Volume 44, n. 02, p. 50, 2007.

A existência de uma efetiva e severa fiscalização estatal sobre as práticas florestais privadas ao longo de um imenso território, o que nos parece pouco factível no contexto de uma sociedade de movimentos “curtos” e “lentos” [...] e de uma burocracia quantitativamente insuficiente e qualitativamente despreparada.²³

Um caso exemplar neste sentido se deu quando o empreiteiro da fábrica de madeira de Moju, João Gonçalves Campos, deu parte ao Governador que lavrou alguns *paos* nas paragens de Jerônimo Luiz Freyre, entretanto apareceu na fábrica um morador e disse ter feito roça naquele lugar, o qual foi advertido ter obrado muito mal haja vista ser proibido fazer roça onde houvesse *paos reais* ou ainda aonde embaraçassem as estradas por onde saíssem as ditas madeiras, o que foi rebatido pelo dito morador que este faria roça onde bem quisesse.²⁴

Tal episódio lança luz sobre os conflitos entre as ordens régias e a sua aplicabilidade na colônia haja vista o confronto entre visões de mundo que sugeriam diferentes maneiras de se pensar a posse e o uso do território. Para os colonos, muitas vezes era mais vantajoso “se livrar” o mais rápido possível do entrave que as matas significavam no processo de ocupação e exploração do território, na limpeza do terreno e plantação de suas roças. Por outro lado, estas madeiras poderiam também significar um ganho imediato para o colono que, devido a grande utilidade das madeiras no cotidiano da colônia, acabava por desconsiderar as ordens régias e utilizar-se das madeiras “reais” para o seu próprio consumo ou para fins comerciais. Era a madeira que alimentava as fornalhas dos engenhos, servia para construção e reparos de casas, móveis, igrejas, engenhos, cercados, construção de canoas para o transporte dos moradores e de suas mercadorias, entre muitas outras utilidades desse nobre material, o que o transformava em um valioso recurso.

Outro empecilho que a coroa portuguesa enfrentou para atuar na fabricação de madeiras, foram os fatores ambientais, estes que nos relatos de viajantes e representantes da coroa na colônia, aparecem na maioria das vezes exaltados e admirados, várias vezes se traduziram em grandes empecilhos ao funcionamento da atividade madeireira. A topografia da região, recortada por rios e igarapés exigia uma técnica específica para o manejo das madeiras, a presença dos indígenas nesta atividade era muito comum devido a sua experiência com a região.

²³ CABRAL, Diogo de Carvalho. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro no Final do Século XVIII – evidências empíricas para a região do Vale do Macacu. **Revista Ambiente e Sociedade**. Vol. VII, n. 2, p. 127, jul./dez. 2004.

²⁴ APEPA, Série de documentos manuscritos/Correspondência de Diversos com o Governo. [1768] Códice 191, Doc. 30

Navegar pelos rios da Amazônia também não era tarefa fácil, a extensão dos rios e seus “mistérios”, exigiam exímios conhecimentos de navegação dos comandantes, o Rio Moju foi assim descrito por João Daniel:

Nasce o Rio Mojú na serra que vai formar a Catadupa do Rio Tocantins (...) A dia e meio de viagem, até dous dias, é famoso de grande, e se comunica por um furo com o Rio Tocantins (...) chama-se o furo Iguarapé Merim (...) Abaixo deste furo, cousa de dia e meio de viagem, deságua no Moju da banda da nascente o Rio Acará (...) Depois de algumas outras ribeiras de pouca monta, se comunica o Moju por uma famosa bocaiuna com águas do Amazonas e Tocantins, na baía do Carnapijô; e pouco abaixo formando algumas ilhas, recebe o Rio Guamá, já quase à vista da Cidade do Pará.²⁵

Muitos eram os contratemplos encontrados pelos navegadores até chegarem – quando chegavam – a seus destinos. O mesmo valia para os navios que deviam vir do reino para carregar a produção das madeiras ou para fornecer mão-de-obra para as fábricas.

Em outubro de 1741, o governador do Estado, João de Abreu de Castelo Branco, relatava em ofício enviado ao secretário do Estado de Marinha e Ultramar, Antonio Guedes Pereira, o caso do bergantim *Madre de Deus, Santo Antônio e Almas*, que saíra de Lisboa em fevereiro de 1739, em direção ao Maranhão com escala em Cacheu, no intuito de tomar escravos para trabalharem nas fábricas de madeira. Porém, o capitão e o piloto morreram e na falta de se ter algum navio que soubesse chegar ao Brasil, o bergantim teve que aportar em Barbados e quando conseguiu chegar no Maranhão trazia apenas cinco escravos dos cento e poucos que havia feito em Cacheu; além disso o Capitão que chegou no navio não trazia passaporte e nem trazia nada que se pudesse confiscar.²⁶

Em carta de 1737, o provedor geral da Fazenda Real do Pará, Matias da Costa e Souza, reclamava da não vinda até então de navios do reino para levarem as madeiras que se encontram na ribeira do Moju desde a partida dos navios que haviam saído na monção anterior. O provedor dizia que solicitara ao capitão da marinha e guerra, João da Costa de Brito, ao partir na charrua passada que fossem enviados pelo menos dois navios para carregarem as madeiras. Lamentava a falta dos navios por serem tão boas as madeiras e que, certo de que eles não viriam mais naquele ano, que no próximo não faltassem.²⁷

²⁵ DANIEL. **Tesouro descoberto no rio Amazonas (1757-1776)**..., p. 65-66.

²⁶ Projeto Resgate, *AHU*, Pará (Avulsos), cx. 24, doc. 2261.

²⁷ Projeto Resgate, *AHU*, Pará (Avulsos), cx. 20, doc. 1862.

A abundância das madeiras não significava, por sua vez, facilidade de sua obtenção, ao contrário, muitas vezes elas tinham que ser buscadas mata adentro muito distante dos locais de embarque, o que fazia com que muitas fossem deixadas pelo meio do caminho. Em carta de outubro de 1738, o governador do Maranhão informa da descoberta de uma mata de pau violeta a quatro ou cinco léguas do rio Apoti; embarcando-se nesse rio se poderia descer cinco ou seis dias até o Rio Parnaíba e deste viajar mais quinze ou vinte dias até o porto do mar.²⁸

No documento referido acima podemos inferir a longa jornada que as madeiras poderiam percorrer desde a sua retirada das matas até o porto onde iriam ficar à espera dos navios que vinham do Reino. Lá, muitas vezes as toras não eram bem acondicionadas o que, aliado à demora dos navios que vinham do reino para buscar as madeiras, muitas vezes significava o apodrecimento de grande quantidade delas. Na vistoria feita pelo Governador João de Abreu de castelo Branco em novembro de 1737, por exemplo, foram encontradas muitas madeiras mal acondicionadas na Ribeira de Moju, e como a quantidade de madeiras era bem maior do que a capacidade que a charrua poderia suportar, era certo, segundo o governador, que todo o restante que não fosse embarcado iria apodrecer.²⁹

Tais dificuldades traduzem as características de um período histórico marcado, de um lado, por uma política administrativa expansionista por parte da Coroa, que pretendia garantir seus interesses na sua “conquista”; de outro lado, uma natureza exuberante e cheia de mistérios que impunha suas próprias especificidades.

A gestão florestal da Coroa para a capitania do Grão Pará setecentista dependeu, em grande medida, dos aspectos naturais específicos dessa região. De um lado a rede de informações que se estabeleceu entre aqueles que estiveram na realidade concreta da Amazônia e aqueles que pensavam os projetos de colonização, informava sobre a diversidade de recursos da colônia.

De outro, as experiências vivenciada na capitania e as especificidades naturais da região, “direcionava”, em certa medida, as ações concretas de colonização. Esse tipo de abordagem nos faz repensar a maneira como até agora tem sido trabalhada pela historiografia o contato com o Novo Mundo, abrindo novas perspectivas e acionando os historiadores a lançarem “novos olhares” à “velhas questões”.

²⁸ Projeto Resgate, *AHU*, Pará (Avulsos), cx. 21, doc. 2006.

²⁹ Projeto Resgate, *AHU*, Pará (Avulsos), cx. 20, doc. 1905.

Território e Conflito: A Ilha de Itamaracá e a organização socioeconômica de uma Capitania do norte do Brasil

Rodrigo Ibson da Silva Oliveira¹
Ana Lúcia do Nascimento Oliveira²

A Ilha de Itamaracá não encontrou muito espaço em nossa historiografia, seu território foi ocupado muito cedo, ainda nos primeiros anos da chegada dos portugueses, já se alojaram alguns poucos viajantes que viriam a erigir uma das vilas mais antigas da nova terra, a vila de Nossa Senhora da Conceição. Foi invadida, resistiu e se expandiu para o continente, foi Capitania, Comarca, Freguesia e hoje é mais um dos municípios do território Pernambucano.

A pouca quantidade de registros historiográficos deve-se ao fato de por muito tempo a Ilha e posteriormente a Capitania de Itamaracá, ter sido associada econômica e socialmente à Pernambuco, a ponto de ter sido denominada como frustrada em sua empreitada Hereditária. Entretanto, mais do que apontar os problemas encontrados por este pequeno território atlântico, nos preocupamos em problematizar os conflitos desencadeados por esta suposta dependência.

É preciso investigar até que ponto as negociações socioeconômicas se deram em uma única via, a que beneficiava Pernambuco e indagar de que forma a Ilha de Itamaracá se enquadrou no sistema de Capitânias, qual o seu papel no quadro geral da colonização, em termos estratégicos, de defesa e também de produção econômica.

Para responder a estas e outras questões trabalhamos com os espaços de discussão legados pela história cultural, em que temos a possibilidade de dialogar com outras ciências humanas e mesmo com as naturais, posto que compreendemos de fundamental importância para a caracterização que procuramos deste território o auxílio de abordagens cabíveis a geologia, geografia, química e em alguns momentos a arqueologia.

O lugar de construção da nossa problemática deve ser entendido como um ponto de partida para um objeto maior que é a construção do panorama econômico estabelecido na Ilha entre fins do século XVII e início do XVIII. Esta escrita que encaramos agora abriu as possibilidades para esta abordagem mais específica, já que busca lançar mão de ferramentas estruturais para a compreensão do ambiente histórico ao qual se apresenta a Ilha de Itamaracá.

De todas as histórias que poderíamos contar sobre a Ilha de Itamaracá resolvemos nos debruçar sobre a que lhe dá o caráter mais íntimo, ou seja, a que fala dos seus relevos, de suas composições, da matriz que a funda geograficamente, que a define enquanto espaço de subsistência e vivência. Esta Ilha de que trataremos, é o

¹ Pós-graduando em História Social da Cultura, UFRPE. Bolsista CAPES-CNPQ

² Professora Doutora adjunta da UFRPE.

lugar em que podemos observar as utilizações feitas pelo homem do espaço natural em sua amplitude, e que a partir dela podemos entender como se elaboravam as navegações atlânticas, os seus negócios e comércios.

Mais do que isso, podemos ter dimensão das grandes situações vividas no Continente, a partir das situações vivenciadas na Ilha de maneira singular e algumas vezes pioneira. Em seu espaço experimentou-se de tudo, sua vocação econômica foi duramente testada ao longo dos anos.

Portanto, nos interessa entender como a Ilha de Itamaracá se organizou espacial e territorialmente quando passou ao status de Capitania Hereditária, quais as situações econômicas e sociais evidenciadas frente às outras capitanias do Norte do Brasil, sobretudo Pernambuco, e principalmente, que mecanismos naturais a Ilha ofereceu aos seus colonos para a sua ocupação.

Nos primeiros anos de ocupação colonial o Brasil adotou o sistema de capitanias hereditárias, como uma alternativa para a manutenção do território que estava sendo ameaçado pela presença de navegadores e comerciantes de outras nações europeias interessadas, sobretudo, na extração do Pau-Brasil. Com o sistema de Capitanias, a Coroa Portuguesa garantia assim a ocupação da terra e iniciava o processo de colonização.

A rápida ascensão Portuguesa no controle do mundo navegável deve-se em grande medida a sua capacidade de adaptação aos interesses dos povos dominados, interesses reais ou criados por eficientes discursos de um povo com a herança árabe para o comércio e a sede de construção de império que de fato existiu e cuja hegemonia demorou a ser contestada.

A terra brasílis só entrou na história portuguesa quando a expansão de seus tentáculos já se estendia por muitos mares e a manutenção de seu controle já era delicada, pois já não eram mais os únicos nesta corrente, em seu rastro vieram Ingleses, holandeses. Nos primeiros tempos franceses audaciosos e astutos, já acostumados com o trato dos gentios, os ameríndios das costas americanas, e não foi diferente na recém descoberta terra brasileira tão subjugada pelos portugueses.

Acontece que os franceses de passagem por aqui acabaram por estabelecer contato com os tais ameríndios, conhecidos como tapuias, e se caracterizaram como uma ameaça real aos interesses portugueses a tal ponto que eles trataram de providenciar uma colonização, com a adoção do sistema de capitanias hereditárias, o Brasil foi dividido e doado aos nobres portugueses, que tratariam de produzir em nome da coroa portuguesa.

Dentre as 15 Capitanias existentes estava a de Itamaracá, antiga feitoria, oficialmente independente política e administrativamente, porém na prática subordinada à capitania de Pernambuco.

A Ilha de Itamaracá, com cerca de três léguas de longo por duas de largo, é situada a uma distância de oito léguas ao norte do

Recife, e é inteiramente separada da terra firme por um canal de largura irregular variando entre meia a três léguas.³

A Capitania de Itamaracá não tinha seus limites geográficos restringidos aos limites da ilha, ou seja, muito de seu território se expandia para áreas mais continentais, as quais atualmente compreendem municípios como Araçoiaba, Itaquitinga, Goiana, Abreu e Lima e Igarassu. Porém, boa parte dos engenhos relacionados nas documentações trabalhadas, se referem a uma prática bastante significativa dos engenhos situados na ilha, principalmente os atuantes no século XVIII.

Contudo, o geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade, em seu livro, “Itamaracá, uma capitania frustrada”,⁴ vem afirmar que na ilha não havia a presença de engenhos de cana de açúcar, primeiramente pela condição do clima, e depois pela condição do solo. Entretanto, após a realização de prospecções arqueológicas, pudemos identificar cerca de seis engenhos dispersos em toda a ilha.

É bem verdade que alguns desses engenhos produziam e comercializavam além do açúcar e seus derivados, produtos como algodão, tabaco, frutas tropicais, madeiras diversas (dentre estas o pau Brasil), e principalmente mandioca entre outros produtos, e que estes “produtos alternativos” também contribuíram para essa fomentação comercial que se re-significava na ilha no século XVIII.

O próprio Koster relatou que de sua chegada no século XIX, havia três engenhos de açúcar em atividade, dos quais ele mesmo tratou de fazer produzir, como um verdadeiro senhor do engenho Amparo, sobre o qual Barleus⁵ e Pereira da Costa também fazem referência. Essa se deu, talvez pelo fato de estar bem próximo à Vila de Nossa Senhora da Conceição, ou pelo fato de ter sido um grande produtor para exportação.

Isto nos remete uma questão interessante no que diz respeito à configuração de uma sociedade pautada em um patriarcalismo, que como afirma Thompson⁶ está diretamente ligada, no caso do Brasil, a figura do Senhor de engenho e à estrutura da produção açucareira, onde participam escravos, sinhás, feitores, comerciantes e toda a sorte de gente que sobrevive desta estrutura produtiva.

Esta cultura patriarcal como coloca o neo-marxista, se evidencia em nosso trabalho por considerarmos que no século XVIII a Ilha dispunha de um cultivo de açúcar super valorizado, apesar de existirem outras atividades econômicas tão ou

³ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de educação e cultura do governo do estado de Pernambuco, 2ª Ed., 1978, Vol. 2, p. 338.

⁴ ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma Capitania frustrada**. Recife: CEHM, 1999.

⁵ BARLAEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Recife: Fundação de cultura da cidade do Recife, 1980.

⁶ THOMPSON. 1998, p. 103.

mais importantes do que esta. Acreditamos que esta valoração se deve em primeiro lugar a esta tradição cultural marcada fortemente pelo patriarcalismo, e depois pela historiografia que insiste em achar que no norte do Brasil no período colonial só se produzia e enriquecia através do açúcar.

Ainda sendo grande produtora se via atrelada no início do século à capitania de Pernambuco, o que podemos perceber ao analisarmos a documentação recolhida no APEJE relativa às ordens régias da capitania de Itamaracá e de Pernambuco. Estes manuscritos dão conta de nos informar sobre esta relação de poder e comércio fixado entre as duas potências, se assim podemos dizer, considerando que o século tratado para Itamaracá represente ao mesmo tempo um período de re-construção das bases econômicas arrasadas após a expulsão dos holandeses e de disputas políticas.

O fato é que mesmo quando era Capitania, Itamaracá já dividia os interesses da Coroa com Pernambuco, mesmo sendo seu território bastante relevante em comparação com o do vizinho, como pode ser observado na iconografia abaixo:

Imagem 17



Nesta iconografia conseguimos perceber a visão do autor ao retratar não só a capitania de Itamaracá, mas também as capitanias vizinhas, as quais tiveram seus

⁷ Mapa retirado do Atlas Johannes Vingboons de 1665, recolhido do arquivo da Sinagoga Kahal Zur Israel.

limites bem definidos, assim como as rotas marítimas e fluviais que se fizeram de suma importância para o desenvolvimento da Ilha. Essas rotas serviam também para o escoamento de produtos que eram produzidos na Ilha, ou que a partir dela, e que foram exportados em Naus, Galeões e outros tipos de embarcações para Europa.

Sendo assim, conseguimos perceber nesta imagem as principais capitânias do Norte da colônia Brasileira e identificamos suas extensões territoriais e os limites em que ao mesmo tempo em que as uniam, as distanciavam.

Para Itamaracá, que tinha como vizinha ao Norte a Capitania da Paraíba, e ao sul a de Pernambuco, muitas vezes estes limites foram fictícios, pois em situações de conveniências para ambas, os limites por terra e mar passaram a ser flexibilizados, principalmente pela de Pernambuco, a qual executou por muitas vezes olhares sedentos por Itamaracá. Principalmente, quando esta passou a ter sede administrativa na Vila de Nossa Senhora da Conceição e que mesmo assim sua porção continental permaneceu sob as constantes vigílias da Capitania de Pernambuco.

Entretanto, a capitania de Itamaracá passou a encontrar mecanismos de burlar essa estrutura de conveniências com a de Pernambuco, principalmente por essa possuir portos naturais que facilitaram bastante à entrada de produtos advindos da Europa e da África. Sobre alguns registros dessas práticas, se fazem presente as ordens régias da Capitania de Itamaracá, as quais nos informam sobre um destes momentos em que o fator geográfico propiciou uma das transações comerciais, que segundo a capitania de Pernambuco seria ilegal.

Essa movimentação tratava-se de uma embarcação (a qual o documento não informa o tipo da mesma) que chegava da Costa Africana com uma carga valiosa de escravos vindos de uma feitoria portuguesa naquele continente. Essa carga deveria ter como destino o porto do Recife, com quem os comerciantes deveriam negociar.

Contudo, as cobranças de taxas alfandegárias no porto principal da capitania de Pernambuco eram altíssimas, e justamente por isso a carga mencionada anteriormente foi desembarcada no porto de Itamaracá, (já que esta apresentava além de águas calmas, inúmeros locais de atracagem) e as “peças” que no navio estavam foram transportadas por terra para o Recife, para então ser comercializada em seu verdadeiro destino.

Porém, em treze de maio de mil setecentos e trinta e dois o provedor da Capitania de Pernambuco descobriu esta artimanha, e produziu um decreto cujo conteúdo era penalizar não só os navios que vinham do Atlântico, mas também os responsáveis por receber e facilitar o transporte dessas por outras vias e rotas alternativas.

Esse decreto também determinou que a partir de então, todos os comerciantes, principalmente de escravos, deveriam pagar por cada “peça” (nomenclatura contida nas ordens régias para se referir aos escravos) descarregada em qualquer outro porto (os quais estivessem sobre a ótica de Pernambuco) que não o da capitania de Pernambuco, quando este fosse o seu destino. Esta prática foi muito comum até o

século XIX, e por isso se fez necessário que à coroa viesse interferir, criando mecanismos para coibir tais práticas.

A maior parte das atividades econômicas desenvolvidas na Ilha estavam ligadas à exportação, sejam de produtos locais como algodão, madeira (principalmente o pau-brasil), frutas (destacando a uva), calcário e sal, ou de produtos vindos do interior (capitanias vizinhas) como o açúcar, fomentando assim uma intensa atividade portuária.

Esta exportação empreendida por Portugal, já era beneficiada por uma estrutura comercial adaptada da experiência asiática, e que para o Brasil sofreu adaptações. A partir desta malha de informações comerciais, Portugal acabou por constituir redes de interesses na dinâmica do comércio atlântico que atraiu o interesse de nações europeias que já participavam deste esquema e que também tinham interesses no Brasil, como França, Inglaterra e Holanda.

Com isso, a capitania de Itamaracá foi um alvo fácil da cobiça dos investidores do ramo do comércio marítimo, primeiro por esta capitania ser uma das maiores produtoras de açúcar do ocidente, segundo pela posição geográfica privilegiada que a ilha possuía, já que a mesma se encontrava com uma vasta malha de rios que facilitava a entrada de pequenas embarcações para transportar as mercadorias vindas do interior (parte continental da Capitania).

Por fim, por estar localizada próxima à capitania de Pernambuco, uma vez que Itamaracá ainda cedo, demonstrou sua expressividade frente às demais, por possuir além de um porto administrado pelos portugueses, que acreditamos existia nas cercanias da Vila de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila Velha, que funcionava como sede administrativa da Capitania.

Temos notícia, sobretudo a partir dos escritos do Professor José Antônio Gonsalves de Mello⁸ da utilização de Baías e enseadas, como locais de entrada de navios de pequeno porte, na barra norte, conhecida como Catuama, e da possibilidade da atracagem de embarcações de grande calagem na barra sul, Canal de Santa Cruz, as quais poderiam ser utilizadas para escoar as mercadorias produzidas na ilha ou descarregar as chegadas do oceano.

O porto é bom e a entrada é guarnecida por um forte muito velho... a barra é formada por uma abertura no arrecife de rochas que se estende por todo o litoral. Essa abertura é ampla e permite a entrada de navios grandes.⁹

⁸ MELO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1987.

⁹ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil...**, p. 339.

No que diz respeito às embarcações que circularam por Itamaracá podemos indicar que a forma comumente encontrada para estudá-las, isto cabendo também ao nosso objeto, é a que se ancora nas técnicas de arqueologia subaquática. Isto porque os registros de chegada e saída de embarcações dos portos eram dificultados pelo fato de poucos serem os portos oficiais, que de acordo com a dissertação de Guilherme de Souza Medeiros, *Arte da Navegação e Conquista Europeia do Norte do Brasil: (Capitanias de Pernambuco e Itamaracá nos séculos XVI e XVII)*, na Capitania,¹⁰ da presença de 22 locais de atracagem.

Vale salientar que estes locais de atracagem muito dificilmente estavam sob a vigilância da coroa, o que dificulta o registro das embarcações que neles ancoravam. É claro que as possibilidades são muitas, onde podemos considerar a presença de embarcações corsárias, de contrabando de escravos e de tudo o mais que pudessem, além daqueles sujeitos que queriam burlar o pagamento de impostos à Capitania de Pernambuco ou de Itamaracá.

Pereira da Costa em seus *Anais Pernambucanos*, nos conta da existência do porto já citado, e o próprio Medeiros considera a informação relevante, que seria conhecido como Porto do engenho Ubu¹¹ localizado no Rio Ubu, na parte norte do Canal de Santa Cruz, em oposição ao que seria o porto oficial. Segundo, ainda, Pereira da Costa, este porto era muito utilizado para o desembarque de escravos, para o que era perfeito posto que estivesse afastado dos locais habitados e dos olhos cobiçosos da coroa.

Também na barra de Catuama, ao norte da ilha de Itamaracá, temos indicações de um local de atracagem conhecido como porto de Catuama, este segundo ainda mais provável, devido ao fato de possuir uma pequena bateria de defesa, um fortim que também foi nosso objeto de investigação.

A presença da estrutura do fortim é confirmada pelo arqueólogo Marcus Albuquerque que no livro, *Fortes de Pernambuco*, indica as coordenadas que seguimos em campo. A localização do fortim atrelado ao porto, devido a sua proximidade denota a importância deste local de trocas comerciais. Sobre este porto escreveu ainda Medeiros, amparado nos relatos de Gabriel Soares de Souza.

Outro porto importante de que temos notícia, primeiro através de Pereira da Costa,¹² é o que se fortaleceu exatamente no século XVIII quando da transferência da sede administrativa da Vila de Nossa Senhora da Conceição para a povoação do

¹⁰ O leitor deve se lembrar que nós fixamos aos limites geográficos da ilha, mas que a capitania extrapolava estes limites.

¹¹ Além desta referência nada mais encontramos em relação a este engenho, portanto sua existência é hipotética, a exemplo do próprio porto em que o único registro a que temos acesso é o contido nos *Anais pernambucanos*. PEREIRA DA COSTA. **Anais Pernambucanos**. vol. 1, p. 385.

¹² **Anais Pernambucanos**, vol. 1.

Pilar que passa a ser o centro das discussões políticas. O leitor deve lembrar que já comentamos neste texto que já na primeira metade do século XVIII Itamaracá perdeu o título de Capitania e seu poder foi esfacelado entre as províncias vizinhas. O porto do Pilar se configura então como o principal local para as atividades antes distribuídas por toda a ilha.

A partir de 1750, transformou-se o Pilar numa espécie de ‘Porto Seguro’ para um grande número de barcaças, transportando açúcar e outros produtos entre diversos pontos da costa nordestina.¹³

Questionar o panorama comercial como posto para a Capitania de Itamaracá entre os séculos XVII e XVIII sob a perspectiva do diálogo entre a história e a arqueologia requer um entendimento ligado à abertura de perspectiva proporcionada pela Nova História Cultural. De acordo com esta, estabelecer paralelos entre ciências é possível e recomendável, de modo que, para este nosso objeto, seria bastante complicado problematizar as relações comerciais sem ter como ponto de partida as abordagens de forma diferenciada e sensível às transformações desta categoria de análise histórica.

O convencional método aplicado à arqueologia tem subsidiado de forma significativa a nossa pesquisa, pois através destes pudemos relacionar tanto o caráter ambiental e geográfico das áreas pesquisadas, quanto os aspectos materiais encontrados nestes ambientes.

Esses aspectos mostram como os inúmeros documentos remanescentes nas entranhas do solo (os quais são conhecidos como fragmentos arqueológicos), tem possibilitado esse diálogo com os teóricos da história, os quais nos levam nos possibilitam alguns questionamentos. Uma das problemáticas diz respeito ao nosso referencial temporal, afinal o nosso recorte compreende quase um século de história e isso é uma questão de difícil resolução, caso tivéssemos pretendido fazer uma história total, mas como nossa intenção é relativizar as questões socioculturais a partir das transformações econômicas, podemos ratificar a sua importância.

Pudemos entender como faz Fernand Braudel em seu livro *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*,¹⁴ que este tempo longo¹⁵ denotam permanências e rupturas nas estruturas sociais, o que significa dizer para o nosso

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo**. Séculos XV-XVIII. Lisboa-Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

¹⁵ Fazemos menção aqui à teoria da longa duração, colocada pelo historiador Francês na obra *O Mediterrâneo*, este tipo de análise permite relativizar o estudo de períodos extensos da história, partindo de estruturas determinadas, sem impor a narrativa uma pretensão de contar toda a história, no caso de Itamaracá.

objeto, por exemplo, que as fases produtivas na Ilha não foram lineares. Talvez disso decorra a já citada afirmação de Manuel Correia de Andrade, que em períodos de crise, alternativas econômicas foram encontradas. Uma vez que as rupturas não se deram apenas a respeito das categorias materiais, mas se fizeram sentir também nas estratégias utilizadas pelos produtores e comerciantes para enfrentar as oscilações da economia colonial.

Quando pensamos sobre as estratégias que os colonos portugueses tiveram que adotar para fazer de Itamaracá uma Capitania próspera devemos observar sobremaneira estas condições naturais como analisadas até então neste texto. A geografia favorável às navegações, ao cultivo de produtos tropicais e mesmo as imensas jazidas de pedra calcária, peculiaridade da Ilha que nos leva a tornar relevante uma análise pouco suscitada até então pela historiografia e que tentamos iniciar.

Como foi dito anteriormente, o território da Ilha de Itamaracá e da Capitania homônima se confundem nos documentos, é difícil definir de quais espaços se está relatando. Esta problemática é possível porque segundo, defendemos, estes espaços são mais intrínsecos do que comumente tratados.

O fato de residir na Ilha a sede administrativa e política da Capitania e de toda a estrutura econômica também partir de lá tornava o continente um apêndice muitas vezes complementar às diretrizes postas nos territórios da Ilha. A definição das fronteiras torna-se muito latente quando falamos de uma Ilha, pois, ao mesmo tempo em que serve de entreposto comercial como é o caso, ela também se isola de decisões e conflitos e enfrenta situações semelhantes às do Continente de forma diferenciada.

Neste sentido concordamos com a influência da Capitania de Pernambuco sobre a de Itamaracá, mas esta devia se efetivar, sobretudo, no continente, pois quando se tratava da Ilha as fronteiras eram maiores e menores os efeitos destas interferências.

Este tipo de raciocínio é possível quando pensamos no conceito de “Ilhas sociais” que são simbolicamente construídos por fatores geográficos, sócio-econômicos e históricos, mas não obedecem a fronteiras territoriais demarcadas, pois assim como indica Bourdieu “as fronteiras, as demarcações territoriais e culturais são bem mais relativas do que supomos”.¹⁶

Os estudos realizados acerca da Ilha de Itamaracá são evidenciados cada vez mais em nossa pesquisa que apresenta inúmeros fatores divergentes em sua estrutura econômica, social e político-administrativa no que diz respeito ao sistema de Capitânicas e às relações advindas do comércio atlântico como pôde ser notado ao longo do texto.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 14ª edição, 2006.

Assim, podemos entender como as atividades comerciais e socioculturais, são diretamente influenciadas pelas estruturas geográficas e territoriais, posta a uma determinada localidade. Esta dinâmica evidenciada entre capitânicas do norte do Brasil, caracteriza a estrutura colonial implementada por Portugal, mas que também indica novas estratégias encontradas pelos colonos para permanecerem e prosperarem na nova terra, a qual se encontrava em constantes mudanças.

Imagens da Amazônia colonial: os comissários demarcadores e seus limites

Wesley Oliveira Kettle¹

O discurso de Angelo Brunelli “Sobre o rio Amazonas” é um documento histórico formidável para conhecermos sobre a natureza observada pelo astrônomo bolonhês na segunda metade do século XVIII no Vale Amazônico. Em sua narrativa, podemos conhecer o clima, a paisagem, as cores, as plantas, os animais dentre outros elementos que compunham a floresta e o rio Amazonas, nos dando a oportunidade de analisar quais deles são destacados e como são descritos nesse estudo.

Esse discurso elaborado por Brunelli pode ser entendido levando em consideração as ações coloniais empreendidas pelos europeus, nesse caso sob as orientações da Coroa portuguesa, além de não perdermos de vista que nesse momento a ciência cada vez mais ganhava um caráter institucional, “um modo privilegiado de entendimento do mundo, com pretensão de universalidade e capacidade para estabelecer redes planetárias de investigação e troca de informações”,² preocupações encontradas no texto do astrônomo bolonhês.

Como demonstramos anteriormente, Brunelli tentou valorizar seu trabalho discutindo seu caráter científico, destacando a pertinência da preocupação metodológica, tendo como questão de fundo a universalidade do conhecimento sobre o mundo natural.

José Augusto Pádua procura em seu artigo: “As bases teóricas da história ambiental”, observar como surgiram “reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano”. Para responder essa questão ele aponta três mudanças que merecem atenção: a consciência humana de poder impactar o mundo natural, a mudança nos “marcos cronológicos de compreensão do mundo” e a concepção de natureza “como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo”.³

Nosso objetivo aqui não é observar a percepção do impacto do ser humano sobre o mundo natural presente nos relatos de Angelo Brunelli, mas a última formulação de José Augusto Pádua nos interessa sobremaneira, já que estamos tratando de visões da natureza. Seu destaque nos chama atenção para procurarmos analisar a ideia de natureza que informa o discurso “Sobre o rio Amazonas” como consequência de uma história construída ao longo do tempo.

José Augusto Pádua também procura nesse artigo propor análises históricas que busquem perceber a relação entre homem e natureza com menos antagonismo e

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. Av.** São Paulo: v. 24, n. 68, 2010, p. 84.

³ *Ibidem*, p. 83.

mais interação. Raymond Williams, em seu texto “Ideas of nature”, reconhece que ao falarmos dos homens e seu “trabalho com a terra, estamos em um mundo de novas relações entre o homem e a natureza, e a separação entre a história natural e a história social torna-se extremamente problemática”.⁴

Raymond Williams amplia seu argumento afirmando que ao separar a natureza das tarefas humanas, “ela mesma deixa de ser natureza”; também mostra que os indivíduos precisam do conceito de natureza para que suas atividades sejam reconhecidas como humanas.⁵ Assim, o texto de Williams nos convida a analisar a ideia de natureza entrelaçada com a história humana, o que para nosso estudo é muito importante.

José Augusto Pádua mostra a importância de reconhecermos não apenas o dinamismo dos atores sociais na trama da história, mas também a “presença ativa” do “cenário”, isto é, a “maneira intensa e surpreendente” com que os fenômenos e elementos naturais se movimentam. Usando como referência uma peça teatral, ele diz que os fatos históricos passam a ser “uma interação entre os movimentos do cenário e os movimentos dos atores”.⁶

Outro ponto importante para nosso estudo sobre o discurso de Brunelli sobre o rio Amazonas apontado pelo artigo de José Augusto Pádua é buscar “pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sócio-cultural”.⁷ O relato da experiência do astrônomo bolonhês no Vale Amazônico merece esse tipo de análise recomendada por Pádua. No “De flumine Amazonum”, podemos ver a importância de compreender, além dos fatores políticos, as preocupações científicas e econômicas que informaram o referido comissário, também os fatores ambientais.

Nesse sentido, observamos essa união entre a dimensão cultural e a dimensão biológica “no acontecer da vida social, na vida vivida que a história procura imperfeitamente reconstruir”.⁸ Ao longo do discurso “Sobre o rio Amazonas”, podemos ver essas dimensões se mesclarem e reconhecer a importância das palavras de José Augusto Pádua ao sugerir uma leitura menos dualista dos documentos históricos.

Ao relatar sobre os peixes do Amazonas, em seu discurso, Brunelli elaborou uma narrativa que nos permite observar essa “vida vivida” e o contato do europeu com o mundo natural amazônico. Ao escolher destacar um “peixe pequeno” denominado “torpedo”, justifica fazê-lo pelo fato de considerá-lo “muito temível” dizendo.

⁴ WILLIAMS, Raymond. Ideas of Nature. In: **Problems in Materialism and Culture**. London: Verso, 1980, p. 76.

⁵ *Ibidem*, p. 81.

⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental..., p. 88.

⁷ *Ibidem*, p. 91.

⁸ *Ibidem*, p. 93.

De fato, se um homem, nadando, for tocado por um ‘torpedo’ que, por acaso, esteja passando perto, correrá o maior perigo, pois a parte que for tocada é afetada por uma desagradabilíssima insensibilidade por muito tempo. Tanto isso acontece que um homem completamente submerso na água, já lhe faltando as forças, se ninguém lhe prestar socorro, terá morte iminente e certíssima. Fiquei sabendo de um menino tocado por um torpedo; como ninguém ajudou, morreu enquanto eu ia para lá.⁹

Ao longo do “De flumine Amazonum”, Brunelli procurou destacar os perigos que passou trabalhando com a Comissão Demarcadora de Limites. O relato do perigo oferecido pelo “torpedo” é um exemplo de certo respeito pelos limites impostos pela fauna amazônica, deixando emergir a experiência do astrônomo bolonhês no mais profundo sentido que essa palavra possa ter quando completa narrando que ele mesmo tocou em um “torpedo ainda vivo preso num vaso cheio de água, não com a mão, é claro, mas com um pauzinho” que carregava. Brunelli diz que sentiu um “torpor” no braço até difícil de ser descrito e lhe afligiu uma sensação de dor. Finaliza deixando claro que tem conhecimento dos “muitos livros” que fazem “menção das espécies de torpedos. Esta, no entanto, que vi e toquei, era de cor quase negra e sem nenhuma mancha visível”.¹⁰

Apesar de o relato mostrar que Brunelli já possuía um conhecimento prévio sobre o “torpedo”, corroborando com a ideia de que “o ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas”, a passagem também é um bom exemplo para considerarmos que a construção de mundo dos indivíduos não está condicionada unicamente ao seu pensamento, “mas também por meio do corpo e do conjunto do organismo”.¹¹

Esse tipo de discussão sobre a constituição do conhecimento sobre a realidade, que no caso específico que apresentamos fala sobre “o torpedo”, mas que pode ser ampliado para o discurso de Brunelli sobre o rio Amazonas como um todo, nos remete à obra “A árvore do conhecimento” de Humberto Maturana e Francisco Varela, na qual os autores mostram que ao viver no mundo todos os seres compartilham uns com os outros os processos da vida, e, mesmo que os humanos

⁹ BRUNELLI, *apud* PAPAVERO, Nelson et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** Belém, v. 5, n. 2, p. 529, ago. 2010.

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental... , p. 93.

não tenham uma consciência clara disso, são influenciados e modificados pelo que experienciam.¹²

Apesar de essas formulações parecerem distantes de uma historiografia mais tradicional, a nós é muito cara pelo fato de nos permitir refletir sobre a construção do conhecimento dos indivíduos, afinal são eles, suas percepções de mundo, suas explicações e suas ações que perseguimos na investigação histórica. Maturana e Varela nos auxiliam recomendando a não tomar as representações desses indivíduos como independentes do observador que a produziu. Os autores empreendem uma crítica oportuna ao que chamam de “representacionismo”, pensamento no qual “a objetividade é privilegiada e a subjetividade é descartada como algo que poderia comprometer a exatidão científica [...] marco epistemológico prevalente na atualidade em nossa cultura”.¹³

Segundo Maturana e Varela o conhecimento deve ser entendido como algo que tem em sua base “representações mentais” que os homens elaboram sobre o mundo. Sendo assim, “nossa tarefa” seria extrair as “informações” contidas nesse mundo “por meio da cognição”. Tanto o relato de Brunelli sobre o “torpedo”, como sobre rio Amazonas deveriam, portanto, ser entendidos pelo historiador como baseados em representações mentais, considerando que “vivemos com os outros seres vivos, e, portanto compartilhamos com eles o processo vital. Construimos o mundo em que vivemos durante as nossas vidas. Por sua vez ele também nos constrói ao longo dessa viagem comum”.¹⁴

Diante de interpretações que não reconhecem a influência do conhecimento local sob o trabalho dos homens de ciência estrangeiros, como Angelo Brunelli, o argumento de Maturana e Varela chega a ser radical ao demonstrar que todo contato entre os seres vivos provoca modificações no conhecimento de ambos – mesmo entre um astrônomo e um “torpedo”.

Para utilizarmos um exemplo bastante conveniente com o tema do discurso “Sobre o rio Amazonas” de Brunelli, gostaríamos de citar a metáfora sobre as mudanças ocorridas a partir do contato entre os seres vivos de Humberto Mariotti no prefácio que abre o trabalho de Maturana e Varela:

As águas de um rio vão abrindo o seu trajeto por entre os acidentes e as irregularidades do terreno. Mas estes também ajudam a moldar o itinerário, pois nem a correnteza nem a geografia das margens determinam isoladamente o curso fluvial:

¹² MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

¹³ *Ibidem*, p. 8.

¹⁴ *Ibidem*.

ele se estrutura de um modo interativo, o que nos revela como as coisas se determinam e se constroem umas às outras.¹⁵

Outra metáfora que Mariotti usa para expor as ideias de Maturana e Varela e nos ajuda a refletir sobre a experiência de Angelo Brunelli em suas travessias pelo rio Amazonas é de que “não são só os timoneiros que dirigem os navios. O meio ambiente também pilota as embarcações, por meio das correntes marítimas, dos ventos, dos acidentes de percurso, das tempestades e assim por diante”.¹⁶ Dessa forma nossa análise é ampliada ao considerarmos que o astrônomo bolonhês influenciou aqueles com quem manteve contato, mas também foi transformado nessa interação. Os autores de “A árvore do conhecimento” pretendiam com isso nos mostrar que enquanto construímos o mundo, somos construídos por ele – formulação enriquecedora para a investigação dos atores sociais na história.

Ao falar sobre a raia em seu discurso sobre o rio Amazonas, Angelo Brunelli relata um episódio que demonstra a importância de analisarmos as experiências vividas nos cotidianos desses estrangeiros no Vale Amazônico. Ele inicia destacando que foi testemunha ocular das informações que registrou. Aponta que algumas espécies são “inofensivas, mas outras podem trazer perigo”. Descreve a forma com que as raias ficam escondidas na areia debaixo da água, geralmente na foz dos rios, alertando para a dor que sofrem aqueles que são feridos pelo ferrão que elas possuem na cauda, logo sentindo “uma dor tão aguda que aquele que sofrer um ferimento pela raia não duvide que irá se submeter por muito tempo a uma tortura muito atroz”.¹⁷

Brunelli segue seu discurso relatando um acidente que seu “acompanhante” sofreu com uma raia nos rios amazônicos, conta que “o infeliz” reclamava das dores “com uma voz horrível”, e completa descrevendo o procedimento realizado para amenizar a dor:

Para muitos que estão sofrendo, uma chama acesa de enxofre fervente, umas gotas colocadas no ferimento, com extrema paciência, aquela dor tão grande pouco depois enfraquece, até que, por fim, extinta, o acompanhante estará são e salvo do ferimento sofrido no outro dia.¹⁸

Ainda sobre a raia no rio Amazonas, Angelo Brunelli narrou outro acidente, desta vez sofrido por “um religioso da Ordem Franciscana”, que foi ferido por esse animal, sobre o episódio ele conta:

¹⁵ *Ibidem*, p. 10-11.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ BRUNELLI, *apud* PAPAVERO, Nelson et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli p. 529.

¹⁸ *Ibidem*.

Como não pôde, de jeito nenhum, usar as gotas ardentes de enxofre, poucos dias depois sobreveio a gangrena e, enfim, infelizmente, foi obrigado a ir-se embora da vida. Depois desse caso, afastando-me com horror de todo gênero de raías nocivas, nunca mais pude ir aos rios e entrar para lavar o corpo.¹⁹

Como podemos perceber no trecho citado acima, “a vida vivida” no Vale Amazônico produziu em Brunelli novas sensações, experiência, medos e limitações. Por meio desse tipo de relato podemos conhecer alguns resultados gerados a partir da interação dos homens com outros seres vivos, a visão que o astrônomo bolonhês construiu dos animais e do próprio rio. Diante de suas experiências no dia a dia, no ouvir dos causos que aconteciam naquela região, ele elaborou sua ideia de natureza, modificou o ambiente e foi transformado na interação com os homens, com os rios, com as plantas e os animais.

Com esse argumento, demonstramos que Angelo Brunelli não foi um agente a serviço da Coroa portuguesa que influenciou com seus conhecimentos sobre astronomia e filosofia a sociedade colonial do Grão-Pará e Maranhão sem sofrer qualquer mudança a partir do contato com a realidade que encontrou. Ele também aprendeu com as experiências vividas no Vale Amazônico, sua visão de mundo foi alterada a partir do encontro com os elementos da região e retornou para Europa em 1761 com esse conhecimento adquirido na dinâmica da colônia.

Esse tipo de análise que procura refletir sobre uma dimensão do cotidiano dos indivíduos não apenas em um determinado tempo, mas principalmente levando em consideração o lugar e os elementos que o constituem nos remete ao terceiro nível que Donald Worster²⁰ chama de “dimensões cognitivas, mentais e culturais da existência humana” que considera “o comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural” relacionado com as “visões de natureza e dos significados da vida humana”.²¹

Claude Lévi-Strauss, em seu estudo intitulado “O olhar distanciado” nos adverte para o fato de que ao analisarmos as expressões culturais é preciso levar em conta o mundo concreto, nos encorajando a conectar o “inteligível e o sensível”.

Descobrir uma secreta harmonia entre esta pesquisa do sentido, a que a humanidade se entrega desde que existe, e o mundo em

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

²¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental..., p. 95.

que ela apareceu e onde continua a viver: um mundo feito de formas, de cores, de texturas, de sabores, de odores.²²

Esse mundo sensível que Lévi-Strauss nos convida a considerar em nossas análises está presente no discurso de Angelo Brunelli sobre o rio Amazonas de maneira muito interessante. Além de percebermos sua procura pelo caráter científico, podemos conhecer suas descrições sobre as cores, os cheiros e os sabores que entrou em contato e como representou isso em sua narrativa.

O encontro dos rios Amazonas e Negro está registrado no discurso de Brunelli com destaque para as cores que lhe chamava atenção, como neste trecho:

As águas do rio Amazonas tornam-se brancas ao máximo por toda parte, naturalmente com um limo finíssimo difuso entre elas e muito solúvel. Por outro lado, no rio Negro, como as águas não contêm limo nenhum ou muito pouco, parecem tingidas de um dourado perpétuo e tomadas de uma cor obscuramente brilhante, ficando admiravelmente negras.²³

O trecho em destaque nos permite conhecer a percepção de Angelo Brunelli sobre os rios Negro e Amazonas em perspectiva comparativa, mas o que gostaríamos de destacar é o encontro do “inteligível e o sensível”, uma descrição preocupada em informar uma plateia letrada e também nos permitindo conhecer seu sentimento de admiração pela coloração escura que assumia o rio Negro.

Ao falar do encontro das águas, Angelo Brunelli prossegue destacando a coloração das águas, demonstrando seu encantamento pelo rio Negro. Descreve como os rios “descem num espaço de quase meia légua” sem se misturarem, “como se houvesse uma parede interposta”, e novamente expressa sua percepção sobre as cores dizendo:

Da parte esquerda do rio, para os que fazem o caminho abaixo, por onde naturalmente se entra no nosso mesmo rio Negro, veem-se as águas totalmente tornando-se negras, enquanto, ao mesmo tempo, da parte direita aparecem completamente alvejantes. É, com certeza, um lindo espetáculo e para olhar sem parar, e não é fácil de ver senão nesse tão grande rio.²⁴

²² LÉVI-STRAUSS, C. Estructuralismo e ecologia. In: **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 73.

²³ BRUNELLI, *apud* PAPAVERO, Nelson et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli p. 529.

²⁴ *Ibidem*, p. 525.

Angelo Brunelli descreveu o contato das cores dos rios novamente deixando suas impressões sobre esse fenômeno que dá origem ao rio Amazonas. Nesse trecho encontramos sua opinião e a sensação que esse encontro de rios e cores proporcionou ao astrônomo bolonhês: “com certeza, um lindo espetáculo [...] para olhar sem parar”. Aqui a narrativa apenas descritiva é interrompida para dar lugar a opinião sensível do autor. Para ele, esse “lindo espetáculo” é um dos motivos pelos quais o rio Amazonas ganha um caráter singular, incomparável:

O que, pois, expus até aqui, [...] mostra bastante, se não me engano, e até mais, o quanto esse nosso rio é importante e ultrapassa todos os outros que correm e se desenvolvem em todo o orbe terrestre, de forma que não se possa encontrar nenhum outro que, com esse, de alguma maneira, seja comparável.²⁵

Ao concluir suas observações sobre os peixes do rio Amazonas, Angelo Brunelli relata que devido a grande quantidade de vida aquática há “muitas espécies de aves” que se alimentam de “peixes menores”. Esta é uma característica importante do discurso “Sobre o rio Amazonas”: a opulência da região e sua variedade de espécies. Assim como no exemplo anterior do encontro dos rios, o astrônomo bolonhês elege sua ave preferida destacando a coloração:

De tantas que voam perto desses rios, uma é a mais bonita, sobressaindo-se entre todas as outras com uma cor vermelha elegantíssima. Ouço dizer que é chamada por Lineu *Numenium indicumb*. Pelos brasileiros é chamada ‘Colhereira’.²⁶

Dentre as “tantas” aves que habitam as margens do rio Amazonas e seus afluentes, aquela destacada nessa passagem é considerada “a mais bonita” por Angelo Brunelli devido sua “cor vermelha elegantíssima”. Em meio a uma descrição na qual ele buscou um caráter científico citando Lineu, também podemos conhecer suas observações e opiniões sobre a beleza dos animais, sua sensibilidade a partir do olhar.

De outra forma, mas também expressando dentre outras coisas sua opinião sobre a beleza dos animais, Angelo Brunelli narrou suas impressões a respeito dos jacarés. Ele destacou o fato de serem “animais muitíssimos ferozes” e diferenciou uma das duas espécies que conhecia pelo tamanho pequeno e pela “cor quase verde”. Já os maiores, segundo ele, “são quase negros e completamente horrorosos”.²⁷

²⁵ *Ibidem*, p. 523.

²⁶ *Ibidem*, p. 525.

²⁷ *Ibidem*.

O olhar do astrônomo bolonhês, preocupado com o caráter científico, também nos permite conhecer suas preferências a respeito das formas e cores dos animais. A coloração dos elementos do rio e o próprio rio são referências não apenas para as descrições, mas também para justificar seu gosto por determinado animal ou rio citado no discurso de Brunelli.

Por meio do discurso “Sobre o rio Amazonas”, conhecemos também a percepção de Angelo Brunelli sobre o clima e os fenômenos naturais na região no século XVIII. Devido à origem de o rio Amazonas estar relacionada com os Andes, o astrônomo bolonhês descreveu essa cadeia “muito conspícua de altíssimos montes” e destacou a diferença de temperatura de lugares tão próximos.

Os mais altos cumes desses montes e as encostas são eternamente carregados de neves perpétuas. Ainda que esses montes se elevem quase da parte média da mesma zona tórrida, os vales e os lugares mais baixos se enchem a maior parte do tempo do maior calor; [...] se alguém imagina uma superfície no ar como que suspensa e quase paralela ao horizonte [...] verá tudo o que está acima daquela superfície carregado de neves e gelos perpétuos; enquanto isso, abaixo da mesma superfície, com um frio já mais ameno.²⁸

O relato de Brunelli nos permite conhecer sua descrição sobre a região andina próxima ao rio Amazonas. Sobre o trecho em destaque, chamamos atenção para sua percepção sobre o clima, sua surpresa diante do frio em plena “zona tórrida”, “neves e gelos perpétuos” enquanto em “outros lugares mais baixos” as temperaturas são mais elevadas, fazendo calor.

Terminada a descrição dessa região andina próxima ao rio Amazonas, Angelo Brunelli se volta para o relato da “imensa planície”, onde a correnteza das águas desliza de maneira mais tranquila em contraste com a área mais próxima ao Peru cheia de cachoeiras, rochas e rochedos. Sobre o vale, o astrônomo bolonhês conta que apenas as tempestades traziam “medo” e “ruína”, acrescentando a informação de que esse tipo de intempérie da natureza “frequentemente costuma acontecer”, perturbando a tranquilidade do rio.²⁹

Uma historiografia mais tradicional poderia estranhar nosso interesse em apreender qual a percepção de Angelo Brunelli sobre o clima no rio Amazonas, mas Fernand Braudel, ao comentar o “belo livro de Maximilien Sorre, *Les bases biologiques*

²⁸ *Ibidem*, p. 524.

²⁹ *Ibidem*.

de *La Géographie humaine, essai d'une écologie de l'homme*”, já havia apontado a relevância em “apreender o clima real” e as “relações do homem e do clima”.³⁰

A tarefa de levar em consideração “a influência desse clima *real* sobre o homem biológico”, proposta por Fernand Braudel³¹ nos leva a aproximar nossa investigação histórica de uma análise que não pense o homem apenas na sua dimensão econômica, social e política, mas também “em sua simples materialidade animal”.³² O conteúdo do documento histórico escrito por Brunelli, que estamos analisando aqui, mostra a importância de compreendermos o homem em íntima interação com o mundo natural.

O discurso “Sobre o rio Amazonas”, em sua busca por um caráter científico da narrativa, evidencia como seu autor procurou representar a natureza da região, privilegiando alguns elementos em detrimento de outros, explicitando os cheiros, os medos e perigos das águas e da floresta, dando-nos a oportunidade de analisar Brunelli em “sua complexidade – em toda a espessura de sua história, em toda a sua coesão social e com as coerções de seus usos e de seus preconceitos”.³³

Prosseguindo em seu relato sobre as tempestades, encontramos Brunelli descrevendo os problemas causados por essas fortes chuvas, com ventos que chegavam a durar “três ou quatro dias”, derrubando árvores e matando animais nas florestas. Tamanha era a perturbação nas águas que o astrônomo relata como consequência das ventanias até a morte de peixes, sem contar os impedimentos que esse tipo de fenômeno trazia às navegações nos rios da região.³⁴

Não há, então, nenhuma segurança para se navegar com barcas; os que se entregarem com tanta ousadia à violência da tempestade, a eles, antes de mais nada, está reservado o naufrágio, ou mesmo a morte. Essas tempestades, contudo, que são muito raras e acontecem uma ou duas vezes ao ano, chegam temíveis geralmente sem chuva e sem nenhum estrondo do céu.³⁵

O trecho em destaque nos apresenta as limitações da tecnologia utilizada pelos comissários e toda equipe que os acompanhava, contribuindo para o não esquecimento, por parte do historiador, do lado biológico do indivíduo, “sensível ao

³⁰ BRAUDEL, Fernand. Há uma geografia do individuo biológico? In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 147.

³¹ *Ibidem*.

³² PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental..., p. 147.

³³ BRAUDEL, Fernand. Há uma geografia do individuo biológico?... , p. 151.

³⁴ BRUNELLI, *apud* PAPAVERO, Nelson et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli p. 524.

³⁵ *Ibidem*, p. 528.

quente, ao vento, ao frio, à seca, à insolação, à insuficiente pressão das altitudes, ocupado incessantemente em procurar e em assegurar sua alimentação, obrigado a defender-se enfim”, como propôs Fernand Braudel.³⁶

Assim, o discurso elaborado por Angelo Brunelli, nos dá testemunho de sua percepção da natureza amazônica, de sua concepção de ciência, criticando o trabalho de La Condamine e também de suas impressões sobre o cotidiano durante seus oito anos em que viveu na região. Por meio de suas descrições, podemos conhecer não apenas sua vida social na dimensão profissional e política, mas também suas opiniões sobre os cheiros, sabores, os medos, enfim, a dimensão sensível de sua experiência no rio Amazonas.

Como bem citou Fernand Braudel as palavras de Maximilien Sorre, “é muito simples falar do homem. É dos homens que é preciso dizer – os do presente...os do passado...”, não quisemos desconsiderar o papel fundamental do indivíduo para a pesquisa histórica, pelo contrário, analisamos Angelo Brunelli na interação no meio social e no meio natural. No intuito de escrever uma história capaz de “evocar [...] paisagens dispersas pelo mundo inteiro [e] tornar sensível o clima de uma época passada, pela riqueza de sua experiência direta e de seu significado científico”, situando “um detalhe de história ou de lenda” nessa visita às margens do rio Amazonas.

A afirmação de Fernando Braudel, “a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos”, citada por José Augusto Pádua como epígrafe de seu artigo citado aqui, é cara ao estudo que realizamos sobre o discurso de Angelo Brunelli.

Diante de uma historiografia tradicional, que porventura ainda não considere essa dimensão da história proposta por Braudel, ou não tenha o cuidado de relacionar os fatores biofísicos aos culturais e sociais, lembramos as palavras do mesmo Braudel: “A vida intelectual é um combate”.³⁷

³⁶ BRAUDEL, Fernand. Há uma geografia do indivíduo biológico?... p. 144.

³⁷ *Ibidem*, p. 160.